

Defensa Nacional

Edgar



CO
6

NUMERO
382

CEL. RENATO BATISTA NUÑEZ

CEL. LIMA FIGUEROA

MAJOR JOSE SALLEZ

EDITORIAL

O fato culminante desta última guerra foi, sem a menor dúvida, a bomba atômica.

O radar, a mina magnética, a bomba voadora, os aviões suicidas, as bombas arraza-quarteirão, os submarinos de bolso — todos êsses perigosos recursos inaugurados no correr da última guerra, não podem comparar-se à bomba atômica, cujas repercussões militares e políticas empolgam o mundo inteiro.

Não escapará, ainda ao leitor menos avisado, a preocupação de todos os grandes responsáveis pelo destino da humanidade ante o aparecimento do novo meio de destruição.

Sua ação arrazadora, demonstrada em duas únicas intervenções, levou o Império Japonês ao súbito colapso da sua resistência.

Verdade é que os nipônicos, à altura do castigo atômico, já se achavam nítidamente derrotados; tinham tôdas as suas linhas vitais de abastecimento cortadas ou reduzidas à extrema precariedade; haviam perdido para os norte-americanos bases militares essenciais, que já vinham servindo de plataformas de primeira ordem para os bombardeios de saturação contra os seus centros industriais e que seriam excelente trampolim para o assalto final dos exércitos de invasão; a sua Esquadra desaparecera do mar, destruída em combate ou nas próprias bases e a Fôrça Aérea fôra amplamente superada, tanto técnica como numê-

ricamente; finalmente, a intervenção russa veio completar o quadro da desgraça militar dos nipônicos.

Não esqueçamos, porém, que o imenso e poderoso exército metropolitano estava intacto e que as condições de desembarque nas ilhas japonesas seriam muito mais difíceis e perigosas do que foram as que os aliados tiveram de vencer no litoral francês.

Não ovidemos ainda e sobretudo o fanatismo dos amarelos que, por certo, tornaria a conquista militar do território metropolitano extremamente áspera e onerosa.

Foram, pois, tôdas essas dificuldades, que significariam o prolongamento da luta por muitos anos, que a bomba atômica afastou, induzindo os nipônicos à rendição incondicional.

Mas, conhecidas e apreciadas em toda a sua extensão as consequências do lançamento da bomba atômica, logo se armaram múltiplas reações em todo o mundo.

Deixando de parte os desenvolvimentos de ordem política, que vêm sendo o "pivot" das mais complicadas combinações da paz, examinemos, num relance, os reflexos estritamente militares do aparecimento da bomba atômica.

As primeiras impressões de algumas autoridades militares foram francamente alarmadas. Parecia que toda a estrutura militar de terra, mar e ar ruiria espetacularmente sob o mágico efeito do

Assuntos de Cultura Profissional

Valor do Fogo de Infantaria

3.ª PARTE

Cel. V. PRUNTZOV

Publicado no «Estrela Vermelha» de 1-6-44

Graças à sua potência excepcional, o fogo da artilharia moderna e dos morteiros de grande calibre tem eclipsado o fogo da infantaria e, em consequência, é subestimada a importância do último. Esta subestimação é inteiramente errónea, provocando, por vezes, um aproveitamento insuficiente das possibilidades das armas da infantaria.

A expressão "fogo da infantaria" abrange todos os tipos de armas do batalhão de infantaria, exetuando-se os canhões anticarro. O fogo de infantaria é empregado nos momentos mais decisivos do combate, para repelir os ataques inimigos e para nos abrir caminho até o inimigo, durante o assalto a suas posições. Em ambos os casos, deve ser aproveitado ao máximo, a rapidez técnica do fogo (velocidade tiro) das armas. A eficiência do fogo da infantaria, durante estes curtos períodos é determinada por dois fatores. O primeiro é a densidade técnica do fogo, isto é, o número de projétils e estilhaços por metro linear do objetivo, em um minuto. O segundo é a precisão do tiro, que depende, não sómente do atirador, mas também, em grande parte, dos preparativos feitos: designação dos objetivos, determinação das distâncias, escolha de pontos de referência, etc...

Por meio do cálculo seguinte, pode-se ter uma idéia da densidade possível de fogo de infantaria, tanto na ofensiva como na defensiva. Um batalhão de infantaria defende, geralmente, uma frente de 2.000 metros. Sua frente de ataque é da ordem de 500 metros. Tomando-se o número médio de armas de que dispõe um batalhão (levando-se em conta, as dificuldades da guerra) e a velocidade prática do tiro, o número médio de projétils e de estilhaços que o batalhão pode lançar, por minuto, é:

300 fuzis, disparando 10 projétils cada um	3.000	proj
25 metralhadoras de mão, a 50 projétils cada	1.250	"
3 metralhadoras pesadas, 300 projétils cada	900	"
16 metralhadoras leves, 125 projétils cada	2.000	"
6 morteiros 50 mm., 15 granadas cada, 200 estilhaços por projétil	18.000	est.
3 morteiros 82 mm., 15 granadas cada, 300 estilhaços por projétil	13.500	"
150 granadas de mão, lançadas na fase do assalto, 200 estilhaços cada	30.000	"

O grande total é, portanto, de 7.150 projétils e 31.500 estilhaços, não levando em conta os 30.000 estilhaços, lançados no último instante, com prejuízo do fogo dos fuzis. Assim, a densidade média do fogo da infantaria será, na defensiva, de 3 projétils e mais de 15 estilhaços, por metro linear por minuto, e no ataque, mais de 14 projétils e de 63 estilhaços, por metro linear de frente por minuto. Este cálculo, puramente matemático, necessita de algumas correções no que se refere à defensiva. O ataque não é conduzido uniformemente, o que permite ao defensor concentrar seus fogos contra objetivos importantes. Esta condensação de fogos pode quase dobrar a sua densidade na defensiva. Levando-se em conta este fato, podemos admitir que a densidade do fogo da infantaria, na defensiva, é de 6 projétils e 30 estilhaços, por metro linear, por minuto; no ataque, 14 projétils e 63 estilhaços.

Os números acima, referentes ao armamento do batalhão, não são rígidos, podendo sofrer alteração. O efetivo da unidade, entre tanto, determinará a largura da frente que lhe cabe defender. Assim, a densidade média do fogo, em condições de saturação normal da frente, será aproximadamente a mesma que foi estabelecida acima.

Qual será o efeito que esta densidade de fogo poderá exercer sobre o combate? Imaginemos que a área na frente do batalhão estiver dividida em corredores de um metro de largura cada um. Mantendo-se a densidade do fogo acima, cada um destes corredores será penetrado por 6 projétils e 30 estilhaços, por minuto. O inimigo terá que gastar cerca de um minuto, para percorrer a distância de assalto. Cada soldado, no assalto, ocupa cerca de 3 metros de frente. Isto significa que cada soldado que atacar a posição ficará sujeito a 18 projétils e 90 estilhaços, lançados de distâncias inferiores a 200 metros, sendo que na parte final praticamente à queima-roupa.

A teoria e prática do tiro das armas de Infantaria, nos prova que não é necessário mais do que um tiro para atingir um alvo das dimensões de um homem a distâncias inferiores a 300 metros. Isto significa que os defensores possuem meios de fogo com valor suficiente para desfazer o ataque.

novo engenho destruidor. Uma vez que não havia defesa contra a bomba atômica e que a sua ação era decisiva, todo o custoso aparelhamento dos exércitos e das marinhas resultaria inútil.

A melhor análise, todavia, e a própria evolução dos fatos, veio colocar a questão nos seus exatos termos. Ficou bem claro que o segredo da bomba atômica estava mais na solução industrial do que propriamente na solução científica.

Ora, comprehende-se que no domínio da técnica, todos do mesmo nível, conseguem tudo.

Nenhum invento, nenhuma novidade industrial permanece por muito tempo na posse de um só. Rapidamente todos os interessados através de seus laboratórios, de suas equipes de pesquisas, devassam o campo novo e lançam os seus tipos próprios. Vem daí o aperfeiçoamento fulminante das conquistas técnicas modernas.

Se isso acontece sob os estímulos tão somente da concorrência comercial, o que não acontecerá no terreno militar que envolve interesses muito mais extensos e vitais?

Não se podia, pois, admitir que a bomba atômica fosse conservada indefinidamente como segredo de um país ou de um grupo. Esse privilégio lhes escaparia fatalmente, à medida que se processasse a normalização da vida interna dos grandes países industriais, desmantelados pela guerra.

E mais depressa do que se esperava surgem notícias de que a bomba atômica está no conhecimento prático dos russos, dos franceses e que até já o estava no dos alemães, os quais apenas não

puderam executá-la por motivo do esgotamento em que se encontravam.

E quais seriam, para a ciência militar, as consequências da generalização da bomba atómica?

Com o seu império despótico desapareceria a razão de ser dos exércitos, das marinhas, das forças aéreas, como manifestaram alguns observadores?

A nosso ver a bomba atómica neutralizar-se-á por si própria.

O seu desmedido poderio, a sua indiscriminada ação destruidora, tornam-na um instrumento tão temido que provavelmente, todos evitarão empregá-la.

Terá, talvez, a bomba atómica o mesmo destino dos gases. Cada um se empenhará em formar grandes e secretos estóques daquèle poderoso agente destruidor, mas nenhum terá coragem de lançar o primeiro ataque.

Foi assim com os gases. Sabidamente, todos os principais beligerantes desta guerra possuíam imensas quantidades de gases em ponto de serem instantaneamente utilizados, mas cada qual fez disso apenas um meio de defesa contra os próprios gases.

Os beligerantes sabiam que qualquer iniciativa com gases determinaria imediata represália do adversário, o que seria o desencadear da guerra química, mutuamente aniquiladora, e de resultados imprevisíveis. Os gases, assim, tiveram sua única oportunidade na guerra de 1914-18, quando constituiram surpresa e eram de emprégo unilateral. Uma vez no domínio geral, a guerra química se neutralizou por si mesma. Acreditamos que o mesmo se dará com a guerra atómica.

MARGO DE

ciente para
de ataque
explica po
com gran

Quais
ao repeli
rando a in
armas de
sidade ac
ticamente,
servadore
tilharia d
na defesa
ou abaixo
de elemen
procuran
meçando
e que, po

é evi
reduzir a
e, se possi
indispens
conduzir c
ros e a av
migo, de
seu pessa
para coop
da eficáci
será poss
repelir u
migo con
de infant
fantaria

Quan
taria é fe
ficiulda
seguir-se
as metral
tensão da
ou no fu
inimigo
e observa
Assim, u
que sobre

te para varrer inteiramente, homem por homem, a força inimiga. Este valor do fogo de infantaria, por parte dos defensores, é que um ataque mal preparado é repelido em pouco tempo, grandes perdas para o lado atacante.

Quais devem ser, portanto, os objetivos para o fogo da infantaria, repelir um ataque? Antes de mais nada, o pessoal atacante. Separado a infantaria inimiga do seu elemento blindado de apoio, nossas as de infantaria podem concentrar seus fogos e, atingindo a densidade acima mencionada, deter o ataque com facilidade. Sistematicamente, caberão aos "SNIPERS" objetivos tais como oficiais, observadores, mensageiros, atiradores de metralhadoras, pessoal da artilharia de acompanhamento e outros. Os fuzis anti-carro cooperam defesa contra os blindados inimigos quando a distância for igual ou abaixo de 300 metros. Os morteiros dissolvem as concentrações de elementos inimigos que avançam de encontro às nossas defesas, quando ainda destruir as metralhadoras, morteiros e canhões, quando pelos que estiverem mais perto da orla de nossa posição, e, por isso, são mais perigosos.

É evidente que, para fazer um ataque com êxito, é necessário tirar a densidade do fogo de infantaria dos defensores ao mínimo, possível, a zero, que é ainda melhor. Durante o nosso ataque éispensável retirar da infantaria inimiga suas possibilidades de produzir o fogo. Durante a preparação do ataque, a artilharia, os morteiros e a aviação, recebem missões de destruição dos meios de fogo inimigo, de suas trincheiras e abrigos, assim como de aniquilação de pessoal; durante o ataque, haverá ainda os carros de combate a cooperar nessas missões. Contudo, a despeito da quantidade e eficácia de todos êsses meios de neutralização, só muito raramente é possível privar o inimigo completamente de possibilidade de repelir um ataque por meio de fogo de infantaria, por que se o inimigo conseguir salvar apenas 25% de sua densidade máxima de fogo de infantaria, já o ataque será difícil. É nesta ocasião que uma infantaria bem instruída deve saber utilizar-se de seus próprios meios. Quanto aos morteiros, o fato de que o seu apoio normal à infantaria é feito por meio de tiro por elma da tropa, não traz novas dificuldades. A qualquer tempo e em qualquer local será possível fornecer este apoio. Entretanto, apesar de sua grande importância, as metralhadoras são, muitas vezes, esquecidas. É verdade que o fogo das metralhadoras não atinge o inimigo que esteja em abrigos no fundo das trincheiras. Este fogo, porém não permite que o inimigo saia dos abrigos ou casamatas, ou que seus comandantes e observadores possam olhar através das seteiras ou fendas de visada. Assim, um fogo ajustado de metralhadora pode fixar os elementos que sobrevivam aos bombardeios da aviação, da artilharia e dos mor-

teiros. Além disto, um fogo bem organizado de metralhadoras impede que o inimigo atire, de suas trincheiras.

De acordo com os nossos cálculos, as metralhadoras leves e pesadas de um batalhão lançam 2.900 projéteis por minuto. Durante um ataque, numa frente de 500 metros, as metralhadoras conseguem uma densidade de fogo de 6 projéteis por minuto, por metro de frente. Um fogo com esta densidade, dirigido sobre os parapeitos e revestimentos, impede que os homens do inimigo se levantem. Esta intensidade de fogo só deve ser procurada na ocasião exata do inicio do ataque, sendo desencadeada por alguns minutos até a ocupação de pequenos objetivos iniciais. Para os assaltos subsequentes, a novos objetivos da defesa inimiga em profundidade, o fogo das metralhadoras deve ser de novo organizado.

A dificuldade da organização do fogo de metralhadora surge do fato de que ele deve ser executado pelos intervalos das unidades de ataque e de posições localizadas próxima a linha de assalto, dentro da distância do assalto. Por outro lado, a tarefa é facilitada porque apenas uma parte da frente precisa ser tomada sob o fogo, apenas os objetivos que permaneceram intactos depois de nossa preparação de artilharia e de morteiro. Aparece aqui o problema do emprego das armas de infantaria no plano de fogos geral, tanto na defesa como no ataque. Neste plano geral, todos os tipos de armas de infantaria devem receber missões definidas, quanto aos objetivos, hora e processo de execução; os comandantes de todas as unidades de infantaria deverão fazer os prepartivos necessários para a execução perfeita destas missões.

Na primavera de 1915 o 70.º Reg. de Inf. "RIAZHSKII" estava se preparando para atacar os alemães, numa frente de cerca de 1.500 metros. A distância entre as trincheiras do regimento e as alemãs era da ordem de 800 metros. O terreno era plano, em parte pantanoso e em parte coberto de macega rala. Os alemães possuíam uma linha contínua de trincheiras; atiravam de seteiras e tinham a proteção de duas rãdes de arame farpado.

Os reconhecimentos demonstraram que o inimigo possuia um sistema bem organizado de fogos de fuzil e metralhadora. Para apoio do ataque, o regimento RIAZHSKII recebeu apenas 4 baterias, com uma dotação insuficiente de munição. Era evidente, portanto, que as defesas do inimigo não poderiam ser neutralizadas pela artilharia. O Comandante do regimento decidiu fazê-lo com suas metralhadoras. Depois de um reconhecimento minucioso foi estabelecido o plano de fogos. Durante a noite anterior ao ataque, 17 metralhadoras pesadas, em sua maior parte tomadas ao inimigo, foram trazidas secretamente, sob a proteção de um forte elemento de reconhecimento, ocupando posições na macega, a 200 ou 250 metros das trincheiras alemãs.

Prepararam o tiro sobre as seteiras alemães e cada peça recebeu um setor determinado, sendo-lhe fornecidos 12 a 15 pentes de munição.

Ao amanhecer, três batalhões abandonaram suas trincheiras, deslocando-se em direção ao inimigo. Os alemães deram o alarme. Lançaram-se para as posições de tiro mas, nesse momento, as metralhadoras abriram fogo. Em consequência do fogo intenso desencadeado sobre as seteiras, o inimigo foi obrigado a manter-se no fundo das trincheiras. O regimento perdeu apenas 15 a 20 homens. Transpôs as defesas inimigas, prosseguiu o avanço e fez quasi 2.000 prisioneiros.

Episódio semelhante teve lugar durante a guerra atual. Em um certo setor, o regimento do Coronel BADADZHANYAN estava para atacar os alemães. Eles estavam em boas trincheiras. Além do fogo da artilharia, o coronel fez avançar secretamente suas metralhadoras, cada uma das quais recebeu um objetivo bem reconhecido. Nossas metralhadoras não permitiram que o inimigo conseguisse disparar um único tiro contra os elementos de ataque. Os fascistas foram encerrados em suas trincheiras, sendo eliminados.

Estes fatos, colhidos em duas guerras, mostram o valor irresistível do fogo da infantaria, desde que seja bem organizado. Esta força deve ser usada de um modo mais completo, fazendo-se o mais perfeito uso das possibilidades de nosso armamento.

OSÓRIO E A POLITICA

"Eu admiro o General Osório, ainda mais como político do que como General". — *Dr. Martinho de Campos*.

"Desde essa época, sintomas graves de indisciplina foram se reproduzindo e generalizando. Acalmaram sob o ministério de Sinimbu em 1878 e 1879, graças ao prestígio do legendário Osório, mas ele, o intemerato e avisado, bem os sentia latentes, advertindo ser arriscado desprezá-los".

(Visconde de Ouro Preto — Ad. da Dict. Mil. no Brasil).

Pelo Cel. J. B. MAGALHÃES

PREAMBULO

A matéria deste artigo é ainda um capítulo de um livro que comemos sobre Osório, um dos maiores vultos do nosso passado monárquico. (*)

Foi ele, ao que supomos, uma das personagens mais dignas de serem profundamente estudadas, no quadro da formação histórica brasileira, dadas as peculiaríssimas condições em que decorreu a sua existência e as qualidades superiormente humanas, que revelou sob todos os pontos de vista: físico, intelectual e moral. Olhado como homem, como militar e como político, Osório é um tipo de escola do mais elevado quilate, cujo explendor mais nos admira se o sabermos r nos cenários de sua época, vivendo no seu ambiente.

Não pretendemos, no livro de que vamos dar a conhecer uma passagem, haver esgotado o assunto. Sabíamos de antemão que nos faltava competência para isto. Mas nos empolgou a magnificiência da matéria e nos sustentou a ousadia, a idéia de despertar o interesse de quem abalizado que o fizesse.

Em artigo publicado no Jornal do Comércio, no último domingo de maio, procuramos estabelecer uma sintética apreciação desse vulto inígnime da monarquia, divulgando do mesmo passo uma coleta de documentos seus, por onde se vê a imensa cultura que pode adquirir um homem de poucas letras.

(*) Vér os números 375 e outros — de 1945.

O êxito obtido por esta primeira antecipação da nosso estudo animou-nos a divulgar pelo mesmo órgão de publicidade e por esta revista outras passagens do referido livro, entre as quais uma espécie de paralelo entre Osório e Caxias. Hoje tomamos por tema, o sedutor aspecto que a tanta discussão tem dado logar: — a política.

Ao iniciarmos, permitir, leitor, fazer-vos um pedido. Ao ler-nos, deveis abstrair o individuo que vos fala e projetar os fatos que forem mencionados nos quadros do passado, da época em que nosso herói pensou, sentiu e agiu, com seus peculiares matizes: político, social e económico.

É projetado nesse fundo de quadro que deve ser visto o nosso herói, jamais, porém, sem risco de erro ou de insuficiência, poderemos deixar de apreciá-lo em bloco, sem que se pretenda vê-lo despojado de sua qualidade de militar ou isolado de seu feitio de homem, pois, principalmente o que há nele mais a admirar é ter sido político e militar, simultâneamente e distintamente, mas, principalmente um homem de seu tempo, cuja norma de conduta era ditada por um patriotismo profundo, sem nuances, nem miáculas.

Na família, na política ou na milícia, o que se deve vêr em Osório, antes de mais nada, é o homem, revelando, por suas atitudes e procedimentos, excelsas características de peregrina inteligência, coragem sem destempéro, bondade sem fraquezas, persistência tenacíssima, desambiguação de tudo que em outros estimulam a vaidade e o orgulho, ou o mero espírito de cobiça, e, notadamente, esse amor da pátria que não regateia sacrifícios, o qual, vencendo sua modéstia, o obriga a aceitar posições destacadas que as circunstâncias lhe vão impondo.

Isto posto, começaremos por lembrar-vos a opinião do Dr. Martinho Campos, o ativo político mineiro a seu respeito. Para ele, Osório era político maior do que fôra general.

Bem pode ter razão, o velho liberal mineiro.

Osório era mais uma vocação política do que militar, ousamos dizer-lhe, por estranho que possa parecer uma tal afirmativa a respeito de quem tanto se distinguiu no conhecimento da guerra e na ação nos campos de batalha. Entrou para a carreira das armas para satisfazer a vontade paterna, mas na política penetrou espontâneamente.

A causa da independência entusiasmou-o e foi ela que lhe deu o sentido profundo da profissão militar, desde o momento em que jurou defender a Pátria, com as armas na mão.

Sem esse sentido profundo do dever patriótico talvez houvesse sido ele um mau soldado. Admitindo-o, desde seus verdes anos, guiar-se-á por ele durante toda a sua carreira, tanto militar como política. Também nesta, como na da sarmas, o que mais lhe importa é a fi-

idade geral, o bem da Pátria, obtido pelo progresso dentro da ordem, num ambiente de liberdade e verdade.

Compreendendo assim o papel das armas e o da política, realiza milagre de poder exercer uma e outra função, a militar e a política, e confundi-las jamais, sem servir-se de uma para atuar na outra. Afunde-as de fato, em sua finalidade máxima, mas separa-as na indicação dos meios que a uma e outra são próprios. Isto pode obtê-lo milagre pôde realizá-lo, apresentando talvez o caso único da nossa história, que a esse respeito se conhece. É o fruto apenas de sua ureza de escôl, dotada de grande inteligência e de grande coração, excepcional equilíbrio, e com caráter forte. Inteligência, bondade, coragem, firmeza, tenacidade, modéstia, desinteresse, dedicação esambião, tudo resume no conjunto feliz de sua marcante personalidade.

De resto, não foi Osório *militar político* por exceção. Quase todos generais, na Monarquia, eram políticos, a começar por Caxias, *espada do partido conservador*, não obstante Cotegipe, um dos chefes desse partido, ter confessado horror às espadas políticas. O amante de todo o Brasil na época em que Osório e Caxias viveram era criado predominantemente pelos problemas políticos da organização nacional, análogamente ao que ocorria com os países vizinhos, onde soluções exigiam freqüentemente o recurso da força.

Em nenhuma outra parte, porém, tais características da época se acentuavam que no Rio Grande do Sul. Ai, no dizer do General Tibúrcio, então Tenente-Coronel, era "quase impossível deixar de fazer política; os antecedentes da Província; a índole da gente; tudo convidava".

Na carreira política, como na militar, o êxito de Osório foi considerável, enorme, e parece resultar principalmente — é curioso considerar — de seu desinteresse pelas posições, por ver suas idéias predominarem, movimentadas pelos outros. Compraz-se com isto. Compreende-se em escolher entre os seus concidadãos aqueles que serão, ou podem ser, capazes disso, e os ajuda a subir. Algumas vezes errou a escolha. Não muitas. Mas jamais desanimou porque sabia que os homens são assim mesmo... Mas o prestígio crescente de sua personalidade, dando-lhe cada vez maiores responsabilidades, acabou impôr-lhe posição do maior destaque e, acertadamente, se a morte o houvesse colhido nesse momento, é bem possível que ainda mais ouvesse elevado no cenário político nacional. E nesse caso, como nos anteriores, sem que disputasse para si a posição de relevo.

Osório militou na corrente mais avançada da política monárquica liberal, mas, espírito objetivo e prático, sem nenhuma ânsia de glória e sempre pessoalmente desambicioso, nada vaidoso, jamais deixou levar pela exaltação dos seus próprios ideais e tendências

como soube também evitar sempre a impureza das misturas e combinações adrede arranjadas mais para a satisfação de fins pessoais momentâneos, que para a satisfação de interesses gerais duradouros.

A CARREIRA

Ingressou nas organizações políticas do país, muito jovem ainda, Tenente, de 23 anos de idade, "nos intervalos de suas expedições fronteiriças, filiou-se em Rio Pardo ao partido liberal constitucionalista, cujos paradigmas eram o Senador Vergueiro e Evaristo da Veiga". Filiou-se, portanto, à corrente que no Rio de Janeiro fundara Evaristo da Veiga, visando salvar os frutos da revolução de 7 de abril de 1831, que firmava a nossa independência e evitava os excessos que levavam prematuramente até à República. Era a corrente prudentemente progressista e amiga de métodos moderados. Osório inscreveu-se na Associação Defensora da Independência. Mostrou-se fiel a essas idéias toda a sua vida.

Que atividades desenvolveu depois?

Inicialmente não são visíveis os sinais dessa atividade. Aparecem, porém, cerca de cinco anos depois.

É, então, o longo e difícil período da Revolução Farroupilha. A presidência da Província estava em mãos de *retrógrados*, o partido feito no absolutismo e que aspirava por sua volta. As atividades da opinião liberal conseguiram que essa presidência viesse ter às mãos de um deles, o Dr. Fernandes Braga, irmão do Juiz de Direito Pedro Chaves, liberal de certa influência. Ao princípio tudo foi bem, mas ao cabo de algum tempo, cerca de um ano, desgostam-se os liberais porque Fernandes Braga, sob o pretexto de conciliação, praticamente faz-se protetor dos retrógrados. Forma-se oposição e irrompe a luta violenta. De reação em reação, chegam aos extremos dos insultos, das intrigas, das catinas, dos personalismos opressores. É então que os liberais se levantam e depõem Fernandes Braga. Irrompe a Revolução Farroupilha, nome derivado de um dos insultos com que os retrógrados fustigavam os seus contrários: *farroupilhas*, pobretões, anarquistas, etc..

Osório, sem hesitar, entra na *revolução liberal*, para a deposição de Fernandes Braga. Mas esta, uma vez sancionada pelo Governo Imperial, que substitui o presidente deposto por Araújo Ribeiro, para Osório está terminada, pelo que não hesita em ficar ao lado de novo presidente, sob as ordens de Bento Manuel, que assumira o Comando das Armas.

Mas a revolução continuava. O procedimento conciliador de Araújo Ribeiro também levantaria suspeitas entre os mais exaltados, dos quais alguns queriam ir logo até a república. De resto, a Assem-

Provincial de Pôrto Alegre, negando-se a dar posse a Araújo Ribeiro, agravara a situação, indo este efetivar-se no cargo de presidente perante a Câmara Municipal da cidade do Rio Grande. Criada tal situação, Araújo Ribeiro precisava conquistar as opiniões da província. Pede para isto a Bento Manuel, seu amigo, que o aconselha sobre as pessoas a quem se dirigir. Na lista dos influentes da província, Bento Manoel inclui o nome do Tenente Manoel Luiz Osório.

Araújo Ribeiro extranha: "Este Tenente é influência também"? responde Bento Manuel, bom conhecedor dos homens e do seu tempo — e será a maior de todas se não morrer. Não se esqueça, V. Ex. de lhe escrever".

Conhecia os homens e a Província... No entanto, quando a ação Araújo Ribeiro começa a dar frutos, o Governo Imperial o substitui. A inépcia volta a dominar no Governo da Província. A revolução recrudescerá. Faz-se francamente republicana, até separatista, se o fosse necessário para vencer.

Osório, a partir desse momento, está definitivamente separado

Por que?

Di-lo, de uma feita, em carta ao Chefe Farroupilha, Crescencio Carvalho: "Caro patrício e amigo. Eu sou republicano de coração, ém, o estado presente de nossa Pátria, a falta de luzes que nela existe, fazem-me agir ao contrário do que visto e por me parecer que estamos preparados para tal forma de governo". (1836).

E tinha razão. Aterrava-o o fantasma do caudilhismo, é a pouca convicção política de certos homens... Bastaria para justificar o exemplo de Bento Manuel. Substituído Araújo Ribeiro, éle, nem de valor mas muito pessoal, é desprestigiado, injustiçado, humilhado. E isto não é bastante para que se passe para os revolucionários, dando um bom exemplo de procedimento caudilhesco?

Osório, porém, não o acompanha embora também sofra injustiças. É que não serve a homens, serve a causas. Nada pode perturbar-lhe o proceder.

Nos dez anos dessa luta que devasta as belas terras do Sul, o seu prestígio cresce sempre, por seu proceder militar intemerato, reto e honesto. Com isto adquire renome de bravura, de perícia e valor, tendo amigos por toda parte.

Terminada a luta, Osório é na sua terra uma força eleitoral incontestável.

Caxias, que mandara proceder a eleições gerais para a Assembleia Provincial, à Câmara de Deputados e para uma vaga de Senador, da a guerra, em 1845, escreve a Osório, podendo-lhe seu apoio à sua candidatura para Senador, pela Província; não faz chapas, mas

indica suas preferências para os outros casos. Depois conclui: "Vem para Bagé e cabale forte, e deixe o mais por minha conta. Os soldados não votam para que se não diga que eu quero impor uma eleição Provincia, mas os cabos, oficiais, etc., não deixam de fazer número".

Tudo correu a contento e a situação político-administrativa da Provincia normalizou-se. Osório fôra eleito para a Assembléia Provincial, mas não compareceu às sessões, dedicando-se aos seus deveres militares, e tão bem que o seu regimento era tido como a melhor tropa da província.

Em 1894 há novamente eleições para deputados gerais, mas dessa vez Osório recusa a ser candidato. Julga-se incompetente, sem cultura para isto, e o diz francamente, sem nenhum constrangimento. No entanto, não foge em dar, aos que lhe pedem, indicações sobre as necessidades da Provincia, por que mais devem bater-se. Nem foge de se interessar pelo pleito e de exercer tal influência no eleitorado que até Pedro Chaves, seu desafeto, agora aparentemente voltado às boas, pede-lhe o apoio para certos candidatos por quem se interessava. A recusa de Osório fundamenta-se numa razão que merece ser posta em foco: — não confia na sua sinceridade. E tinha razão.

Em 1852 é o Barão de Pôrto Alegre quem lhe pede o apoio para sua candidatura à senatoria, que decidira apresentar por conselho da insistência de Caxias. A situação era difícil porque o intrigante Pedro Chaves, enquanto os militares batiam-se em Caseros, tramara na Corte para se apoderar da presidência da Provincia. Não conseguiu esta, mas fez guerra a Caxias e chegou até a tentar difamá-lo. Candidatou-se porém à senatoria. Para assegurar-se da vitória e impedir o êxito de Pôrto Alegre (e do Dr. Belo para Deputado Geral), porque temia que o Imperador escolhesse Pôrto Alegre, dado o prestígio que adquirira na campanha contra Rosas e porque sabia da proteção que lhe dava Caxias, fez liga para a luta eleitoral com outro chefe político, o Dr. Barcelos, de quem fôra adversário até os insultos. Desde que teve conhecimento desta combinação de caráter meramente pessoal para fazer guerra a Pôrto Alegre, de quem os riograndenses estavam orgulhosos por seus feitos e a ação que exercia no Comando das Armas e ao Dr. Belo, Vice-Presidente em exercício, cuja administração também agradava, Osório decidiu-se firmamente contra a liga e logo começou a trabalhar.

O Barão de Pôrto Alegre pede-lhe o apoio e o dos seus amigos "para não ser derrotado, o que seria uma vergonha e entriga-se nas suas mãos. Mas lembra-lhe que o Pedro Chaves é muito ativo e que é preciso exceder-lhe, afim de mostrarmos que ele não é tão senhor, como se supõe, desta Provincia. Oliveira Belo, também escreve-lhe com toda franqueza. Depois de dizer que Pedro Chaves, despeitado por não ter conseguido a nomeação para Presidente da Provincia e por

ter Belo a candidatura do Barão de Pôrto Alegre à senatoria, ou de sujeitá-lo aos seus caprichos, *ligou-se aos adversários que* *ava na véspera*, pede todo o empenho para a candidatura do . Assim se dirigiram a Osório, simples Comandante de Regi- num guarnição da fronteira, o Vice-Presidente da Província ercio, Oliveira Belo, e o Comandante das Armas, Marques de

diligente e inteligente Osório empenhou-se a fundo nessa cam- eleitoral, como se vê dos agradecimentos que ao ter notícia do trabalho, vai-lhe mandando o Barão. Assim, tanto este, como Oliveira Belo, foram eleitos para formação da lista tríplice e para a Cá- mos Deputados. A *liga para a guerra pessoal* fôrça vencida.

odavia Pedro Chaves ganhou. Apezar do muito empenho de por Pôrto Alegre — a quem *aconselhara que se apresentasse* *ato que o resto ficaria por sua conta* — o Imperador escolheu senador Pedro Chaves, o menos votado da *lista tríplice*, votos tivera, conforme proclamou Cansanção de Sinimbú, na Câmara deputados em 16 de julho de 1855, a pêso de ouro! or que então fôrça escolhido Pedro Chaves?

Os contemporâneos do fato, narra o Dr. Fernando Osório, em *história do General Osório*, o explicavam dizendo que a idéia do or foi colocar Pedro Chaves na vitaliciedade do Senado, no Janeiro, para retirá-lo da Província do Rio Grande e acabar sua perniciosa influência, que tanto provocava discórdia".

singular maneira de ser *moderador!* Tanto mais singular quanto, isso, ainda lhe deu o título de *Barão de Quaraim!* Mais singular maneira de exercer esse poder, quando refletimos que tudo a feito em oposição ao Barão de Pôrto Alegre, ao Dr. Belo, a a Caxias!...

or ocasião dessas eleições foi nomeado Presidente da Província João Luiz Vieira Cansanção de Sinimbú, que ainda chegou a de presidir a execução do segundo turno, o que dá maior valor das declarações que fez depois a respeito na Câmara dos Deputados. Chegou à Província com recomendação do Senador Cândido de Oliveira para Osório e logo tratou de se pôr em relações te.

eram-se bem. O mesmo, porém, não ocorreu com o pessoal da e lhe fez tenaz oposição.

azem-se em 1853 novas eleições para a Assembléia Provincial, qual a *liga* dispõe de maioria, mas os seus adversários, que não am essa circunstância, procuram compensá-la pela qualidade candidatos. Querem que Osório seja um deles. Este, porém, seu nome da lista proposta e faz circulares dizendo que não é to. Vem depois o período da expedição a Montevideu, a que

se seguiu a deportação de Osório para São Borja, *por ciúme* que seu prestígio causara no Ministro Amaral e ao Brigadeiro Francisco Felix. É então também substituído Sinimbú na Presidência da Província, primeiro pelo Vice-Presidente, Dr. Belo, depois pelo Barão de Muritiba.

Nessa oportunidade o Senador Cândido de Oliveira, em apresentando-lhe o novo Presidente, lembra-lhe que a nova lei eleitoral *abriu largo campo às candidaturas legítimas, conviria que Osório se apresentasse candidato por Bagé ou por Missões. Assegurada a boa aceitação no Rio, para a sua candidatura.*

Que fez Osório?

Apenas agradece a idéia, não a adota, porém. Responde que o Parlamento era para os *homens formados, que era um ignorante*, em sua lugar na fronteira ou no campo de batalha.

Conhecemos os grandes serviços que Osório prestou no seu comando das Missões, onde sua influência política não demorou a tornar-se incômoda aos que lhe faziam guerra e desejavam vê-lo aniquilado. E, porém, nesse período, pelo atraço em que se encontrava a região, que Osório demonstra, por sua atividade, pelo interesse que toma e esforços que faz para obter certos melhoramentos, o qual entende que a ação política deve ser exercida em benefício geral progresso moral, intelectual e econômico do país.

Opõe-se firmemente às artimanhas e arranjos dos que vêem política apenas eleições e conquistas de posições, e promove melhoramentos reais para a sua nova zona: escolas, pontes sobre as estradas, boa justiça, etc.

Em 1856 está ainda Osório em São Borja, quando se procede a novas eleições, sob novo regime eleitoral, nas quais se trava o embate entre a *liga*, que é oposição, e os *governantes*.

Desde que se aproxima a época do pleito, Osório entra em ação e faz distribuir por seus amigos uma circular em termos dignos, convidando-os a esclarecer os leitores sobre as conveniências a atenção escolha dos candidatos para satisfazer o bem público. Não contenta em agir somente no distrito eleitoral que lhe corresponde, trata de influir também nos outros distritos por intermédio dos amigos a quem escreve. Deu-se a eleição e a *liga* foi derrotada.

É então que o Barão de Quaraim, para vingar-se, despeita na sessão de 23 de agosto de 1856, da Tribuna do Senado, ataca seus contrários de maneira desabrida e faz a Osório graves acusações de procedimento indisciplinado e abusivo, até de apropriação indevida de dinheiro do seu regimento.

Osório, longe, na Província, de nada sabe. No Rio, porém, imediatamente aparece quem afirme que desde que ele venha a ter con-

disto, provará ser digno da reputação, que geralmente tem, de
i dos mais distintos ornamentos do nosso Exército.

o Rio Grande, um amigo de Osório faz publicar no *Diário do
r grande* o discurso do Barão de Quaraim, em que o acusava e
m a Canabarro e outros, para que se visse como o espírito par-
é capaz de caluniar e porque não há de faltar quem proteste.
Barão de Pôrto Alegre remete a Osório a peça infame para que
responda como entende que a dignidade dele exige, ou, se qui-
e a resposta seja feita na Capital da Província, para mandar-lhe
os, pois está pronto a fazer tudo para bem de sua honra atroc-
menoscabada.

indignação contra o homem funesto, o tigre do Rio Pardo, no
do Deputado Jacinto de Mendonça, que foi o primeiro, no Rio
a protestar contra a iniâmia do homem que não pode tragar
incio, o não querer Osório ser dos seus sequazes, é grande entre
gos dêste. Vários lhe escrevem.

esde, porém, que teve conhecimento desses fatos, não demorou
em responder aos ataques inqualificáveis de Pedro Chaves,
Barão de Quaraim, e Senador, com preterição de Marques de
apezar das glórias de Caseros, e de Oliveira Belo, apezar de
m caráter, inteligência, e ótimos serviços à sua Província!

m sua resposta, começa Osório afirmando que, se o que disse
Chaves tivesse de ser sómente divulgado no Rio Grande não
ponderia, porque aí ambos são conhecidos. Depois faz o histó-
as acusações e dá-lhes as razões. Enumera-as e as rebate. Por
nta minuciosa e farta documentação que não deixa dúvida
i ao leitor mesmo atual. Mais tarde, o Dr. Fernando Osório
encontra no arquivo de seu pai outros documentos corroboran-
sua defesa que ele nem utilizara!

estes fatos mais ainda engrandecem o nome de Osório. Promovido
Brigadeiro, em 1856, recebeu felicitações do Brigadeiro Rangel,
compraz em dizer o prazer que tem em ser o primeiro a anun-
ciar essa promoção, pois fôra ele que, havia cerca de 34 anos pas-
sado, dera praça no Exército! E logo, a musa de que é afeiçoadão
ja em expressivo soneto de Francisco Pinto da Fontoura:

Embora mordaz língua, vil, danada,
e si te euspa a infâmia, embora! embora!
en nome a Pátria com brações decora,
nde mais de uma vez brandiste a espada.

Valente Osório! a fronte laureada,
essa cruz que o teu peito condecora,
ão ganhaste lá onde a intriga mora,
i nos campos de nossa Pátria amada.

"Embalde vil calúnia a tua glória
Intente denegrir, — teu grande nome
Há de aos evos legar a Pátria história.

"E além do Prata, Osório, o teu renome
Coroado foi já d'alta vitória
Com fatos que a mentira não consome".

A política, porém, que muito poucos exercem com o mesmo espirito, para os mesmos fins e usando os mesmos processos, não se deixa sossegado. Não se dá por vencida. Procura afastá-lo do caminho das competições legítimas ou neutralizá-lo, por todos os meios.

Em 1857, em outubro, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, futuro Barão de Uruguaiana, membro do partido liberal, assume a Presidência da Província. Era quando, pelas ocorrências do Prata, se organizara o *Exército de Observação*, na região do Ibicuí, do Comandante Marechal Francisco Felix, do qual devia Osório fazer parte como Comandante da Primeira Brigada de Cavalaria.

Nessa ocasião nova intriga política o envolve e ele novamente dela se desvincilha facilmente. Todavia, não desanimam os seus amigos, que procuram insinuar-se no ânimo de Silva Ferraz. Dão-lhe a entender que Osório não irá, sem criar dificuldades, assumir o novo posto. O seu procedimento, porém, sem ter mesmo conhecimento destas cousas, vai vencendo tudo.

Não obstante, sob o pretexto de que a situação no Uruguai complica, creando para o Governo a necessidade de ter um Comandante seguro na fronteira de Jaguarão, Silva Ferraz obtém que para ele seja nomeado Osório. Recebe ele a notícia de seu novo posto quando se reunira ao Exército de Observação no Ibicuí. E com ela uma carta de Silva Ferraz, avisando-o de que amigos seus haviam rompido em oposição contra ele numa trama arranjada pela bancada riograndense na Câmara dos Deputados. Tal comunicação habilmente feita, separá-lo destes seus amigos, obtendo o seu apoio. Surpreendido por estas notícias, Osório toma uma atitude de expectativa. Fica em guarda. Responde a Silva Ferraz, sem se comprometer: "Fico aberto da oposição que V. Excia. está sofrendo e para a qual, me V. Excia. não haver motivo".

"Eu sou soldado; não faço oposição ao Governo do qual é V. Excia. delegado, e, por esta mesma razão, sustento a administração, sem prejuízo da liberdade de opinião dos outros e sem incuir-se em assuntos administrativos, por achar isto inconveniente à sua função militar, esclarecia ainda.

Silva Ferraz, porém, certamente esperava outra coisa. Para fortificar-se politicamente havia procurado *pôr do seu lado a grande liga, de Pedro Chaves e Barcelos*, pela qual mostra escandalosamente.

alidade, explicam a Osório, os seus amigos que romperam com o
idente; e ainda tentava constituir-se chefe de *um grupo político
ido pelos militares*.

Ora, êstes, que em política são geralmente *ingênuos*, sendo raros
que possuem a perspicácia de um Osório, facilmente se deixaram
uir pelo inteligente e labioso Silva Ferraz.

Surge, então, uma declaração de apoio a ste, feita pelos milita-
res da Província, inclusive os do Exército de Observação, cujas assi-
nas vêm encabeçadas pela do Barão de Pôrto Alegre. Todos os ge-
nais assinam. Levada a Osório para que fizesse o mesmo, êste
a-se formalmente. É o único chefe militar a ter essa atitude.

Corre célere a notícia e Silva Ferraz, a quem importava sobre-
o apoio de Osório, decepciona-se. Escreve-lhe, então, uma carta
que diz *terem lhe chegado notícias que êle é infenso à sua adminis-
tração*.

Não hesita Osório, já agora, bem informado por seus amigos
acionistas, em francamente responder-lhe. Depois de relatar sem-
pre o histórico das relações entre ambos e as decepções que as
cartas de Silva Ferraz foram causando no seu ânimo, explica porque
assinou a *declaração militar*. "Não assinei êsse papel, diz êle,
que entendi que V. Excia. estava meu desafeto, porque o Exér-
cito tivesse o direito de aprovar as qualidades de seu governo,
ou também para as reprovar, e eu não desejo ao Exército de 1858
o crédito do de 1830 e 1831, e também, porque não conhecendo
almente V. Excia., nem os seus atos governativos de então,
irrisório e descrédito para mim afirmar que V. Excia. era muito
ou mau administrador". Depois, conclui irônico: E até creio
que V. Excia. mesmo teria razão para rir-se, ao ler a minha assinatura.
Pode ser, porém, que eu esteja em êrro, mas, nesse caso, é só
de minha pouca inteligência".

Não gostou Silva Ferraz da resposta, porém, muito mais abor-
raram os outros generais... Os amigos de Osório, ao con-
trário, exultaram, e bem assim, os conservadores do Rio de Janeiro...
Isso foi um deles e também dos que viram na designação de Osó-
rio para o Comando da Fronteira de Jaguarão, uma simples manobra
que prejudicá-lo...

Mais uma vez, porém, o prestígio de Osório crescerá em vez de
decair. Para neutralizá-lo é preciso retirá-lo da Província...

Nomeiam-no Inspetor das Cavalariaias do Norte.

Osório, então, pela primeira vez, vem ao Rio, entender-se com o
governador, cujo espírito Caxias já havia preparado com as informa-
ções que lhe dera sobre a questão, e regressa premiado e mais pres-
o...

Não tinham sorte os seus adversários políticos.

De regresso à Província de novo a poesia nele se inspira e dessa vez não se contenta em revidar-lhe a fama. O vate Antônio Ribeira da Silva profetiza-lhe o futuro:

*"Nos frouxos cantos da quebrada lira
Do soldado também Osório ilustre,
Teu nome reviverá;*

*"Do povo em tradições, no pátrio berço,
No grato recordar de todo o Exército
Eterno soará".*

*"Da lisonja jamais venal turibulo
Balanga a dextra que concerta em hino
Em honra da verdade;
Heroicos feitos que tua vida exornam
Têm jús a estátuas, adorações, altares
Em nossa idade".*

CHEFE INCONTESTÁVEL

No ano de 1860, Silva Ferraz é Chefe do Governo. Osório, que até aí votava nos homens, Caxias, Belo, Pôrto Alegre, Felix da Cunha etc., por seu valor pessoal, sem muito indagar se eram conservadores ou liberais, seguindo destarte praticamente a política de conciliação que se apregoava, sentiu que era tempo de acabar com essa prática indefinida que mais servia de disfarce a ambições pessoais do que deu benefício para o país.

Pensa e inicia a organização definitiva do partido liberal do Rio Grande do Sul. Chama a si Felix da Cunha e com ele entra em ação.

Apresenta-o candidato a Deputado Geral, em contra posição ao Dr. Brusque, que era pessoa acariciada pelo Governo, sem, no entanto, mencionar essa circunstância. Limita-se a exaltar as qualidades entre seu candidato em face das conveniências da representação da Província. E vai levando sua candidatura por diante, em meio de armadilhas que lhe procuram pôr os amigos de Brusque sem se deixar enleiar, tomando, com Felix da Cunha, todas as precauções oportunas à sua intenção da vitória.

Não evitaram as cautelas por ambos tomadas que no Rio de Janeiro se viesse cedo a saber que Osório apoiava Felix da Cunha contra Brusque e dai choveram os pedidos a favor deste. O próprio Caxias escreve a Osório aconselhando-o a não hostilizar esse candidato de-lhe o *obséquio de ficar estranho à próxima luta eleitoral, por as razões que possui...* Osório, porém, não recua. Via nisto a ação do partido liberal.

Trava-se a luta, realiza-se o pleito e Brusque é derrotado por Caxias, apesar do apoio e preferência oficiais.

A atitude que Osório adota depois desta vitória, define-o bem. Agradece-lhe Felix da Cunha o ter sido eleito e por isto felicitá-lo, selha-o a que atribua o êxito aos *nossos amigos, porque não sejas se algum deles é ciumento e o ciúme é capaz de diabrumas* (22 de fevereiro de 1861).

Mas a política torna às manobras escusas... Em 2 de março, quando assumido o poder o partido conservador, Caxias é o Presidente do Conselho. Os inimigos de Osório, desconhecendo o caráter de Caxias, tentam lançar contra ele a infame denúncia de que por fraqueza lastimável, faz-se veículo o Barão de Porto Alegre, dando-o de tramar contra a Pátria. É ainda reflexo da atitude de Caxias na questão da *declaração militar* em apoio de Silva Ferraz. Não faz efeito. Caxias não lhe dá crédito. Osório, porém, tudo expõe em termos claros e precisos. Magoara-se, porém, desta vez, esconde quanto o procedimento de Marques de Souza, de quem é amigo, a cujo lado lutara na guerra farroupilha e sob cujas ordens servira de longa data e combatera em Caseros, havia ferido dolorosamente a sua sensibilidade... "...acaba-se a guerra, e logo começo os meus grandes inimigos a apregoar que sou anarquista, indinado, etc., escreve ele ao Dr. Belo, que lhe transmitira a notíciada denúncia, conforme o que lhe narrara Caxias, para que o fizesse". Depois, Osório prossegue: "O Barão de Porto Alegre foi realmente alistar-se nessa roda... Não me podia fazer ferida mais dura... se o fato não chegasse a mim por letra de V. Excia. dêle agradeço, porque a perversidade é demais".

Amalis, porém, esmoreceu. Visando sempre a constituição definitiva do *partido liberal*, ele e Felix da Cunha tratam de obter maioria na Assembleia do Rio Grande do Sul, trabalho a que se dedicarão nas eleições próximas. Não mais agora bater-se-á nas eleições por seus candidatos conservadores, como o Dr. Belo. E nessas eleições terá que bater não sómente a estes mas também a facção chefiada pelo Barão de Porto Alegre, dissidente do partido liberal, a *progressista*.

No ano de 1862, aproveitando *liberais descontentes e conservadores*, depois da queda do Ministério Caxias, Zacarias de Góis, que concelhos chefiava uma corrente política que se constituira sob a denominação — *progressista*.

Osório não aderiu a esse novo partido, no Governo, o que ia tornar árdua a nova disputa eleitoral, e tanto mais quanto ele e os demais liberais teriam de disputá-la em mais de um círculo para poder formar maioria na Assembléia Provincial. Um recurso de êxito com que contava era a judiciosa escolha dos candidatos. Por isso organiza sua chapa com desvelo, procurando valores reais. É então que aparece no cenário político a figura do fogoso tribuno Gaspar Silveira Martins que, mais tarde, turvado pelos seus sucessos tribunícios e pela posição política que adquire, a qual passou a atribuir somente ao seu valor, pretende usurpar de Osório a preponderância política na Província. Criatura, revolta-se contra o criador. Gaspar foi de fato o único erro político de Osório, erro que ele somente descobriu haver cometido no fim da vida, o que trouxe certo amargor aos seus últimos dias.

Cotegipe, o sagaz e inteligente baiano, e naturalmente também outros, assim o julga, ao que transparece da carta que escreve ao seu amigo Deschamp, provavelmente, na época em que Osório entra para o Ministério. O fato de ser Cotegipe conservador, dá singular valor as suas expressões: Diz ele: "O Herval pensa bem a respeito da política externa; assim pensasse ele sobre a interna, porque quem tem o seu nome não o estraga em questiúnculas de casa, em que sempre vem porcaria: ele que se deixe de gaspares e outros (o grifo é nosso) par

(1)

Seja como for, o fato é que os liberais foram formar a maioria da Assembléia Provincial de 1863, em que então tomou assento Silveira Martins.

Sua vitória era esplêndida. Todos viam nele o chefe incontestável do partido liberal que se mostrava forte. Não estava, porém, tinda a luta.

Realizavam-se também eleições para deputados gerais e os liberais com Osório a elas concorreram bastante fortes, com as chapas de candidatos que apresentavam nomes todos de boa significação, embora novos alguns deles.

Ainda desta vez a vitória foi completa no primeiro turno, em todos os três círculos eleitorais da Província. Mas o êxito do segundo turno foi prejudicado por grave indisciplina partidária.

É o fato que, havendo um dos candidatos, Amaro José d'Avila Silveira, declarado desistir da eleição, foi substituído pelo Barão de Mauá, no competente Círculo.

Com isso não se conformaram os amigos de Amaro e insistiram por ele. Não havendo tempo bastante para consultas, apelam para a decisão de Osório e este resolve-se a favor de Mauá. Não se conformam ainda com isto os amigos de Amaro. Dá-se o pleito, os votos se dispersam e o partido é batido...

(1) — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Coleção Osório L.

Esta derrota, porém, mais ainda veiu firmar o prestígio e sagacidade política de Osório, pois ficou provado que somente se deu pela disciplina partidária. O resultado foi exatamente o que ele predissera seus amigos ao adverti-los do erro em que incorriam.

O Barão de Mauá, a quem Osório apoiava, e que fôra eleito por também votarem governistas, a *máquina montada pelo Sr. Ferraz*, dizia Osório, e que se esforçava por destruir, mais tarde recebeu insufla de seus amigos liberais a quem abandonou.

Osório, porém, sempre generoso e compreensivo, perdoou-o. Compreendeu naturalmente, sem o aniquilar. Ficou nas represálias mínimas sem atender à grita de seus correligionários.

Em carta que escreveu a seu filho Fernando, explica sua atitude. Que disse ao Mauá, esclarece ele, é o que devia dizer. Não sou autor, nem devia inculcar-me dispondendo da opinião destes; não devia inconveniente para com os meus companheiros, nem desrespeitar deveres e direitos. Quem fala muito e sem pensar perde a matéria. O pobre Mauá é vítima das circunstâncias. O compromisso da sua alma comprometeu também sua fidelidade ao partido que o elegeu, e, o seu dinheiro e seus amigos privados operaram fortemente o triunfo do partido liberal desta Província. Pode-se abandonar mem mas não massacrá-lo. Na Corte mesmo ele andará correndo seu ato e ainda acusado pela própria consciência". (2)

Nessa ocasião, consequentemente à constatação da evidência desse erro, passam os seus adversários a procurar miná-lo constantemente com ataques feitos pela imprensa. Então, pela primeira vez, trata-se de fundar um jornal para a defesa do partido. E o faz na cidade de Jaguariaí.

Os sucessos políticos que acaba de obter deixam os homens do governo intranquilos. Para que o possam destruir, não há dúvida, é só retirá-lo da Província e éles o tentam mais uma vez. Nova denúncia de conivência com uruguaios em detrimento dos interesses nacionais é dada contra ele. Osório, como sempre, desfaz facilmente as acusações. Mas apesar disto é chamado à Corte, em objeto de serviço, outra explicação. Para que usar subterfúgios?

Novo erro de seus adversários. Osório ao deixar o Comando da Fazenda de Jaguariaí para cumprir essa ordem recebe as mais significativas manifestações. Numerosos abaixo assinados, de oficiais, da classe, de proletários, lhe são entregues, subscrevendo as mais expressivas palavras de respeito, admiração e carinho.

Mais uma vez o Imperador, informado por Caxias, anula a ação guidora e Osório volta ainda mais prestigiado e prestigioso.

2) — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Coleção Osório — Lata 252 — Doc. 11.749.

Torna a recebê-lo Jaguarão com festas, banquetes e bailes e ele chega ainda a tempo de obter mais uma vitória eleitoral, nas eleições municipais, que então se realizam.

Aqui finda o que poderíamos chamar o primeiro ciclo da carreira política de Osório.

NO INTERREGNO DA GUERRA

Em 1864, sobe ao poder o Gabinete organizado e presidido pelo Senador Furtado, acentuadamente liberal. E no entanto, no Rio Grande do Sul, este partido entra em declínio. É que viera a seguir a guerra do Paraguai e Osório, em campanha, não faz política. Sofre as consequências dela, mas cumpre o seu dever, sem se importar com isto. Durante os largos cinco anos que dura esta terrível luta, ele se abstém completamente dos partidos. Não atende a nenhuma das solicitações que lhe fazem. Fica surdo a tudo que não interessa ao trabalho direto, intenso para a vitória. *Servir à Pátria, quaisquer que sejam as mãos em que tenha caído, é o seu lema.*

Ele cumpre o seu dever, que cada qual iça o mesmo. Soldado, não é juiz nem censor. Não erra porque os outros erram. Dá nessa oportunidade o exemplo mais magnífico em nossa história de uma sábia compreensão do dever patriótico.

Mas sua falta na política é tão grande como nos campos de batalha. Nos pequenos interregnos da luta, quando vem repousar ou refazer-se, logo seus partidários, ovelhas sem pastor, se acercam dele.

Em agosto de 1866, quando vem à Província refazer-se em sua saúde que a guerra do Paraguai abalara, não se pôde furtar completamente ao apelo dos seus amigos. Nessa oportunidade, em carta ao Coronel Oliveira Belo, define com segurança suas diretrizes: "Em nosso sistema de governo, nada pode influir mais maléficamente do que a má escolha dos que devem representar o País, e nem de outra coisa têm provindo as dificuldades em que se tem visto a Coroa para a organização dos últimos ministérios. Sejamos muito escrupulosos nas eleições dos futuros deputados, e faça cada um de nós o que puder para colocar na Câmara os que sejam mais dignos de representar os brios, defender os direitos e promover os interesses de nossa bela Província."

Não pôde, porém, reintegrar-se completamente nas atividades de seu partido porque a guerra, sem mesmo esperar que se restabelecesse, vai reclamá-lo de novo. Não tarda Caxias a chamá-lo para incumbi-lo de organizar e levar-lhe ao campo de batalha o 3.º Corpo de Exército.

Em 1869, vinha doente, ferido, e estava meio atônito ainda com as manifestações que lhe faziam, e que chegavam de toda parte, já a política desamparada tanto tempo corria a pedir-lhe de novo a salvação.

Logo a 15 de fevereiro escreve-lhe o Conde de Pôrto Alegre: "Era demasiado sensível a ausência de V. Excia. quando a mão arbitrária poder levava de vencida as nossas melhores esperanças. Era bem voso não vê-lo em nosso país hastear o estandarte da liberdade e ciação, em oposição aos ferreos designios dos chamados conservaes, quando gastava os seus dias em concorrer para a liberdade de povo estranho. O país oficial arremessou-se contra a opinião pú- a — a maioria nacional que era liberal, que se manifestava clara- te, ficou sopitada, e tudo porque as violências e ameaças postas em o puderam muito sobre a indecisão de um povo que, temeroso de turbar a ordem, não quis resistir aos meios empregados pelos com- ssores. Há, no entanto, um ponto de resistência moral, que creio pode salvar nossos brios — é o Centro Liberal e Diretórios, em os bons liberais vão depositar suas esperanças e onde a união e iotismo comum dos grupos em que outrora nos vimos divididos em achar o eco das suas aspirações e assegurar um melhor futuro o País. Eu me congratulo com os nossos amigos pela chegada de Excia."

A significação deste documento é enorme. Estão lembrados os gos de que o Conde de Pôrto Alegre havia menos de uma dezena anos, rompido com Osório. Chegara a hostilizá-lo de modo ver- eiramente inconsiderado. Agora estende-lhe a mão, propõe-lhe aliança, isto é, a reconstituição da unidade do *partido liberal* a chefia de Osório, naturalmente. E' o que se vai dar.

Não podia ser mais completa a vitória política de Osório em terra. O Conde de Porto Alegre faz esse gesto de grande nobre- como que a se penitenciar dignamente do erro em que incorrera assado. Mas sabia bem a quem se dirigia. Tinha certeza da ele- o moral da resposta.

Sem demora, replica-lhe Osório, entre os sofrimentos de sua midade: "Bem senti não compartilhar com V. Excia. da der- que sofreram os liberais do Rio Grande, na eleição que se acaba azer: porém, serei companheiro na que se seguir. Os cegos poli- que retardam a prosperidade da Pátria, tarde abrirão os olhos, que a opressão nem sempre deixa de produzir a reação do espi- Não disponho de meios intelectuais como V. Excia. e outros gos brasileiros para com mais facilidade promover o bem da a, mas, sobra-me vontade neste sentido para fazer o que puder. V. Excia., confio nos Diretórios do partido liberal, que devem curar a união do partido e a base de sua política para todo o 1".

E ai está uma reconciliação que vale um programa cuja idéia l, o bem da Pátria, é sempre digna de ser seguida. E ai está da em toda sua grandeza a imensa força política imanente de o, lúcido, sensato, patriota, sincero, modesto, desambicioso...

Ai está também o começo de uma nova vida para o partido liberal...

Havia razões de sobra ao Conde de Porto Alegre para lastimar a cegueira política que era a atitude intolerante dos conservadores. Esse governo desconhecia o que o Brasil devia já a Osório, como o Imperador desconheceria antes o que devia a Marques de Souza, preferindo a ele o *fanigerado* Pedro Chaves, a quem fizera ainda o Barão de Quaraim. Temia-o por certo, e tanto que, indo contra a *unânime aclamação dos povos*, que por fôda a parte berrava a glória de Osório, excluia-o da chapa senatorial. Que lhe importava os serviços que este havia prestado? Que estava prestando na guerra de onde ia regressar gravemente doente e ferido?

Também pouco lhe importava a opinião pública. De fato, as eleições procedidas em 1869 tinham sido anuladas porque faleceram o Dr. João Jacinto de Mendonça, que figurava em primeiro lugar na lista tríplice antes de ter sido feita a escolha pelo Imperador. Eravam eleições para preenchimento da vaga de Pedro Chaves, que faleceram três anos antes. Não o faria sem ter de quebrar resistências nem sem exercer inconsideradas violências, contra as quais o Conde de Porto Alegre procura reagir, reconciliando-se espontaneamente com o grande chefe liberal.

São fatos estes explicitamente narrados por João Francisco Mena Barreto, quando de Uruguaiana, cuja Guarda comandava-se saúda, em 26 de dezembro de 1869, a Osório, por seu regresso à Província: "E' triste, tristíssima a quadra por que estamos passando. Dei parte de doente e aguardo a todos os momentos a ordem para entregar o Comando da Fronteira; isto porque muito clara e positivamente respondi ao pedido que me mandou fazer o Sr. Presidente da Província (Delegado do Governo do Brasil, note-se bem) que não prestava o meu fraco concurso nas próximas eleições ao Governo, pela injustiça que praticava o mesmo Partido Conservador excluindo V. Excia. da chapa senatorial, e que em tais circunstâncias claramente preferia a minha exoneração".

Essa atitude hostil do poder, tão inconsiderada que sugere a idéia de *revolta armada*, vai servir para mais acentuar a inteireza moral de Osório, a abnegação com que cuida da coisa pátria, se se que em nada possam influir as ofensas que se lhe fazem, para modificaçâo de sua conduta política. Terminada a guerra, está maduro para explosão a revolta que conta com fortes elementos para vencer, se ele quiser chefia-la e só não se dá porque a isso não quer anuir.

No entanto, não terá tempo Osório, ainda desta vez, de atender plenamente ao chamado da política. Ferido, doente, *inválido*, tem de voltar aos campos de batalha. Ninguém admite que a guerra possa ganhar sem ele, tanto mais que o Duque já lá não está...

DEPOIS DA VITÓRIA

Ao regressar, porém, definitivamente da campanha, ainda fe-
e doente, e mais agora com a alma enlutada pela morte da es-
- com sua pequena fortuna particular descuidada e a educação
filhos a zelar, apezar de aspirar e precisar de longo tempo de
iso, não se poderá esquivar das lides políticas. Nem à Europa
inquerir. É o homem do campo, só aí sabe viver bem. Chamam-
Corte para festejá-lo, ele deixa-se ficar. Para que festas? Quem
lita nos louvaminheiros e nos entusiasmos das multidões? Não
talvez contra alguém que o queriam jogar? Não. Ficaria no
Repartiria seus tempo entre Pelotas, onde está sua família,
estância do Arapéi, onde está a garantia do seu futuro.

Sim, era bem esta a sua disposição. Não se conformam, porém,
isto, nem a glória que o procura por tóda a parte e em tóda
o segue, nem a política que precisa dêle.

Agora não são apenas os liberais, seus velhos correligionários,
o procuram. Os republicanos, que se organizam em partido, e
pem por natureza um dêles, talvez o mais *praticamente republicano*
entre todos, vêem nele, *embora com reservas*, o possível reali-
de suas esperanças.

Eles surgem com a força dos que desposam idéias novas. De-
volviam tal atividade que se tornaram temidos. Cotegipe, escre-
-o a Deschamp, em 27 de março de 1873, chegou a dizer: "A
pública dizem que vai sair no dia 7 de abril... por medo". (3)

Silveira Martins, que andava tentado pelas novas idéias mas
não se sentia com forças de levantar voo sozinho, várias vezes
alara na conveniência de fazer-lhe a República, desaconselhan-
porem, Osório, porque isto era ainda uma solução política
impôranea.

Os republicanos do Rio inauguraram o seu retrato na sala do seu
e o Dr. Henrique d'Avila, numa manifestação que é feita a
em Jaguarão, convida-o abertamente, em inflamado discurso,
embainhar a gloriosa espada da República.

Osório, porém, é o chefe e não comandado. Não é daqueles que
perturbam com o troar dos canhões no campo de batalha nem com
rido das ovações nos entusiasmos da paz. Nem é dos que se per-
m com a lisonja. Desaconselha a mudança política que Silveira
ins insinua, aceita sem medo de se comprometer as homenagens
republicanos do Rio, mas ao ataque direto e franco do Dr. d'Avila
nde incisivo e claro, mesmo magnífico, sem um tremor de voz,

sem vislumbrar de excitação alguma, na lógica da sua elevada compreensão do papel da política e dos políticos.

"A República ainda não é uma idéia triunfante na opinião nacional. A espada que desembainhasse agora, tentaria uma imposição. A que cinjo é para combater os inimigos dela e não para tiranizá-la."

Osório tinha respeito à opinião pública!...

Assistia razão a Martinho de Campos em admirar nele mais o político do que o militar!... Para consagrá-lo como político, à altura das maiores que houve, seria necessário mais?

Esse gesto de Osório tem significação tanto maior quanto não é a repulsa de uma sedução isolada num recanto da fronteira do Brasil. O Conde de Porto Alegre também havia sido tentado e, no seu turno, tentara seduzi-lo, pelo que a empreza torna-se à extremamente fácil para ambos, com o enorme prestígio civil e notadamente militar que desfrutavam.

De resto, Osório continuava a dizer aos que lhe falavam nestes assuntos que a *coisa havia de vir*, que ninguém se afligisse. Os hábitos, a mentalidade e as vaidadezinhas do Imperador; o trabalho dos monarquistas tornando-o antipático e desmoralizando-o; a descrença e a desconfiança do povo pela má execução das leis; os abusos sem repressão; e o ambiente americano, tornavam, na sua opinião, a república uma fatalidade. Tudo facilitava a propaganda, dizia ele, porque "as idéias são como as epidemias: alastram. A *coisa* há de vir e só o que desejo é que venha oportunamente".

Prossegue, pois, a trabalhar pela Pátria no ambiente político, fiel a suas idéias liberais, isto é, ao trabalho do seu partido para elevar o nível da capacidade política nacional, cujo meio vê principalmente repousar na escolha de dignos representantes do povo.

O comportamento de Osório depois da guerra do Paraguai, quando ninguém mais lhe disputa a primazia, sem um ódio, sem uma só reivindicação a fazer, quando já as pazes feitas com o Conde de Porto Alegre, este o chama em 1871 de "cidadão mais prestigioso do Brasil, e particularmente desta Província, que teve a fortuna de o ver nascer" e declara que a ele "compete principalmente dizer-nos o que a tal respeito convém fazer", dificilmente pode ser julgado em todo o seu valor.

Nessa mesma época as urnas confirmam a sua autoridade imensa e o mesmo Conde de Porto Alegre torna a escrever-lhe, "para felicita-lo pelo brilhante triunfo que acaba de obter o partido liberal da Província nas eleições, o qual não se teria conseguido se não fossem os grandes esforços empregados por V. Excia. e o grande prestígio de seu glorioso nome". (4)

(4) — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Lata 264 — Documento 13.618.

Jo entanto, nessa época (31 de março de 1872), Osório escrevia
amigo Tenente Menezes: "Tenho tédio de falar em política".
Por que esse tédio num chefe que está no auge do prestígio?
Salvz nô-lo possam explicar os fatos das eleições que se deram
Província em 1872.

No dia 21 — escreve-lhe o Barão de Ijuí, a 25 de agosto, de
Uruguaiana, — achava-se desde antes de 9 horas da manhã, no corpo
de reja Matriz, grande número de cidadãos, bem como os mesários
de Uruguaiana e Barcelos, mas até 11 horas ainda não tinham comparecido
Figueiredo e os mesários Vitor e Caripuna. Convocados então
três vezes consecutivas pelos mesários presentes Benicio e
os afim de que viessem continuar os trabalhos, ou, se não queriam
declarassem e mandassem as chaves da urna, responderam que
importavam com isso, que não mandavam as chaves e que
consultado ao Exmo Sr. Presidente" Depois relata as provi-
s tomadas pelo Juiz de Paz, a recomposição da mesa, abertura
da urna, etc. etc., termina, depois de dizer que a vitória libe-
completa e que, por prevenção, é que relata tudo minuciosa-
mente: — "o Juiz Figueiredo e os mesários Vitor e Caripuna decla-
oficialmente ao Exmo. Sr. Presidente da Província de quem
é a solução".

Os fatos vão motivar processo contra o Barão de Ijuí, que mais
tará acusado até de assassinato...

Os conservadores no poder não podiam admitir derrota nas elei-
ções. Aqui está um outro exemplo:

Em Sant'Ana escreve, em 1872, a Osório, seu irmão Pedro:

O Chico Tavares conversando com o Carvalho disse-lhe que
estava preparado e bem disposto para você desta vez ir à lama,
sua de ser derrotado ainda que para isso fosse preciso empregar
tão certo que era fruta colhida. Parece-me que deu a entender
a recomendação da Corte. Isto ouviu um amigo nosso de toda
aça que estava escrevendo em uma sala imediata e me contou
de avisar".... "O Carvalho respondeu que era imprudente esse
movimento, que não deviam provocar um homem como você de
serviços e prestígio", etc.

Ele tinha razão Osório em ter tédio da política?...

Ele era ele diferente dos demais políticos não resta dúvida
dizer que não desamparava os seus amigos na desgraça. O caso
processo contra o Barão de Ijuí, acusado por crimes que não pro-
vam Uruguaiana, mas cuja responsabilidade lhe é atribuída pela
pela política, é digno de ser assinalado.

Osório o primeiro a socorrê-lo e jamais o desamparou, ajuda-
o nas despesas de sua defesa embora não tivesse fartura de re-
Foi ele quem incitou os correligionários de recursos a irem

em ajuda a do Barão. Mortificava-se tanto com o corrido que escriga-
vera em 1876 a seu filho Fernando: "Figura-te o meu desgosto vergon-
hoso de uma matilha de cães, mordendo-o desapiedadamente".

Desde seu regresso do Paraguai até 1877 permanece na sua Proví-
víncia. Não fica politicamente inativo. Não o deixam tranquilo os seu-
os amigos: "Querem — escreve de Sant'Ana à sua filha D. Manuela, o
5 de junho de 1876 — que eu vá a toda parte, mesmo doente que fui
gastar o que não tenho. De Uruguaiana gritam por mim; o Alegre
faz o mesmo; Sant'Ana está à matroca; Bagé e Jaguarão, Arroio
Grande, Pelotas, também me querem ali. Diz-me como hei de ir a todos
estar em toda parte e em toda parte dispendendo? Sem embargo faça-
o que puder e o que não puder ficará por fazer".

A questão das despesas não era desprezível para quem tem
poucos haveres. A referência anteriormente feita ao Barão de Macau
denuncia já quanto o poder despendido nas eleições era suficiente
para um grande político. Concretizemos os fatos.

Na lata 264, da Coleção Osório, do arquivo deste Instituto, se
contra-se o documento 13.710, que nos ilumina a respeito. Trata-se
de uma carta dirigida a Osório, por um cabo eleitoral, Antônio de
Joaquim Calor, prestando contas das despesas por ele feitas com
eleição de 1.º de setembro de 1877. A relação dos gastos soma
1.216\$000, e estes se fizeram com chapéus, botas, calcado, roupa
homens de recado (próprios), etc. O mais curioso é, porém, o que
tende com a compra de eleitores: 32\$000 paes à mulher da Talavera
para fazer o mesmo ir à eleição (sic), 96\$000, 100\$000, 128\$000,
até 200\$000 para compra de votos conservadores.

Nesse ano, 1877, Osório, vem ao Rio de Janeiro para assentamento
no Senado, por ter sido nomeado a 11 de janeiro Senador do Império
pela Princesa Izabel, que ocupa o trono enquanto o Imperador viaja
pelos Estados Unidos, na vaga de Fernandes Braga, que faleceu
em 2 de fevereiro de 1875. Osório figurava na lista tríplice em seg-
do lugar, em virtude da eleição procedida no ano seguinte.

NO APOGEU

Começa então a última fase da vida política de Osório, quando
deixa a sua Província, o ambiente de suas campinas do sul, onde tenta-
cera e soubera fazer avultar sua personalidade gigantesca, cuja sombra
se projetava protetoramente sobre o Brasil inteiro, alimentando torpes
corações patriotas as mais vivas esperanças, nunca mais volta, se basa-
que voltar se fizesse sua aspiração maior, quando alcado à alta
nidade de Ministro do Império. A população do Rio e das Províncias
do norte, que ele não tardará a visitar, não mais para inspecionar
valaria, mas para ver os filhos que estudam em Recife, nesse ano
1877, se alvoroçam todas num frenesi de aclamações entusiásti-

recebê-lo. Todos querem vêr o homem de quem se contam coisas extraordinárias que até parecem fantásticas. E, fato a notar, Osório no Rio, vai ao Norte, é recebido com festas nunca vistas, mas não em seus gestos, em suas atitudes, nas suas palavras, nenhum ar. Não decepcionou ninguém.

Certamente são os chefes políticos liberais que assumem a liderança dos festejos, mas é de fato o povo quem os faz. O Governo, que é conservador, o Gabinete Caxias, não comparece a recebê-lo. Procura minuir o vulto da razão de ser dos festejos na sua imprensa, mas nesses festejos os simples conservadores também se misturam no povo e não ficam ausentes...

De tanto entusiasmo, que resultará? Indagam inquietos os chefes conservadores, não obstante saberem quem é Osório, como pensa e procede.

Colégipe, em 27 de abril de 1877, escreve a Deschamp: "Amanhemos grandes festas para recebimento do herói riograndense. Sabe que os políticos são os promotores da tardia demonstração. A espada de caudilho? Veremos em que isto dá! Mediremos o quanto a tão grande estatura..." (5)

O resultado, em que *isto deu*, foi o fortalecimento do partido liberal e a sua ascenção em breve ao poder.

As atividades de Osório, como Senador, foram marcadas pelo fato de que tomou pelas questões concernentes à melhoria da situação dos militares e de suas famílias, pela tenaz defesa que fez de interesses de sua província, de que ela carecia, e pela objetividade com que tratou as questões da defesa militar do País. Houve também a consciência das questões agitadas no Senado sobre a guerra do Paraguai, consequentemente aos complementos que em defesa dos bons créditos, teve que levantar.

Nessa situação, porém, agiu pouco tempo. O regresso do Imperador de sua viagem aos Estados Unidos, importou na queda do parlamentar conservador, e no tratamento ingrato que recebeu Caxias.

Em 1878, a situação política exigia como ponto capital da reforma a efetuar-se uma nova lei eleitoral que pusesse termo ao sistema dos turnos. Este provava mal. As eleições não davam à Câmaras uma verdadeira representação nacional. Os Delegados do partido no Congresso, isto é, os presidentes das províncias, eram os verdadeiros eleitos, cujas armas eram a violência e a fraude. A situação era tal que os gritavam: *reforma ou revolução!*

Não governava o partido conservador com o Gabinete chefiado por Caxias, apoiado por grande maioria das Câmaras. Caxias, porém,

sentia-se velho e doente. Desde que o Imperador regressou de sua gem aos Estados Unidos, donde veio naturalmente influenciado amais pelas ideias democráticas, pede para ser substituído, para deixar o Governo. O Imperador exige então, a saída dos outros Ministros, daí resulta a queda do partido conservador.

Chamado Sinimbú para formar o Gabinete, faz questão que dfaça parte Osório "em pleno fastigio de sua glória militar, o maior chefe liberal do Rio Grande do Sul". (6) ao qual foi dada a pasta da Guerra. Na da Fazenda ficava, ao que parece por sugestão de Osório, outro riograndense, Gaspar Silveira Martins. Não fôra esta escolha tão feliz como a primeira.

Osório vai decepcionar-se fortemente. Silveira Martins não recia a confiança que tanto nele depositara "o legendário".

Cotegipe, com sua sagacidade e não obstante seu *horror às trépadas políticas*, denuncia na carta a seu amigo Deschamp, anteriormente referida, quanto apreciava Osório e lhe repugnava a ascenção de Gaspar: "O Herval pensa bem a respeito de política exterior, de assim pensasse ele sobre a interna, porque quem tem o seu nome o estraga em questiúnculas em que sempre vem porcaria: éle se deixe de gaspares e outros..."

Cotegipe via certo.

Saraiva recebe a nomeação de Osório com seus "cordiais elogios" e primentos por sua entrada para o Ministério. É um novo serviço de de diz êle em 10 de fevereiro de 1.878 — que o País lhe pede e uma prova que V. Excia. vai dar de seu patriotismo para os negócios. S. Estou persuadido de que havemos de aplaudir o Marquês do Herval, Ministro, como aplaudimos o General de nosso Exército, no Paraguai.

De fato, no sacrifício real que fazia Osório, cuja natureza só amoldava bem à das livres campinas do sul, não deixaria Saraiva ter o que admirar no Ministro.

Nem poderia deixar de aplaudir um chefe político, um Senador e Ministro cuja norma de conduta é a lealdade, o destemor, a fidelidade, a queza, o amor à verdade, o trabalho sincero pelo bem da Pátria, a compreensão sadia dos interesses públicos. Como deixar de aplaudir o Ministro e político que sabe fazer justiça até aos seus adversários?

No Senado, Osório ousa dizer que não atribui a êste ou àquela o partido o descalabro que vai pelo Império e sim à fatalidade das nossas circunstâncias. Defende até, sem olhar a quem, o cavalo de batalha que era a responsabilização pela guerra do Paraguai, com palavras dignas de meditação. "Mais uma vez, diz êle em sessão de 15 de setembro de 1.879, Sr. Presidente, tenho ouvido acusar a um dos partidos políticos pela guerra que tivemos com o Paraguai. É uma cousa séria em que talvez não seja eu o mais habilitado para tratar dela e a

(6) — O Visconde de Sinimbú — Craveiro da Costa.

direi que é minha crença que se o Brasil não levasse a guerra, ao Paraguai, para encontrar os inimigos da Pátria fora do nossoório, a guerra ter-nos-ia custado muito maiores desgraças, porque nigo preparava-se e já tinha as suas avançadas sobre as nossas iras".

As atitudes agressivas de Silveira Martins no Parlamento, sua a financeira, sua falta de senso político, em suma, não tardaram aír uma crise no Gabinete e em provocar uma dissidência nos. Não podendo Silveira Martins governar a política do Gabinete impor suas idéias, forçá-lo a seguir suas atitudes impolíticas, e-se de súbito, e quer que Osório o siga como se ele fôra a maior alidade liberal do Rio Grande.

lás, Silveira Martins foi logo mostrando, desde sua chegada de Janeiro em 1877, quanta razão assistia a Cotelipe, na re- a citada. A bordo do mesmo, separa-se de Osório, para seguir a gente como se o que chamava sua gente fosse a força poli- e o fizera. Olvidava o que devia a Osório. Esquecia-se de que ido a insistência dêste iorá eleito, como se vê da carta que escreve ao Dr. Pio Angelo da Silva, em 9 de agosto de 1876, estância no Araipe. Para as eleições que se realizaram naque- quando Osório foi eleito para a lista tríplice de Senador e Gaspar Deputado Geral, diz aquêle ao Dr. Pio que recomendara a in- de Gaspar nas chapas liberais de Senador e Deputado, para modo algum "fique excluído da representação nacional, o que ma derrota para o partido liberal".

Sinimbú, conhecendo que o problema político que seu Gabinete resolver era a *reforma eleitoral*, cuja necessidade era reclamada veemente insistência por seu partido e a opinião geral, de muitos conservadores, trata de obtê-la, procedendo de evitar pretextos à animosidade do Senado, cuja maioria era adora. Silveira Martins, cuja situação é insustentável, pre- e disto. Quer impor outras reformas no projeto da lei elei- elaborado pelo Governo, sobre imigração, rejeitada por nada om o caso, com que ele se conforma, e sobre a elegibilidade católicos para a Câmara dos Deputados, com o que não con- imimbú e ele não se conforma. Não era Sinimbú infenso à mas adotá-la seria expor-se a ver a reforma repelida pelo risco que não quer correr.

sendo atendido, portanto, Silveira Martins demite-se. Mas e Osório o acompanhe. Este nega-se a isto. Sua saída enfra- o Gabinete e assim talvez viesse a dar com o partido liberal a.

Despeitado, Silveira Martins parte para o Rio Grande e co- tramar contra ele, a procurar minar seu prestígio, sem olhar modos. Mais tarde confessa-se arrependido.

Craveiro da Costa, em seu estudo sobre o Visconde de Sinimbu, regista assim estes fatos: "Retirado do Governo, diz ele, Silveira Martins não se limitou a uma oposição discreta ao Gabinete de que era parte. Essa discreção era, aliás, incompatível com o seu temperamento combativo e ríspido. Opondo-se às restrições governamentais, o fogoso tribuno excedeu-se na campanha, creando ao Gabinete, temerariamente guerreado pelos conservadores, uma gravíssima situação de dificuldades, pois o Ministério passou a ter contra si, além dos seus naturais adversários, os conservadores e os republicanos, alguns e puros. Para Silveira Martins não havia meio termo. O próprio Osório, com a sua imensa glória e a sua projeção sobre todo o Brasil, a quem Rui Barbosa considerava o *primus inter pares* do Partido Liberal, porque recusou acompanhá-lo no rompimento com o Gabinete, em junho de 1880, na Câmara, teve o seu nome exposto em incontinências oratórias do tribuno", "comparado a Pausânias, o clássico da traição". E Alberto de Faria, em seu "Mauá" acrescenta: "Debalde se poderia objetar que dos membros do Ministério o Barão de Vila Bela fôra solidário com Silveira Martins e na mara unânime, só um Deputado, o Dr. Galdino Neves, ficou em oposição ao Ministério de que se apartava".

Os amigos de Osório instam para que rompa com ele, para o guerreie, mas o velho político quer evitar a todo custo a dissidência e passa por cima da ingratidão. O Ministério Sinimbu adotou como ponto principal de seu programa a reforma eleitoral e a reconstituição financeira. Si a primeira questão não causava embarracos, o espírito compreensivo e tolerante de Osório, antítese perfeita de Silveira Martins, o mesmo não se dava com a segunda.

Além da carta política que Osório escreveu ao Barão de Parnas sobre a sua atitude no caso da dissidência de Gaspar, cujos termos mereceram daquele a mais completa aprovação, há duas outras, mais e ainda não divulgadas que mais ainda esclarecem o assunto e onde se vê a alma de Osório. São estas escritas à sua filha Manoela em 2 e em 24 de abril de 1879, abrangendo o início do término da crise.

Ei-las:

Na primeira, diz Osório: "Tenho andado muito vexado com o que se tem dado com o nosso Gaspar. As vezes me parece que o destempero daquela cabeça e que fica capaz de comprometer a minha causa e o pior é que o Florêncio e o Camargo quererão tirar vantagem pregando inverdades, já iludindo os incautos, torcendo os fatos, atirando as culpas a quem nem conselhos deu. Ora! a nossa posição de todo o Ministério, era por si difícil porque as finanças do Brasil são péssimas e entramos fazendo guerra aos esbanjamentos que em grande número forma por isso muitos inimigos, que mais se exaltam

los insultos do Gaspar, que até tratou mal à Câmara aonde ouviu terríveis. O Senado todo se tornou seu inimigo além de conservadores, todos os contrários para lá penderam. Gaspar em sítio projetou a retirada e para sair bem fingiu querer a idéia que era e é a do Ministério e do partido, porém que não émos fazer passar no Senado, onde a maioria nos é contrária a empiorar nos declarou o Gaspar na Câmara que se devia acom a vitaliciedade do Senado. O Senado com receio que a conste trouxesse esta idéia não quer votar a constituinte! Aqui está nem sem esperanças procurando motivo para a saída na reforma que vale o mesmo que excitarmos a guerra com toda a Igreja quando o nosso país está a braços com a miséria e a fome! que ele queria que eu saisse como sua bagagem. Fiquei calado, os seus agentes foram para aí promover desunião que nos ser de um mau futuro para a província e o partido logo que os rvidorés voltem ao poder se não antes eu não escrevi a ninguém, a primeira carta que escrevo para satisfazer a tua ansiedade. me tenho desgostado porque em (data ilegível) eu queria te e ele pediu que não saisse. Depois fiquei comprometido e minhas noras em casa doentes até hoje. A Corte nunca recebeu dois Ministros do Rio Grande e se eu também saisse a crer no ne diziam tinha caído o ministério e talvez o partido pela desu que se manifestou. Seja como for, agora ficarei muito alegre o m que puder ganhar o meu Araipei sem pena desta vida desasa que me tem sujeitado a idéia de fazer ou cooperar para algum ao Rio Grande que pode ser ingrato como quiser mas descancarei inha consciência como sempre. Não quero que se divulgue o que go para não dar prazer aos inimigos cujo fim é desprestigar-me".

Na segunda, transborda o seu desgosto:

"Estou próximos aos 71 anos... Ando muito cansado da política aso que não me convém questionar com os moços que querem colar; por outro lado não sei o que pensam os nossos velhos amigos no a cruzada; tem o fim principal de mudança de chefe e eu não ambicioso de mando e o meu partido já não precisa de mim não tirei e não desertarei. — sou reformado por velho e por ter três s cultivando as letras!"

Talvez eu não possa ser generoso com os ingratos, porém não re- ainda apesar de ter na mão os meios de pô-los de patas r, porém a minha honra e a minha província, o patriotismo foram ore aquelas o meu ídolo e este o meu guia sem exclusões de sacri- s. Quando me recolher à Província então, resolverei.

Muito te agradaria ler esta história das desinteligências bem finadas com que o nosso amigo saltou fora do perigo em que se viu, porém fica para quando nos vejamos saberes. Depois que Martins saiu do Ministério ainda em casa dêle estivemos em combinação para serviço da Província e como ele não cá mais veio também eu não voltei. Desde que fundeamos neste pôrto da Corte já fiquei desapontado e esperando que aparecessem os nossos colegas ministros reunidos em uma lancha a vapor nos foram receber a bordo e convidar-nos para desembarcar e o Martins depois de receber os cumprimentos dos colegas deixou-nos a bordo e?.... em outras companhias dizendo-me eu vou cá com a minha gente que é onde está a minha força.

Calcula o que produziria?.... e surpresa. No decorrer dos acontecimentos cheguei a temer que o meu caro e bem caro amigo estava sofrendo de acessos mentais. Pois bem, ainda há pouco fiz Major da Guarda Nacional o irmão do Martins! O que eu desejo saber quem são meus amigos que me fazem justiça e quem se tornou meu inimigo por eu não fazer o papel de móbilis de um louco e malcriado, etc. ”

CONCLUSÃO

Não teríamos uma ideia justa do Osório político se não referissemos aqui algo de anedotário respectivo.

Diremos apenas algo que nos habilite a ver seu modo de proceder e a mesmo tempo mais nos explique a razão de sua força.

Sua simplicidade, sua franqueza, seu destemor, a ausência de artifícios e pequeninos procedimentos, ao par da viveza do espírito e do seu natural *chiste*, ai se revelam.

Conta-se que Osório costumava, em suas excursões eleitorais, hospedar-se, na cidade do Rio Grande e em Sant'Ana do Livramento, em casa de amigos e compadres que eram conservadores. Ai ditava, em voz alta suas cartas e não raro fazia o filho de um deles, seu afilhado, escrevê-las...

Indo visitar um eleitor, em Pelotas, que sabia vender seu voto, tratou de catequizá-lo. Este mostrou-se esquivo, mas Osório, dando-lhe como diferença essencial entre os ideais *conservadores* e *liberais*, pro-pugnarem estes para que se fizessem muitas eleições por ano, enquanto que os outros não queriam mais de uma, conquistou-o para os liberais...

Depois de haver organizado *uma chapa eleitoral*, sem ter consultado um chefe amigo importante, aliás personalidade muito conhecida na Monarquia e cujos descendentes tem ocupado posições de destaque na República, este estomagou-se. Decidiu e anunciou ir tomar satisfações a Osório.

Veste uma roupa de cór, que lembra uma pele de cobra, e vai à casa de Osório em Pelotas. Bate à porta e entra, formalizado e solene,

Mas, Osório, que está meio acamado, o vê e antes que diga qual cousa grita-lhe de longe:

— *Entre seu jararaca!*...

Com tal golpe desarmou o contendor. Depois, não obstante, este sua reclamação.

Osório ouve-o e pergunta-lhe:

— Está bem, quais são os teus candidatos?

O nosso amigo, estomagado, não tinha pensado nisto...

Quando os amigos de ambos o interpelaram sobre o resultado da revista, ele diz meio melancolicamente: Qual! quem pode com ele homem!... Foi logo gritando entre seu jararaca! Etc.

Administrando uma pasta sem recursos financeiros e isto numa época que as instituições militares e os armamentos no mundo inteiro iam grandes progressos, era empreza muito difícil. No entanto, a sua viva inteligência e a sua grande atividade, vai vencendo. De empreender reformas úteis e possíveis, fazer melhoramentos de grande importância, durante o pouco tempo em que exerce o cargo, que se afastou quando se lhe extinguiu a vida.

Ao par dos serviços políticos consideráveis que prestou, mandando-se fiel à Monarquia e às idéias liberais, tombava num posto vado, em plena atividade, pugnando e mantendo a coesão de seu partido, em trabalho ativo e modesto, mas eficiente, pelo bem do Brasil. Não houve, jamais, declínio em sua carreira e isto nos faz supor que o futuro lhe assegurava talvez, por suas qualidades e pela aceitação que tinha em todos e em todo o País, a direção suprema da política nacional. Nesta direção não era a marcha dos acontecimentos?

Calógeras sintetiza a carreira política de Osório em termos cheios de verdade, na conferência que vem colecionada em *Res Nostra*:

“Tornou-se o remodelador e o chefe do partido liberal do Rio Grande do Sul; era mesmo ouvido, no Rio, pelos maiorais desse agrupamento partidário. E, entretanto, não era um homem de Estado: suas posições políticas, para as quais não sentia pendor, e antes manifestava com insistência, antipatia e dissídio, vieram-lhe como consequência da imensa popularidade e do entusiástico prestígio grangeados ao soldado”.

Não ambicionou na verdade as posições políticas de representante que as circunstâncias o fizeram aceitar. Esse homem que inúmeras vezes rejeitou os cargos que seus amigos instavam para que ocupasse, teve como maior aspiração, como Ministro, o poder deixar a sé-lo: “Me parecerá um sonho, dizia a seu amigo Paula Assunção, dia em que deixar a pasta! Indo para minha terra e olhando a esteiro do barco, ainda me parecerá que a levo a reboque”!

A modestia, a desambição, o saber e o patriotismo foram o grande segredo dos seus sucessos!...

Potência da artilharia no momento atual

Ten. Cel. EDGARD A. LOPES
Eng.^o Ind. de Armamento. — Adjunto da D.M.B.

Palestra realizada na Escola de Estado Maior em 27-X-1945

Senhores,

Hoje, mais do que em qualquer tempo, as funções de comando assumem excepcional complexidade, exigindo homens conscientes e preparados tecnicamente para as vicissitudes da luta e esta cada vez mais se processa com os recursos da ciência e da técnica.

Máquinas aperfeiçoadas, e especialmente os canhões, habilmente planejadas por pessoal instruído e em seu conjunto eficientemente empregadas por aqueles que têm a responsabilidade da direção da batalha, passaram a constituir nas duas últimas guerras os elementos básicos de que depende a vitória. Não sómente do elemento humano, mas de tudo o que a ciência e a técnica podem hoje pôr à disposição do combatente, passou a depender a decisão final.

Em magnífica previsão de acontecimentos futuros, chefes ilustres de nosso Exército desde muito haviam compreendido a importância desses fatores característicos da guerra moderna e nesta oportunidade não me posso furtar a uma reverência ao eminentíssimo chefe militar que acaba de desaparecer de nosso convívio, o Exmº. Gen. Tasso Fragoso. Em meio a suas cogitações de historiador militar emérito, de comentador de tática e da estratégia de todos os tempos, jamais deixou de tratar com a maior seriedade dos problemas técnicos ligados à nossa eficiência militar. Da ciência balística foi um profundo conhecedor e os problemas atinentes à potência da artilharia, sempre mereceram de tão notável Chefe os mais profundos estudos. Não poderíamos, pois, deixar de lembrar tão notável figura que soube bem alto colocar a cultura profissional, em magnífico exemplo de dedicação ao serviço da Pátria.

1 — *Exigências do emprego tático da artilharia e consequentes restrições sobre as possibilidades balísticas das bocas de fogo.*

Jamais, a eficiência da artilharia foi tão solicitada como nas últimas guerras, totais na ampla acepção do termo.

em que destruir vidas e materiais foi a tarefa constante, que se impunha ser realizada de modo *oportuno, rápido, completo e econômico*. É evidente que à arma aérea, com todas suas atuais possibilidades, muito se deve a consecução dessa finalidade, destruindo organizações industriais e militares da retaguarda, sobretudo destruindo moral das populações. A bomba voadora, a propulsão a jacto e as chamadas armas secretas que culminam pelo emprego da bomba atómica, constituem elementos terríveis a serviço da guerra atual. Mas a artilharia nada perdeu nem perderá de seu prestígio, porque permite o tiro *efetivamente dirigido, para o local escolhido, com a oportunidade desejada*.

Suas condições de eficiência serão naturalmente influenciadas por aquelas notáveis descobertas. A ela sempre caberá, no entanto, arrancar o inimigo do solo em que se apega, pondo-o ao alcance do elemento humano, a gloriosa infantaria. Mas, para isso, será necessário que seu tiro se processe em condições racionais e eficientes, o que depende sobretudo de fatores de ordem técnica quanto aos materiais, aos projéteis e às pólvoras, e quanto ao aparelhamento de comando, observação e controle desse tiro.

A neutralização e a destruição por meio do tiro exigem em cada caso trajetórias adequadas à natureza, mobilidade e situação dos alvos impostos ou inopinadamente apresentados ao artilheiro. Como consequência cabe à artilharia possuir em cada caso as características de potência acordes com as missões prováveis que se apresentarão no campo de batalha. A técnica industrial de armamento, caberá sempre satisfazer as imposições da tática à medida que esta evolue. O objetivo máximo será pôr à disposição do combatente, materiais e munições em que o mesmo possa depositar inteira confiança. Forças materiais eficientes, forças morais inquebrantáveis constituem fatores imprescindíveis para as decisões do comando e em verdade a técnica industrial, posta a serviço da guerra, procura produzir tendo em vista um e outro desses fatores.

A consecução da finalidade precipitada dependerá sempre:

- Do cuidado com que foram previstas as características técnicas e táticas dos tipos de bocas de fogo em vista de seu emprego provável;
- Das condições de fabricação, manutenção e eficiência das munições de todos os tipos;
- Da fidelidade dos elementos numéricos, mecânicos e elétronomecânicos, relativos às trajetórias-padrão realizáveis por esses materiais e munições.

Em nenhum desses setores o técnico possui inteira liberdade e concepção e realização industrial. As condições de emprégio do armamento, possibilidades de transporte, finalidade do tiro, efeitos produzir, impõem ao técnico restrições que, por sua vez, são agravadas pelas naturais restrições de ordem puramente técnica em vista o estado atual da ciência e em vista do estado atual da produção industrial metalúrgica e química.

— *Fatores preponderantes da potência da artilharia e da eficiência técnica do tiro.*

Da conexão perfeita de uma série de fatores, uns sistemáticos-industriais, outros acidentais oriundos do meio fluido em que se processa o tiro, outros puramente científicos, depende a potência da artilharia e particularmente a eficiência técnica do tiro.

Apesar da metalúrgia e da mecânica de precisão terem atingido os dias atuais um máximo de perfeição, apesar da química dos explosivos ter evoluído da maneira notável, ao técnico de armamento não é lícito usar de todo esse progresso em proveito da potência da artilharia, porque esse material deve ser usado por entes humanos, deve ser transportado aos teatros de operações e ao campo de luta, segundo condições bem determinadas, porque as próprias munições obedecem a condições rigorosas de conservação, transporte e emprégio.

De três ordens de fatores essenciais, depende, pois, a potência da artilharia, esta expressão abrangendo as possibilidades de real eficiência militar que devem as bocas de fogo possuir: *da potência propriamente balística dos materiais e munições, da "flexibilidade" de trajetórias, da precisão e justesa do tiro*, o que por sua vez depende do conhecimento da atmosfera e suas leis, e da fidelidade dos elementos numéricos postos à disposição do artilheiro.

Quando a eficiência técnica do tiro estiver garantida por uma perfeita realização técnica e científica abrangendo os fatores acima citados, somente então o combatente poderá realizar *tiros e fogos eficazes*. Especialmente, a artilharia poderá realizar as mais perfeitas preparações de tiro, as mais rápidas e económicas regulações, as mais proveitosas eficácia, quer os objetivos ocorram na terra, no mar ou no ar, quer sejam fixos ou em movimento, quer estejam desabrigados ou ocultos atrás de fortes organizações materiais.

POTÊNCIA BALÍSTICA DAS BOCAS DE FOGO

Como principal condição para a eficiência de emprégio das bocas de fogo de todos os calibres é exigido principalmente que possuam mobilidade e possibilidades de tiro acordes com a natureza das mis-

sões a cumprir e dos objetivos a neutralizar ou destruir, exigências essas de ordem tática por excelência, que colocam não raro o engenheiro em sérias dificuldades, limitando o peso dos materiais, limitando o peso e organização dos projéts e, principalmente, limitando o aproveitamento do trabalho útil que as pólvoras modernas podem fornecer.

Mas, apesar disso, nos exigem: a maior força viva para os projéts; as maiores velocidades iniciais; a possibilidade do lançamento de projéts grandemente potentes a pequenas distâncias sob grandes flexas; outras vezes pequenos projéts com grande capacidade de perfuração e trajetórias quasi retilineas; outras vezes, finalmente, projéts médios de grande volume perigoso no ar e em grande número na unidade de tempo. A técnica tem sabido realizar toda essa série de características permitindo a realização dos mais variados tipos de trajetórias e ultimamente colocando num mesmo tipo de boca de fogo a possibilidade de realização de vários tipos de trajetórias.

A realização da melhor potência balística das bocas de fogo depende por sua vez de três ordens de fatores: da *pressão máxima de serviço* que é possível empregar; das *características das pólvoras*; da disposição ou *traçado interior das bocas de fogo*.

Apesar dos constantes progressos da metalurgia e da técnica construtivas dessas bocas de fogo, as pressões máximas de serviço são limitadas de um lado pela necessidade de não adotar, para os materiais, tubos por demais espessos, o que redundaria em aumento de peso e dificuldades várias de ordem tática. Por outro lado o aumento dessas pressões, nos obrigaria a aumentar a espessura das paredes dos projéts em detrimento da quantidade de explosivo transportada.

A artilharia atual, pelo menos em relação aos tiros em terra, não pode fugir a essas dificuldades, as pressões de serviço raramente ultrapassando 3.000 kg/cm^2 .

Parece ainda que por esses motivos não nos é dado aumentar indefinidamente o comprimento das bocas de fogo tendo em vista o melhor aproveitamento da energia das pólvoras. Novamente imposições de ordem tática limitam esses comprimentos em cada caso de emprego, tal limitação proveniente da necessidade de não ultrapassar certo peso julgado transportável nas melhores condições, pelos que terão de utilizar os materiais. Dentre dessas possibilidades bem limitadas resta ao técnico saber tirar das pólvoras o máximo de energia possível, jogando com a relação entre o volume da alma e o volume da câmara da boca de fogo, chamada *releção de expansão*.

Possuimos materiais de todas as relações de expansão, mesmo para um único calibre. Para citar exemplo temos os canhões de

mm, em que essa relação, segundo o tipo de material, varia de 7 a 2,5. No caso dos obuseiros de 105 mm a variação é ainda de mais gos limites podendo ser até de 19. No entretanto, tecnicamente, melhor potência balística corresponde a relações de expansão com- endidas entre 4 e 5. Já nos canhões de 150 mm é permitido realizar a relação; eis porque as velocidades iniciais podem nesses mate- s ser bastante elevadas e, portanto, grandes os alcances que dão os projéctis.

Nem sempre, ao técnico cabe a possibilidade de dar a melhor ténica balística aos materiais. Prefere-se algumas vezes perder a esse ponto de vista para ganhar quanto a outros mais ne- cessários à tática. É o que ocorre com os obuseiros, materiais que caracterizam por um grande calibre, aliado a uma grande mobi- lidade e que permitem o lançamento, a distâncias reduzidas, de pro- jéctis que transportam relativamente grande quantidade de explosivo.

De acordo com as conveniências de emprégo dos materiais, ora procura a melhor potência balística em proveito dos maiores alcances, ora a melhor potência balística é reservada em favor do pro- til, quer como transportador de explosivo, quer como elemento capaz de realizar a maior força viva de encontro a obstáculos. Outras vezes perde-se num e noutro desses casos, em favor da possibilidade os materiais realizarem mais de uma trajetória desde as mais tensas e mais curvas.

Os materiais de artilharia usados nas últimas guerras não fugi- am a essas restrições e características. A moto-mecanização dos transportes, sabe-se, permitiu o uso corrente dos maiores calibres, perdendo um pouco de seu valor imperativo aquelas imposições de mobilidade que eram anteriormente solicitadas aos materiais.

POTÊNCIA BALÍSTICA DAS MUNIÇÕES.

Admitida como realizada a melhor potência balística no que depende da construção das bocas de fogo, muito resta ainda a reali- car quanto aos projéctis para concretizar essa característica.

De modo geral o problema fica condicionado também a fatores de ordem restritiva. O peso dos projéctis é limitado em cada caso pelas condições de transporte e utilização; exige-se para eles um judicioso traçado exterior para que possam vencer da melhor maneira as resistências que terão de encontrar através da alma das bocas de fogo, através da atmosfera e nos próprios objetivos. Exige- se que, nessas condições, sejam eles capazes de suportar considerá- veis esforços na partida, por efeito dos gases das cargas de projeção, e nos próprios alvos, como no caso dos projéctis perfurantes.

Faz-se ainda com que esses projetis realizem seu trajeto no ar, segundo condições de estabilidade bem determinadas. Se progressos têm havido na artilharia nos últimos anos, esses têm sido mais relativos aos projetis do que propriamente aos canhões.

A relação entre o peso do explosivo transportado e o peso do projétil era muito pequena ainda há alguns anos passados, especialmente nos canhões de campanha. Essa relação passou nos últimos 50 anos, de 2% apenas, para 10% e ultimamente para 15% (últimos projetis explosivos americanos).

Mas essa capacidade de transportar explosivo, nem sempre é utilizada pelo técnico, pois nem sempre é necessária à tática. Prefere-se em alguns casos transportar força viva à custa de maior massa de aço, necessária para a perfuração de couraças, como é o caso do tiro anti-carro e do tiro da Artilharia de Costa com os projetis percutantes. No primeiro caso, o do projétil explosivo, procura-se a potência balística por efeito do estilhaçamento das paredes do projétil. Dois fatores aqui nos limitam as possibilidades: um de ordem tática — a necessidade de que esses projetis apresentem peso e volume tais que as operações de renúnciamento através dos meios de transporte usados pelas tropas e especialmente, através da rede de comunicações ferroviárias da retaguarda não sofram congestionamento; o outro fator é de ordem técnica, relativo à necessidade de que os estilhaços produzidos pela carga de rutura dos projetis, sejam suficientes em vista dos efeitos que se deseja obter. Esta eficiência é caracterizada não só pelo número de estilhaços produzidos, como pela sua forma biselada e especialmente pela força viva com que são lançados. Crea-se assim em torno do ponto de arrebentamento desses projetis, zonas concêntricas de eficiência, conforme o tamanho e força viva dos estilhaços, que caracterizam efetivamente a eficiência balística do projétil considerado. Tudo isso depende, em última análise, do jogo racional da quantidade de explosivo transportado, e do peso do aço empregado. As características mecânicas desse aço assumem então a desempenhar papel preponderante nessa eficiência. A quantidade de explosivo transportado pôde, nos últimos anos, passar em alguns casos de 2 a 15%, é que a qualidade dos aços melhorou nessa mesma proporção, permitindo a fabricação de projetis explosivos de alta eficiência própria, portanto de grande potência, e ovidos efetivamente de uma fina "casca" estilhaçável nas melhores condições técnico-militares.

O aperfeiçoamento do aço, que já havia permitido trazer a um mínimo as espessuras de paredes dos canhões (é crê aqui lembrar o enorme volume dos antigos canhões de retrocarga), permitiu também, no caso dos projetis explosivos, trazer a um mínimo a espes-

de paredes desses projetos em proveito de uma maior carga explosiva transportada.

Ainda no caso dos projetos de perfuração, essa melhoria dos permitiu-nos diminuir o peso desses projetos, dando-nos margem para aumentar a velocidade inicial, levando cada vez mais longe aquele especial da força viva, capaz de perfurar as enormes couraças de navios de superfície. Perfuravam-se couraças de 10 polegadas de distância que não chegavam a 10 quilômetros. Hoje é possível perfurar couraças muito mais espessas a distâncias duplas dessas.

Mas a realização dos maiores alcances, dentro daquelas restrições de ordem tática e de ordem técnica que nos são impostas, deve em primeiro plano das *velocidades iniciais realizadas* e da *distância escolhida para os projetos*.

Tratemos da primeira. Fixados os pesos dos canhões e os pesos dos projetos, resta ao técnico agir sobre as polvoras para obter em caso a velocidade ou velocidades iniciais mais condizentes com as condições de emprego tático dos materiais. Como a relação de proporção, isto é, a relação entre o volume da câmara e o volume da bala, já é uma função do peso dos canhões, como por outro lado não podemos aumentar indefinidamente o volume da câmara de explosão, colocar mais polvora, pois que isso implicaria em aumentar o peso das partes, portanto o peso dos cartuchos comuns, complicando as operações de remuniciamento — questão de ordem tática por excelência — resta-nos, para obter as velocidades desejadas em meio a tantas restrições, agir exclusivamente sobre as polvoras.

Tendes ouvido falar em *pólvoras de base simples* e *pólvoras de base dupla*, em pólvoras vivas e lentas, como propelentes substitutos das antigas pólvoras negras. A descoberta das duas primeiras pólvoras químicas, por excelência, trouxe grande aperfeiçoamento ao armamento, pois permitem muito maior rendimento mecânico que as últimas, relegadas para emprego secundário desde os primeiros anos deste século.

Mas as pólvoras químicas não permitem a utilização de pressões iniciais de serviço muito maiores das usadas com a polvora negra. As qualidades intrínsecas, permitiram, sim, aumentar de muito a velocidade de desenvolvimento das pressões no interior da alma dos canhões que redundava de uma mais demorada transformação da polvora em gases. Enquanto a polvora negra, por sua extrema rapidez de queima ou vivacidade, transforma-se quasi que instantaneamente em gases, estes últimos agindo sobre o projétil quasi que inteiramente na fase de expansão, as pólvoras químicas impulsionam os projetos. Na formação de novos gases, à medida que o mesmo avança na boca da peça, o que permite, é claro, num dado comprimento do

cano, maiores velocidades iniciais do que no primeiro caso. Realizando essa transformação em gases, pelo emprego de pólvoras mais ou menos espessas, (de menor ou maior vivacidade) de maior ou menor força balística — neste caso agindo sobre a taxa dos ingredientes químicos, dos quais o nitrogénio é o elemento principal — canhão é possível realizar nas bocas de fogo um regime de pressões ao longo do tubo, ou o que chamamos, *um movimento balístico*, que correspondem em cada caso aquelas exigências de emprego tático exigido pelas forças armadas.

As pólvoras negras ou pólvoras mecânicas, as pólvoras de fósforo simples ou pólvoras feitas unicamente de nitrocelulose, as pólvoras para de base dupla ou feitas de nitrocelulose ou nitroglicerina, em diferentes épocas da História Militar, têm permitido realizar os movimentos balísticos exigidos pela tática, permitiram vitórias espetaculares e não menos espetaculares derrotas! A questão de base é a pólvora, questão unicamente de ordem econômico-industrial, que interfere nos resultados das batalhas. É uma questão unicamente de interesse técnico na realização daqueles movimentos balísticos.

Imaginemos, dentro das restrições que nos são dadas, realizar o canhão de maior potência, o projétil de maior potência e o movimento balístico *óptimum*. Nem assim teríamos ainda os maiores alcances possíveis; resta-nos agir sobre a forma do projétil.

Em princípios do século, os projétils raramente tinham mais de 3 calibres de comprimento. Eram de forma cilíndrica e de ogiva arredondada.

Melhorar essa forma de projétils não era então possível nos primórdios da Balística Exterior, não por falta de conhecimentos de Mecânica Racional e do cálculo das trajetórias, mas por desconhecimentos da verdadeira ação da resistência do ar sobre os projétils. Quando a ciência melhorou seus processos de pesquisas do fluido em que vivemos,* quando foi possível sondar a atmosfera até as mais altas flechas, quando a ciência nos pôs à disposição os meios experimentais capazes de estudar as influências aerodinâmicas, nos tornou possível afilar os projétils, diminuindo a resistência do ar sobre os mesmos e eliminando aqueles turbilhonamentos aéreos que retardavam sua marcha para os alvos. Os atuais projétils de culote troncônico e ogivas afiladas são produto dessas cogitações. Mas ainda aqui surgem restrições, colocando-nos dentro de limitações. Os projétils, quando sob pequenas velocidades, perdem estabilidade de trajetória, tornando o tiro impreciso.

Mesmo assim nos foi possível aumentar o alcance das bocas de fogo cerca de 20% em relação aos alcances antigos, agindo sobre a forma dos projétils. Por outro lado concorreram para os aperfeiçoamentos mecânicos nos freios e recuperadores, perm

ndo aumentar de muito o ângulo de elevação dos canhões. Esse ângulo, que nos canhões antigos não passava de 15 a 20 gráus, nos materiais modernos está muito ultrapassado, podendo mesmo nos canhões anti-aéreos atingir o zénite.

Por esse rápido esboço podereis aquilatar das enormes dificuldades em que sempre se encontra a técnica para satisfazer as necessidades da tática, à medida que esta evolue em seus processos de combate. A ciência é que ditará sempre nossa norma de ação pois mais do que nunca é quem dirige a guerra, fornecendo possibilidade para novos processos de ataque e de defesa.

FLEXIBILIDADE DAS TRAJETÓRIAS

Mas, a expressão *potência de artilharia*, não pode ficar distrita sómente à acepção *potência material*, porque realizada esta em outras ordens de considerações oriundas do fator inteligência humana, arte de combater e arte de construir bocas de fogo, tal potência material seria perdida ou mal empregada. Outro fator característico da verdadeira potência é o relativo à flexibilidade das trajetórias.

As condições da guerra moderna, se exigem o tiro a grandes distâncias, exigem também que o combatente possa destruir os alvos que se lhe apresentam, até as mais curtas distâncias, para o que deve ele possuir materiais e projéteis com todas as possibilidades e trajetórias das mais variadas formas, desde as quasi retílineas em inicio e tensas, até as mais curvas e mesmo verticais.

Duas ordens de fatores permitem flexionar ou deflexionar as trajetórias de acordo com as imposições recebidas: a organização racional das cargas de projeção e a organização racional dos materiais. Seja quanto a seus deslocamentos verticais e horizontais, seja quanto à eficiência dos elementos auxiliares de ordem mecânica, térmica e elétrica, que de qualquer forma interferem na realização do tiro, as bocas de fogo podem ser preparadas para aquela finalidade.

Os materiais antigos, para os quais era admitido o princípio da rigidez da trajetória, caracterizavam-se, salvo algumas espécies de obuseiros, pela possibilidade de realizar um único movimento balístico, isto é, uma única velocidade inicial. Mesmo os obuseiros 105 mm, com suas várias trajetórias, eram considerados materiais quasi pesados para as necessidades da guerra de campanha ou de movimento. Predominava o princípio das famílias de trajetórias de velocidade inicial constante. As últimas guerras trouxeram para o campo raso, com auxílio da moto-mecanização, materiais de velocidade inicial variável, mesmo o de calibre 155 mm, passando o calibre de 105 mm, do qual um notável exemplo é o obus americano

105 mm, a constituir um calibre mínimo para as necessidades da guerra atual.

A organização racional das cargas de projeção, com auxílio das pólvoras químicas modernas, para as quais é possível como dissemos, graduar à vontade a força e a espessura, permitiu realizar materiais com cargas múltiplas e, portanto várias velocidades iniciais. Trajetórias tensas, curvas e verticais, são assim realizáveis por um único tipo de material, relativamente leve e com projetis de grande potência balística, de tudo resultando um "souplesse" necessário às condições do combate moderno, quer o inimigo se encontre a de coberto em campo raso, quer se encontre atrás de obstáculos naturais, quer se encontre em abrigos enterrados.

Outras vezes, como no tiro anti-carro e no tiro anti-aéreo, são possíveis trajetórias quasi retílineas em seu inicio, que são exigidas atraçadas materiais. Nesses casos, em que grandes velocidades iniciais são necessárias para pequenos pesos dos projetis e grande rapidez do tiro, os problemas técnicos são de outra natureza, mais atinentes à organização dos materiais e às pólvoras, do que a outra ordem de fatores. O técnico tem agora de agir sobre o comprimento do cano, aumentando-o ao máximo compatível com as condições de emprégio tático do material, indo também solicitar às pólvoras tudo o que elas podem fornecer como rendimento. A esse respeito o caso dos materiais anti-aéreos, é típico, tendo surgido canhões até com 150 calibres de comprimento.

No caso dos obuseiros, o contrário se dá: pede-se às pólvoras tudo o que elas podem fornecer durante sua transformação em gases, pois que os canos devem ser curtos, apesar dos grandes calibres que caracterizam tais materiais. O problema assume então certa complexidade. As trajetórias a realizar podem ser muito curvas e mesmo verticais, com projetis potentes. Não é fácil, em tal caso, obter a "queima" total das cargas de projeção, quando as velocidades iniciais relativas a essas trajetórias podem mesmo ser apenas da ordem de 160 m/seg.

No tiro da Artilharia de Costa, em que as preocupações de peso dos materiais, peso dos projetis e mesmo organização geral, perdem de importância em presença da necessidade dos melhores alcances, pede-se às pólvoras tudo o que elas podem dar em rendimento, temendo emprégio as pólvoras chamadas lentas, dando-se aos canhões as máximas espessuras para resistirem a elevadas pressões. A técnica metalúrgica limita essas pressões a cerca de 3.000 Kg/cm², mas os comprimentos dos canos nos permitem aproveitar ao máximo a ação dos gases das pólvoras na fase da formação e da distensão. Não raro empregam-se *supercargas*, com risco dos próprios materiais.

os embasamentos, à procura dos maiores alcances para colocar
migo a distâncias respeitáveis, superiores hoje a 30 quilômetros.
Mas todos esses citados tipos de trajetórias, não serão eficiente-
mente utilizados, sem o concurso eficiente de elementos auxiliares
de ordem mecânica, ótica e elétrica. A ótica, com todas suas possibi-
lidades, está cada vez mais a serviço do tiro, aliada ou não à ele-
tricidade. Nenhuma espécie de artilharia hoje empregada poderá
prescindir, em maior ou menor escala. Não pode haver mesmo
de Costa eficiente sem auxílio da ótica; não é possível o tiro
aéreo sem esse precioso auxiliar. A flexibilidade das trajetórias,
à disposição do combatente, depende, para constituir um fator
de potência da artilharia, também do uso racional desses elementos
auxiliares de ordem mecânica, ótica e elétrica, dentre os quais as
velhos as centrais de tiro e os atuais dispositivos de "Fire control",
que são os mais notáveis exemplares.

PRECISÃO E JUSTEZA DO TIRO

Mas, no ponto atual de nossa palestra, tendo admitido possi-
bilities canhões e projetis adequados a cada caso de emprego,
mas de carregamentos perfeitos e do máximo rendimento, tra-
jetórias com a forma desejada, alcances os mais indicados em cada
caso, teremos possibilidades de realizar a melhor potência da arti-
lharia? Ainda não. Resta-nos realizar o *tiro justo e preciso*.

A precisão do tiro depende, em princípio, da precisão das veloci-
dades iniciais; a precisão dos alcances é apenas uma consequência
da maneira pela qual essas velocidades se distribuem em torno da
velocidade média, numa série de tiros dados com os mesmos elementos.

Como consequência, os impactos ou arrebatamentos distribuem-
se em torno do respectivo ponto médio, ocupando maior ou menor
área, segundo a distância do tiro, estado de conservação dos mate-
riais, e variações de constituição ou fabricação dos elementos
que estão em funcionamento: o canhão, os projetis e as pólvoras.

O problema de precisão do tiro é de largas consequências mili-
tares: implica na consecução dos efeitos de surpresa, de cada vez
maior importância na guerra moderna; constitue um fator econô-
mico de grande envergadura, pela economia das caríssimas munições
que são empregadas; implica diretamente na delicada questão do con-
trolamento das vias de comunicação da retaguarda; sobretudo
constitui um fator moral de grande repercussão sobre o estado de
ânimo dos combatentes de todas as armas.

A técnica construtiva das bocas de fogo, tem feito tudo a seu
ârabe para que, por um trabalho mecânico aperfeiçoado, dentro
de regimes de tolerâncias industriais os mais severos, as bocas de

fogo de um mesmo tipo e calibre, do mesmo modo carregadas, possam ser consideradas iguais em potência balística. Do mesmo modo, que respeita aos projéts, sua fabricação atingiu a notável grau de perfeição. Por seu trabalho exterior, distribuição homogênea da massa metálica, distribuição racional dos elementos constitutivos, modo de carregamento interior, etc., as variações das velocidades iniciais em torno da respectiva média podem ser consideradas pequena monta por tais motivos.

Mas as perturbações devidas às pôlvoras, são mais difíceis de serem eliminar. Subsistem em maior ou menor escala, concorrendo de modo principal para a dispersão do tiro.

As irregularidades começam na inflamação das cargas de projecção. Os dispositivos de inflamação, como sejam as cápsulas, espiras, pilhas, as escorvas e mesmo super-escorvas, são elementos de grande vivacidade e por isso mesmo mais sujeitos à deterioração e irregularidade de funcionamento do que as cargas principais. Estas, por sua vez, são provenientes de pôlvoras da mesma natureza, feitas do mesmo modo, é certo, mas a indústria química não lhes dá exatamente as mesmas características balísticas quando os lotes de produção se sucedem. Junte-se esses fatos a pequenas diferenças de peso dos projéts, pequenas perdas de gases devidas à montagem do forçamento, usura desigual dos canhões e subsistirá a dispersão dos tiros.

A precisão do tiro, desde muito tem sido procurada e aperfeiçoada na artilharia. Como os projéts melhoraram em potência balística, não sómente pela melhoria dos aços empregados, mas também pela melhoria dos explosivos de arrebentamento, se considerarmos que dois projéts iguais em forma exterior, um dos fins do século passado e outro dos empregados nas últimas guerras, o atual provoca maior volume perigoso com estilhaços uteis, do que o antigo. Como a precisão é quasi a mesma, ver-se-á que, para um mesmo retângulo de dispersão nos dois casos, o último é muito mais mortífero do que o primeiro, o que representa considerável melhoria sob o ponto de vista de emprego, isto quanto aos projéts explosivos.

No caso dos projéts de perfuração, a precisão do tiro desempenha papel preponderante. O mesmo é exigido para os projéts anti-aéreos. Pelo exposto vê-se que a potência da artilharia não pode ser considerada em toda sua plenitude sem levar em conta a precisão do tiro.

A justeza do tiro diz respeito, como todos sabem, à localização do ponto médio de uma série de tiros, em relação ao obstáculo ou objetivo que se deseja atingir. O problema da justeza do tiro depende por um lado das bocas de fogo, e por outro de fatores acidentais de ordem aerológica, agindo sobre as pôlvoras; por isso mesmo essa questão apresenta mais complexidade do que a relativa à precisão.

atinge mais de perto a questão do emprêgo adequado dos
ais de todos os calibres. Especialmente tal problema encerra
ntros diretamente ligados a questões táticas, o da *preparação*
lado do tiro e dos efeitos de surpresa.

uando os canhões e projéteis estão especificados e os tipos de
rias estão escolhidos, para um dado emprêgo dos materiais,
nico de balística interior, cabe estudar circunstancialmente
vimentos balísticos a realizar tendo em vista aquelas condições.
lhe as pólvoras que melhor realizam tais condições, de acordo
s possibilidades de resistência material dos canhões e especial-
dos projéteis.

o regime de pressões ao longo do tubo, em todos os casos de
ue é tecnicamente prefixado, é a organização racional de igni-
combustão das cargas, que é previsto em todos os detalhes,
consecução da melhor precisão e justeza do tiro.

escolhido um lote de pólvora, de características balísticas bem
das, são organizadas as cargas de projeção para as subsequen-
tivas balísticas, tanto de pressões e velocidades, quanto de poli-
de tiro para medidas das dispersões. Como no caso da melhor
ão do tiro, nas provas de pressões e velocidades, procuram-se
s médios para a pressão de serviço material e para a velocida-
initial, que se devem aproximar ao máximo daqueles valores
ais prefixados, constantes das chamadas tabelas de tiro. Os
mentos tolerados são da ordem de 5% para as pressões e apenas
% para as velocidades.

Mantendo as condições de carregamento dentro desses estreitos
s, haverá certeza técnica naquilo que depende do canhão, do
til e da pólvora, que o alcance médio do tiro estará muito pró-
do valor especificado nas tabelas de tiro. Mas para fixação
elas condições tabelares não é possível deixar de admitir valores
ógicos médios, pois que a temperatura da pólvora no momento
ro e sua taxa de umidade influem de modo notável sobre o valor
ressões e velocidades obtidas. As tabelas de tiro ou dados nu-
cos relativos às trajetórias, de que o artilheiro dispõe para ex-
o do seu tiro nas melhores condições, são relativas a condições
io bem especificadas, dizendo respeito a uma boca de fogo no-
l constante da tabela, a pólvoras de um lote bem determinado
á fabricação, a condições de carregamento bem especificadas quanto
eso das cargas, sistema de inflamação inicial, disposição geomé-
dessa cargas no interior da câmara, temperatura d taxa de
ade da pólvora, etc.

Na ocasião de preparar as munições, depurando os valores expe-
ntais de todas as influências secundárias, oriunda dos fatores

acima, em relação aos valores tabelados, o técnico procura realizar uma justeza de tiro quasi ideal.

Mas, a realização do tiro para as necessidades da guerra, apesar de aqueles cuidados técnicos, impõe ao artilheiro uma série de trabalhos de ajustamento do tiro para as condições reais e momentâneas relativas aos objetivos que lhes são indicados a destruir ou neutralizar: terá que preparar o tiro, terá que fazer regulações ou terá que contar quasi que somente com aqueles cuidados técnicos que prediram a confecção das tabelas de tiro.

No que depende da boca de fogo, a que está sendo utilizada não apresenta exatamente as mesmas cotas internas que aquela que serviu para as experiências iniciais; o peso dos projéteis empregados não apresenta o valor nominal; os lotes de pólvora utilizada agora, não possuem exatamente as mesmas características balísticas que o lote-padrão; as influências aerológicas atuais são de valor diferente daquelas consideradas nas tabelas de tiro.

É bem verdade que o artilheiro procura, mediante fórmulas de urgência, depurar seu tiro de todas essas influências, fazendo o que se chama uma *preparação*. Procura mesmo regular o tiro na maioria dos casos, mas o alcance médio previsto na preparação obtido na regulação, sempre ficará *mais ou menos distante do alcance topográfico ou geodésico*, oferecendo maior ou menor justeza ao tiro.

Precisão e justeza, constituem preciosos elementos para os efeitos de surpresa. Tudo que a artilharia tem melhorado nos últimos anos, tem sido principalmente, em torno desses pontos de vista, não tanto por considerações de ordem técnica, mas especialmente por um melhor conhecimento da atmosfera e suas variações acidentais.

ORGANISACAO RACIONAL DAS TABELAS DE TIRO, SUA INFLUENCIA SOBRE A EFICACIA DA ARTILHARIA

As atuais tabelas de tiro não mais constituem aquele simples "repositório de informações" a que se referiam os regulamentos antigos; constituem agora uma interpretação realista das trajetórias padrão possíveis para as bocas de fogo e suas munições.

As causas perturbadoras de ordem topográfica ou geodésica, balística ou aerológica, que caracterizam as trajetórias de emprego podem agora ser eliminadas com muito mais precisão do que antigamente.

Gráficos, ábacos, rôdes de trajetórias, dados numéricos subdiários, tabelas de tiro mecânicas, centrais de tiro as mais aperfeiçoadas, são elementos fornecidos ao artilheiro para ajudar o seu tiro.

as melhores condições, preparando-o ou não, regulando-o ou não, é bem certo, tendo em vista a economia do tempo morto gasto nessas operações, a surpresa e a economia de munição que constitui o fator necessário e muitas vezes imperativo. Os objetivos atuais, na maioria das vezes fugazes, ou então movimentando-se em duas ou três dimensões, às vezes com velocidades excepcionais, exigem do técnico e do artilheiro os maiores esforços e preparo para poder desfazê-los ou neutralizá-los.

As tabelas de tiro antigas levavam em conta, apenas grosseiramente, as influências aerológicas ao longo das trajetórias. A própria interpretação do cálculo balístico dessas trajetórias eram feita em bases hoje consideradas afastadas da verdade. A ciência, permitindo sondar a atmosfera até às mais elevadas camadas, forneceu ao balístico os elementos para a melhoria do tiro. As condições da guerra moderna foram exigindo cada vez maiores alcances, trajetórias que perfurasse mesmo a estratosfera. Aquelas antigas leis que caracterizavam a resistência do ar nas baixas camadas, passaram a não ter mais aplicação. Foi necessário calcular trajetórias em outras bases, por arcos sucessivos, fazendo intervir, em cada arco, os reais efeitos atmosféricos que sobre ele têm ação, junto ao solo, nas camadas médias e nas grandes alturas.

As famosas ascensões à atmosfera, de Picard e outros, não eram inocentes digressões turísticas.

Os famosos túneis aerodinâmicos da universidade de Zurich e o famoso políго de tiro de Abberdeen, as cogitações de Euler, Poisson, Poisont, Darriex e outros, foram elementos com que a Balística tem podido melhorar os efeitos do tiro.

Interpretando racionalmente os fenômenos perturbadores do tiro, eminentes cientistas civis e técnicos militares permitiram a organização de meios auxiliares do tiro, à altura das circunstâncias impostas pela guerra. Chegou-se assim, a solução gráfica, mecânico ou mecânico-eletrica dos problemas da Balística Externa, permitindo a interpretação das trajetórias com a aproximação de 1/100 do segundo nas durações de trajetos e êrros prováveis em alcance mesmo inferiores a 4 metros numa trajetória de 10 Km de alcance.

A potência da artilharia e a eficiência do tiro, de quantos problemas depende?

A simples resenha a "vol d'oiseau" que tentamos fazer, permite apenas vislumbrar a enorme tarefa do técnico para acompanhar os progressos da guerra. A fabricação de projéteis e de pólvoras em condições técnicas quasi perfeitas, já estamos realizando. Mas não basta para defesa eficiente do legado que nos cabe transmitir as gerações futuras.

Precisamos também construir bocas de fogo, já que à humanidade não é dado viver sem a música tronante dos canhões.

Dentro em breve teremos duas grandes realizações: — Volta Redonda e o Polígono de Tiro da Marambáia. De um concerto de atividades já bem orientadas, dependerá o êxito desses formidáveis empreendimentos que marcarão uma nova era para o Brasil, tornando-o forte industrial e econômica mente, permitindo a melhoria de nossas condições de defesa militar.

Volta Redonda fornecendo-nos o aço que necessitamos e o Polígono de Tiro da Marambáia permitindo-nos as experiências balísticas, teremos em mão o necessário para a defesa eficiente desta nobre Pátria que bem merece o esforço e sacrifício de seus filhos para sua maior grandeza econômica e defesa eficiente da cobiça alheia.

LIGAÇÃO DAS FÓRÇAS TERRESTRES E AÉREAS

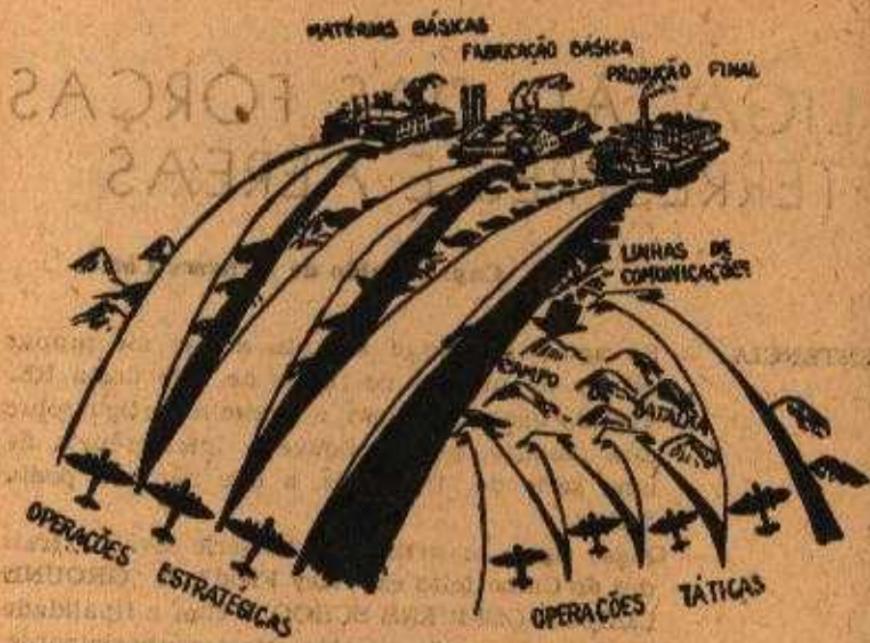
Cap. Geraldo de Menezes Côrtes

AVERTÊNCIA: — Só agora retomo o assunto a que me propus dedicar no número de junho de 1945 desta RE. VISTA, quando escrevi o primeiro artigo sobre este assunto, porque houve a interferência de uma série de trabalhos a que não me podia furtar.

— Quase todos os artigos desta série serão extraídos do Curso feito em "Key Field" na "GROUND LIAISON OFFICERS SCHOOL" com a finalidade de difundir entre nós tão úteis conhecimentos, quer sobre o moderno conceito de organização e emprego das fôrças aéreas como sobre o funcionamento das ligações entre essas fôrças e as terrestres.

1 — A COOPERAÇÃO E A SUBORDINAÇÃO DAS FÓRÇAS

Não importa que os Ministérios sejam isolados, que as fôrças reais, navais e terrestres tenham administração à parte, o que é essencial e indispensável é que a respectiva doutrina de emprego edeça a um só princípio de cooperação, sem o que não é possível economia de fôrças e, até mesmo, construir-se qualquer vitória. Só pode haver perfeita cooperação dentro de planos coordenados e traçados em obediência às decisões de um único cérebro; donde a necessidade do Comando Único sempre que determinados objetivos exigem o esforço conjunto de tais fôrças. Os Aliados deram, nesta Segunda Grande Guerra, inúmeras provas de que souberam nela obedecer ao imperativo do Comando Único apesar de todas as dificuldades decorrentes quer de fôrças diversas em ação, quer ainda de nacionalidades cujo único traço de união era, muitas vezes, a derrota do inimigo comum. Além disso compreendem bem que certas alhas graves decorreram da falta de coordenação dos esforços entre as 3 grandes fôrças aéreas, navais e terrestres e ainda agora querem os Estados Unidos da América do Norte aproveitar a grande lição,



que tão bem souberam solucionar na Guerra nos diferentes Teatros de Operações para organizar na Paz o Comando Único, porque acreditam que, afastados os perigos da Guerra, na monotonia dos anos de Paz, as grandes lições serão progressivamente esquecidas e as três grandes forças voltarão a trabalhar isoladas em que pesem todos os graves inconvenientes conhecidos.

Estas palavras iniciais poderiam parecer a um leitor desprezado como a justificativa da organização das forças terrestres e aéreas que nos legaram os mestres franceses e, por todos esses anos passados, ensinada na nossa Escola de Estado-Maior qual seja a da subordinação de vários escalões das forças aéreas às grandes unidades terrestres, estratégicas (Gr. Ex. e Ex.) e até mesmo táticas (C.Ex. e D.I.) (*). Mas seria isso uma impressão superficial e falsa, porque a subordinação não é a condição indispensável à coordenação necessária. Além disso, como veremos mais adiante, a necessidade de poder empregar a Aviação em massa e no tempo oportuno impõe como impõe a rutura dos laços de subordinação nos diferentes escalões das forças aéreas com os correspondentes terrestres, mantendo somente, como não poderia deixar de ser, obediente ao princípio do comando único, a subordinação ao cérebro estratégico ou seja ao Comando do Teatro de Operações.

(*) Estas últimas em casos especiais.

II — A DOUTRINA DO EMPREGO DAS FORÇAS AÉREAS (**)

A conquista da superioridade aérea é o primeiro requisito para o sucesso de qualquer grande operação terrestre. As forças aéreas podem ser, própria e proveitosamente, empregadas contra o poderio marítimo, terrestre ou aéreo do adversário. Por outro lado, as forças terrestres, que operam sem superioridade aérea, devem tomar tão grandes medidas de proteção contra ataque aéreo adverso que suas mobilidade e capacidade para derrotar as forças terrestres contrárias ficam grandemente reduzidas. Por isso, as Forças Aéreas devem ser empregadas em primeiro lugar contra as correspondentes inimigas até que a superioridade aérea seja obtida. Deste modo, só nente os ataques aéreos, destruidores e desmoralizantes, contra as forças terrestres podem ser diminuídos e a inerente mobilidade das modernas forças terrestres e aéreas ser explorada ao mais alto grân.

Como vemos, esta doutrina reconhece que a primeira função das forças aéreas é a conquista da superioridade aérea. Que é superioridade aérea? É aquela que garante a impossibilidade do inimigo interferir contra nossas próprias operações terrestres ou aéreas, não significando a impossibilidade de vôo de todos os aviões adversos, pois, isto seria o Monopólio aéreo. Mas também, subsidiariamente, a doutrina reconhece que o poderio aéreo pode ser, proveitosamente, empregado contra os poderios terrestre e marítimo adverso.

III — ORGANIZAÇÃO DO COMANDO DAS FORÇAS TERRESTRES E AÉREAS NUM TEATRO DE OPERAÇÕES.

Atualmente, não mais há subordinação de Comando entre as Forças Aéreas e Terrestres, elas se subordinam ao Comando do Teatro como indica o esquema abaixo:



(1) — Engaja-se em missões de bombardeio de longo alcance sobre território inimigo, normalmente, bem à retaguarda da linha de frente terrestre adversa.

(**) Extraído do P.M. 100-20 U. S. A. "Command and employment of air power".

(3) — Opera na zona do Campo de Batalha terrestre e coordena seus esforços com o esforço terrestre — É a que nos interessa diretamente, na série de esforços que estamos a sendo e cuja organização esquemática veremos mais adiante.

Existem tantas quantas Grupos de Ex. atuam no Teatro.

(3) — Emprega serviço de alerta aéreo e caça para deter e interceptar raids inimigos sobre áreas recuadas de portos e zonas de comunicações.

(4) — Mantém e repara aviões, providencia o reservocionamento de novos aviões e separa os velhos.

(5) — Existem sempre que a situação do Teatro exigir.

Passa, dessa forma, a haver uma correspondência entre os esforços dessas 3 forças, isto é:

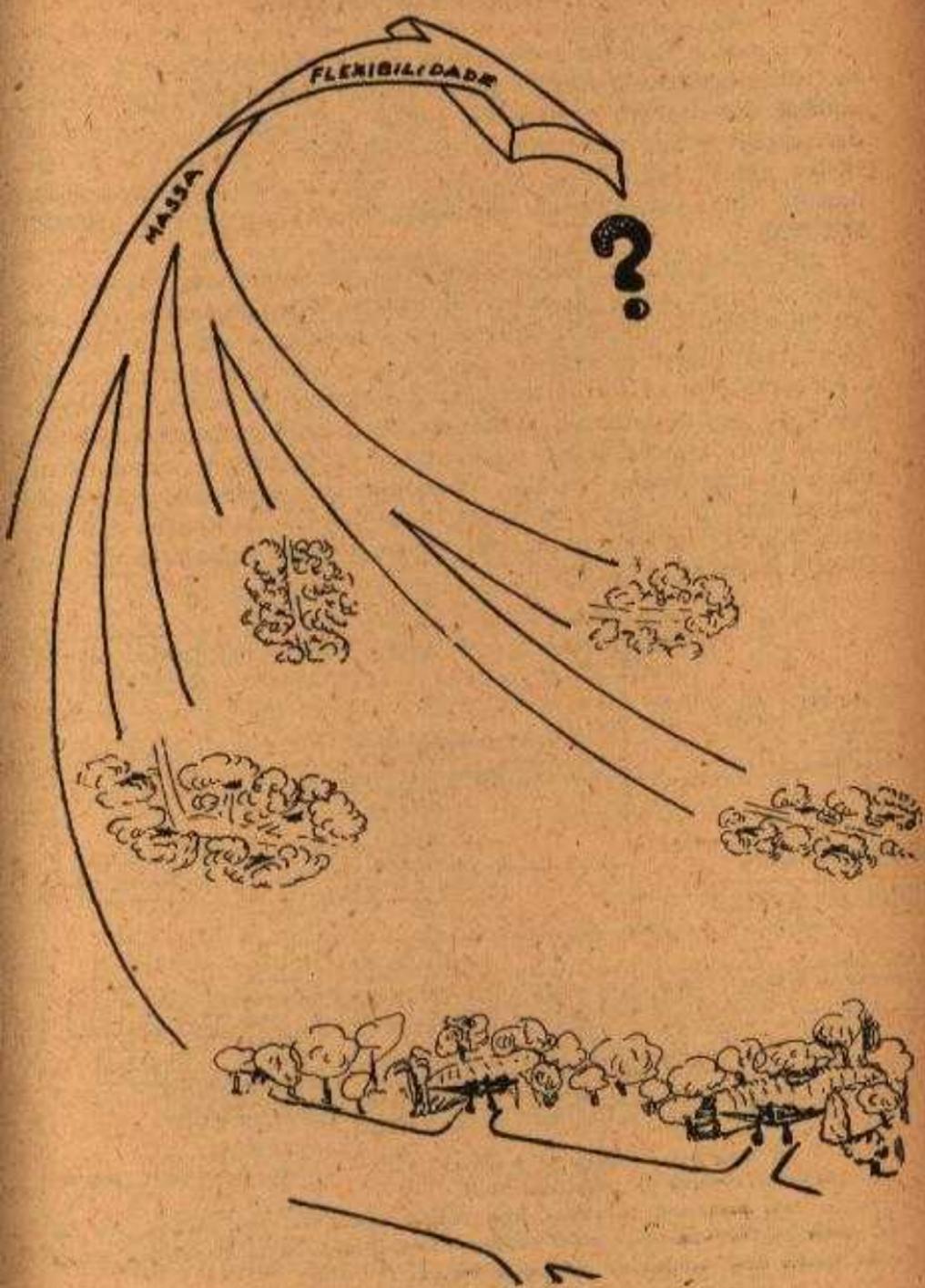
FORÇA AÉREA TÁTICA GRUPO DE EXÉRCITO ESQUADRA
independentes e subordinadas ao Comando do Teatro de Operações.

A quem deve ser dado o Comando do Teatro?

A resposta é dada pelo bom senso: se o Teatro é de molde a predominar nêle as operações navais será um Comando oriundo das forças navais, se terrestres originar-se-á do Exército e, até mesmo, se predominarem as operações vindas do ar ele ainda poderá ser das forças aéreas. Entretanto, dado o conceito das guerras atuais, ainda travadas e decididas, em última instância, em terra, os Comandos dos Teatros são, mais comumente, exercidos pelos generais das Fôrças Terrestres e, quando estas se compõem de nacionalidades diversas, o Chefe será da que tiver o maior efetivo em luta no Teatro escolhido de modo a atender a uma compensação de interesses e responsabilidades. Assim o Comando Aliado do Teatro de Operações Europeu coube ao Gen. EISENHOWER, do Italiano ao Gen. ALEXANDER, do Sudoeste do Pacífico ao Gen. MAC ARTHUR e o do Oceano Pacífico ao ALMIRANTE NIMITZ.

O controle da Fôrça Aérea do Teatro é centralizado nas mãos do Comando dêste, único meio de haver coordenação dos esforços, mas é realizado por intermédio do Comando da Fôrça Aérea do Teatro. Esta centralização permite tirar sempre o máximo partido da flexibilidade do poder aéreo, o que constitui o principal característico dessa organização, visto que possibilita o emprêgo do peso total da Fôrça Aérea disponível sobre qualquer área desejada. Esse emprêgo concentrado no ataque da Fôrça Aérea é um fator da mais alta importância para a vitória das batalhas.

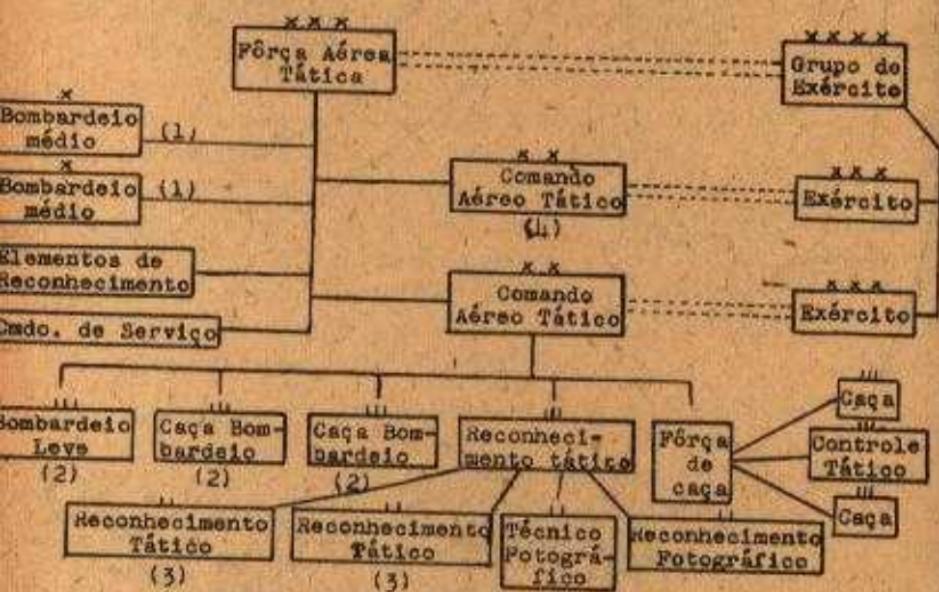
O Alto Comando não subordinará fôrças aéreas a unidades das fôrças terrestres debaixo de seu Comando, salvo quando tais Fôrças terrestres operarem independentemente ou estiverem isoladas pela distância ou pela falta de comunicações.



IV — FORÇA AÉREA TÁTICA

A Aviação Tática é o meio pelo qual as operações aéreas táticas são executadas. As operações aéreas táticas podem ser definidas como aquelas que atacam a máquina militar do inimigo e cooperam na destruição de sua possibilidade de combater, enquanto que as operações aéreas estratégicas atacam a estrutura econômica e visam destruir sua possibilidade econômica para sustentar a **FORÇA MILITAR**.

Operações aéreas táticas podem ser bem definidas como o emprego do poder aéreo no campo de batalha. Elas procuram, com auxílio do "radar" e das transmissões aéreo-terrestres, vencer a batalha do ar, restringir o movimento das tropas e dos reabastecimentos, e cooperar com as forças terrestres no campo de batalha. Desde o inicio da guerra, grandes mudanças ocorreram na concepção americana sobre aviação tática, repercutindo no sistema de comando, no plano de organização, no tipo de equipamento e de aviões a serem empregados, na maneira de emprego e na espécie de missões a serem executadas. O esquema abaixo representa a atual organização de um **FORÇA AÉREA TÁTICA**.



(1) — Em lugar destas Brigadas de Bombardeio Tático, às vezes, não sómente encontradas Reservas de Comando de Bombardeio Tático.

(2) — Esses Regimentos destinam-se, como veremos adiante, às ações ofensivas. Às vezes, dentro de Comando Aéreo Tático, podemos encontrar formações de Bombardeios Médios e até Pequenos como acontecia no Sudeste do Pacífico.

(3) — A proporção desses Esquadrões é 1 por Corpo de Exército e 1 para o Exército, sempre que isso for possível.

(4) — Esse termo pode causar confusão porque não foi "standardizado" entre os Aliados nesta Guerra, mas não nos devemos esquecer de que é o escalão correspondente a um exército. Com efeito: no Teatro de Operações da Itália correspondiam ao 5.º Ex. (Norte Americano) e no 8.º Ex. (Inglês) respectivamente o XII Comando Aéreo Tático e a "Western Desert Air Force", apesar de na tecnologia Inglesa o "Composite Group" corresponder "Tactical Air Command" Norte Americano.

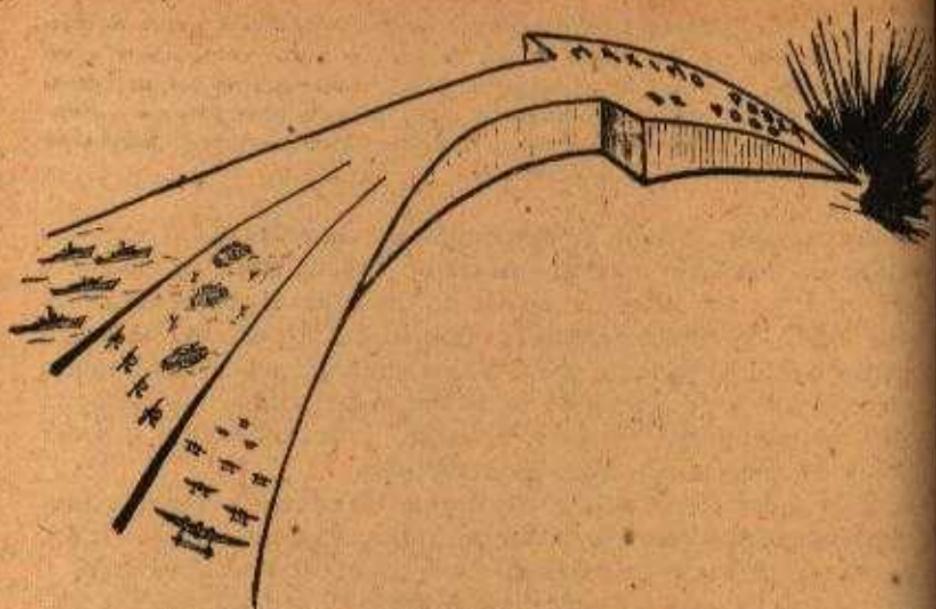
A organização exposta é extremamente **FLEXIVEL** e, segundo vontade do Comando da Fôrça Aérea do Teatro, qualquer elemento pode reforçar ou ser colocado debaixo do Comando de outro elemento para qualquer operação particular. Graças ao considerável alcance dos aviões, o reforço pode ser possível sem alteração no desdobramento da Aviação, isto é, deixando-se os aviões estacionados nos aeródromos dos quais vinhão operando, e, assim, a flexibilidade e o poder de ataque em massa não são comprometidos.

Os Comandos terrestre e aéreo devem trabalhar e planejar juntos, debaixo do Supremo Comando do Teatro. O Comando do GrEx. e da Fôrça Aérea Tática devem viver justapostos, coordenarem e sincronizarem seus planos em conjunto, tendo seus estados maiores trabalhando na mais estreita harmonia. (*) Isto porque, a ação aérea tática é intimamente ligada às operações terrestres. Parece agora portuno focalizar novamente e mais detalhadamente a organização paralela das fôrças terrestres e aéreas, dentro dum Teatro de Operações, sem subordinação destas últimas àquelas.

O Comando da Fôrça Aérea Tática deve reter em suas mãos todo controle da Fôrça Aérea pelas seguintes razões:

- 1.º — Porque só ele tem suficiente conhecimento da arma aérea para avaliar fatores tais como os seguintes:
 - Prestabilidade do avião.
 - Consumo do motor.
 - Moral dos pilotos.
 - Efeitos e influências do estado atmosférico.
 - Alvos mais adequados.
 - Defesas anti-aéreas e esforço aéreo adversos.
 - Adequabilidade do avião. Por exemplo: escolta de caça para bombardeio contra aviões de mergulho (caça bombardeio).
 - Reaprovisionamento de combustível e disponibilidade de aviões novos.
 - Complexidade de grandes operações aéreas. Ordenar caça de escolta, rotas, etc.
- 2.º — Porque só assim o peso total da aviação pode ser aplicado sobre o ponto decisivo e no tempo oportuno, tirando-se o

(*) — Esse mesmo princípio se aplica aos Exercitos e Comandos Aéreos Táticos.



partido da flexibilidade da Fórmula Aérea Tática e do seu oculto poder concentrado de atuar em massa.

Com efeito: Se a força aérea fosse subdividida em pequenas unidades sob o Comando de Corpos de Exército, por exemplo, podia acontecer que vários aviões fossem inúteis numa parte da frente, onde não existissem objetivos aéreos, enquanto eram urgentemente necessários em outras regiões. Mas não é só isso, se um reconhecimento aéreo revelar que o inimigo está se reunindo para contínua ataque, o Comando Aéreo desejará e deverá esmagar com todo o poder aéreo disponível esse potencial inimigo antes que ele possa ser aplicado; mas, se a força aérea estiver repartida debaixo dos Comandos de C. Ex., gastará horas valiosas, provavelmente fatais, até que a Fórmula Aérea se reunida para os necessários ataques e poderá mesmo acontecer que a Fórmula Aérea se tenha gasto em ataques comparativamente sem importância sobre pequenos objetivos na frente de Corpos e Divisões, infringindo-se o tão conhecido princípio de economia de forças.

Os aviões não são como a Artilharia, gastam-se rapidamente. Pesadas e contínuas baixas afetarão o moral dos pilotos e uma reserva muito grande de aviões é necessária para manter continuidade de ataque aéreo, mesmo em tempo curto. O avião é uma arma vulnerável e dispendiosa e que, normalmente, deve ser empregada em grande número para poder-se alcançar resultados decisivos.

Para não nos alongarmos na citação de inúmeros exemplos concretos dessa última guerra basta que nos lembremos do seguinte :

- Na 1.^a campanha da Líbia, a R.A.F. concentrada pôde destruir as unidades aéreas italianas, porque essa força aérea se dissipou em pequenas unidades sob o Comando das diferentes unidades do Exército Italiano.
- Nas operações realizadas na Itália como em outros Teatros, a Fôrça Aérea Tática mantida sob o controle do Comando Aéreo pôde ser sempre disponível para atacar em força e prontamente, ao primeiro sinal de que os alemães se reuniam para contra-atacar em qualquer ponto das várias frentes de combate.

Toda boa organização é a que atende às necessidades impostas pelas diferentes missões; vejamos, pois, as missões que competem à **FÔRÇA AÉREA TÁTICA** :

- A) — Assegurar as informações visual e fotográfica sobre o inimigo a serem exploradas, tanto por suas próprias unidades, como pelas fôrças terrestres.
Para isto emprega **aviação de reconhecimento** e estabelece um sistema de ligações por meio do qual a informação pode ser prontamente disseminada para todas as unidades, tanto aéreas como terrestres.
- B) — Defender o campo de batalha contra ataques aéreos.
Para isto emprega **aviação de caça** e estabelece um sistema de controle de voo e alerta de avião para detectar a aproximação do inimigo aéreo e dirigir a caça para interceptá-lo.
- C) — Engajar-se ofensivamente dentro da seguinte ordem de prioridade :
 - 1.^o) — Conquistar a superioridade aérea.
 - 2.^o) — Isolar o Teatro e os campos de batalha dentro do Teatro.
 - 3.^o) — Cooperar com as Fôrças terrestres na execução da própria batalha terrestre.

Para isto emprega **aviação de caça e de bombardeio** e um sistema de controle de voo e alerta de avião que possa detectar a presença de aviões hostis numa determinada zona e dirigir os aviões amigos sobre os respectivos objetivos se se perderem.

Para compreender-se a organização da Fôrça Aérea Tática e a maneira de controlar a sua aviação é necessário conhecer como essas três fases de ação ofensiva devem ser executadas. Mas, não nos de-

vemos esquecer de que o principal na Fôrça Aérea Tática é ter um controle central que possa efetivamente emassar a aviação em qualquer dessas três fases, sobre qualquer ponto do Teatro e em qualquer tempo.

A 1.ª Fase — CONQUISTA DA SUPERIORIDADE AÉREA — uma operação contra a Fôrça Aérea inimiga destinada a obter e manter a superioridade aérea no Teatro, não pelo combate isolado de avião contra avião, mas de preferência pela destruição da aviação inimiga em terra, das instalações dos aeródromos inimigos, dos reaprovisionamentos de gasolina, depósitos de munição e de bombas, e de equipamento de manutenção. E' pela destruição de tudo que o inimigo necessita para poder empregar seu poderio aéreo, reaprovisionamento de gasolina sem o qual os aviões não poderão voar, depósitos de munição sem os quais as metralhadoras serão inúteis e é impedindo que a fôrça aérea inimiga se reconstitua, que se diminuem os ataques aéreos sobre nossas próprias tropas e aeródromos tornando importante a Fôrça Aérea adversa.

Um frisante exemplo desta fase encontramos no 1.º dia de invasão da França pelos alemães: entre o alvorecer e as 11 horas da manhã, a Fôrça Aérea Alemã atacou 72 aeródromos franceses e agravou-se o flagrante contraste da pobre Fôrça Aérea Francesa em face da poderosa Fôrça Aérea Alemã, porque depois daquela manhã de ataque a Aviação França desapareceu. Devido às destruições das instalações dos aeródromos franceses, sua aviação não pôde operar e, assim, os alemães protegeram melhor suas tropas invasoras contra os ataques aéreos do que se tivessem mantido um guarda-chuva de aviões de caça cobrindo-as, o que além de quase impossível para qualquer longo espaço de tempo é incrivelmente custoso em aviões e equipagens.

A 2.ª Fase — ISOLAMENTO DO CAMPO DE BATALHA — desse se a impedir o movimento de tropas e dos reaprovisionamentos adversos, tanto para o Teatro como dentro dele. Para isto, atacam-se as concentrações de tropas inimigas, as instalações recuadas e seu sistema de comunicações, enjaulando-se assim, tanto o Teatro como seus próprios campos de batalha. Dessa forma, nossas tropas passam a defrontar-se com uma oposição fixa, incapaz de receber reforços, desprovida de flexibilidade e, portanto, mais fácil de ser esmagada.

Os 2.º e 3.º dias da invasão alemã na FRANÇA fornecem nos brilhantes exemplos da importância dessas operações: a fim de manter 5 Exércitos franceses de reserva fora da BATALHA, 3 a E de PARIS e 2 a W, os alemães bombardearam as linhas de comunicações, estradas de ferro e rodovias com aviões que enviavam à frente de 13 em 13 minutos durante o dia e em cada hora durante a noite. Dessa forma, tais Exércitos não puderam influir no êxito da batalha; o inimigo impediu que eles tomassem parte na Batalha.

da FRANÇA, que procurassem como o Ex. do taxis de PARIS (na batalha do MARNE da 1.ª Guerra Mundial) alterar a sorte das armas.

Raramente é possível conseguir isolamento completo do campo de batalha, exceto quando as comunicações adversas cruzam a água, mar ou rios importantes. Por isso é que a região do Cabo BON, TUNIS e BIZERTA foi, virtualmente, isolada na fase final da Campanha da TUNISIA e que os alemães conseguiram, embora em curto espaço de tempo, isolar MALTA graças à superioridade aérea que então possuíam nas proximidades da Ilha.

Pode ser possível isolar uma pequena parte do campo de batalha, mas nunca se deve pensar que o poder aéreo é capaz de fazer tudo. É impossível cortar as comunicações terrestres durante todo o tempo sobre uma larga frente, porque o estado atmosférico pode impedir o voo dos aviões e porque uma enorme força aérea e um vasto número de campos de aviação seriam necessários à manutenção de um ataque aéreo contínuo contra todas as linhas de comunicações.

A 3.ª Fase — DESTRUÇÃO DOS OBJETIVOS SELECIONADOS NO CAMPO DE BATALHA EM PROVEITO DO ESFORÇO TERRESTRE — destina-se, integralmente, ao lançar de bombas logo à frente da Infantaria, de acordo com planos previamente feitos e a pedido dos Comandos Terrestres. É uma fase de difícil execução, porque os alvos são pequenos, bem dispersos e difíceis de serem localizados; para que a cooperação seja efetiva é preciso pronta resposta a todos os pedidos aprovados feitos pelos Comandos terrestres. Linhas de segurança de Bombardamento devem ser estabelecidas para evitar-se o bombardeio de nossas próprias tropas.

O sucesso nesta fase exige uma mútua compreensão e a mais estreita cooperação entre as forças aéreas e terrestres e, para isto, monta-se todo um sistema de ligação terrestre-aérea, graças ao qual os Comandos de Corpos de Exércitos e Divisões possam ser informados da natureza do esforço aéreo, possam receber informações, possam ser aconselhados quanto às possibilidades da Aviação e, finalmente, possam fazer os pedidos em proveito da batalha que travam. Ao mesmo tempo que as unidades aéreas possam receber todos os esclarecimentos necessários sobre a batalha terrestre para poderem cooperar efetiva e oportunamente.

Na invasão alemã da FRANÇA, uma vez a superioridade aérea conquistada, os campos de batalha isolados, a força aérea alemã concentrou-se no ataque aos pontos fortes da Linha MAGINOT e para o acompanhamento das tropas terrestres, auxiliando-as na rápida penetração fornecendo um verdadeiro apoio direto com fogo dirigido do ar.

V — FORÇA AÉREA ESTRATÉGICA

A Força Aérea Estratégica destina-se a impedir que o inimigo obtenha as armas de que necessita para a guerra e a destruir sua vontade de combater; seus objetivos são as fontes de produção e de manutenção e sua máquina de guerra. Os bons objetivos estratégicos são então aqueles que mais se relacionam com o potencial de guerra adverso e encontram-se entre as indústrias-chave engajadas na produção de aviões, diversas máquinas de guerra, munição e matérias primas críticas, entre as instalações importantes de seu sistema econômico tais como de energia elétrica, de combustíveis e de transportes. Evidentemente, a seleção de tais objetivos obedece à finalidade do Plano Estratégico, mas, de um modo geral, podemos afirmar que a escolha deve recair sobre os que possuam a mais alta percentagem de relação com a guerra. Por exemplo:

- Instalações de produção de aço,
- Estabelecimentos de produção de esferas de rolamentos,
- Sistema de comunicações (transportes),

não têm o mesmo valor como objetivos estratégicos — destruir a indústria de produção de esferas de rolamentos é muito melhor que a de produção de aço, enquanto que, destruir o sistema de comunicações adverso, que tanta importância tem no ponto de vista tático, é de pouca importância no âmbito estratégico, pois, só 18% dos transportes relacionam-se diretamente com a guerra.

Como a doutrina de emprégo das forças aéreas estabelece como princípio fundamental a CONQUISTA E A MANUTENÇÃO DA SUPERIORIDADE AÉREA, muito embora esta missão seja da competência das operações táticas, tal como vimos páginas atrás, também as operações estratégicas dedicam particular importância à destruição ou à neutralização da indústria aeronáutica adversa, porque fácil é compreender a repercussão funesta que terá no poder aéreo inimigo. Para isso também se estuda a organização dessa indústria para aplicar-se o golpe de morte nos seus pontos mais vitais.

O melhor exemplo de emprégo da FORÇA AÉREA ESTRATÉGICA é o que a Guerra Aérea Aliada engajou contra a Nação Alemã, atacando alvos especiais, como sejam: fábricas de aviões, refinarias de petróleo, fábricas de armamento, usinas de força, represas e outras instalações, cujas destruições repercutiram poderosamente na conduta econômica da guerra pelos alemães. Ainda bem presente está em nossa memória a consequência das operações das superfortalezas voadoras contra o Japão.

Para cumprir sua missão a Força Aérea Estratégica compõe-se de Bombardeiros Pesados, Caça e Reconhecimento Fotográfico.

Psicologia-Recrutamento-Instrução

Pelo Cap. *Otávio Alves Velho*

I

Falha importante na preparação de nossos oficiais vem sendo apontada há vários anos e por diversos chefes militares dos mais abalizados. Até hoje, porém, em pouco se alterou a situação.

Referimo-nos ao fato, chocante nos tempos que correm, não figurarem, nos programas de formação técnico-profissional de nossos quadros, as duas cadeiras básicas para quem se destina ao mister de *instruir e comandar*, na paz e na guerra: — a Psicologia e a Pedagogia.

Como compreender que se dispenda tanto tempo no todo do material — sua organização, funcionamento e emérgo — e não se cogite do estudo do homem?

Por mais que evolua a técnica e se aperfeiçoem os meios processos de combate, é indiscutível — acaciano mesmo — que o elemento primordial da luta armada será eternamente o homem. Ninguém, senão ele, é que conduzirá e manejará os petrechos, armas e engenhos, sejam êles terrestres, aéreos, aquáticos, submarinos ou se revistam de qualquer um dos aspectos fantásticos imaginados pelos mais arrojados escritores de ficção.

A ação social do oficial do Exército — tão magistralmente definida, há anos, pelo insigne Marechal *Liautey* —, particularmente no Brasil, ampla e multiforme, mesmo nas condições normais de paz. Todos nós sabemos muito bem quão profundas são as repercussões de nossas palavras, atitudes e gestos, aí por esse imenso país afora, mormente nas guarnições do interior, onde a figura do militar assume

foros idênticos à do médico rural e do sacerdote, na qualidade de guia espiritual e intelectual do povo.

O que não dizer então em tempo de guerra, num país em que o rádio, a imprensa e todos os outros meios de transmissão do pensamento não suprem as necessidades coletivas e em que o cinema é absolutamente estrangeiro, alheio a problemas e à mentalidade de nossa gente?

Hoje, mais do que em qualquer outra ocasião, quando se prepara para partir a primeira Fôrça Expedicionária Brasileira com destino a além-mar (*), é que constatamos, em sua verdadeira grandeza, a relevância da missão que nos cabe como educadores e forjadores da alma de nossos soldados.

Não mais lhes podemos falar da guerra como coisa teórica, distante e pouco provável. Estamos diante de fatos consumados e temos de repetir-lhes, freqüente e infatigavelmente, que *estamos em guerra, porque estamos nela e o que temos de fazer*: não para o ano, nem amanhã, mas hoje mesmo. Cumpre dizer-lhes *qual é o inimigo, qual o terreno, qual a missão, qual o dever* de cada um e de todos.

Esta é uma tarefa difícil e delicada, em que o menor deslize poderá acarretar danos irremediáveis no moral de nossos homens, de nossos combatentes: — a consequências dos erros serão desastres sérios, mortes, fracassos.

De nada valerão os melhores campos de instrução dados do mais abundante e aperfeiçoado material; pouco significado terão quantidades fabulosas de munição, alvo, equipamento, etc.; irrisório será o rendimento de penosas jornadas, noites de vigília, marchas extenuantes, exercício de dupla-ação e com munição de guerra, pistas de obstáculos pesadíssimos — se tudo isso não fôr acompanhado de perto e vivificado continuamente por um inteligente e judicioso, constante e progressivo "treinamento psicológico".

Ora, para desenvolver tal treinamento não será preciso que os subalternos sejam psicólogos argutos ou eméritos po-

(X) — Este ensaio foi escrito originalmente para a Imprensa Militar, em julho de 1944.

agogos. Mas é indiscutível que — todos êles, e máxime os comandantes de sub-unidades — deverão ser senhores de um mínimo de conhecimentos de psico-técnica e pedagogia que lhes permitam, não só acompanhar e executar as diretivas traçadas pelos órgãos superiores como igualmente adaptá-las as variações individuais naturalmente apresentadas por seus subordinados, escolhendo os processos mais convenientes para a instrução de cada um, dentro do método geral preconizado. Também deverão saber distribuir as tarefas por seus auxiliares, conforme as aptidões, capacidade e inclinação pessoal de cada um. Por fim, para cumprir à risca o seu papel, deverão estar habilitados a apresentar sugestões razoáveis e propor justificados acréscimos ou diminuições, quer nas horas de trabalho, quer nos resultados a atingir.

Inegavelmente o Exército possui um esplêndido corpo de instrutores e que muito tem realizado no decurso dos últimos decênios, apesar de tôdas as deficiências de sua preparação psico-pedagógica e dos obstáculos materiais. E' soberanamente conhecida a habilidade especial dos nossos oficiais para improvisar recursos, crear variantes, inventar meios.

Porém, por trás de tudo isso, quanto tempo e energias malbaratados? Quão melhores não poderiam ser os resultados se abandonássemos o "auto-didatismo" em que se vêm formando gerações intermináveis de instrutores, mestres na mais lídima acepção do termo? *A idade de um erro não o justifica, nem lhe assegura direitos; pelo contrário, é um motivo a mais para ser combatido ou removido com urgência.*

Já possuímos um ótimo começo em casa, o da "Escola de Educação Física do Exército", onde existe, há tempos, o ensino da Pedagogia. Limita-se, todavia, a uma aplicação imediata dos princípios daquela ciência ao campo especializado da Educação Física. Cumpre-nos levar a solução mais longe e generalizá-la, principiando a preparação desde a Escola Militar e completando-a posteriormente nos corpos ou em outro estabelecimento de ensino.

Parece-nos justo devermos ter, de um lado, nos Estados Maiores, na Diretoria de Recrutamento e na Diretoria de Ensino do Exército, oficiais especializados e aptos para supervisionar a seleção e a instrução dos quadros e da tropa à luz dos preceitos científicos da Psicologia e da Pedagogia; de outro, nas escolas e unidades, executantes conhecedores dos processos modernos de ensino e de determinação das qualidades morais e intelectuais dos seus comandados.

Levamos anos e anos fazendo, em nossos quartéis, os célebres exames morfo-fisiológicos, organizando fichas complicadíssimas e intermináveis, dispensando as horas de folga na coleta de dados bio-tipológicos, no cálculo de índices e coeficientes, no traçado de bizarros perfis, e tantas outras coisas. Tudo isso, convém frizar, sem muito resultado concreto, pois geralmente quando se possuia uma idéia sobre o tipo e a categoria física do soldado, estava-se quase na hora de licenciá-lo. Hoje, afortunadamente, aquelas fichas já se revestem de feição mais prática, e logo no início do ano de instrução pode-se fazer o grupamento homogêneo dos homens e organizar os programas de treinamento adequados.

Porque, perguntamos, não fazer coisa semelhante — simples, objetiva e científicamente correta — no que diz respeito à parte psicológica? Não será porventura, tanto ou mais necessário o grupamento homogêneo sob o aspecto psíquico (moral e intelectual) do que no relativo aos caracteres somato-fisiológicos? Se há graves riscos para o indivíduo em submeter seu organismo a esforços superiores às suas limitações materiais, não os haverá — e até bem maiores — no querer que homens de idade mental diversa, de capacidade de apreensão desigual, acompanhem um mesmo ritmo de aprendizagem? Sem falar na eventualidade da eclosão de complexos negativos no íntimo do soldado, não serão enormes os prejuízos para a sub-unidade, a unidade, e mesmo para o Exército inteiro? Se existe o grupamento dos "poupados físicos", como não crearmos — com mais ponderáveis razões — o dos "retardados mentais"? E se os poupados físicos devem ser separados consoante a natureza de suas defi-

ciências, não deveremos lógicamente usar de processo análogo com os retardados mentais?

Deve-se ter bem em vista que os benefícios de tal ordem e medidas se fariam sentir tanto no adiantamento da instrução (em ritmo e intensidade) e no grau de adestramento da tropa (que se tornaria mais homogênea, maneável e coesa) como no estado disciplinar da mesma.

Se soubermos que um soldado possui a idade mental de 8 ou 8 anos apenas, e que outro é mentalmente adulto, não nos culparemos, sem demorado estudo, o primeiro das faltas e, segundo, nem tampouco colocaremos este no mero papel de cúmplice ou testemunha inocente. Poderemos, na instrução geral e na educação moral sobretudo, olhar com mais carinho e atenção para os retardados — infelizmente ainda assim numerosos em nossas fileiras, devido ao próprio nível mental baixo da média do povo — de modo a ajudá-los, guiá-los, evitar que cometam transgressões por inadvertência ou incorram em crimes por incompreensão. Para a Justiça Militar seria, sem dúvida, de incalculável valia a identificação dos soldados sob os aspectos de *personalidade, temperamento e desenvolvimento mental* — muito mais do que o burocrático fichamento dactiloscópico.

II

O nosso grande aliado e amigo, os Estados Unidos, país intrinsecamente pacífico, pode-nos oferecer ótimos *exemplos* neste sentido. Mas neste, como em muitos outros, será perigoso querermos limitar-nos a copiar aquilo que lá foi feito. Todos os dados do problema são diferentes — educação do povo, organização social, hábitos de vida e alimentação, padrão econômico, atividades civis dos cidadãos, organização militar, etc. — para que se queiram adotar as mesmas soluções. Por isto frizamos bem: "exemplos", e não "modelos" (1).

(1) Tudo o que neste artigo se refere à organização do Exército Norte-Americano baseia-se em publicações de suas revistas técnicas e em informações prestadas por oficiais brasileiros que já estagiaram no mesmo.

Por ocasião da guerra de 1914-18, a nação norte-americana teve de aprestar, em curto prazo, um contingente expedicionário de aproximadamente um milhão de homens. Conquanto lá não existisse o serviço militar obrigatório, fosse, na época, muito reduzido o seu Exército, graças à sábia orientação dos administradores, à competência e patriotismo dos cientistas e professores, e ao alto desenvolvimento alcançado pelas investigações de psicologia experimental e pedagogia, logrou-se, em um lapso de tempo bastante exiguo, selecionar racionalmente esse milhão de combatentes e enviá-los aos campos da França, onde o seu comportamento provou a excelência do método.

É fato que houve erros, o que era de esperar tratando-se da primeira experiência de testes coletivos em larga escala. O sistema "*Army-Alpha*", como ficou sendo conhecido o conjunto de provas utilizado, fôra fruto de investigações quase só de laboratório, e sua primeira comprovação efetuou-se perante o mais inexorável e intolerante dos examinadores: — a GUERRA.

Felizmente os ianques possuem em sua personalidade nacional, como traço marcante e característico, a faculdade de reconhecer pública e francamente seus próprios defeitos e enganos, e de não carecer de segunda demonstração para se emendarem. Muito embora, terminado o conflito de 1918, voltassem os sonhadores e visionários mais ou menos bem intencionados de sempre, a apregoar que nunca mais haveria guerras e que era chegada a oportunidade do desarmamento universal, o Exército Americano recolheu cuidadosamente os ensinamentos daquela primeira tentativa e ficou meditando sobre as cifras e observações assim catalogadas. Diminuiram-lhe os efetivos, reduziram-lhe as verbas orçamentárias, extinguiram vários de seus departamentos. Porem, muitos dos famosos psicólogos e educadores que com ele haviam colaborado em 1917, na organização e funcionamento dos serviços de seleção do pessoal, prosseguiram em seus estudos, estatísticas, locubrações. Extra-oficialmente

Exército estimulava-os, animava-os, fazia-lhes consultas, debatia problemas, por intermédio de alguns de seus chefes mais exponenciais.

Esse trabalho silencioso e sem apoio governamental, não foi vão. Antes mesmo de Pearl-Harbor, quando a conflagração já lavrava na Europa, os Estados Unidos começaram a sair do longo "intermezzo" pacifista e o Exército deu início à experimentação dos ensinamentos e teorias acumulados naqueles vinte e tantos anos. Quando, enfim, chegou o momento da mobilização geral, grande parte dela já estava convenientemente preparada e fácil foi desencadear o complexo mecanismo do recrutamento científico de milhões de homens para as múltiplas armas e serviços, as corporações da Defesa Civil, os diversos setores da indústria bélica, a contra-espionagem, a defesa contra a sabotagem e a "5.ª coluna", etc. Não houve, desta vez, a improvisação de 1917 e consequentemente os resultados são os que figuram diariamente no noticiário oficial e nas páginas dos jornais (2).

Uma das coisas úteis e curiosas que o Serviço de Seleção preparou com antecedência foi uma espécie de dicionário de profissões, abrangendo a totalidade das formas de atividade profissional de um povo como o norte-americano, que as possui das mais originais e surpreendentes. Paralelamente, foi organizada uma coleção de testes relativa a cada profissão, para verificar a eficiência e os conhecimentos dos conscritos nas que êles declarassem haver exercido. Pois lá, como em nosso país, é comum se encontrar um cidadão que já teve umas seis ou dez profissões e não sabe dizer em qual é mais capaz: — o Exército se encarrega de resolver a dúvida no momento mesmo da apresentação, e encaminhá-lo para onde poderá trabalhar mais de acordo com seus pendores e talento.

(2) Entre outros podemos apontar os seguintes serviços que atualmente colaboram nos Estados Unidos para a seleção de seu pessoal militar: "National Research Council"; "Science Service"; "Personnel Procedures Section" (War Department); "Office of War Information"; "Teacher Training Department" (Armored Force School); "Office of Strategic Service"; "Special Services Division"; "Selective Service", etc.

Foi também dêsses estudos que surgiu, em suas grandes linhas, o atual escalonamento da instrução da tropa :

- 1.º) Apresentação dos conscritos: exame médico-psicológico; determinação da idade mental, temperamento e traços gerais da personalidade; verificação de suas habilidades e possível aproveitamento militar; fichamento.
- 2.º) Distribuição de acordo com os dados obtidos.
- 3.º) Remessa para um campo de treinamento de recrutas, conforme a Arma, especialidade ou Serviço para que foram julgados aptos.
- 4.º) Ida para um campo de treinamento de unidades, onde, incorporados a uma determinada unidade completarão seu preparo profissional.
- 5.º) Os mais capazes — através a observação pessoal dos oficiais e sargentos — são enviados, no fim de algumas semanas, para um centro de formação de oficiais.
- 6.º) Terminado o treinamento da unidade, ida para um campo de treinamento de Grandes Unidades (Divisão, Brigada).
- 7.º) Finalmente, transferência para uma guarnição territorial ou frente de batalha (3).

Naturalmente estas indicações são gerais, havendo diversas variantes, principalmente para as tropas que se destinam a missões especiais (combate no deserto ou região montanhosa, desembarques a viva força, assalto a fortificações, etc.).

(3) Dever-se-ia, desde logo, cogitar no Brasil pelo menos, de uma adaptação dêste método ao recrutamento para as escolas de formação de oficiais, bem como à escolha de Arma e especialidade dos mesmos. A próxima inauguração da Escola Militar de Rezende seria uma esplêndida ocasião para se transformarem os métodos de ensino e o próprio "curriculum" acadêmico daquele estabelecimento. Não só a Psicotécnica e a Pedagogia poderiam substituir cadeiras já obsoletas ou sem o mesmo alcance profissional para os futuros subalternos, mas também outras de não menos valia, como por exemplo a Geografia Militar, já ensaiada com êxito no Realengo, em certa época, poderiam ser introduzidas.

Desta forma, é devido também à perfeição com que são estabelecidos e atualizados constantemente os seus regulamentos e manuais, a guerra perde *quase todo* seu caráter de arte, para tornar-se incrivelmente científica, técnica, na mais larga amplitude da palavra. A isto se liga ainda o magnífico funcionamento de seus serviços provedores, tanto quanto a exata coordenação entre as forças terrestres, navais e aéreas.

III

Vemos, assim, os reflexos da preparação psico-pedagógica em todos os setores da atividade militar, mesmo naqueles de natureza nitidamente material.

Estamos ouvindo o argumento de que lá tudo isso é viável porque se trata da nação mais rica do mundo, em que nada falta, a começar pelo "nervo da guerra": o dinheiro. Devemos convir, no entanto, que em se tratando de um país pobre, em que as verbas são escassas e o material exíguo, maior deve ser o interesse em aumentar a eficiência do trabalho e reduzir os tempos-mortos, as tentativas frustradas, as energias perdidas, o dinheiro gasto inutilmente com indivíduos que não estão aptos a fazer o que dêles se exige. Para isso, nada melhor do que *dar tudo na preparação, a fim de se lucrar na execução*.

Não negaremos que será necessário muito esforço, tenacidade e despesa até aparecerem os primeiros resultados concretos. Porém, depois, com a experiência adquirida e uma vez formado um corpo de especialistas com conhecimentos sólidos, poucos se lembrarão dos sacrifícios passados, ante os incalculáveis melhoramentos que surgirão por tóda a parte.

Já há, no Brasil, vários professores e psicólogos, no meio civil, assim como funcionários da Divisão de Seleção do D.A.S.P. (4), que estudaram a questão em diversos países estrangeiros, sobretudo nos Estados Unidos, Inglaterra, Bé-

(4) Como, por exemplo, o técnico Murilo Braga, Diretor de uma das divisões do D.A.S.P., autor do magnífico relatório intitulado "A Mobilização do Pessoal nos Estados Unidos".

gica e Alemanha. Não devemos, absolutamente, prescindir da sua colaboração para organizarmos o nosso próprio Serviço de Seleção, mesmo porque nenhum oficial nosso, parece, se aprofundou ainda em tal assunto a ponto de poder, por si só, nortear tão relevante empreendimento.

Assim como o Exército tem fornecido seu cabedal e experiência para orientar a educação física e a criação da indústria pesada entre nós, do mesmo passo que deu e dá o seu labor, para abrir estradas, construir pontes, estender linhas telegráficas, devassar sertões e civilizar indígenas, demarcar fronteiras e resolver litígios, colonizar regiões inóspitas e insalubres, assimilar e integrar em nosso meio os imigrantes e seus descendentes, alfabetizar milhares de patrícios e realizar tantas outras obras de benemerência cívica, social e humana — nada mais justo do que agora, dada a premência com que urge solucionar tão relevante problema de organização e instrução, recorrer aos especialistas idôneos e capazes, existentes em diversas repartições civis e escolas de nosso país.

Em breve poderemos pagar, com largos juros, esse serviço à Nação, devolvendo-lhe os cidadãos, após a desincorporação, alfabetizados, enrijecidos física e moralmente, e esclarecidos sobre sua exata função social e vocação profissional. Dentro d'estes princípios gerais obteremos os meios para bem conhecermos o nosso soldado e podermos melhor manejá-lo e empregá-lo, assim como assistí-lo e ampará-lo. Ser-nos-á fácil escolher "o homem certo para a missão certa", evitando as perigosas intuições que só podem conduzir ao sacrifício inútil de vidas preciosas e perdas de tempo às vezes irrecuperáveis nas trágicas emergências do combate atual.

* * *

PROGRAMAS

Em anexo ao presente ensaio, resolvemos apresentar alguns *pontos de partida* para a organização do ensino da Psicologia e da Pedagogia em nosso Exército, cujo estabelecimento, a nosso ver, é *imprescindível e inadiável*.

Dentro da orientação aludida anteriormente, é para imprimir um cunho deveras científico e atual às nossas sugestões, recorremos aos preciosos conselhos de três grandes autoridades no assunto: a Professora *Noemy Silveira Rudolfer* e os Professores *Jovino Guedes de Macedo* e *Cecília Castro e Silva*.

A primeira, ex-Chefe do Laboratório de Psicologia Experimental do Instituto de Educação de S. Paulo, é hoje a catedrática de Psicologia Educacional na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e na Escola de Sociologia e Política da Universidade daquela mesma cidade; quanto aos últimos, são seus adjuntos na citada Faculdade de Filosofia. A todos devemos infinito agradecimento pela valiosa e considerável ajuda, sem a qual pouco teríamos podido fazer.

CURSO DE PSICOLOGIA MILITAR

Este curso visa dar, tão objetivamente quanto possível, compreensão sistemática dos problemas da Psicologia, cuja definição seja de auxílio para o Oficial do Exército, como elemento integrante da Nação e como condutor de homens. Será finalidade fundamental habilitar o Oficial a ajustar-se aos problemas de comando e subordinação, às interações sociais, a compreender a própria personalidade e possibilidades intrínsecas e extrínsecas, a manter ou ganhar a integração necessária ao sucesso na profissão e na vida.

Cada assunto deverá sempre, de início, ser tratado indutivamente: — *a generalização sempre após a observação dos fatos objetivos, tanto quanto possível colhidos pelos próprios alunos* (Cadetes ou Oficiais). Posteriormente se dará a dedução, para capacitar o aluno a aplicar o aprendido em situações reais, novas, e até mesmo imprevistas.

Maior valor terão os debates coletivos e a solução individual de problemas, que as preleções de classe. Seminários, grupos de debate, pesquisas, cursos de leituras — serão métodos preferidos às preleções.

Poder-se-á fixar, em princípio, a distribuição de tempo do quadro abaixo:

CURSO	TRABALHOS		OBSERVAÇÕES
	Preleções e conferências	Pesquisas, debates, etc.	
Na Escola Militar	1.º Ano	60 %	40 % Os trabalhos práticos serão feitos coletivamente
	2.º Ano	50 %	50 % Orientarão as turmas as pesquisas do 1.º ano
	3.º Ano	40 %	60 % Trabalhos práticos individuais
Na Tropa	Aspirantes	20 %	80 % As sessões teóricas limitar-se-ão à discussão e esclarecimento das dúvidas surgidas na atividade diária
	Subalternos	10 %	90 % As sessões teóricas terão por fim manter em dia os conhecimentos científicos.

- 1 — Objeto, campos e métodos da Psicologia. A Psicologia aplicada à vida militar.
- 2 — *O comportamento como reação total do organismo da pessoa.* Os comportamentos típicos na vida militar.
- 3 — *Hereditariedade e ambiente.* A inter-ação hereditariedade-ambiente, como fundamental na consideração do militar, por parte do Oficial. O ambiente militar: objetivos; estrutura; definição de funções; hierarquia; corpo de conselheiros, supervisores e informa-

dores. Valor do conhecimento dos antecedentes hereditários e ambientes do militar. Métodos de estudo, especialmente o estudo do caso individual.

- 4 - *Diferenças individuais.* Influência da variação de sexo, idade, cultura e de experiência no comportamento dos indivíduos. As "vivências" culturais do civil e do militar. Estudo de casos individuais.
- 5 - *O desenvolvimento físico e psíquico.* As, assim chamadas, etapas do desenvolvimento. A atitude do Oficial perante o nível de desenvolvimento do subordinado. A hierarquia militar e os níveis de desenvolvimento.
- 6 - *O comportamento fundamentalmente inato.* Tipos. Evolução.
- 7 - *O comportamento instintivo.* Evolução. Ação social sobre os impulsos instintivos. As tendências instintivas e a disciplina militar.
- 8 - *O comportamento emocional.* A evolução das emoções no indivíduo, do ponto de vista de suas causas, número e manifestações. A emoção na vida militar. O medo perante a insegurança da vida na guerra. Medo e coragem. Papel do chefe (líder) militar na vida emocional dos subordinados.
- 9 - *O hábito e a reação condicionada.* A integração dos hábitos durante a evolução individual. A formação de hábitos na vida militar. Hábito e disciplina.
- 10 - *O comportamento inteligente.* Observar; abstrair; generalizar e aplicar. Solução de problemas. Prever e criticar. *O nível de desenvolvimento mental e sua mensuração.* A seleção de militares pelo nível de desenvolvimento mental. *Tipos mentais.* O tipo mental do Oficial perante a situação profissional. Influência do nível mental do militar na sua atitude e realizações na vida profissional.
- 11 - *Do agradável e do desagradável. Motivos, necessidade de incentivos.* Os motivos fundamentais do ser huma-

no e suas manifestações na vida militar: desejo de segurança, desejo de prestígio, desejo de aventura, desejo de correspondência. *A vida militar e a frustração de motivos.* Mecanismos de racionalização, introversão, compensação e fuga. Os motivos como fatores de bom e mau ajustamento na vida militar. Redefinição de motivos do civil quando sorteado. Estudo de casos individuais.

- 12 — *O comportamento social.* Ambientes sociais a que se ajusta um ser humano. Evolução dos ajustamentos sociais durante o desenvolvimento individual. Sugestão e sugestionabilidade. O comportamento social do militar. A sociabilidade do militar. Vida social do civil e do militar. Estudo de casos individuais.
- 13 — *O comportamento moral e sua evolução.* Papel do nível de desenvolvimento moral do militar, sua atitude perante os superiores e a obediência. Estudo de casos individuais.
- 14 — *O comportamento religioso. Evolução.* A religiosidade do militar como fator de importância nos ajustamentos à vida militar, sobretudo na guerra. Estudo de casos individuais.
- 15 — *O comportamento afetivo. Evolução. A censura social e a frustração de impulsos afetivos.* Fixações, repressions, perversões, derivação e sublimação afetivas. Afecção e subordinação. Estudo de casos individuais.
- 16 — *Aprendizagem e aprendizado.* Evolução da experiência: integração e individuação. As curvas de aprendizagem e de esquecimento. Como enfrentar os platôs (ou paradas), os erros e os esquecimentos na aprendizagem. A situação militar como propícia à aprendizagem, sobretudo de valores cívicos. A transferência de objetivos, ideais, valores e atitudes, adquiridos durante a vida militar, para a vida civil do reservista. O oficial como educador "sui-generis".
- 17 — *A personalidade.* A interação hereditariedade-ambiente na organização da personalidade. O ambiente

social e a personalidade. Evolução da personalidade. Mensuração da personalidade. Tipos psíquicos de militar e tipos de comportamento. A variação no tratamento de militares em função de seu tipo psíquico. A integração e desintegração da personalidade na vida militar, sobretudo na guerra.

8 - *A "vivência" cultural do militar. O militar como pessoa, como cidadão, como profissional.*

* * *

Observações — Este programa poderá ser objeto do curso da Escola Militar, e comum a todas as Armas. Poderá mesmo, em todo ou em parte, ser aplicado às escolas de formação de oficiais dos Serviços e da Reserva, que também não podem prescindir atualmente dos conhecimentos fundamentais de Psicologia. Deverá ser associado ao estudo da Sociologia, já existente, e, se possível, precedido de breves noções de Biologia (aliás, esta parte poderia ser objeto do exame de admissão às escolas de formação).

CURSO DE PEDAGOGIA MILITAR

A) *Fundamentos científicos da educação:*

1º Ano

- 1 - A contribuição filosófica, a sociológica, a biológica e a psicológica, à educação.
- 2 - O problema dos fins da educação — Evolução dos fins educacionais através das idades — Notícia histórica da educação militar, e da educação militar no Brasil.
- 3 - A educação, um problema de socialização dos educandos — Tendências sociológicas da educação — Papel racionalizador da educação militar.
- 4 - A educação em função dos atributos do educando concebido como um ser em desenvolvimento — Tendên-

cias biológicas e psicológicas da educação — A educação militar de púberes, adolescentes e adultos.

B) *O método educativo :*

- 5 — O método educativo — Variação do método educativo através das idades — Notícia histórica dos métodos educativos militares, e dos métodos educativos militares no Brasil.
- 6 — A educação como disciplina formal — A transferência absoluta (Locke).
- 7 — A educação como desenvolvimento e criação de massas aperceptivas (Herbart).
- 8 — A educação como treino sensorial (Pestalozzi e Montessori).
- 9 — Os modernos métodos de educação: centros de interesse, problemas, projetos, plano *Dalton*, sistema *Winnetka*, escolas de trabalho — Influência da renovação dos métodos na educação militar.

2º Ano

C) *Bases teóricas da educação :*

- 1 — O problema da variação individual. As diferenças individuais nas Classes Armadas.
- 2 — Métodos de estudo das diferenças individuais. Prática desses métodos no estudo das diferenças individuais nas Classes Armadas.
- 3 — O desenvolvimento do educando perante a educação. Etapas do desenvolvimento e a educação "sob medida".
- 4 — A motivação na aprendizagem. Motivos conscientes e inconscientes. Motivos inatos e adquiridos. Evolução dos motivos. Interesses e educação militar. Aptidões e sua análise. As aptidões para a carteira militar, e, nesta, para as várias Armas e especializações.
- 5 — A aprendizagem e o aprendizado. Teorias. Curvas.

A aprendizagem militar.

- Leis e princípios de aprendizagem.
- A transferência da aprendizagem. Teorias e moderno conceito. Transferência, para a vida total, do aprendizado militar.
- O rendimento escolar. Estudo objetivo do rendimento escolar.

3º Ano

D) *A educação, um processo total* (5) :

- Educação cívica.
- Educação moral.
- Educação física.
- Educação intelectual.
- Educação estética.
- Educação social.
- A vida militar e a educação cívica, moral, intelectual, física, estética, social.
- O militar, como educador.

E) *Organizações auxiliares da escola e o sistema escolar.*

- As atividades extra-curriculares como agentes de educação: jornais, revistas, associações, clubes, assembleias, nas escolas militares e nos quartéis, e seu papel socializador.
- Orientação profissional e educacional. Orientação profissional nas Classes Armadas. Orientação educacional dos candidatos ao ingresso nas Escolas Preparatórias de Cadetes, Escola Militar, etc.
- Princípios de administração escolar. O sistema escolar militar do Brasil.

Nota — Este programa deve ser seguido de um de *metodologia didática*, de tal arte que os alunos possam praticar o que aprenderem.

(5) As análises só para fins lógicos.

Metodologia didática geral :

- 1 — Prática do método de centros de interesse.
- 2 — Prática do método de projetos.
- 3 — Prática do plano *Dalton*.
- 4 — Prática do plano *Winnetka*.
- 5 — Prática do método de problemas.
- 6 — Prática de aulas do tipo tradicional.
- 7 — Prática de administração escolar (matrícula, distribuição de alunos, etc.).
- 8 — Prática de preparação e aplicação de testes.
- 9 — Prática de aulas de orientação profissional e educacional.

Metodologia didática especial :

- 10 — Prática dos diversos ramos da instrução comum a todas as Armas.
- 11 — Prática dos diversos ramos da instrução peculiar à Arma.

SEGUNDA PARTE — ESPECIALIZAÇÃO

Para as funções de orientadores da instrução e do ensino no Exército, entretanto, será mister que, além dos oficiais com conhecimentos fundamentais de Psicologia e Pedagogia (comuns a todos), haja os especialistas destinados às funções superiores no Estado-Maior do Exército, na Diretoria Geral de Ensino, nas direções de ensino dos estabelecimentos e nos Estados-Maiores de Grandes Unidades. Isto sem falar no Serviço de Seleção e Recrutamento, que poderia ser criado mediante a conveniente remodelação da atual Diretoria de Recrutamento.

Quanto à formação desses oficiais especializados poderá ser feita, quer em estabelecimento de ensino militar a organizar, quer em estabelecimentos civis destinados à formação de técnicos de educação. O aperfeiçoamento será feito ente-

no Instituto de Estudos Pedagógicos, em cursos especiais nas Faculdades de Filosofia ou por meio de bolsas de estudo no estrangeiro, para os que realmente se revelem mais capazes e dedicados, nos cursos e trabalhos realizados.

Damos abaixo as sugestões para a elaboração do programa correspondente, no que se refere aos pontos essenciais.

1.º) *Mensurações e Estatística*

I — *Parte Geral* (Recordação e atualização dos conhecimentos básicos) :

- 1 — Diferenças individuais. Natureza e fatores. Técnicas de estudo. As diferenças individuais nas Fôrças Armadas.
- 2 — Inteligência. Tipos de inteligência: mecânica, verbal, social. Medida da inteligência.
- 3 — Aptidões. Estrutura e avaliação. Análise fatorial. Aptidões para a vida militar.
- 4 — Aprendizagem de adultos. Tipos, leis, transferência, motivação e verificação dos resultados. Diferenças individuais na aprendizagem.
- 5 — Personalidade. Natureza e diagnose. Métodos de estudo. Utilização da mensuração da personalidade na seleção para as Fôrças Armadas.
- 6 — Testes. Espécies. Construção e aferição (aplicações da Estatística).
- 7 — Aplicações das mensurações: vida militar, orientação e seleção profissional, educação, serviço público, etc.

II — *Parte especial* :

- 1 — Testes de inteligência geral. Emprêgo na seleção para as Fôrças Armadas.
- 2 — Testes de capacidade.
- 3 — Testes de atitudes e interesses.
- 4 — Testes de personalidade e de caráter.

- 5 — Testes de rendimento: provas tradicionais e objetivas. Vantagens e desvantagens.
- 6 — Análise do trabalho nas Forças Armadas para fins de seleção e de treinamento. Técnicas de análise do trabalho: observação direta, questionários, entrevistas, etc.
- 7 — Baterias de testes — fases de construção: bateria preliminar, experimentação, intercorrelações, ponderação dos testes.
- 8 — Testes — aspectos da construção: escolha do conteúdo, análise de itens, tipos de itens (completamento, alternativa, etc.). Regras de elaboração de itens.
- 9 — Aplicação de provas: cuidados especiais. Avaliação, uso de chaves e de processos estatísticos.
- 10 — Validade dos testes: fatores, técnica de verificação. Critérios.
- 11 — Precisão (fidedignidade). Técnicas de verificação.
- 12 — Aferição de testes. Escolha da população. Escalas e normas. Interpretação dos cálculos estatísticos.

III — *Parte de Estatística:*

- 1 — Método estatístico. Emprêgo em mensuração. Fases do método estatístico. Levantamento: plano, coleta, sistematização e análise de dados.
- 2 — Quadros ou tabelas: tabulação de dados, representação de classes. Simbolismo estatístico.
- 3 — Distribuição de freqüência: freqüência de classes, total, acumulada, intervalos de classe.
- 4 — Representação gráfica: gráficos em barras, em colunas, lineares, em setores, histogramas e polígonos de freqüência.
- 5 — Medidas de tendência central: média aritmética simples e ponderada, mediana e moda. Cálculo e emprêgo desses valores.
- 6 — Medidas de variabilidade: afastamento quartil, intervalo quartil e semi-quartil, afastamento médio, afasta-

mento quadrático médio (σ). Região central e normalidade. Coeficiente de variação. Assimetria. Percentilagem.

- 7 — Cálculo das probabilidades. A curva normal. Aplicações da curva normal: percentagens da área, ponderação de itens, etc.
- 8 — Precisão das medidas. Amostragem. Representatividade dos dados.
- 9 — Correlação linear: significação do coeficiente de Pearson e seu cálculo. Equação de regressão. Predição.
- 10 — Aplicações do cálculo de correlação: validade e precisão dos testes.
- 11 — Correlação de Spearman. Correlação bi-serial, de contingência, etc.
- 12 — Correlação parcial e múltipla.

2.º) *Psicologia social*

A

- 1 — Objeto, campo e método da Psicologia Social.
- 2 — Papel de um curso de psicologia social numa escola de preparação de oficiais do Exército.
- 3 — O indivíduo e a sociedade. A falsa separação entre o indivíduo e o grupo social. Integração do civil no grupo social militar. Contactos primários e secundários.

B

- 4 — Diferenças individuais: diferenças raciais e sociais. Estudo das diferenças individuais nas classes militares.
- 5 — Os fatores ambiente e hereditariedade na formação da personalidade. "Mores" e "folkways". Estudo do caso individual nas Classes Armadas.
- 6 — As fórcas motivadoras do comportamento humano. As várias teorias sobre motivação: dos motivos humanos universais hereditariamente adquiridos aos mo-

tivos socialmente adquiridos. Algumas concepções: Mc Dougall, W. I. Thomas, G. W. Allport. Análise da influência da cultura na motivação. A motivação na organização militar.

7 — Valores e atitudes. Aquisição e modificação de valores e atitudes. Relatividade dos valores e atitudes. As "vivências culturais". Papel dos grupos a que o indivíduo se ajusta. Pessoas como valores e fonte de valores; conformidade aos valores institucionais. Valores profissionais. O "ego", como valor. Estereótipos.

C

8 — Incentivos sociais. Punição e recompensa. Conhecimento dos resultados do próprio trabalho. Competição e cooperação. Controle social. A disciplina nas organizações militares.

9 — Mecanismos psicológicos básicos nos processos de interação social: imitação, sugestão, facilitação social, inibição, identificação. Aspectos típicos desses processos na vida social militar.

10 — Processos de interação social. Satisfação mútua, conflito, acomodação, assimilação, competição e cooperação. Mecanismos psicológicos fundamentais desses processos.

D

11 — Grupos sociais. Natureza, tipo, distribuição ecológica. Evolução dos grupos sociais. Análise de grupos sociais militares.

E

12 — Evolução e progresso social.

13 — Comportamento coletivo. Seus diferentes tipos; mecanismos de formação respectivos. Os processos de interação e os mecanismos psicológicos fundamentais

envolvidos. O indivíduo em face da multidão. O tipo de líder e seu papel.

- 14 — Psicologia das organizações. Princípios de organização. Os indivíduos que constituem a organização: seus motivos e as formas de interação social que mantêm entre si. "Filiação" como valor para o indivíduo. A organização militar.
- 15 — Liderança. Tipos de líderes e de subordinados. Situações de liderança. Problemas de liderança. O líder como valor e fonte de valores. O traço de dominação. Influências no seu desenvolvimento. Técnicas de estudo desse traço. Os processos de interação e seus mecanismos psicológicos fundamentais, na relação líder-liderado. Tipo de liderança na organização militar.
- 16 — Opinião pública. Natureza da opinião pública. Seus órgãos. Formação da opinião pública. O papel da propaganda na formação da opinião pública.
- 17 — Propaganda. Princípios de propaganda. Técnicas de propaganda contemporânea. Modificação de atitudes pela propaganda.

BIBLIOGRAFIA

Damos a seguir o extrato de uma indicação bibliográfica de livros básicos, apresentada pelo ilustre professor norte-americano *Adrian Rondillau, Ph. D.*, por ocasião do curso de "Testes e Mensurações" que o mesmo realizou em fevereiro do corrente ano (*) na Universidade de São Paulo, sob os auspícios da União Cultural Brasil-Estados Unidos.

- 1 — *Bingham, Walter, Aptitudes and Aptitude testing.* New York: Harper, 1941.
- 2 — *Brown & Thomson, Essentials of mental measurement.* Cambridge, England: University Press, 1940.

(*) — Ano de 1944.

- 3 — Burnt, H. E., *Principles of employment psychology*. Boston; Houghton Mifflin, 1942.
- 4 — Garret, H. E., *Statistics in psychology & education*. New York; L. Green, 1937.
- 5 — Guilford, J. P., *Fundamental statistics in psychology & education*. New York, Mc Graw-Hill, 1942.
- 6 — Hawkes & Lindquist, *Construction & use of achievement examinations*. Boston; Houghton Mifflin, 1936.
- 7 — Linquist, E. F., *First course in statistics*. Boston; Houghton Mifflin, 1938.
- 8 — Mc Call, William A., *Measurement*. New York; Century, 1930.
- 9 — Patterson, D. G., *Physique & intellect*. New York; Century, 1930.
- 10 — Thurstone, L. L., *Primary mental abilities*. University of Chicago Press, 1938.
- 11 — Walker, H. M., *Elementary statistical methods*. New York; Holt Co., 1943.
- 12 — Walker, H. M., *Mathematics essentials for elementary statistics*. Henry Holt & Co., 1935.
- 13 — Walker, H. M., *Statistical Inferences*. New York; Holt Co., 1944.
- 14 — Wechsler, D., *The measurement of adult intelligence*. Baltimore; Wilkins & Wilkins, 1939.

CONCLUINDO

Para finalizar, apresentamos, a seguir, as nossas sugestões para as novas bases do ensino fundamental da Escola Militar de Rezende, que, atualmente, estão sendo estudadas por uma Comissão especialmente designada para esse fim.

EXAME DE ADMISSÃO

- 1 — Matemática Elementar (Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria Retilínea).

2 — Desenho Projetivo e Noções de Geometria Descritiva.
 3 — Português (especialmente desenvolvida a parte de redação).
 4 — Geografia e História do Brasil.
 5 — Física e Química.
 6 — Noções de Biologia Geral (que atualmente é ministrada no ensino secundário). } *

1.º Ano

1 — Geometria Analítica e Noções de Cálculo Infinitesimal.
 2 — Noções de Cálculo Vetorial.
 3 — Aplicações Militares da Mecânica, da Física e da Química.
 4 — Estatística (Noções elementares).

2.º Ano

1 — Eletrotécnica.
 2 — Fortificação.
 3 — Psicologia Geral e Noções de Pedagogia.
 4 — Balística de Efeitos.
 5 — Geografia Militar da América do Sul.
 6 — Estatística e Noções de Organização.

3.º Ano

1 — Tática da Arma e Noções de Cooperação das Armas.
 2 — História Militar do Brasil.
 3 — Psicologia Geral e Introdução à Psicologia Social.
 4 — Noções de Pedagogia e Didática.
 5 — Noções de Sociologia.
 6 — Noções de Direito Constitucional e Internacional.

(*) — Dependendo da reorganização do ensino secundário, ou então, das fontes de recrutamento dos candidatos a Cadete.

Análise da instrução e do tiro de artilharia de campanha

Cap. FERDINANDO DE CARVALHO

"O adiamento da instrução da tropa, e da formação de especialistas, cabos e sargentos, e o preparo dos quadros permanentes e semi-permanentes, devem ser freqüentemente verificados, no decorrer do ano de instrução, pelos chefes, nos diferentes escalões". (R. P. I. Q. T., n.º 253)

"Nenhuma instrução é completamente eficiente sem que se determine os erros pessoais através de uma análise. A instrução conduzida sem uma inspeção competente ou de modo sentimental é improativa no preparo da bateria para o combate". (Manual para o tiro de Artilharia de Costa, n.º 755).

I — INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui um ensaio inicial sobre assunto de fundamental importância para a nossa artilharia de campanha: o estabelecimento de um processo padrão e verdadeiramente eficiente para verificação da instrução e da execução do tiro de bateria e grupo.

Reconhecemos que, nesse particular, uma vasta lacuna é ainda observada em nossa documentação atual, como a reclamar o interesse de nossos estudiosos em artilharia para a pesquisa de uma solução satista-tória.

A inexistência de uma padronização perfeita dá origem a uma grande diversidade de processos de verificação, a maior parte dos quais é falha e propicia ao surto de injustiças involuntárias, mas prejudiciais.

E preciso admitir que somente à luz de relatórios completos sobre todos os elementos que atuaram em determinado exercício pode a autoridade que o dirige, qualquer que seja o seu escalão, precisar as talhas observadas, aquilar as necessidades consequentes e determinar a eficiência do adestramento individual e de conjunto. Dada a dispersão com que se dispõem tais elementos, não é possível à simples observação

pessoal colher-se dados suficientes para um julgamento perfeito. Do outro lado, a complexidade técnica dos órgãos de tiro das baterias e grupos exige que as verificações sejam executadas mediante um minucioso registro de dados, seguido de uma cuidadosa análise tendo em vista a determinação dos erros, precisando a grandeza e assinalando a responsabilidade respectiva.

Dessa forma, tudo parece indicar que uma boa solução será encontrada na adaptação aos moldes do tiro da artilharia de campanha, o processo de Análise de Instrução e do Tiro tão largamente usado pela Artilharia de Costa e ao qual é dedicado um fascículo completo do Manual elaborado pela Escola de Artilharia de Costa (Manual para o tiro de Artilharia de costa — 5.ª parte — Conduta Geral da Instrução e Nota Complementar NCI-1 de 1945 — Análise simplificada do tiro).

Neste artigo procuramos apenas firmar um primeiro passo para essa adaptação, através de uma exposição de caráter propositadamente bastante geral, porque estamos convictos de que só a experimentação efetuada em exercícios de nossas Escolas e Corpos de Tropa de Artilharia poderá atingir um resultado completo e definitivo.

Dar-nos-emos por perfeitamente compensados se conseguirmos atingir ao desiderato que norteou a elaboração do presente trabalho: Colocar em discussão um problema de suma importância.

II — ANALISE DA INSTRUÇÃO

A — *Finalidade*

A Análise da instrução tem em vista determinar a eficiência com que se realiza o preparo individual e de conjunto para o tiro de artilharia, mediante a determinação dos erros cometidos nos exercícios realizados.

Ela permitirá aos oficiais encarregados das diferentes partes da instrução e aos chefes responsáveis pela mesma, precisar os pontos fracos no funcionamento das diversas guarnições, conhecer quais os assuntos cujo ensino deve ser intensificado ou quais as correções e substituições a serem efetuadas.

E claro que no próprio decorrer dos exercícios, a constante assistência dos instrutores e comandos possibilitará, pela abalizada experiência profissional, a verificação de grande número de falhas, principalmente as de maior vulto. Ainda assim, a análise da instrução será de grande utilidade, confirmando as falhas surpreendidas e esclarecendo todas as dúvidas que se possam formular a respeito.

Os exercícios de tiro fictício realizados em campos de tiro reduzidos, com o funcionamento completo de todos os órgãos, inclusive as trans-

ções e as linhas de fogo, são extremamente proveitosos no treinamento para o tiro real. A cuidadosa análise de tais exercícios conduzirá conclusões que completarão todas as vantagens que se poderá extrair a realização dos mesmos.

— Execução da análise

A execução da análise da instrução consiste essencialmente na seguinte ordem de operações:

Registro dos elementos;

Verificação dos registros e determinação dos erros;

Elaboração do relatório; os quais passamos a descrever.

1. Registro dos elementos — Durante cada exercício, os elementos calculados, registrados, comandados ou transmitidos pelos serventes das guarnições dos diferentes órgãos de tiro (Central de Tiro, linhas de fogo, observatórios, etc) são anotados em quadros apropriados, seja por esses próprios serventes, seja por registradores ou fiscais especialmente designados.

Os quadros de registro deverão possuir um traçado padronizado e receberão um título em número de identificação, como por exemplo: n.º 11 — Direções registradas, correspondentes aos apontadores em classificação das peças.

Os registros devem ser efetuados com a máxima atenção de forma possam oferecer a mais completa segurança. As falhas resultantes

de elementos duvidosos devem ser assinaladas. Os elementos relativos à execução de um disparo deverão análogamente conter um sinal particular (V).

A título de exemplo mostramos na fig. 1 o traçado que poderia ser adotado para a anotação dos elementos em alcance registrados em uma peça.

2. Verificação dos registros e determinação dos erros. A execução da análise da instrução é, nos exercícios de bateria, normalmente feita pelo comandante da mesma, auxiliado pelo comandante da linha de fogo e demais subalternos.

Nos exercícios de Grupo o comandante dêste designará os oficiais encarregados da execução da análise e elaboração do relatório.

Concluído o exercício e de posse da coleção de quadros de registro correspondente, os oficiais acima referidos iniciarão a análise dos mesmos, seja pela verificação cruzada dos elementos, comparando os valores registrados nos diversos quadros, seja pela própria reconstituição das operações. Desta forma são determinados os erros de:

- Cálculo, transmissão e aplicação de dados;
- manejo de instrumentos.

Unidade		Data		Análise da instrução	16
Sub-unidade		Verificação			
Turmas	Servente	1	2	3	4
		Cal. e quadro	Erros cometidos	Observações	

fig. 2

Tal conferência pode ser realizada de forma minuciosa ou sumária completa ou parcial, conforme o resultado que se tenha em vista.

Não serão considerados os erros inferiores às menores graduações dos aparelhos de pontaria e observação utilizados.

3. Elaboração do relatório — O relatório da análise da instrução poderá ser apresentado sob a forma de um quadro com o aspecto sugerido na fig. 2, que pode ser preenchido com os elementos seguintes:

colunas 1 e 2 — designação da turma e do servente responsável pelo erro identificado;

coluna 3 — número da coluna e do quadro em que foi assinalado erro;

coluna 4 — sinal e valor desse erro;

coluna 5 — necessidades, providências ou sugestões decorrentes da verificação.

O relatório e os quadros de registro, devidamente encadernados, serão submetidos à apreciação da autoridade que determinou a verificação de instrução para o necessário exame, a realização da crítica e a emissão do conceito final.

C — Conclusões

Da exposição que vimos de fazer sobre a análise da instrução do ro de bateria e grupo, pode-se facilmente deduzir, a simples reliance, preciosas vantagens que o processo apresenta, entre as quais citaremos:

1. Registro minucioso de todo o desenvolvimento do exercício;
2. Possibilidade de uma apreciação completa e meticulosa da verificação pela autoridade competente, facultando a realização de um julgamento fundamentado e justo;
3. Localização precisa de origem das falhas, evitando as responsabilizações errôneas;
4. Possibilidade da constituição de um arquivo perfeito de instrução onde se poderá acompanhar todas as suas fases, apreciando a eficiência da mesma.
5. Maior facilidade na realização de uma boa adaptação entre os serventes e as respectivas funções, localizando exatamente os elementos eficientes e as substituições necessárias.

E desse modo, indiscutível a utilidade do processo cujas linhas gerais foram aqui traçadas. Seus detalhes de execução só poderão ser formulados, como já o dissemos, mediante a realização prática, ao alcance de todos os oficiais que nas Escolas e Corpos de Tropa ministram a instrução de artilharia. Cremos que todo o empenho e boa vontade para tal fim demonstrados serão amplamente recompensados pelos resultados obtidos.

III — ANALISE DO TIRO

A — Finalidade

A Análise do Tiro tem por finalidade determinar a eficiência do funcionamento, em conjunto, de uma bateria ou grupo, durante a execução do tiro real.

Como se poderá medir tal eficiência?

E' evidente que a determinação dos erros de execução, objeto da análise de instrução, não constitui um elemento preciso, um dado comparativo, para se adotar como "grau de eficiência" de um exercício de tiro real, uma vez que, para a finalidade deste, é o número de acerto no objetivo que indicará aquele valor.

Entretanto, para que esse grau de eficiência independa da duração do tiro e do número de peças que no mesmo atuaram, adotou-se para medi-lo o "número de acertos por peça e por minuto", cuja determinação constitui, por conseguinte, o objeto da análise do tiro.

E' evidente que a realização dessa análise, durante os exercícios de tiro real, não exclui a necessidade da execução simultânea da análise da instrução. Pelo contrário, é em tais exercícios que se dispõe de uma oportunidade incomparável para obter o pleno rendimento desta.

E' mistér, entretanto, acentuar, mais uma vez, a diversidade de objetivos da análise da instrução e da análise do tiro. A primeira faz procura determinar o rendimento da instrução e a segunda destina-se a medir a eficiência do tiro.

Todos os tiros reais devem ser convenientemente analisados. Muitas vezes, a exiguidade de tempo e pessoal poderá impedir a execução de uma análise completa e minuciosa. A operação será, então, restrita aos elementos principais e, ainda assim, terá imensa utilidade no julgamento consciente dos resultados alcançados.

B — Execução da análise.

Em cada exercício de tiro real, o respectivo diretor designará a comissão de oficiais encarregada da fiscalização e procedimento da análise do tiro.

Compreende ela, essencialmente, as seguintes operações:

Determinação dos tempos em ação;

Determinação da cadência média;

Determinação da probabilidade de acerto;

Determinação do grau de eficiência;

Confecção do relatório;

as quais passamos a descrever.

1. Determinação dos tempos em ação — Essa operação tem por finalidade a obtenção do tempo médio de atuação de uma peça da bateria ou baterias que atiraram, escoimado naturalmente das diferenças causadas pelas eventualidades cuja responsabilidade independe dos executantes. Para tal é necessária, por sua vez, a execução da seguinte sequência de operações:

a. Registro dos tempos — É efetuado nos locais de onde o tiro dirigido (Central de tiro, observatório de bateria ou grupo, etc) e nas bases de fogo. Consiste na anotação, para cada bateria, das horas, minutos e segundos correspondentes às seguintes ocorrências:

- apreensão do objetivo — tomada no momento em que o elemento que vai dirigir o tiro recebe a designação do objetivo, feita pela autoridade superior, e emite: "Objetivo apreendido!";
- início da eficácia — tomada ao comando de: "Eficácia";;
- as interrupções e suspensão final do tiro — aos comandos de: "Incidente de tiro!", "Suspender o tiro!", "Cessar fogo!" ou a qualquer outro motivo de interrupção do tiro;
- reinício do tiro — ao comando de "Continuar o tiro!".

b. Cálculo dos tempos totais em ação — O tempo total em ação é verificado, para cada bateria, nos tiros de concentração de grupo. É fracionado em:

- tempo preliminar — decorrido entre os momentos de apreensão do objetivo e o inicio do tiro;
- tempo de regulação (se fôr o caso) — entre os momentos de inicio do tiro e da eficácia;
- tempo de eficácia — entre os momentos de inicio da eficácia e da suspensão final do tiro.

O valor desses tempos é obtido por diferença entre os registros efetuados.

As interrupções serão calculadas análogamente afim de serem consideradas pelo diretor do exercício na determinação do tempo descontado, como veremos a seguir.

c. Cálculo do tempo descontado — O tempo descontado é concebido, a critério do diretor do exercício, para atender às eventualidades justificadas como sejam:

- incidente de tiro;
- interrupção no funcionamento das transmissões;
- insegurança no campo de tiro, etc.

d. Cálculo do tempo de ação (resultado final) — É efetuado subtraindo-se do tempo total em ação, o tempo descontado. Será, por conseguinte, fracionado em três partes:

- tempo preliminar;
- tempo de regulação;
- tempo de eficácia.

Os tempos em ação preliminar e de regulação não serão considerados para o cálculo do grau de eficiência. Contudo, e principalmente nos tiros contra objetivos fugazes, nos quais serão fixados limites máximos admitidos para os mesmos, tais tempos serão observados pela

autoridade julgadora, porquanto exprimem a rapidez com que a bateria se apresenta em condições de executar a eficácia sobre o objetivo designado.

Para exemplificar as noções teóricas acima expostas, imaginemos que, durante um exercício de tiro real, foram obtidas as seguintes atrações:

- apreensão do objetivo: 10 h 20 m 30 s;
- início do tiro: 10 h 23 m 40 s;
- início da eficácia: 10 h 29 m 28 s;
- interrupção do tiro (incidente nas transmissões): 10 h 34 m 50 s;
- reinício do tiro: 10 h 37 m 58 s;
- suspensão final do tiro: 10 h 48 m 27 s.

Por meio desses valores poderemos calcular o tempo total em ação:

- tempo preliminar: 3m 10s;
- tempo de regulação: 5m 48s;
- tempo de eficácia: 18m 59s.

Verificamos também a existência de uma interrupção de 3m 08s.

Suponhamos que, submetido o incidente nas transmissões à apreciação do diretor do exercício, acha este não ter a bateria qualquer responsabilidade, resolvendo considerar a duração da interrupção como tempo descontado.

Assim sendo, chegaremos finalmente aos valores do tempo em ação, realizando o desconto permitido na fase correspondente:

- tempo preliminar: 3m 10s;
- tempo de regulação: 5m 48s;
- tempo de eficácia: 15m 51s.

2. Determinação da cadência média — A cadência média é obtida pela aplicação da fórmula seguinte:

$$K = \frac{60 \times d}{p \times t}$$

onde:

- d é o número de disparos efetuados;
- p, o número de peças que atiraram e
- t, o tempo de ação expresso em segundos.

O valor de k é determinado, com a aproximação de 0.1, para a regulação e para a eficácia, tomando-se os valores de d e p correspondentes a cada uma dessas fases do tiro.

Exemplifiquemos. Vamos admitir que, no exemplo citado anteriormente, tivemos os seguintes dados:

- regulação: com uma peça, 10 tiros;
- eficácia: com toda a bateria, 252 tiros.

Aplicando a fórmula, chegaremos aos seguintes valores da cadência média:

- na regulação: $k = 1,9$
- na eficácia: $k = 4,0$

3. Determinação da probabilidade de acerto — A determinação exata do número de acertos obtidos em um tiro só poderia ser executada mediante o conhecimento rigoroso das posições dos pontos de incidência em relação ao objetivo.

Nos tiros de artilharia de costa, há relativa facilidade na realização desse levantamento, seja por meio da fotografia dos impactos com miras apropriadas ou foto-teodolitos, seja através dos resultados da observação com instrumentos especiais. Entretanto, no tiro da campanha não se encontra tal vantagem. O revolvimento e enfumaçamento da zona batida, as maiores cadências de tiro empregadas, as irregularidades do campo de tiro são causas, entre outras, que vão influir para que, no tiro executado e em condições análogas às do combate, seja verdadeiramente inexequível o processo de levantamento topográfico dos acertos.

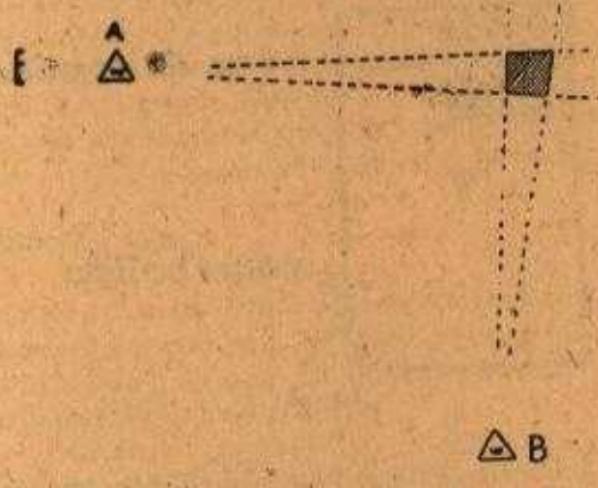


fig 5

E', desse modo, forçoso a procura de um outro caminho para a solução do problema. Somos conduzidos, assim, à idéia do cálculo prévio da probabilidade de acerto. Vamos expor em seguida um processo bastante simples que imaginamos para a determinação prática dessa probabilidade, naturalmente dentro de uma aproximação razoável.

Partimos de uma hipótese simplificadora que nos serviu de base teórica: Consideramos a zona batida como a imagem do retângulo de

dispersão. Embora isto só seja balisticamente exato para um número de tiros infinito, o valor encontrado será tanto mais certo quanto maior seja o número de tiros executados durante a eficácia.

Entretanto, como determinar a zona batida?

Como está indicado na fig. 3, durante o tiro, dois observadores A e B, especialmente designados, ocupam respectivamente um observatório axial e um transversal, de características conhecidas. O trabalho desses elementos consiste em determinar as direções dos arrebatamentos extremos, observados à direita e à esquerda da região revolvida durante a eficácia. Posteriormente, de posse das observações feitas a comissão encarregada da análise do tiro poderá levantar a zona batida, por meio de um gráfico, utilizando um processo semelhante ao do levantamento de impactos na observação conjugada (Vide I.G.T.A. ns. 441, 442 e 443).

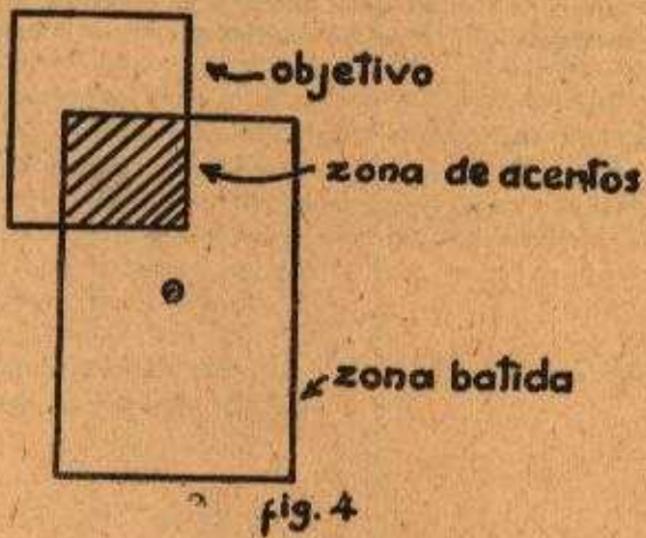


fig. 4

Desde que o objetivo designado pelo diretor do exercício e a zona batida, determinada pelo processo acima, podem ter assim as suas posições relativas perfeitamente conhecidas (como no exemplo na fig. 4), torna-se fácil, confundindo, como o dissemos, a zona batida com o retângulo de dispersão, calcular por meio do diagrama de dispersão ou dos fatores de probabilidade, o valor da probabilidade de acerto. Utilizar-se-á, para tal fim, o desvio provável consignado na tabela de tiro para o centro da zona batida, multiplicado por 1,5.

Entre outras fontes de consulta, o leitor poderá reportar-se para os detalhes dos processos de cálculo de probabilidade de acerto referidos ao Manual para o tiro de artilharia de costa — 3a. parte — Cap. XV.

4. Determinação do grau de eficiência — O grau de eficiência, ou seja, o número de acertos por peça e por minuto é finalmente obtido pela aplicação da fórmula seguinte:

$$A = P \times K$$

onde:

A é o grau de eficiência, calculado até décimos;

P, a probabilidade de acerto;

K, a cadência média durante a eficiácia.

Se, no caso que nos tem servido de exemplo, tivessemos determinado: $P = 0,58$, teríamos encontrado para a bateria em questão, um grau de eficiência: $A = 2,3$.

O grau de eficiência permite a comparação entre várias baterias ou grupos, ou dentro de u'a mesma sub-unidade ou unidade, a comparação entre os resultados de diferentes exercícios.

Como para a análise da instrução, a realização de todas as operações acima exposta, tendo em vista a obtenção do grau de eficiência, deverão ser objeto de emprego de quadros de tipo padronizado.

5. Confecção do relatório — Após á realização da análise do tiro, um relatório completo será elaborado sobre o mesmo, pela comissão encarregada. Este documento, também de tipo padronizado, será anexado á toda a documentação restante do exercício, a qual, devidamente encadernada será enviada ao diretor do mesmo, ou á autoridade competente, para a verificação, crítica e emissão do conceito final.

IV — DOCUMENTAÇÃO

A' título de sugestão inicial, apresentamos uma relação dos quadros que poderá comportar uma documentação padronizada para a verificação da instrução e da realização do tiro pelo emprego do processo de análise cuja exposição concluimos:

Quadro 1 — Objetivos comandados — destinado ao registro das características de todos os objetivos designados.

Quadro 2 — Observatório — destinado á anotação de todos os comandos e observações executados nos observatórios de bateria de grupo.

Quadro 3 — Observador avançado — para o registro dos comandos e designações enviadas pelo observador avançado.

Quadro 4 — Observador aéreo — com análoga utilização para o tiro com observação aérea.

Quadro 5 — Direção da Central de Tiro — correspondente ao oficial Chefe da CT.

Quadro 6 — Controle horizontal — correspondente ao Operador do Controle Horizontal.

Quadro 7 — Controle vertical — correspondente ao Operador de Controle Vertical.

Quadro 8 — Calculador — correspondente aos calculadores da CL.

Quadro 9 — Comandante da linha de fogo — destinado ao registro do trabalho e comandos do CLF.

Quadro 10 — Chefe de peça — utilização análoga para os CP.

Quadro 11 — Direções registradas — para o registro dos elementos em direção nas peças.

Quadro 12 — Alcances registrados — análoga utilização para alcances (inclusive sitiós).

Quadro 13 — Preparação topográfica do tiro — para o registro do trabalho do Oficial Orientador.

Quadro 14 — Preparação topográfica da observação — com finalidade análoga em relação ao Oficial Observador.

Quadro 15 — Comandos transmitidos — destinados ao registro das transmissões efetuadas pelos telefonistas.

Quadro 16 — Análise da instrução — relatório da análise da instrução, ao qual já nos referimos.

Quadro 17 — Tempos e cadência média — destinado ao registro e cálculo dos tempos, e determinação da cadência média.

Quadro 18 — Observação da zona batida — destinado ao registro das observações feitas pelos observadores da zona batida.

Quadro 19 — Probabilidade de acerto e grau de eficiência — destinado à determinação dos elementos indicados no título.

Quadro 20 — Relatório do tiro — Preenchido pela comissão de análise do tiro, é uma síntese da documentação precedente. Poderá conter as seguintes partes:

1.a parte — Indicações gerais:

Local, data, unidade e bateria (se fôr o caso);

Características do material;

Espécie de tiro, etc.

2.a parte — Preparação topográfica

Síntese do processo e instrumentos empregados.

Precisão.

3.a parte — Observação

Características dos observatórios, processos e instrumentos empregados. Precisão.

4.a parte — Posições de bateria

Coordenadas, frente, intervalo e alça mínima. Síntese da operação de colocação em vigilância e formação do feixe. Organização da posição.

5.a parte — Transmissões

Esquema sumário.

6.a parte — Objetivos
Coordenadas, espécie, etc.

7.a parte — Preparação do tiro
Síntese do processo utilizado.

8.a parte — Material e pólvora
Número de disparos efetuados por cada peça, peso e lote dos projétils e cargas de projeção utilizadas, etc.

9.a parte — Tempo em ação
Tempo preliminar;
Tempo de regulação;
Tempo de eficácia.

10.a parte — Cadência média
Na regulação;
Na eficácia.

11.a parte — Gráu de eficiência

12.a parte — Observações

BIOGRAFIA

N. 79 — Regulamento provisório para a instrução dos quadros e da tropa (R.P.I.Q.T.).

N. 13 — R.E.A. 3.a parte — Instrução geral para o tiro de artilharia (I.G.T.A.).

FM 6-40 — Manual de Campanha da artilharia de campanha — Tiro. Manual para o tiro de artilharia de costa da Escola de Artilharia de Costa.

Regulamentos norte-americanos.

Organização do Serviço de Saúde do Exército Norte-Americano nos Teatros de Operações

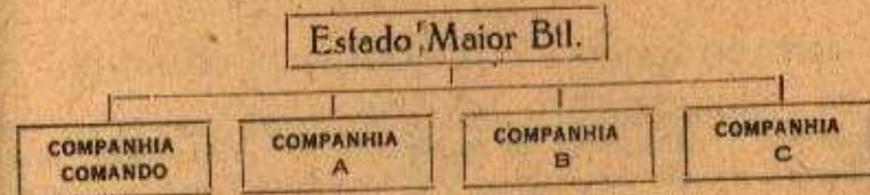
CAPITULO 5

BATALHÃO DE SAÚDE BLINDADO

SEÇÃO I

GENERALIDADES

73. ORGANIZAÇÃO. O batalhão de saúde blindado é unidade orgânica autônoma da divisão blindada, a que presta serviço de saúde de segundo escalão. É constituído de estado-maior, uma companhia de comando e três companhias de saúde idênticas (V. fig. 61 e TOE 8-75).



74. FUNÇÕES. O batalhão de saúde blindado presta serviço de saúde de segundo escalão à divisão blindada e aprovisiona de material sanitário todas as suas unidades (V. FM 17-80).

75. ADMINISTRAÇÃO. a. *Pessoal*. As companhias, inclusive a de comando, remetem as partes diárias, bem como a demais documentação, escalas, mapas e informações rotineiras, à seção do pessoal do estado-maior do batalhão, onde é feito o expediente relativo a pessoal, exigido pelo escalão superior.

b. *Saúde*. O estado-maior do batalhão envia periodicamente ao chefe do serviço de saúde da divisão a seguinte documentação sanitária:

(1) *Mapa de bairros.* Este mapa, feito de acordo com o modelo regulamentar, é compilado segundo as relações apresentadas pelas companhias ao estado-maior do batalhão.

(2) *Mapa de doentes e feridos.* É encaminhado de conformidade com o modelo e as disposições vigentes.

(3) *Relatório estatístico.* Deve ser confeccionado consoante o modelo WD AGO 8-122. Sua finalidade é manter em dia as informações sobre o estado de saúde da tropa e os resultados da assistência prestada.

c. *Aprovisionamento.* Os suprimentos de distribuição automática, como as rações e o carburante, são pedidos de acordo com o quadro de efetivos e dotações, apresentado ao comandante da divisão, em telegrama diário; sendo entregues às companhias na mesma base. Para a aquisição dos outros suprimentos para o batalhão e do material sanitário para a divisão, ver FM 17-80.

d. *Manutenção de transporte.* Compete às companhias a manutenção de primeiro escalão; e o que for possível da do segundo. Ao pelotão de manutenção da companhia de comando cabe executar a conservação de segundo escalão que não puder ser feita nas companhias. O terceiro escalão de manutenção é privativo do batalhão de manutenção (e material bélico) da divisão blindada.

e. *Assistência a doentes e acidentados.* Uma das Companhias de saúde instala dispensário para atender ao pessoal do batalhão, fora do combate. Durante as operações, este pessoal é atendido em qualquer dos postos de triagem.

SEÇÃO II

ESTADO-MAIOR E COMPANHIA DE COMANDO

76. ORGANIZAÇÃO. (V. TOE 8-76). O estado-maior comprehende o comandante do batalhão, o seu estado-maior, praças auxiliares e a seção de pessoal. A companhia de comando é elemento autônomo do batalhão, administrativamente análogo às outras três companhias de saúde. As suas funções estendem-se ao batalhão inteiro. Divide-se em: estado-maior da companhia, pelotão de manutenção do batalhão e seção de intendência e material sanitário (V. fig. 62 e FM 17-80).



77. FUNÇÕES. a. *Generalidades.* (1) As atribuições do E. I. do batalhão são:

(a) Funções de comando e estado-maior para todo o batalhão, instalando, para isso, o P. C. do batalhão, onde se localizam a secretaria (casa das ordens) do comandante e seu estado-maior e o centro de ligação.

(b) Administração de todo o pessoal das sub-unidades do batalhão.

(2) A companhia de comando exerce as seguintes atribuições:

(a) Pedido e aquisição de material sanitário para toda a divisão; e instalação do posto de material sanitário da divisão.

(b) Pedido e aquisição de toda a espécie de suprimentos, para o batalhão; e instalação do posto de aprovisionamento do batalhão.

(c) Manutenção de motores de segundo escalão, para todos os veículos do batalhão.

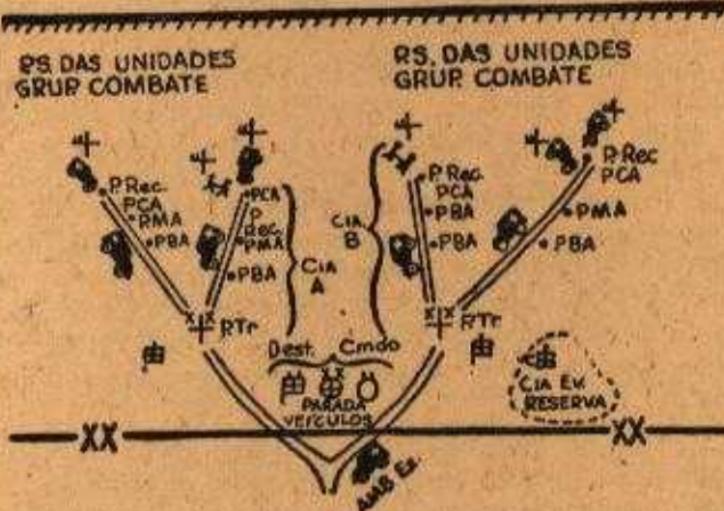


Fig. 63 — Emprego tático do batalhão de saúde blindado (esquemático).

b. *Particularidades.* (1) *Estado-maior do batalhão.* (a) O comandante, o sub-comandante, o oficial de operações (S-3) e o ajudante-secretário (S-1) desempenham os mesmos deveres que os seus homônimos do batalhão de saúde da divisão de infantaria; sendo cada um auxiliado por sargentos e praças escreventes.

(b) *Centro de ligação.* As ordens do ajudante, o chefe de ligações controla o funcionamento do centro, inclusive a rede radio-telefônica (V. fig. 64), estafetas e outros meios utilizáveis.

(c) *Seção de pessoal.* Esta seção inclui um oficial, um sargento e escreventes, que, auxiliados pelos diversos escreventes das com-

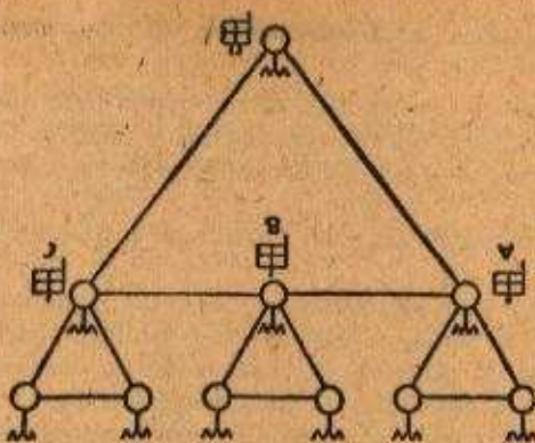


Fig. 64 — Rêde radiofônica do batalhão de saúde blindado.

panhias, realizam o expediente referente ao pessoal, inclusive as lhas de pagamento, os assentamentos e as alterações.

(2) *Companhia de Comando.* (a) *Estado-maior da companhia*.

O comandante da companhia é também o oficial de suprimentos do batalhão (S-4) e, como tal, membro do Estado Maior do Batalhão. Ele, como encarregado do suprimento do material sanitário para a divisão, faz parte consequentemente do seu estado-maior. As suas atribuições são as mesmas do S-4 do batalhão de saúde da divisão de infantaria; é coadjuvado na administração da companhia pelo primeiro sargento e um escrevente. A seção do rancho prepara a implementação do estado-maior do batalhão e da companhia de comando. O sargento aprovisionador encarrega-se das respectivas funções na companhia.

(b) *Pelotão de manutenção do batalhão.* Neste pelotão há um oficial (oficial de motores do batalhão), um sargento de motores do batalhão, mecânicos, praças de motores e um consertador de rádio. O pelotão executa o segundo escalão de manutenção dos veículos e outros equipamentos do batalhão.

(c) *Seção de intendência e material sanitário.* Esta seção em nada difere da sua homônima do batalhão de saúde da divisão de infantaria (V. também FM 17-80).

78. EQUIPAMENTO. a. *Estado-maior.* Geralmente o estado-maior do batalhão conta com o seguinte material:

(1) Barraca P. C. a prova de luz, para o comandante, o estado-maior e a seção de pessoal.

(2) Estereoscópio, estojo de desenho, lentes e outros acessórios para leitura de cartas, inclusive instrumentos de navegação.

(3) Máquinas de escrever, mesas de campanha, máquina de ciliar e outros utensílios de escritório.

(4) Vários aparelhos de rádio.

b. *Companhia de comando.* (1) Máquina de escrever, mesa de campanha e outros utensílios de escritório para o estado-maior da companhia.

(2) Barracas de esquadra, cofre, estojo de açougueiro e outros equipamentos de intendência.

(3) Reserva de material sanitário, compreendendo:

- (a) Mantas, padiolas, talas e goteiras.
- (b) Canastras de plasma, drogas e suprimentos cirúrgicos.
- (c) Balas de oxigênio (carregadas).
- (d) Modelos e livros de saúde.

(4) Toldos de barraca, equipamento de forja e equipamento para segundo escalão de manutenção, para o pelotão de manutenção.

(5) Barraca para cozinha e cozinha de campanha para a seção de rancho.

79. TRANSPORTE. Há transporte suficiente para o estado-maior do batalhão e a companhia de comando.

80. INSTRUÇÃO. (V. § 59). Os técnicos de rádio devem receber treino especial. O pessoal de planos e operações deve ser treinado especialmente em trabalhos de carta e navegação.

81. ADMINISTRAÇÃO. a. *Pessoal.* A companhia tem encargos de administração iguais às outras companhias. Gere o rancho e atende o aprovisionamento do pessoal do estado-maior do batalhão.

b. *Aprovisionamento.* Ver o que foi dito na seção de intendência e material sanitário. A companhia de comando aprovisiona-se, como as outras companhias, na seção de intendência e material sanitário.

SEÇÃO III

COMPANHIA DO BATALHÃO DE SAÚDE BLINDADO

82. ORGANIZAÇÃO. Existem três companhias de saúde que no batalhão de saúde blindado. Cada uma delas conta com o estado-maior da companhia, um pelotão de evacuação e um pelotão de triagem (V. fig. 65 e FM 17-80).

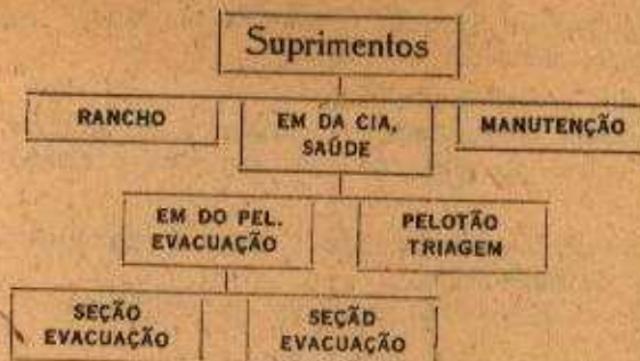


Fig. 65. Organização da Cia. Saúde do Btl. Saúde Blindada

83. FUNÇÕES. a. *Generalidades*. As funções das companhias de saúde são as seguintes:

(1) Evacuação dos postos de socorro das unidades ou dos postos de recolhimento dos grupamentos de combate, em padiola ou ambulância, transportando os baixados para o posto de triagem. Há dois grupamentos de combate na divisão blindada. Uma companhia de saúde é designada para prestar serviço de segundo escalão a cada um deles. A terceira pode atender ao trem da divisão, ficar em reserva da divisão ou ser empregada para reforçar as duas outras companhias, quando for necessário. Se a reserva de comando se empregar, a terceira companhia atende-la-a.

(2) Socorro de urgência ou intervenção cirúrgica completa, no posto de triagem, assistência temporária às baixas dos grupamentos de combate e preparação dos baixados para evacuação pelos órgãos de escalões de retaguarda.

(3) Manter ligação tanto com os postos de socorro das unidades como com os estados-maiores dos batalhões.

(4) Suprir de material sanitário a unidade a que presta socorro, em combate.

b. *Particularidades*. (1) *Estado-maior da companhia*. É normalmente localizado perto do posto de triagem da companhia, funcionando assim:

(a) O comandante da companhia é o responsável pelo comando, pela administração, pela disciplina, pela instrução e pelo emprego tático da companhia. É auxiliado por um primeiro sargento e um escrevente.

(b) Há o rancho do pessoal da companhia e o dos pacientes, mas ambos são preparados na mesma tenda, sob o controle do sargento do rancho. A seção, além deste sargento, conta com cozinheiros e ajudantes.

(c) Na seção de manutenção há um oficial (oficial de motores), o sargento de motores, e mecânicos; executam serviço de segundo escalão de manutenção dos veículos e do equipamento, na medida dos recursos existentes. Quando o batalhão está reunido, esta seção pode funcionar junto com a seção de manutenção da companhia de comando.

(d) Geralmente sob a sordens do oficial de motores, o sargento aprovisionador gera os suprimentos da companhia.

(2) *Pelotão de evacuação.* Normalmente o pelotão tem dois oficiais, dos quais um é o comandante, um sargento de pelotão e duas seções de evacuação, cada uma comandada por um sargento. Cada seção dispõe de certo número de padoleiros e várias ambulâncias tripuladas por um condutor e um técnico cirúrgico. Cada companhia é responsável pela evacuação de um grupamento de combate, que tem organização variável, mas que contará com diversos postos de socorro e destacamentos ou seções do batalhão de saúde. As vezes, os destacamentos de saúde das unidades evacuam os próprios postos de socorro, em ambulância, para os pontos de recolhimento, sítios previamente combinados, suficientemente afastados da área de combate, para que as ambulâncias comuns possam atingi-los. Quando isso não acontece, os padoleiros da seção de evacuação devem evacuar as baixas dos postos de socorro para os pontos de recolhimento (V. fig. 63); havendo necessidade, então, de ser estabelecido, pelas ambulâncias do pelotão, um posto de carregamento de ambulância (PCA); organizando-se mesmo uma rede de ambulâncias, com os seus postos básicos (PBA) e de muda (PMA) (V. sec. III, cap. 4). As ambulâncias transportam as baixas dos pontos de recolhimento para os postos de triagem da companhia de saúde. Viaturas de rádio dirigem as operações dos padoleiros e das ambulâncias.

(3) *Pelotão de triagem.* Este pelotão compreende diversos méritos, um oficial dentista, sargentos e certo número de técnicos; o estabelece um posto de triagem, para atender às baixas do grupamento de combate, localizado geralmente a distância de 6,5 a 16 km., à retaguarda da área de ação; posição variável, entretanto, com a configuração do terreno. O posto deve ser instalado de maneira que se possa desdobrar em duas metades, permitindo avanços sucessivos, por etapas, durante o combate. Cada metade deve ser equipada com um caminhão e uma barraca de cirurgia (V. rigs. 66, 67 e 68), que oferecem os meios necessários às mais delicadas intervenções cirúrgicas, dispondo de autoclave, mesa de operações. O preparo operatório é feito no caminhão; a operação executada na barraca; e o operador acamado em uma barraca de esquadra. As dependências do posto de triagem, tais como de recepção, dentária, de chocados, de enfermarias, de rancho, de evacuação, etc., funcionam nas mesmas condições das correspondentes do posto de triagem da divisão de in-

fantaria, com quantidade menor de barracas, em razão do menor efeito a atender, da grande mobilidade da tropa e da rapidez da evacuação. Os postos de triagem são evacuados pelas ambulâncias do escalão de exército.

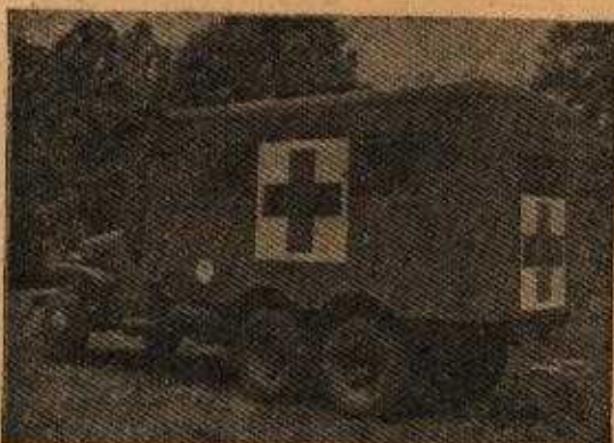


Fig. 66 — Caminhão cirúrgico, montado em chassis de 2, ½ T.

84. EQUIPAMENTO. a. O equipamento da companhia de saúde consta do seguinte:

- (1) Equipamento de campanha normal.
- (2) Radios.
- (3) Máquinas de escrever, mesa, cofre e outros artigos de critório.
- (4) Equipamentos de cartografia e navegação.
- (5) Dois caminhões cirúrgicos completamente equipados com barraca, autoclave, mesa e lampada de operação, etc.
- (6) Barracas de esquadra.
- (7) Tôlido para a seção de manutenção e barraca para a zinha e rancho.
- (8) Equipamento de segundo escalão de manutenção.
- (9) Equipamento de saúde, compreendendo:
 - (a) Autoclaves.
 - (b) Coleções de instrumental propedêutico.
 - (c) Canastra de laboratório.
 - (d) Canastra cirúrgica, drogas e instrumentos.
 - (e) Equipamento de gasados.

b. O equipamento deve ser organizado e arrumado de forma que o posto possa ser bipartido, avançando por etapas, contando cada parte com equipamento cirúrgico completo.

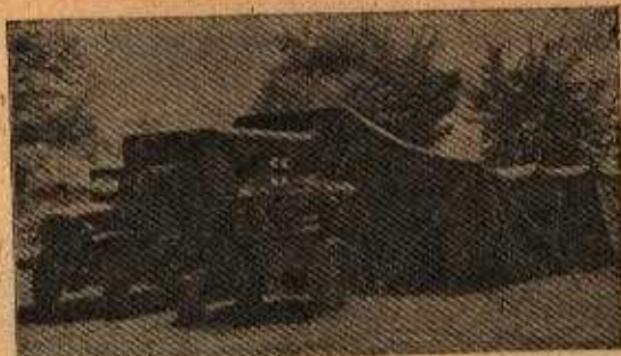


Fig. 67 — Caminhão e barraca cirúrgicos

85. TRANSPORTE. O transporte de caminhões cirúrgicos, ambulâncias, reboques-pipas de 950 litros e diversos caminhões, é suficiente para movimentar perfeitamente a companhia.

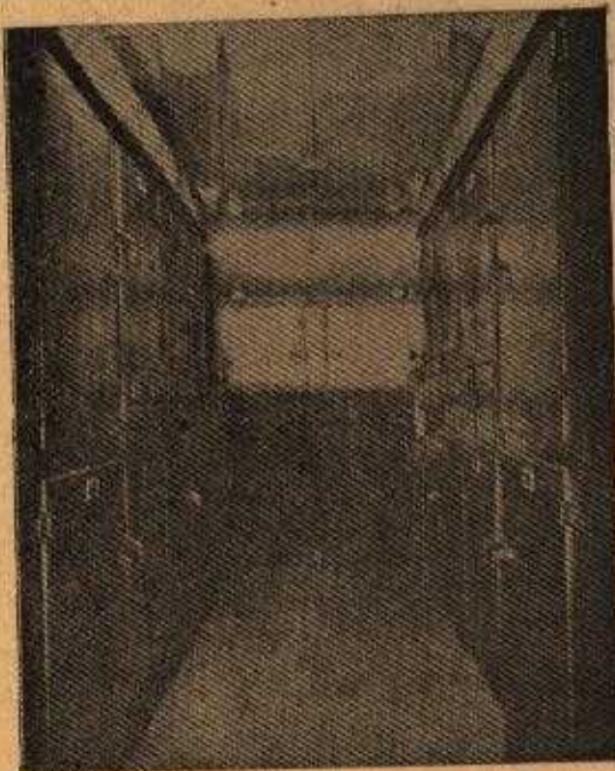


Fig. 68 — Vista interior do caminhão cirúrgico. Autoclave visível.

86. INSTRUÇÃO. A instrução é similar a das companhias de evacuação e triagem da divisão de infantaria. Além disso, os técnicos de rádio devem receber treinamento especial e o pessoal do pelotão

de triagem precisam ser bem adestrados na instalação e no funcionamento do posto.

87. ADMINISTRAÇÃO. A administração pauta-se nas mesmas seguidas na companhia de triagem do batalhão de saúde da divisão de infantaria.

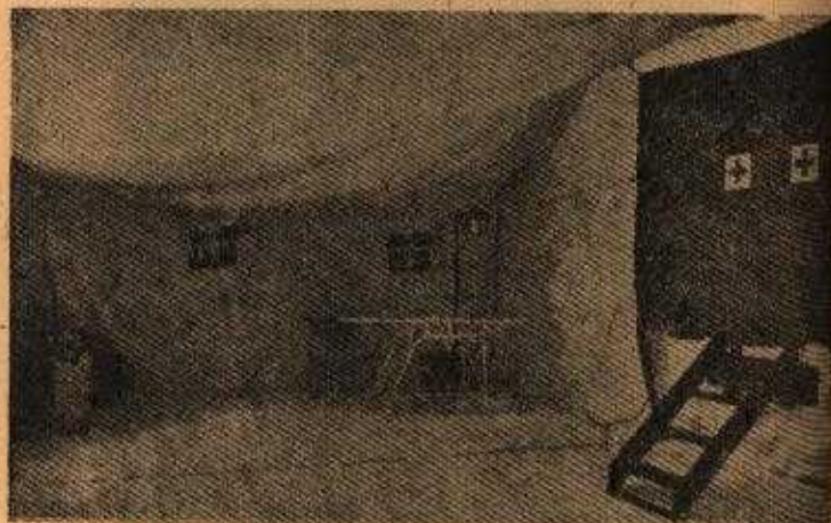


Fig. 69 — Vista interior da barraca cirúrgica.

CAPITULO 6

COMPANHIA DE SAÚDE DA DIVISÃO DE APOIO-AÉREO

88. ORGANIZAÇÃO (V. TOE 8-37). A companhia de saúde da divisão de apoio-aéreo tem funções correspondentes aos batalhões de saúde das outras divisões, aos quais é comparável. É constituída do estado-maior da companhia, de diversas seções de serviço e de três pelotões (V. fig. 70). Os pelotões exercem as mesmas funções que as companhias de evacuação e de triagem do batalhão de saúde da divisão de infantaria.

89. FUNÇÕES. a. *Generalidades.* (1) A companhia cabe as seguintes funções:

(a) Segundo escalão do serviço de saúde, inclusive as funções de evacuação e triagem, para a divisão de apoio-aéreo.

(b) Suprimento de material sanitário para a divisão inteira.

(2) A divisão de apoio-aéreo é levada por ar para o campo de batalha. Todos os indivíduos da companhia de saúde podem, mas aqueles de um dos pelotões devem ser paraquedistas de curso. Ca-



Fig. 70. Organização da companhia de saúde de apoio-aéreo

da pelotão aterra com o serviço do seu grupamento de combate (regimento de paraquedistas ou cada um dos dois de planadores), sob o controle do respectivo médico-chefe, em paraquedas ou em planadores. Os pelotões avançam com os seus grupamentos. O estado-maior da companhia e a seção de material sanitário divisionária aterraram em planadores ou aviões, com os serviços da divisão de apoio-aéreo.

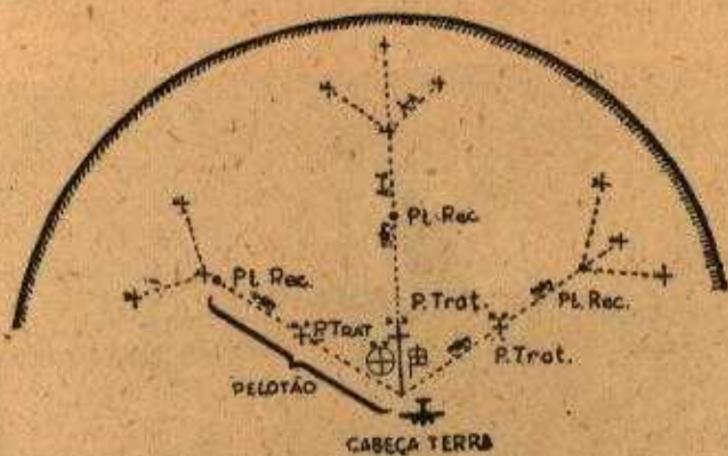


Fig. 71 — Evacuação da divisão blindada. Notar localização dos pontos de recolhimento (esquemático).

b. Particularidades. (1) Estado-maior da companhia. Esta seção é responsável pelo comando e pela administração da companhia inteira; instala P. C. para o comandante e seu estado-maior, onde funciona o centro de ligação, perto da cabeça de terra (V. fig.

72). Nessas imediações são também geralmente estabelecidos o P. C. da divisão, o ponto de aprovisionamento (distribuição) e o posto de material sanitário da divisão. Os suprimentos são entregues por ar na cabeça de terra; e daí são evacuadas, pelo mesmo meio, as baixas da divisão.

(a) O comandante é o responsável pela administração, pela disciplina, pela instrução e pelo emprego tático da companhia. Deve manter estreita ligação com o médico divisionário, em escalão à taguarda da divisão habitualmente, e com a unidade de saúde de evacuação aérea. É diretamente responsável perante o comandante da divisão. Prepara o plano-saúde para o emprégio da companhia, que deve ser aprovado pelo comandante da divisão, representado pelo G-4 e pelo médico-divisionário.

(b) O sub-comandante é o principal auxiliar do comandante da companhia, preparando-lhe as ordens em campanha e substituindo-o nos impedimentos. Pode também ser designado para fiscalizar as seções de rancho, manutenção, ligação e intendência da companhia. Conta com suficiente número de praças auxiliares!

(2) *Seção de ligação.* Sob as ordens de um sargento, é encarregada de instalar o centro de ligação da companhia, para recepção e expedição de mensagens. Servindo-se de pessoal improvisado, deve manter ligação com os postos de tratamento e de socorro, por motociclistas e jipes, alguns dos quais podem ser convertidos, adaptando-se aparelhos fixadores de padiolas.

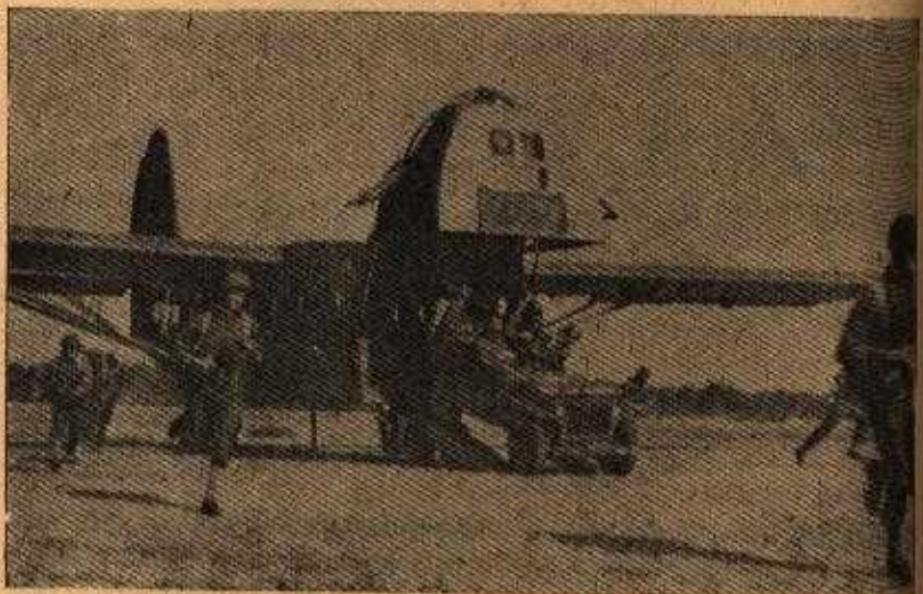


Fig. 72 — Descarregando um jipe de planador.

(3) *Seção de material sanitário divisionário.* Comandada por um oficial (de material sanitário divisionário), é encarregada daquisição e distribuição de todo e qualquer material sanitário usado pela divisão. Instala o ponto de material sanitário perto do P. C. a companhia, próximo da cabeça de terra. Os suprimentos são carregados nos jipes dos pelotões e enviados, quando pedidos, aos postos de tratamento, aos postos de socorro e às unidades da divisão. A administração é a mesma que a da divisão de infantaria. Durante as operações de apóio-aéreo, o câmbio de material-carga faz-se segundo as normas regulamentares (SOP); que não é praticável, todavia, na fase de transporte aéreo, exigindo reaprovisãoamento (V. § 12 e (3) (d) complementar. A companhia deve contar, por isso, com pelo menos, 100 padiolas, 200 mantas e suficiente material de consumo, para ressuprir as unidades avançadas. As unidades paraquedistas e de planadores isoladas podem ser aprovigionadas por ar. O material de consumo será enfardado adiante nos próprios órgãos de aprovigionamento das forças aéreas, à medida dos pedidos desta seção. O equipamento cirúrgico pode ser acondicionado na canastra suplementar de material sanitário, que pode ser lançada de paraquedas ou levada por qualquer unidade que deva aterrizar.

(5) *Seção de rancho.* Chefiada por um sargento, é encarregada da preparação dos alimentos do pessoal da companhia e dos pacientes em tratamento; podendo, por isso, organizar dois ranchos, instalados ordinariamente perto do estado-maior da companhia. Quando os pelotões operam separados, arrancham nos grupamentos táticos a que servem.

(6) *Seção de manutenção.* Chefiada por um sargento, é encarregada do segundo escalão de manutenção dos veículos distribuídos à companhia, instalando-se próximo ao seu estado-maior.

(7) *Pelotões.* Há três pelotões de saúde iguais, cada qual constituído de comando do pelotão, seção de padioleiros, seção de ambulâncias e seção de tratamento. Cada pelotão serve normalmente a um grupamento de combate (regimento de infantaria e grupo de artilharia de apóio-aéreo), durante a marcha, ficando sob o comando do médico-chefe do grupamento (regimental); e presta-lhe socorro de saúde, em combate.

(a) *Comando do pelotão.* Desta seção consta o oficial comandante do pelotão, um sargento de pelotão, um escrevente e um condutor. O comandante estabelece o seu P. C. junto do posto de tratamento, donde controla toda a atividade do pelotão, mantendo ligação com o médico-chefe regimental e os postos de socorro do regimento e do grupo. Fica sob o comando do grupamento, durante o voo. O escrevente regista as baixas do posto de tratamento.

(b) *Seção de padoleiros.* Sob o comando de um oficial, que também o chefe do pelotão de ambulâncias, esta seção conta com um sargento e cerca de 16 padoleiros. A área de operação de apoio-aéreo é tão pouco profunda que as esquadras podem ter apenas dois padoleiros geralmente; estes evacuam os postos de socorro até os sítios mais avançados a que possam atingir os veículos, conhecidos como pontos de recolhimento (V. fig. 71). Os padoleiros também podem ser empregados nas cabeças de terra, para cuidar dos pacientes enquanto esperam evacuação e carregá-los nos transportes aéreos. O comandante dos padoleiros deve-se manter em constante ligação com os postos de socorro do regimento e do grupo, para que estes possam ser evacuados prontamente.

(c) *Seção de ambulâncias.* Comandada pelo comandante da seção de padoleiros, dispõe de um sargento, condutores e ajudantes de condutores. É equipada com jipes e reboques de 1/4T., podendo aqueles serem adaptados, com aparelhos fixadores de padolas (V. FM 8-35), os quais apanham as baixas nos pontos de recolhimento ou mesmo nos postos de socorro (PCA avançados), transportando-as para o posto de tratamento. Pode ainda ser instalada rede de ambulâncias (V. sec. III, cap. 4). Assim que os aviões ficam prontos, na cabeça de terra, para a evacuação, as baixas são levadas dos postos de tratamento para lá. O pessoal das seções de padoleiros e ambulâncias presente ajuda o carregamento das aeronaves. As ambulâncias, que dali voltarem, transportam para frente, do ponto de material sanitário da divisão para os postos de tratamento e de socorro, os suprimentos de material necessário.

(d) *Seção de tratamento.* Esta seção instala o posto de tratamento do grupamento de combate respectivo. Conta, normalmente, com três oficiais médicos, um dentista, um sargento e certo número de praças técnicas; dispensa tratamento comparável ao do posto de triagem, sendo, contudo, equipada com meios de mais alta cirurgia. Turmas cirúrgicas podem ser organizadas para os ferimentos graves e os leves, sob a responsabilidade de um médico, em cada. Estas duas turmas podem avançar por etapas, quando o posto se desloca com o grupamento de combate. O oficial dentista trata dos ferimentos maxilo-faciais; e controla, à entrada, o registo das baixas. Deve ser organizado arquivo de todas as baixas e os seus destinos. O posto deve contar com meios de tratamento que permitam a permanência dos pacientes até que haja disponibilidade de aviões, quando, então, serão transportados para a cabeça de terra. Dependência de gasados deverá ser prevista, em caso de necessidade. Quando a imediata evacuação do posto de tratamento for julgada imprescindível, embora não haja ainda sido estabelecida a cabeça de terra, três processos podem ser utilizáveis, independentes de campo de aterragem: os aero-

planos de ligação podem transportar um paciente sentado, mas não feitados, sem modificar a estrutura; os helicópteros podem carregar duas padiolas, adaptadas por fora da fuselagem; dispondo-se de caminhão de planadores, as baixas podem ser evacuadas, sendo apanhadas por aviões em vôo. Logo que for conseguida a cabeça de terra, será instalada, a cerca de 800 metros dela, o posto de tratamento, que abrangerá a todas as baixas da divisão, enquanto aguardam evacuação. Frequentemente, o pessoal do destacamento de saúde do batalhão de engenharia de apóio-aéreo presta o socorro de segundo esquadrão e carrega as aeronaves na cabeça de ponte, até que a seção de tratamento do pelotão de saúde se tenha instalado. Começa então, normalmente a evacuação aérea. Quando a área de ação da divisão de apóio-aéreo for muito avançada, um hospital de campo ou de evacuação pode ser transportado, por ar, para junto ou para perto da cabeça de terra; ou, se houver sido firmado contacto com tropas terrestres, as baixas podem ser evacuadas dos postos de tratamento para um hospital de evacuação, pelas ambulâncias de exército.



Fig. 73 — Jipe adaptado com aparelho fixador de padiola traz ás baixas pra o avião, na cabeça de terra.

90. *EQUIPAMENTO.* E' o seguinte o equipamento da companhia de saúde de apóio-aéreo:

- Equipamento de campanha normalmente distribuído, inclusive o de rancho.
- Máquina de escrever, mesa de campanha, canastra n. 4 e outros artigos de escritório usados nas seções de comando e intendência.

- c. Três dias de material de consumo de reserva, calculado a base de 25% de baixas prováveis.
- d. Panos de barraca e barracas de depósitos e piramidais, para uso dos postos de tratamento, comandos (estado-maior) e aprovistamento.
- e. Algumas padiolas articuladas e carrinhos porta-padiolas.
- f. Algumas canastras n. 2.
- g. Instrumental propedéutico, esterilizadores, aventais e gorros de cirurgia, luvas de borracha, talas, goteiras e outros equipamentos cirúrgicos.
- h. Lençóis, mantas, toalhas e outros equipamentos de padilagem e enfermaria.

91. *TRANSPORTE.* O transporte limita-se ao que pode ser feito por via aérea: não pode dotar completa e eficientemente a companhia inteira, mas é bastante para a administração (suprimentos), as ligações e o transporte das baixas. Os veículos consistem no seguinte: Motociclos para os comandos (estados-maiores) e vários jipes e reboques de 1/4T, a maioria dos quais é distribuída às seções de ambulância.

92. *INSTRUÇÃO.* a. *Individual.* Além da instrução básica e técnica, todos os indivíduos devem ter curso de paraquedista ou planadorista. Determinados técnicos devem ser formados, quer nas escolas técnicas do Serviço de Saúde, quer nos hospitais de treinamento, junto aos quais deva a companhia estacionar para esse fim, quer nos cursos dentários e enfermagem médica e cirúrgica; para conneiros, mecânicos, condutores, escreventes e outras especialidades.

b. *Conjunta.* Assim que o adestramento individual esteja suficientemente adiantado, para que possa ser aproveitado como elemento propedéutico, a instrução de seção e pelotão deve ser instituída constando de instalação e encerramento do posto de tratamento, do ponto de material sanitário divisionário e outros órgãos destas subunidades dependentes; montagem de barracas, organização da rede de ambulâncias, etc. A seção de material sanitário deve ser treinada no enfardamento do material e seu lançamento em paraquedas. Depois disso, então, serão as várias seções exercitadas, de modo que se consiga perfeita coordenação entre si.

c. *Combinada.* A instrução combinada é importantíssima e deve ser programada pelas autoridades dos escalões superiores. A companhia de saúde deve participar das manobras e exercícios de campanha da divisão e dos grupamentos de combate.

93. *ADMINISTRAÇÃO.* A administração é a mesma de qualquer companhia autónoma.

a. *Pessoal.* O estado-maior da companhia remete as partes diárias, as escalas e demais documentação, de acordo com a regulamento, de acordo com a regulamentação vigente, ao estado-maior da divisão. O estado-maior da companhia administra o seu próprio pessoal.

b. *Saúde.* A administração técnica é similar a do batalhão de saúde da divisão de infantaria.

c. *Aprovisionamento.* (1) *Material sanitário.* As funções da seção de material sanitário divisionário correspondem as da seção homônima do batalhão de saúde de divisão de infantaria (V. também § 56 d).

(2) *Geral.* Os suprimentos em geral são recebidos pela companhia de intendência na cabeça de terra; e daí distribuídos aos pelotões, em jipes adaptados, ao regressarem às suas seções. Os suprimentos da classe 1 e 3 são de distribuição automática; os outros podem ser pedidos, por intermédio do G-4 da divisão.

d. *Assistência a doentes e accidentados.* Quando não estiver instalado o posto, uma das seções de tratamento pode ser indicada para estabelecer dispensário para atender o pessoal da companhia.

CAPITULO 7

GRUPAMENTO DE SAÚDE

SEÇÃ I

GENERALIDADES

94. ORGANIZAÇÃO. O grupamento de saúde é orgão flexível constituído de estado-maior, destacamento de comando e número variável (de seis a oito) de companhias e batalhões de saúde independentes, de diversas espécies. A figura 74 mostra exemplo típico de grupamento de saúde.



Fig. 74. Exemplo agrupamento de unidades formando Grto. Saúde

95. FUNÇÕES. O grupamento de saúde é orgão de exército, corpo de exército ou grandes destacamentos, desempenhando as seguintes funções:

- Fornece estado-maior (comando), a cujo núcleo unidades de saúde de exército ou de corpo de exército podem ser agrupadas.
- Exerce ação tática de comando sobre as unidades agrupadas, provendo-as de administração conveniente.

SEÇÃO II

ESTADO-MAIOR E DESTACAMENTO DE COMANDO DO AGRUPAMENTO DE SAÚDE

96. ORGANIZAÇÃO (V. TOE 8-22). O estado-maior e destacamento de comando do grupamento de saúde compõem-se de seção de comando e administração, seção de instrução e operações, destacamento de comando e capelão (V. fig. 75).

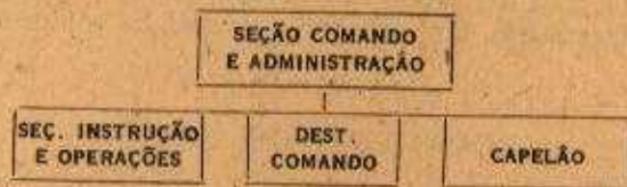


Fig. 75. Organização do E. M. e Dest. Cdo. do Grto. Saúd.

97. FUNÇÕES. a. *Generalidades*. O estado-maior e destacamento de comando provêem comando e administração para todas as unidades dependentes do grupamento.

b. *Particularidades*. (1) *Seção de comando e administração*. (a) O comandante é o responsável pela instrução e as operações das unidades integrantes do grupamento. Mantém ligação, por intermédio do oficial de ligações, com o quartel-general do exército e com o diretor de saúde do exército, a respeito das unidades agrupadas, suas necessidades e emprêgo tático. Supervisiona e inspecciona o estado de adestramento das unidades dependentes. Exerce controle tático sobre as unidades empenhadas em operações.

(b) O sub-comandante é o principal assistente do comandante, desempenhando-se dos encargos que este lhe atribue, sob cujo critério age em sua ausência.

(c) Um oficial desempenha simultaneamente as funções de ajudante (S-1) e aprovisionador (S-4), encarregando-se da administração rotineira do estado-maior do grupamento, controlando os assuntos sobre pessoal e material das unidades agrupadas, instalando o centro de ligação em cujas atribuições é auxiliado por um sargento-aju-

nte (major) e escrevenentes. O pessoal da administração das unidades ajuda-o também na administração do grupamento. Todos os pedidos de material das unidades citadas passam por este oficial, que manda também preparar os pedidos do estado-maior do próprio grupamento.

(d) Outro, como oficial do serviço secreto (S-2) e como oficial de relações, pode ficar adido ao estado-maior do diretor de saúde de exército, donde informa ao comandante do grupamento, com presteza, quando e onde hão de ser precisos os serviços de qualquer das unidades componentes, cujo número, cuja espécie e cujo preparo geral deve comunicar àquele diretor constantemente.

(e) Outro oficial, como assistente do ajudante (S-1), é encarregado da educação física, dos desportos recreativos e de serviços especiais; e, nessa qualidade, não só auxilia o ajudante nos encargos administrativos do comando, como coordena as atividades atlético-sportivas das unidades do grupamento, preparando festas teatrais, sessões cinematográficas, etc.; distribuindo rádios, vitrolas, jogos, instrumentos musicais, etc.

(2) *Seção de instrução e operações.* (a) O oficial (S-3) encarregado desta seção tem as seguintes atribuições:

1. Manter-se informado do estado de treinamento das unidades do grupamento; e das ordens e dos métodos de instrução seguidos pelo estado-maior de exército e pelo diretor de saúde respectivo.

2. Empreender inspeções, quando ordenado em nome do comandante, para verificar o desenvolvimento da instrução das unidades.

3. Correlacionar os programas de instrução, o uso de equipamentos, etc.; e superintender, sob as ordens do comandante, o adestramento das unidades.

4. Manter-se ao par dos deslocamentos táticos iminentes de qualquer das unidades do grupamento.

5. Preparar o plano-saúde das marchas e do emprêgo das unidades referidas; e elaborar as ordens consequentes a expedir pelo comandante do grupamento.

6. Preparar as cartas de situação e de operações.

7. Prestar informações sobre a instrução e as operações táticas.

(b) O S-3 é auxiliado por outro oficial nos deveres supercitados.

(c) Um outro oficial ainda ajuda-o, não só nos já citados deveres, como em serviço especial de orientação técnica e tática, preparando conferências para familiarizar os instrumentos com os progressos modernos da guerra.

(3) *Destacamento de comando.* Esta seção encarrega-se da administração do estado-maior e destacamento de comando do grupamento, sendo o seu comandante responsável por aquela do respectivo pessoal. É auxiliado pelo sargento ajudante da seção de comando e administração, que exerce as funções de primeiro sargento; pelo sargen-

to aprovionador, encarregado dos pedidos, da armazenagem e da distribuição dos suprimentos usados no estado-maior e no destacamento; pelo chefe de viaturas, que controla as viaturas distribuídas e os respectivos condutores. No destacamento não há rancho, arrançando o pessoal em qualquer unidade próxima que dêle disponha, para cuja cozinha é mandado um cozinheiro do destacamento, como ajudante.

(4) *Capelão.* Serve ao agrupamento um capelão, cujos deveres constam do TM 16-205.

98. EQUIPAMENTO. Além do equipamento de campanha normalmente distribuído, exceto o de rancho, o grupamento conta com mais o seguinte:

- a. Barracas de posto de comando.
- b. Várias mesas de campanha e máquinas de escrever e uma máquina de calcular.
- c. Paramental completo de capelão, inclusive órgão portátil, um jipe e um reboque de 1/4T, etc.; não havendo equipamento especial de saúde.

99. TRANSPORTE. O disponível é suficiente para locomover o estado-maior e o destacamento de comando da unidade, constando do seguinte:

- a. *Seção de comando e administração.* Caminhões leves para o comandante, o sub-comandante, e o oficial de ligação.
- b. *Destacamento de comando.* Caminhão leve para o comandante do destacamento; pesado, com reboque, para o pessoal e os suprimentos.

100. INSTRUÇÃO. Via de regra, a instrução do estado-maior e destacamento de comando é idêntica a do batalhão de saúde da divisão de infantaria. Para uso prático imediato, basta o adestramento das funções imprescindíveis, mas os assuntos médicos não devem ser negligenciados. Certos técnicos precisam ser formados em escolas especiais; outros poderão ser preparados pelos próprios oficiais, com quem servem. Em aditamento ao pessoal especificado para o destacamento de comando do batalhão de saúde, deve-se acrescentar:

- a. Sargento de operações, para o preparo das cartas.
- b. Instrutor de educação física.
- c. Diretor de diversões.
- d. Coadjutor do capelão.

101. ADMINISTRAÇÃO. a. *Pessoal.* Partes e escalas diárias e outros documentos referentes a pessoal, elaborados pelo destacamento de comando e pelas unidades integrantes do grupamento, são enviadas ao quartel-general, por intermédio do estado-maior do grupamento. O expediente relativo a pessoal, como folhas de pagamento,

é feito no estado-maior do grupamento, com auxílio do pessoal administração dos batalhões independentes e de outras unidades grupamento.

b. *Saúde*. A documentação técnica passa ordinariamente pelo estado-maior do grupamento; os outros documentos são encaminhados segundo as disposições vigentes.

c. *Aprovisionamento* (1) *Classe I*. Não é distribuída, porque estado-maior e destacamento de comando não têm rancho.

(2) *Suprimentos em geral e material de saúde*. O sargento aprovador do destacamento de comando e os oficiais aprovacionados das unidades grupadas remetem os pedidos, por intermédio das 4 do grupamento, ao quartel-general e ao depósito de exército interno. As unidades podem procurar os seus próprios suprimentos; o estado-maior do grupamento pode recolhe-los, utilizando pessoal e caminhões das unidades constituintes. O destacamento de comando deve ir buscar os seus próprios suprimentos no depósito de exército.

d. *Assistência a doentes e feridos*. Como o estado-maior e destacamento de saúde não têm equipamento para instalar dispensário, depende de unidade que o possua, para a assistência do seu pessoal, contando freqüentemente com aquelas do grupamento.

CAPÍTULO 8

BATALHÃO DE SAÚDE INDEPENDENTE

SEÇÃO I

GENERALIDADES

102. **ORGANIZAÇÃO** (V.TOE 8-26). O batalhão de saúde independente é normalmente unidade de exército ou de corpo de exército; podendo operar diretamente sob a dependência imediata destas grandes unidades ou incorporado a grupamento de saúde. A sua organização é muito variável, consistindo geralmente de estado-maior (comando) e de duas a seis companhias autônomas, de evacuação, de triagem e de ambulâncias, cujos tipos dependem da finalidade tática, do batalhão. A figura 76 mostra diversos tipos de batalhão de saúde independente, cujas companhias integrantes estão minudentemente descritas nas seções respectivas dêste capítulo.

103. **FUNÇÕES**. Unidade constituinte de exército ou de corpo de exército, o batalhão de saúde independente é incumbido de uma ou mais das seguintes funções:

a. Prestar socorro de saúde de segundo escalão às unidades do exército ou de corpo de exército (companhias de evacuação e de triagem).

b. Fornecer evacuação dos postos de triagem de divisão, corpo de exército para os hospitais de evacuação (companhias de ambulâncias).

c. Provêr de reforços gerais o serviço de saúde da divisão.

d. Suprir, em determinados casos, de material de saúde as unidades de corpo de exército.

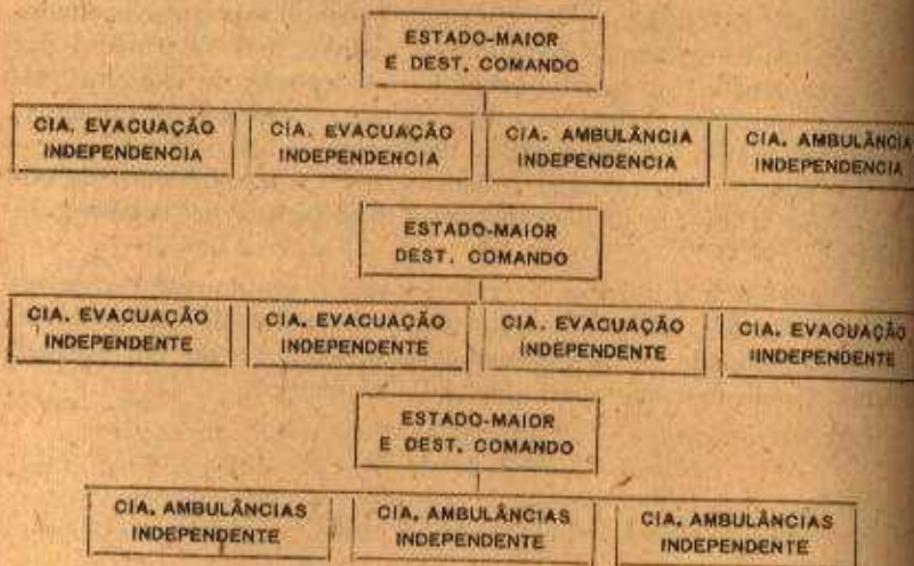


Fig. 76. Exemplos de batalhões de saúde independentes.

SEÇÃO II

ESTADO-MAIOR E DEST. COMANDO DO BATALHÃO DE SAÚDE INDEPENDENTE

104. ORGANIZAÇÃO. Esta sub-unidade é constituída de seção de comando, seção de instrução e operações, seção de intendência e manutenção e destacamento de comando.

105. FUNÇÕES. a. *Generalidades.* O estado-maior e o destacamento de comando exercem as funções de comando e administração sobre as diversas companhias constitutivas do batalhão, inclusive aprimoramento, segundo escalão de manutenção de motores e administração do pessoal. Retêm ação tática sobre as companhias engajadas em operações, enquanto não passarem para o comando de outras unidades.

b. *Particularidades.* (1) *Seção de comando e administração.* (a) comandante e o sub-comandante tem os mesmos deveres que aqueles batalhão de saúde da divisão de infantaria.

(b) O ajudante (S-1), que é também o comandante do destacamento de comando, é incumbido das mesmas atribuições que o seu homônimo do batalhão de saúde da divisão de infantaria.

(c) Os oficiais, sob a supervisão do ajudante, auxiliados pelos sargentos, graduados e escreventes das companhias independentes, são carregados das mesmas atribuições que aqueles da seção de pessoal batalhão de saúde da divisão de infantaria.

(d) O centro de ligação, de que é encarregado um sargento às ordens do S-1, incumbe-se de receber, expedir, distribuir e registrar das as mensagens mandadas ou recebidas pelo estado-maior do batalhão.

(2) *Seção de instrução e operações.* (a) O oficial de instrução de operações (S-3) tem os mesmos deveres que o seu homônimo do batalhão de saúde da divisão de infantaria.

(b) O oficial do serviço secreto (S-2), que é também auxiliar do S-3, é responsável pelas mesmas obrigações que o S-2 do batalhão de saúde da divisão de infantaria.

(3) *Seção de intendência e manutenção.* Esta seção, chefiada por um oficial, o S-4 do batalhão, divide-se em duas subseções.

(a) *Subseção de intendência.* Esta subseção é encarregada de encaminhar ao depósito de exército correspondente os pedidos das várias companhias independentes do batalhão e do destacamento de comando, cada um dos quais enviam-nos por intermédio do serviço do S-4 do batalhão, que os caminha separadamente. O S-4 do batalhão recolhe os suprimentos dos depósitos ou dos pontos de aprovisionamento nos caminhões do destacamento de comando ou das companhias, já loteados convenientemente para cada uma destas subunidades, como não ocorre em batalhão de saúde divisionária. Si o batalhão opera sozinho, prestando socorro a tropas de corpo de exército, o S-4 do batalhão pode ser o oficial de material de saúde do corpo de exército; e como tal membro do estado-maior do médico-chefe desta G. U. Neste caso, a subseção de intendência distribue o material de saúde às tropas do Corpo de Exército, nas mesmas condições que a seção de material de saúde do batalhão de saúde da divisão de infantaria o distribue às tropas da divisão.

(b) *Subseção de manutenção.* Esta subseção é encarregada do segundo escalão de manutenção para todos os veículos do batalhão. Quando as companhias independentes operam sob as ordens imediatas do destacamento de comando, os respectivos mecânicos podem reparar os seus próprios veículos nesta subseção. As inspeções técnicas são atribuições desta subseção.

(4) *Destacamento de comando.* Esta seção, comandada por um oficial, que é também o ajudante, o S-1, é encarregada da administração do destacamento. O sargento-ajudante (major) da seção de comando e administração exerce também as funções de primeiro sargento (sargentante) do destacamento. Não existe seção de rancho, arrançando o destacamento de comando em uma das companhias independentes. O cozinheiro desta seção auxilia o rancho da companhia em que o destacamento estiver arrançado.

106. EQUIPAMENTO. Além do equipamento normal de companhia, são distribuídos ainda os seguintes artigos:

- Equipamento completo de manutenção de motores de segundo escalão.
- Mesas de campanha e máquinas de escrever.
- Máquina de calcular.
- Barraca de posto de comando.

Não há material de saúde especial nem qualquer material de reserva.

107. TRANSPORTE. É suficiente para transportar a unidade inteira, consistindo do seguinte:

- Seção de comando e administração.* Caminhões leves para o comandante e o subcomandante.
- Seção de intendência e manutenção.* Caminhões pesados para os suprimentos e a manutenção de motores.
- Destacamento de comando.* Um caminhão pesado para o pessoal e o equipamento; e um leve para o comandante do destacamento.

108. INSTRUÇÃO. A instrução é a mesma que a do destacamento de comando do batalhão de saúde da divisão de infantaria.

109. ADMINISTRAÇÃO. a. *Pessoal.* As partes diárias e outros documentos são encaminhados pelas companhias independentes e pelo destacamento de comando, por intermédio do estado-maior do batalhão, aos estados-maiores dos Corpos de Exército e de Exército, menos que o batalhão faça parte de grupamento de saúde, caso em que a este serão tais documentos dirigidos. A seção de pessoal do estado-maior do batalhão, com auxílio dos escreventes das companhias independentes, exerce todas as funções administrativas sobre o pessoal, como folhas de pagamento, etc. Contudo, quando o batalhão é parte integrante de grupamento de saúde, o pessoal administrativo do batalhão pode ser destacado no estado-maior do grupamento, formando seção de pessoal dêste.

b. *Saúde.* O estado-maior e destacamento de comando recebem o mapa estatístico, o mapa de doentes e feridos e o mapa de baixas da

companhias independentes, sob seu controle, e os encaminham ao mérito-chefe do escalão superior, sem sumariá-los em documentos contatos.

c. *Aprovisionamento*. Os suprimentos de classe I não são requisitados pelo destacamento de comando, porque não tem rancho (V. 56d).

d. *Assistência a doentes e feridos*. Como o estado-maior e destacamento de comando não tem equipamento de dispensário, dependem da companhia de triagem do batalhão, se houver, para o socorro de saúde do seu pessoal. Si esta não existir, na hipótese de batalhão só constituído de companhias de ambulâncias, serão, para tal fim, dependentes do mais próximo órgão que possuir dispensário, geralmente companhia de triagem de outro batalhão ou mesmo hospital de evacuação.

SEÇÃO III

COMPANHIA DE EVACUAÇÃO INDEPENDENTE

110. ORGANIZAÇÃO (V. TOE 8-27). A companhia de evacuação independente é constituída de estado-maior da companhia, um pelotão de socorro, um pelotão de padoleiros e um pelotão de ambulâncias (V. fig. 78).



Fig. 78. Organização da companhia de evacuação independente

111. FUNÇÕES. A companhia de evacuação independente é órgão de Corpo de Exército, Exército ou grandes destacamentos operando isoladamente; ou, com outras companhias, é parte, integrante de batalhões independentes ou de grupamentos de saúde. Em qualquer dessas hipóteses, a companhia executa as funções de evacuação para as unidades de Corpo de Exército, de Exército ou desses destacamentos, transportando as baixas dos postos de socorro dessas unidades, tratando-as nos postos de evacuação, donde as evacuam para os postos de emergência de Corpo de Exército ou de Exércitos. Tem meios para atender a 5.000 homens aproximadamente. Pode, às vezes, reforçar o serviço de saúde divisionário. A organização interna da companhia e as fun-

ções dos pelotões, das seções e dos indivíduos, são similares às dos mentos correspondentes do batalhão de saúde da divisão de infantaria com exceção do seguinte:

a. Dispõe de escrevente geral que é destacado na seção de pessoal do destacamento de comando, si a companhia fizer parte integrante de batalhão de saúde independente, onde faz o expediente referente ao pessoal, como fólios de pagamento, etc., sob o controle do oficial carregado dessas atribuições.

b. Conta com mecânico suplementar, para assegurar a manutenção de segundo escalão, quando a companhia operar isoladamente não dispuser de seção de manutenção de motores.

112. EQUIPAMENTO, TRANSPORTE E INSTRUÇÕES

São essencialmente idênticos aos correspondentes do batalhão de sa-

da divisão de infantaria.

113. ADMINISTRAÇÃO. A administração do pessoal é habitual das companhias independentes, sendo a parte diária encaminhada diretamente ao estado-maior do escalão imediato, geralmente Corpo de Exército ou Exército. Quando a companhia é parte componente de batalhão independente ou grupamento de saúde, esta documentação é enviada ao estado-maior destas unidades. Si a companhia opera isoladamente, ela administra o seu próprio pessoal: si é elemento constitutivo do Batalhão, o Estado Maior deste administra-lhe o pessoal, com a ajuda de escrevente citado em 111.^a.

a. *Saúde.* O registo dos pacientes é feito na própria ficha de evacuação neles presa. A companhia mantém arquivo de todos os pacientes que transitam pelo posto de evacuação, donde colhe os dados para o mapa de baixas, que deve enviar ao médico-chefe do escalão superior (ou comandante de batalhão, chefe do serviço de saúde do Corpo de Exército ou de Exército). O mapa estatístico e o mapa dos doentes e feridos são remetidos periodicamente aos médicos-chefes do escalão superior, segundo as disposições regulamentares.

b. *Aprovisionamento.* (1) Os suprimentos de Classe I são automaticamente recolhidos pelo sargento aprovisionador dos pontos de aprovisionamento (distribuição), si a companhia opera isoladamente. Si ela é parte componente de batalhão, são recebidos pelo estado-maior deste e distribuídos à companhia nos caminhões do estado-maior da companhia, conforme resolução do S-4 do batalhão. Os suprimentos já destinados a cada companhia nos próprios pontos de aprovisionamento.

(2) O material de saúde e os suprimentos gerais são requisitados pelo sargento aprovisionador da companhia; são pedidos ao depósito do Exército respectivo, por intermédio do Quartel General de Exército, si a companhia opera isoladamente. Si a companhia é integrante

atalhão independente, as requisições são remetidas, por intermédio do S-4 do batalhão, ao depósito concorrente. Os caminhões do estado-maior do batalhão ou da companhia podem ir procurar os suprimentos, que são endereçados a cada companhia privativamente.

c. *Assistência aos doentes e feridos.* Operando isoladamente, a companhia pode instalar o seu próprio dispensário; quando é parte de batalhão em que existe companhia de triagem, esta pode ser escalada para montar dispensário, para atender ao batalhão inteiro.

SEÇÃO IV

COMPANHIA DE TRIAGEM INDEPENDENTE

114. ORGANIZAÇÃO (V. TOE 8-28). A companhia de triagem independente compõe-se do estado-maior de companhia e de dois pelotões de triagem, cada um dos quais podendo instalar posto de triagem (V. fig. 79).



Fig. 79. Organização da companhia de triagem independente

115. FUNÇÕES. a. *Generalidades.* A companhia de triagem independente é órgão de Corpo de Exército, Exército ou grande destacamento isoladamente; ou, com outras companhias, sob as ordens de estado-maior, é parte, integrante de batalhões independentes ou de grupamentos de saúde. Em qualquer destas condições, a companhia exerce funções de triagem para as unidades de Corpo de Exército, Exército desses Destacamentos (V. § 68). A companhia tem meios de triar aproximadamente 15.000 homens ou uma divisão de infantaria. Eventualmente, pode reforçar o serviço de saúde divisionário.

b. *Particularidades.* A organização interna da companhia e as funções dos pelotões, das seções e dos indivíduos são similares às correspondentes do batalhão de saúde da divisão de infantaria, acrescidas do seguinte:

(1) Há um capelão classificado na companhia, para a assistência espiritual dos pacientes do posto de triagem. Os seus deveres estão especificados no TM 16-205.

(2) A companhia dispõe de escrevente geral, para o expediente administrativo do pessoal, tais como fólias de pagamento, etc. Quando a companhia é componente de batalhão de saúde independente, é classificado na seção de pessoal do estado-maior do batalhão, onde executa atribuições referentes ao pessoal da sua companhia, sob as ordens de oficial encarregado do pessoal do batalhão.

(3) Conta ainda a companhia com mecânico suplementar, para assegurar a manutenção de segundo escalão, quando ela operar isoladamente e não dispuser de seção de manutenção de motores.

116. EQUIPAMENTO, TRANSPORTE E INSTRUÇÃO
São essencialmente os mesmos que os correspondentes do batalhão de saúde da divisão de infantaria.

117. ADMINISTRAÇÃO. A administração é análoga a descrita para a companhia de evacuação independente e para a companhia de triagem do batalhão de saúde da divisão de infantaria.

SEÇÃO V

COMPANHIAS DE AMBULÂNCIAS INDEPENDENTE MOTORIZADA

118. ORGANIZAÇÃO. (V. TOE 8-317). Com esta companhia é dotado o Corpo de Exército, o Exército ou o grande destacamento quando necessário, para satisfazer exigências táticas, habitualmente na proporção de uma companhia por divisão empenhada. Pode ser elemento constituinte de grupamento de saúde; ou, com outras companhias iguais e um estado-maior, formar um batalhão independente; e este por seu turno, fazer parte de grupamento de saúde. A companhia é constituída normalmente de estado-maior e três pelotões de ambulâncias (V. fig. 80).



Fig. 80. Organização da Cia. de Ambulâncias Ind. Motorizada.

119. FUNÇÕES. a. *Generalidades.* (1) Esta companhia exerce as seguintes funções:

(a) Evacua as baixas dos pôstos de triagem de Divisão, de Corpo de Exército e de Exército para os hospitais de evacuação, cada companhia pode fornecer meios para uma divisão, de aproximadamente 12.000 homens, do pôsto de triagem ao hospital de evacuação.

(b) Evacua os hospitais de evacuação para os hospitais gerais, os centros hospitalares, os hospitais de convalescência ou para os acampamentos e pôrtos, si não forem disponíveis as estradas de ferro.

(c) Reforça as companhias de evacuação de Divisão, Corpo de Exército ou Exército.

(d) Evacua os trens hospitalares para os hospitais.

(e) Evacua os hospitais para os trens hospitalares e os pôrtos.

(2) De conformidade com o AR 40-75, as ambulâncias só podem ser utilizadas com as seguintes finalidades:

(a) Transporte de doentes e feridos e do pessoal do serviço de saúde com êles ocupado.

(b) Recreação de pacientes convalescentes.

(c) Instrução do pessoal do serviço de saúde, em treinamento sobre o serviço de ambulâncias.

(d) Transporte de material e pessoal de saúde, em serviço de campanha.

b. *Particularidades.* (1) *Estado-maior.* (a) O comandante é o responsável pela administração, pela disciplina, pela instrução e pelo emprêgo tático da companhia. Mantém ligação com os pôstos de triagem ou com os hospitais a serem evacuados e com os chefes do serviço de saúde de Divisão, Corpo de Exército e Exército relativamente às necessidades do serviço de ambulâncias, apresentando propostas para o emprêgo da companhia. É auxiliado na administração por um primeiro sargento e dois escriventes, um de companhia e um de pessoal, podendo este último ser destacado para o estado-maior do batalhão, si a companhia dêle fizer parte.

(b) A seção de rancho, acionada pelo sargento do rancho, é encarregada da preparação do alimento do pessoal da companhia.

(c) A seção de manutenção, de que é encarregado o sargento de motores, fornece manutenção de segundo escalão para os veículos distribuídos à companhia. Os mecânicos da seção podem trabalhar na seção de manutenção do estado-maior do batalhão, si a companhia for parte integrante dêle.

(d) A seção de intendência é encarregada dos pedidos, do armazenamento e da distribuição dos suprimentos usados pela companhia.

(2) *Pelotão de ambulâncias.* Há três pelotões de ambulâncias idênticos na companhia.

(a) *Comando do pelotão.* Cada pelotão é comandado por um oficial auxiliado por um sargento de pelotão. Os comandantes de pelotão

controlam o funcionamento do pelotão de ambulâncias, compreendendo o carregamento, as ocorrências ao longo das estradas e o descarregamento. Para a execução destes encargos ele dispõe de um jipe (1/4T) e um motorista. Especificamente, são seus deveres:

1. Fiscalização do carregamento das ambulâncias.
2. Controle dos pacientes, pela lista fornecida pelos postos de triagem, hospitalais ou trens hospitalais.
3. Execução do câmbio de material-carga.
4. Regulação da velocidade, dos espaços de escoamento, das estradas, dos altos do combóio.
5. Fiscalização do descarregamento das ambulâncias.
6. Conferência dos pacientes, com os oficiais encarregados de recebê-los nos hospitalais, nos trens ou nos navios, pelas listas fornecidas pelos postos de triagem, hospitalais ou trens evacuados.
7. Execução do câmbio de material-carga.

(b) *Ambulâncias.*

1. Cada pelotão conta geralmente com dez ambulâncias, que são dotadas de um motorista e um ajudante. Ao motorista, auxiliado pelo ajudante, compete:
 - a) Executar o primeiro escalão de manutenção de motores da viatura.
 - b) Ajudar o carregamento e descarregamento do veículo.
 - c) Fazer o câmbio de material-carga, durante o carregamento e descarregamento.
 - d) Assistência aos pacientes, durante o transporte.

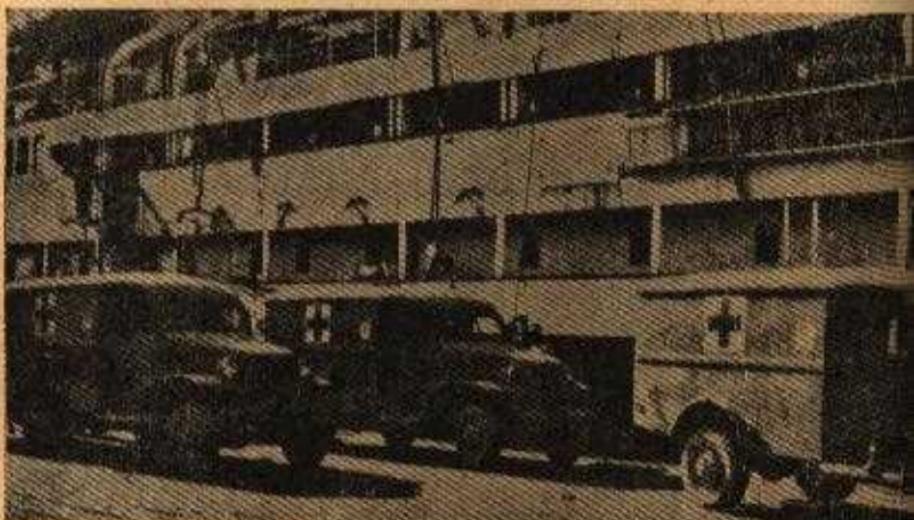


Fig. 81 — Comboio de ambulâncias evacuando feridos para navio hospital, na Nova Guiné.

2. Cada ambulância será dotada de equipamento especial julgado necessário pelas autoridades competentes para a assistência dos pacientes e a execução do câmbio de material-carga, além do material para a conservação da viatura. O material-carga pode consistir de quatro padiolas, doze mantas e aparelhos de fratura.

120. EQUIPAMENTO. O equipamento é o normal distribuído aos órgãos do serviço de saúde em campanha, o de rancho inclusivo, e mais os seguintes artigos:

- Coleções grandes de mantas.
- Quatro padiolas por ambulância.
- Coleções de aparelhos de fratura.
- Equipamento para segundo escalão de manutenção.
- Rêdes de disparce para todos os veículos.

121. TRANSPORTE. a. O transporte disponível é suficiente para locomover a companhia inteira, com o seu equipamento. Consiste normalmente do seguinte:

(1) *Estado-maior da companhia*. Alguns caminhões leves e pesados para reconhecimento, aprovisionamento, manutenção e equipamento.

(2) *Pelotões de ambulâncias (cada)*. (a) Dez ambulâncias.

(b) Um jipe (1/4T) para cada comandante de pelotão.

a. Os mecânicos da companhia, sob as ordens do sargento de motores, fazem a manutenção de segundo escalão, quando ela opera isoladamente. Quando a companhia é parte integrante de batalhão independente, os mecânicos são destacados para a seção de manutenção do seu estado-maior, onde executam a manutenção de segundo escalaõ dos motores.

122. INSTRUÇÃO. a. *Individual*. (1) Além da instrução fundamental, os motoristas e os seus ajudantes recebem adestramento especial sobre:

- Condução das ambulâncias.
- Modélos e escrituração epitrínentes a veículos a motor.
- Primeiro escalão de manutenção.
- Treinamento de condução em comboio, tipos de comboios, condução da viatura às escuras, etc.
- Disfarce do veículo.
- Leitura de cartas.
- Padiolagem e carregamento de ambulâncias.
- Socorros de urgência e enfermagem.
- (1) Câmbio de material-carga.
- (2) Os técnicos, que devem ser treinados em escolas especiais ou em cursos especiais da própria unidade, constam de cozinheiros, mecânicos e escreventes.

b. *Conjunta*. A instrução conjunta da subunidade é importante. Consistirá de condução de veículos, em comboio, em diferentes situações táticas, sob condições variáveis de estradas, de iluminação, de velocidade, de carregamento e de descarregamento.

c. *Combinada*. O comandante da companhia deve provocar, ante as autoridades competentes, os meios de treinar a sua subunidade em manobras e exercícios combinados com as outras subunidades e unidades dos escalões superiores.

123. ADMINISTRAÇÃO. a. *Pessoal*. As partes diárias e outras documentações referentes a pessoal devem ser encaminhadas diariamente ao estado-maior do batalhão ou ao quartel-general do exército, segundo as disposições vigentes.

b. *Saúde*. Os mapas e relações de saúde especiais devem ser remetidos regularmente às autoridades superiores. As listas dos pacientes transportados são utilizadas pela companhia, mas não devem ser preparadas por ela.

c. *Aprovisionamento*. (1) Os suprimentos de classe 1 são automaticamente recolhidos dos pontos de aprovisionamento designados.

(2) O material de saúde e os suprimentos em geral são requisitados pelo sargento aprovisionador, sob o controle de oficial indicado da seção de intendência (S-4) do batalhão ou do depósito de exército respectivo. Os suprimentos são recolhidos desses locais pelos caminhões da companhia ou da própria seção de intendência, se o S-4 do batalhão concordar.

d. *Assistência a doentes e feridos*. Para a assistência médica do seu pessoal, a companhia depende do mais próximo órgão de saúde que dispuser de dispensário instalado, freqüentemente o próprio hospital para onde ela evacua os pacientes.

(Continua)

Corrigenda — No artigo publicado no número anterior, há um "pastel" de paginação que deve ser corrigido como se segue: — pág. 143, ler: "6) A circulação motorizada (fora das situações táticas), ferroviária e (quando indicada) fluvial ou marítima. O transporte do equipamento; carregamento de caminhões, trens e navios; e as operações inversas. Pág. 145, ler: "b) Ter conhecimento exato do grau de adestramento das sub-unidades integrantes da unidade; do critério adotado pelas autoridades do escalão superior, quanto à instrução; e das últimas ordens delas recebidas. Pág. 146, ler: "56, FUNÇÕES. a) Seção de comando do batalhão. As funções desta seção consistem no comando da unidade e no desempenho das atribuições de estado-maior, com exceção do aprovisionamento. Com este propósito, o estado-maior instala o P. C. do batalhão, onde são localizadas a secretaria (casa das ordens) do estado-maior do comandante e do centro de ligação. O P. C. situa-se geralmente nas vizinhanças do Pósto de triagem". Finalmente, no último retângulo da fig. 23, deve-se ler CIA. D. — TRIAGEM.

A terceira missão do pelotão de minas do Regimento Sampaio e o ataque a Castelo a 12 de Dezembro

Pelo 1.º Ten. JOSE de FREITAS LIMA SERPA
Cmt. do Pel. de Minas

Os dias que se seguiram à nossa segunda missão, de 5 de dezembro, estavam sendo preenchidos por instruções ministradas à nossa fração, quando começaram a surgir os primeiros boatos de novo ataque a Monte Castelo.

A princípio, julgamos ser mais um dos inúmeros boatos que cruzavam insistentes aquelas regiões assoladas pela guerra. As visões brutais de mortos e mutilados, a martirizante "incerteza" do dia de amanhã ou do próximo segundo, regorgitantes de riscos e perigos, a paisagem sinistra da "terra de ninguém", postada à frente, sempre imutável e silenciosa, quando não cortada por bala solitária ou tonitroante barragem de artilharia, e outros inúmeros transeos próprios à guerra, tornam os indivíduos a êles sujeitos, imaginativos por excelência.

Dêstes hipersensibilizados cérebros e corações, brotam espontâneamente creações de todo o tipo. Ora poesias líricas, ora dramáticas, ora surgem dramas avassalantes de amor, levando os participantes reais, desde o sacrifício até ao assassinato impulsivo, ora os boatos, e êstes a granel.

O murmurinho crescente, a seriedade acentuada dos rostos e o acréscimo de movimento de viaturas, passando apressadas para cima e para baixo, por final nos tornaram mais crentes. Resolvemos dar um pulo ao P.C. do Regimento, a fim de averiguarmos o que havia de positivo.

Sim, um ataque ia ser lançado, sendo que já existia uma ordem para nós.

Devíamos ficar à disposição do 3.º Btl., para, caso o ataque se coasse de êxito, minarmos certos pontos do exposto flanco esquerdo do Reg., opondo assim mais um obstáculo, aos prováveis contra-ataques alemães.

De regresso ao local onde estávamos acantonados, em Porreta, iniciamos os preparativos. Ainda tínhamos um dia e meio.

Indo nos apresentar no P.C. do 3.^o Btl., ficou assentado que, na madrugada de 12 de dezembro, às 2 horas, nos reuniríamos à 8.^a Cia. do Cap. Amadeu, em Silla, passando a acompanhá-la até a região do novo P.C. do Btl., onde permaneceríamos aguardando ordens. Assim combinado, assim executado.

A 1 da manhã, saímos de Porretta com o nosso pelotão transportado pelas nossas três viaturas. Meia hora depois, chegamos a Silla. Lá gimo-nos para o P.C. da 8.^a. Estava deserto!...

Surpresos, verificamos a hora. Que acontecera? Um policial que estava nas redondezas, nos informou que uma tropa a pé havia passado pela estrada da esquerda havia uns quinze minutos. Sabíamos que esse nos levava ao inimigo.

Apesar da chuva copiosa e do frio intenso, sentíamos o suor escorrer pelo corpo, e não era para menos.

Lá estávamos nós, responsáveis por trinta homens que nos observavam com as faces curiosas e confiantes, tendo sobre nossos ombros uma missão a cumprir, e sem sabermos o que fazer. Aonde era o novo P.C. do Btl.? Onde encontrar alguém que nos desse uma indicação? Para onde ir? Que fazer? Recordamo-nos, neste momento, que tudo é perdoável, menos a inação, e fomos obrigados a sorrir da lembrança dos bancos escolares. Puxa, que enrascada nos arranjaram. A única noção certa que tínhamos era a direção do inimigo. Se seguissemos a tal estrada da esquerda, por onde passara uma tropa, além de irmos em direção à linha de frente, podia ser que encontrássemos alguém que nos desse algum esclarecimento, ou ... o inimigo. Resolvemos segui-la até que as coisas começassem a ficar ruins; aí, então, tomariamos nova decisão.

Subimos nas viaturas e fomos com Deus...

Após uns dez minutos de marcha lenta, com exercício respiratório, chegamos a uma encruzilhada. Mais esta!...

Enquanto tirávamos cara ou coroa, ouvimos umas vozes. Animados, fomos em direção a elas. Perto dum "jeep" com reboque estava um civil, o Capitão Lídio Mazza, e uns soldados. Respiramos aliviados. O Capitão Lídio era do 3.^o Btl. Explicamos-lhe a nossa situação.

Sim, ele sabia onde se achava o novo P.C., e naquélle momento providenciava o transporte para lá, do material do Pelotão de Morteiros. Aquelas placas-bases, tubos, munições, etc., de posições de tiro na região de Cá di Berto, iam apoiar o ataque a ser desencadeado dali a poucas horas.

Pretendendo acompanhar o Capitão Lídio quando fosse para Cá di Berto, deixamos o pelotão pelas redondezas, pronto para partir, e fomos apreciar o desenrolar dos acontecimentos.

De uma das estradas que vinham do inimigo, um "jeep", ou coisa parecida, com mil ruidos diversos, se aproximava resfolegante. A capota ou ficara em parte presa em algum galho, ou fôra arrebatada por algum insolente estilhaço. Do radiador, silvando e esbranquiçado, saia às pressas, um jato contínuo de vapor d'água. Camuflagem... As rodas, submersas na lama que tudo atapetava, ora giravam em vão, ora se postavam em posições críticas, como que querendo fugir do carro para os lados ou para cima; davam a impressão de às vezes se aproximarem uma da outra para se afastarem em seguida. No meio daquela confusão rodante, cintilavam dois pontos rubros. Eram dois cachimbos, transportados por dois ingleses. Aristocráticos, naquela mixórdia, se aproximaram de nós, vindo só Deus sabe de onde, e foram se afastando, só Deus sabe para onde. Que diabo estavam fazendo ali? Meia hora depois, ao longe, ainda se ouviam os últimos rangidos...

Para o Cap. Lídio, porém, os fatos não se desenrolavam a seu contento. A lama atrapalhava tudo. Os "jeeps" e reboques, carregados de material, não conseguiam subir a estrada que os levaria a Cá di Berto, distante dois quilômetros e 300 metros mais ao alto. Afundavam-se na lama, e depois, nem para a frente nem para trás.

Descarregado todo o material, eles avançavam mais alguns metros com o auxílio de pás e empurrões, e se quedavam novamente exaustos.

Pensamos então em lançar mão de nossas viaturas. Maiores e mais possantes, poderiam vencer. De fato, estavam indo às mil maravilhas, porém, a escuridão completa não permitia ver a estrada que mal dava para a largura dos carros. Apesar de avançarem por lanços e em marcha lenta, guiados pelos gestos dos soldados que iam sentados nos paralelas da frente, acabaram saindo da estrada e ficando também atolados. O pior é que estavam na crista da elevação. Ao amanhecer, seriam um ótimo alvo.

E o tempo corria...

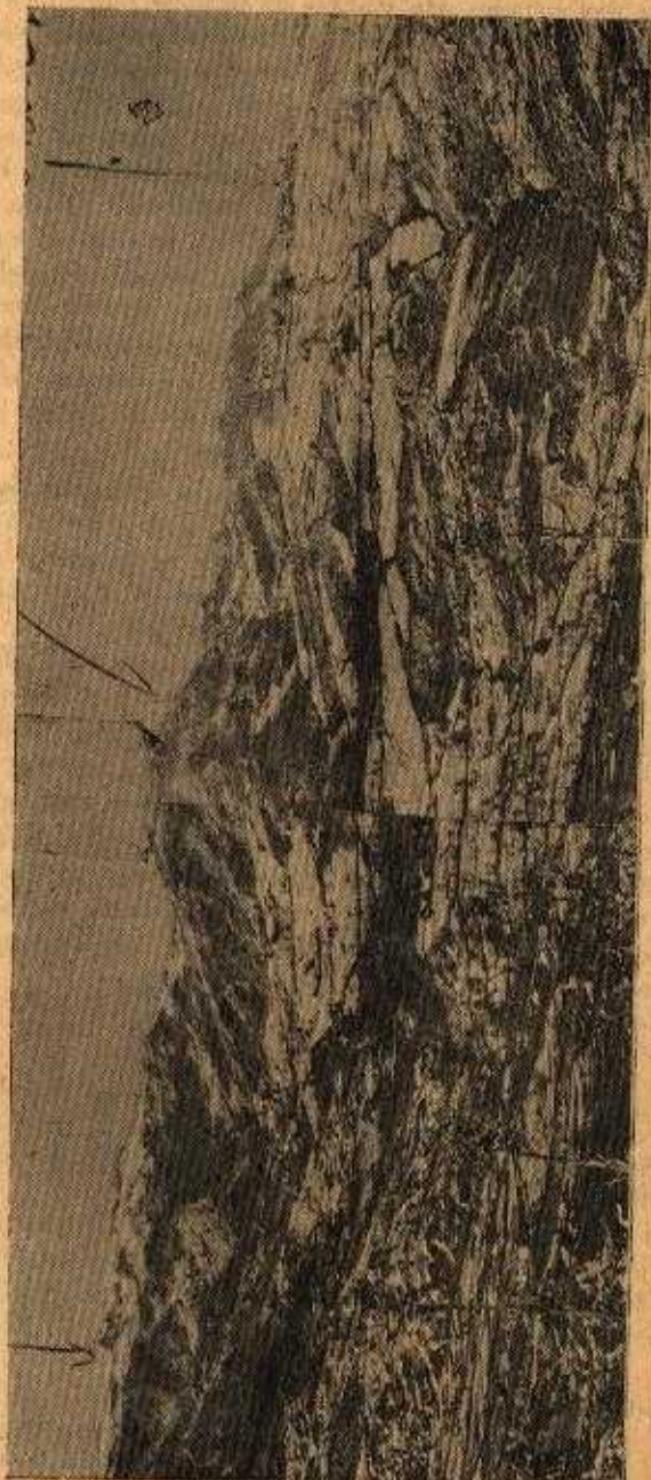
Já estávamos apreensivos.

Sim, porque se aqueles morteiros não chegassesem a tempo, as Cias. de fuzileiros teriam que avançar sem o auxílio sempre abençoado daquelas armas de apôio. E de mais a mais, poderiam surgir outras contrariedades...

Após verificarmos que todos os esforços e tentativas eram em vão, e de que já eram 5 horas, resolvemos lançar mão do último recurso.

Mandamos que os nossos soldados deixassem as mochilas, mantas, detectores, provadores... e rações, nas viaturas, só ficando com os fuzis.

Em seguida, após darmos ordens aos motoristas de voltarem "com as viaturas" para o acantonamento assim que fosse possível, distribuimos as placas-bases, tubos, tripés, e munições pelos soldados, e ordenamos



nos seguissem em coluna por um. Tínhamos que vencer um químetro e meio de caminho, sem vermos onde colhíramos os pés na das rampas íngremes e escorregadias. Orientados pelo civil, nos lançamos para a frente. A cada passo se seguia um tombo. Novamente nos levávamos, colocávamos os tubos pesados e deslizantes às costas e nos parávamos para novo tombo. E assim, ora escorregando, ora encharcando na lama, que chegava aos joelhos, ora maguados por uma placa de ao cair num pé ou perna, aqueles abnegados soldados, numa corrente imunda e dispersa, foram surpreendidos pelo despontar do dia. Avançavamos seguindo a crista da elevação. Inesperadamente, de nosso lado, quebrando o silêncio profundo que envolvia toda a região, a araria falou. Sobre nós, sibilaram nos ares os projétils que em pouco minavam o Mte. Belvedere com labaredas sinistras. Seguiram-se os ares e explosões que ficaram reboando, tétricos, nos vales e ravinas, s abrigos e grotões. Chegaram a Mte. Castelo, a Mte. de La Torracia, Malandrone e Abetaia. Despertaram o inimigo. As palavras de desunião e morte, se repetiram e continuaram a se repetir. O diálogo meçou.

Neste momento, levados não sabemos porque, exultamos de alegria. Fomos envoltos por uma onda de entusiasmo patriótico. Sentimo-nos mais fortes, mais confiantes, mais felizes. E a coluna avançava, ia, levantava, tornava a cair, tornava a levantar e avançava. Para a mar, gritávamos: "Avante pessoal!" Não era necessário. Ela sabia que estava avançando. Como estava imunda! Como era bela!

Alguns soldados mais retardados, menos resistentes, ficaram para trás. Passou a guiá-los o Cap. Lídio.

Finalmente, nosso esforço triunfou. Chegamos a tempo. Depois de estregarmos o material, dispersamos o pelotão numa estrada marginalizada por muros de pedras e fomos nos apresentar ao Sr. Major Franklin.

Mal nos erguemos, uma rajada de tiros do canhão alemão de 8 mm, que não avisam quando chegam e, ao explodirem perto, produzem um som que estica os nervos, chocou-se com o muro de pedras, a 10 metros de nós. Os muros, felizmente, suportaram bem, livrando-nos dos estilhaços. Após verificarmos que não havia feridos, fomos para o P.C. E, fomos, aliás, bem depressa...

De volta, levamos os soldados para um palheiro onde deviam permanecer, saindo nós à procura dos elementos que haviam ficado para trás com o Cap. Lídio.

Procuramos, porém, em vão.

Ao regressarmos, já estavam no palheiro.

Pronto o pelotão para cumprir as missões que se lhe dessem, dirigimo-nos para o P.C. do 3.º Btl., situado numa casa em Cá di Berto, ainda habitada por civis.

Num recinto, que até hoje não sabemos se era sala, quarto ou co
nha, havia mescla de militares, civis, fios telefônicos, e fumegante lareira
numa interessante confusão. Num dos cantos, um sargento americano
lutava com um rádio, em busca de um contato mal feito, puxando os
fios, gritando-lhe nos fones e dando-lhe palmadas. Perto da lareira
onde se comprimiam quatro civis, em enorme e negro caldeirão, ferveva
um líquido ceráceo e mal cheiroso. Era uma família de dois velhos
duas senhoritas, impávida pelo hábito da guerra, e suja pela guerra
aos bons hábitos.

Os militares, em cujas atitudes se lia o cansaço que lhes ia
corpo mal dormido e alimentado, e nas fisionomias as apreensões de
um ataque em andamento, cumpriam suas diversas tarefas, prestando
contas amiúde, ao seu comandante, o Sr. Major Franklin.

Nós, que ali estávamos sentados num canto esquecido, aguardávamos ordens, e, pelos episódios e incidentes ouvidos, pelas missões
dadas, pelo conhecimento que tínhamos do terreno naquela região
e pelos fatos já acontecidos, viamos na nossa imaginação, o desenrolar
vivo do ataque. Por questão de método, e para melhor compreensão
dos acontecimentos, sigâmo-los a passo e passo, desde o inicio até o final,
anticipando, porém, um quadro concertado friamente e sem "pan-
pris": o inimigo, nós, a situação e o terreno, visando quanto possível
aproveitar os ensinamentos vividos.

Num confronto nosso com o inimigo, quase tudo a él é favorável.

Além de serem os tedescos organizados e disciplinados por treinamento, possuem uma experiência de 5 anos de guerra, banhada em sangue e sacrifícios. Se um dia de guerra vale por não sabemos quantos de instrução, o nosso débito é bem arrazador. Para o tornar flagrante, um exemplo particular porém sugestivo, diremos que durante o dia, nisso se vê um soldado alemão na linha de frente; quanto a nós, poucos experientes e desejosos de "fazer bonito", característica, aliás, bem brasileira, imprudentemente vivíamos passeando daqui para ali, denunciando nossas posições, nossas armas, nossa inexperiência. Quantos por isso foram feridos! Quantos pereceram! O tempo e os implacáveis ensinamentos da realidade, foram porém, nos corrigindo. Ficamos mais cautelosos e prudentes. Principiávamos a ser veteranos.

Se falarmos na disciplina de fogo, veremos os alemães, levados pela experiência e compelidos pela escassez de material, atirarem nos momentos precisos, com a intensidade desejada e nos pontos mais sensíveis. Já para nós, e principalmente os americanos, era uma orgia de tiros, e muitas vezes precipitados.

Veremos toda uma Cia. atirar só porque um dos seus pelotões tiveram sido abordado por uma patrulha.

Veremos um sargento, do fundo de seu "fox-hole", semear apressadamente, e em redor, dezenas de granadas de mão, sem que houvesse ter um passarinho na região (isto não é bem referente à disciplina logo, mas...).

Com o tempo, porém, já estávamos controlando mais os nervos, do que a orgia de munições podia continuar. Ainda bem...

Na parte relativa à instrução, prejudicada, ou pela escassez de tempo ou pela falta de material, ou por ambas as causas, veremos um quadro triste.

Veremos um corpo sem vida de um pracinha preto e magro, ainda em garoto, esticado numa das ravinas de Mte. Castelo. Abraçado ao seu fuzil, estava caído por cima de um arame de tropéço. A mina alemã e concreto, a 2 metros dêle, havia explodido. Ao avançar por aquêles campos, bosques e ravinas de Castelo, ele procurava com os olhos o inimigo entocaiado. Súbito, depara com uns pedaços de cabo de vassoura enterrados no chão, a uns quatro metros um dos outros, e tendo na ponta umas coisas verdes ou amarelas pálidas, com forma de garrafa sem gargalo. *Nunca havia visto aquilo.* Decide, por precaução instintiva, passar entre duas delas. Avança e levanta os olhos em busca do inimigo. Choca-se com o arame de tropéço... A morte deve ter sido instantânea.

Neste confronto que ora fazemos, um dos poucos capitais e do qual devemos tomar bem nota, é que aquêles batafhões que se lançaram ao ataque de Castelo no dia 12, estavam cumprindo a sua primeira missão ofensiva. Pela primeira vez, iam ao encontro do inimigo, pela primeira vez tinham um objetivo a conquistar, uma vontade adversária a sobrepujar. E convenhamos, que, para batismo de fogo, a missão era bem árdua.

Se não, vejamos.

Quem da base de partida olhasse para a frente, veria que o terreno, salpicado aqui e acolá de casas em ruina, ia sempre se elevando por entre dobras e ravinas, espigões e garupas, através de, ora campos limpos, ora regiões matosas, ora pedreiras e riachos, até alcançar os 977 metros de Castelo. Para a esquerda, elevava-se até alcançar o muro de mais de 1.000 metros, iniciado por Mte. Belvedere e terminado por Mte. de La Torracia com seus 1.140 e 1.083 metros, respectivamente. Este muro, acompanhando constantemente o flanco esquerdo das tropas atacantes, dominava-as sempre com sua altura sinistra e deprimente, de que alcançassem Castelo, prosseguindo então até La Torracia, atrás à esquerda de Castelo. A retaguarda dêste, e para a direita, veria a elevação de La Serra com seus 958 metros, e ainda mais para a direita, quase a Este, o Mte. de La Casellina com seus 777 metros.

Portanto, era Castelo, envolvido por Belvedere, Torracia, La S... e Casellina...

Os alemães, encarapiatdos nestas elevações dominantes, das quais já haviam sido expulsos, tornando a regressar depois, estavam estilizados, havia tempo.

Os ataques que tinham suportado, os fracassos e vitórias locais e a visão constante do terreno, tinham-lhes dado uma grande "experiência da região". As noções adquiridas sobre os adversários, os seus costumes e modos de agir, suas qualidades e deficiências, lhes permitiam sobremodo a tarefa da defesa, já abrandada pelas vantagens existentes. Já podiam prever por onde aquêles iam avançar, onde o terreno os deixaria mais abrigados ou descobertos, em que dispositivos progrediriam, onde deviam se achar os P.C. e observatórios e tantas outras importantes minúcias.

De posse dêstes dados, e de dentro de casamatas postadas nas turas, sua tarefa era bem fácil. Já o mesmo não acontecia conosco, quando a peito nu aquelas rampas íngremes e escorregadias, que iam no almejado objetivo, e tendo por arma, principalmente, a vontade de vencer, aquêles abnegados brasileiros, atravessavam barragens de lhamaria e morteiros, rajadas de metralhadoras e campos minados, com esforço titânico e heroico.

Do lado e da frente, bem lá de cima, com o riso cruel que ulcerava a face daquêles que, sádicos, vêm a seus pés a adversário esmagado pelo peso das desvantagens, os alemães se enchafurdavam naquela orgia de sangue e morte, lama e heroísmo. Acobertados por abrigos, o alvo lhes tava ali, bem à frente o vizinho, sempre avançando e avançando, por com os passos lentos de pernas estafadas, e com o peito descoberto e ferido. Quanta iniciativa espontânea desenvolviam aquelas tropas, quanta bravura impelia aquêles soldados!...

Aos próprios alemães, causavam admiração. Um chegou mesmo a dizer que, ou eram loucos, ou era a melhor infantaria do mundo.

Eis aí o calcanhar de Aquiles de nossos adversários, ao se detinham conosco. A iniciativa espontânea, e a bravura natural do nosso homem...

O terreno, a situação e a experiência, custaram caro, mas acabaram ruindo perante êles.

Depois dêste rápido esboço sobre as duas forças que se iam a confrontar passemos ao ataque.

Era um ataque de surpresa...

Os alemães, apesar da sua grande experiência, já mal conseguiram surpreender as bisonhas tropas brasileiras que se lhes antepunham. Como estas o poderiam fazer?

Era estranho, e excitava a curiosidade...

Empreenderiam essa tarefa quatro batalhões.

O 3.^º e 2.^º do Sampaio, a Leste, apoiando o flanco direito, o 1.^º do II^º R.F., a Oeste, a 5.^º do II^º R.I. e depois todo o II Btl.

Tinham como missão: — apossar-se de Castelo, fazendo o esforço principal segundo a direção Casas de Guanela-887;

— apossar-se e manter a linha: cabeceiras L. do arrôio que passa em C. de Zolfo, — vertentes N. de Castelo-Cavrulo, de maneira a impedir que o inimigo transponha o Malandrone, e bem assim, que progrida da região de 930 para Leste;

— esforçar-se para aproveitar o êxito sobre as regiões 1.036-1.027 e ocupá-las.

O ataque partiria às 6.30 e de surpresa.

A idéia de manobra era impulsionar vivamente o dispositivo pela direita, rumo a 887, e aproveitar esta vantagem para levar a esquerda sobre o objetivo final. Dispositivo com dois batalhões em primeiro esforço; 2.^º Btl. a L. reforçado porém pelotão de tanques leves e elementos da C.C.A.C; 3.^º Btl. a W, reforçado por elementos da C.C.A.C.

O 2.^º, teve por missão apossar-se de 887 e colo entre 887-977, ocupando-o; manter as vertentes N. de Castelo-Cavrulo, impedindo que o inimigo progredisse através o Marano e ligando-se com seu vizinho por fogos, na região SW. de Vale.

O 3.^º, teve por missão apoderar-se de 977, ocupando-o e mantendo as vertentes N. de Castelo, colo entre Castelo-930, garupa NW. de 977, impedindo a transposição do Malandrone e a progressão de 930, cbrindo-se na região de C. de Zolfo.

Hora H às 6.30. O 2.^º Btl. ultrapassará a base de partida à hora H e o 3.^º Btl. às 6.00.

Não haverá preparação de artilharia.

Substituídos nas posições que ocupavam primitivamente, êstes batalhões dirigiram-se para as suas zonas de reunião, onde pernoitaram, indo em seguida, para as respectivas bases de partida. Silenciosos no meio da noite, encharcados e imundos, patinhando na lama que chegava aos joelhos, palmilharam, em coluna por dois ou por um, quilômetros de terreno escorregadio e ingreme. O peso da impedimenta individual, — mochila, fuzil, basucas, bolsas de munição, fuzis-metralhadores, e tantas outras, — e a fadiga dos grandes deslocamentos, e inclemência do tempo e terreno, exauriam os soldados. Antes de iniciarem o ataque, já tinham os corpos moidos, cansados e sonolentos. Havia dois dias que não dormiam.

Os quadros, submetidos a êstes mesmos transes, suportaram ainda os decorrentes dos conhecimentos que, devido ao pouco tempo disponível, tiveram de ser apressados e imperfeitos. Todos, desconhecedores do ter-

reno à que pela primeira vez pisavam e viam, avançariam às apalpadeas na direção indicada pela imantada e oscilante agulha de uma bússola.

Viaturas de faróis apagados, téticos duendes naquelas noites nebulosas, levavam em seu bôjo, caixas e caixas de munições. Lavadas pelo água que escorrendo se perdia na lama escura e pegajosa, onde se afundavam rodas e estribos, iam vencendo os obstáculos da intempérie, que, dando um último esforço, um último arranço, quedavam-se exaustas e gotejantes. As munições eram, então, num esforço titânico dos fatigados soldados, transportadas a braços. Abnegados, lançavam num apelo às fibras dos músculos dormentes pelo frio, repuxados a pele enrigecida, procurando, assim, ultimar os retoques da montagem do ataque...

O pessoal já estava a postos, o material, porém, ainda em parte a caminho...

Inopinadamente, poucos minutos antes das 6 horas da manhã, rompendo o agourento silêncio que envolvia a região, tremendo bombardeio de artilharia desabou nas posições inimigas de Mte. Belvedere. Aquela sangrentas mensagens, saindo das bocas de vorazes canhões, cruzaram sibilantes os ares, chocando-se estrondosas e fulgurantes, nas suas pedreiras.

As linhas alemãs acordavam. Extinguiu-se a almejada surpresa.

O 3.º Btl., ultrapassou a base de partida, na linha geral Gambiá-Casa de Guanella, às 6 horas da manhã, com o seguinte dispositivo:

7.ª Cia. (Cap. Arnizaut) à direita, e 9.ª Cia. (Cap. Farah), à esquerda, como escalão de ataque, reforçadas por equipes de basqueiros da Cia. de canhões anti-carros. (Cap. Tercio).

8.ª Cia. (Cap. Amadeu), reserva do Btl., na região de Cá di Berto estava na retaguarda do escalão de ataque, e no eixo de deslocamento do Btl.; Pôsto de Saúde e Pôsto de Comando, do Btl., em Cá di Berto na mesma região estava a base de fogos do Btl., composta por um pelotão de morteiros e dois de metralhadoras calibre .30, em posição para apoiar o ataque, e um pelotão de metralhadoras calibre 50, comandado pelo tenente Silva Reis, pronto para bater as resistências que se revelassem nas encostas de Mazzancana, Fornace e C. di Zolfo (ver croquis).

As ligações do Btl., e dêste com a artilharia de apoio direto, estavam prontas.

Aproveitando a escuridão reinante naquela manhã sangrenta e nebulosa de 12 de dezembro, o escalão de ataque progredia pelos primeiros declives de Mte. Castelo.

Tético e desolado, abrigava em sombrios buracos e grotões, indissíveis inimigos. No seu topo, troncos secos de árvores mutiladas, desarrancadas por balas e estilhaços, se projetavam num céu cinza escuro, com

ações desesperados, da parte ainda mais humana da natureza, suplindo aos céus, o fim daquèle horror engendrado pelo espírito superior homem civilizado...

Mas, clamavam em vão...

Na sua fatalidade de espectadores forçados, sentiam a seus pés, o sangue de sacrifícios, rastejarem invisíveis ambições...

Já ao Norte de Gambaiana, a Cia. Farah, recebia forte barragem morteiros e artilharia, que ia atingir também a Cia. Arnizaut, na ráua de 744-803-779. As granadas ao cairrem no solo, penetravam no terreno fôfo e lamacento, explodindo em seguida. Era uma chuva de ma e estilhaços, sendo porém o seu efeito muito abrandado. A lama, se era um impecilho para tudo, pela primeira vez vinha a nosso favor, defendendo a vida de muitos que deixaram de perecer. Ao próprio Cap. Arnizaut nada aconteceu, ao lhe cair uma granada a 3 metros.

Esta barragem foi sendo ultrapassada com enormes riscos, mas, o P.C. do Btl. era hostilizado por morteiros e canhões de 88 mm

Os primeiros alvores daquela madrugada terrível, iluminaram tanto, os corpos mutilados e sem vida, dos heróicos brasileiros, já deitado estendidos nos lamaçais daquela terra italiana, profanada pelos descos...

As 8 horas, sob a trajetórias dos tiros de morteiros e de artilharia, e causticados pelas rajadas de metralhadoras inimigas, cuja origem não se conseguiu precisar devido à pouca visibilidade causada pelo nevoeiro reinante, o escalão de taque atingiu o 0, (do Btl.) em ordem, com boa moral e ligações mantidas. Durante todo o desenrolar do ataque, as ligações telefônicas e muitos rádios portáteis, destruídos pelas balas inimigas, tiveram de ser renovadas com o lançamento arriscado de novos fios.

A Cia. Amadeu cerrou sobre Le Roncole e Gambaiana, batida pelos morteiros alemães.

E informado o R.I. de ter sido atingido o 1.º objetivo, e ele dá a conhecer que o 2.º Btl. tivera dificuldades na demarragem inicial da base de partida, tendo um dos seus pelotões desgarrado na direção de C. de Viteline, e que Aheatia, e Vale, estavam ocupadas pelo I/11º R.I.!!! Assim disseram da Divisão...

O escalão de ataque, agora submetido aos fogos crescentes do inimigo, pede autorização urgente para continuar o avanço, furtando-se aquela região mortífera. Sem poder contrabatê-las, por ser impossível localizar as armas inimigas, dados o nevoeiro e a distância, estava sendo caçado. A ordem que almeja é-lhe dada!... Pode prosseguir!...

As Cias. Arnizaut e Farah, lançam-se para a frente impetuosamente, e penetram em nova zona completamente batida.

Tiros partidos da frente, dos lados, da retaguarda e de cima, os lhem-nas numa trama de trajetórias de armas diversas. Um G. C. da Cia. Arnizaut, defronta uma casamata de onde rompe o fogo. Ferido na perna, cai um soldado. Não se dá por vencido, e, mesmo deitado, lança uma bala de fuzil na testa do metralhador nazista. Os homens da seu G. C., abrigados nas vizinhanças, se prestam para exterminar mais dois alemães do grupo de tiro inimigo já desfalcado da sua principal figura, quando êstes se rendem. Eram do 1044 Reg. de Granadeiros. Foram evacuados para a retaguarda.

A Cia. Farah, a 100 metros de C. de Zolfo, ficou detida pelos fogos. Do esporão SW. de Castelo, partia um fogo rasante de metralhadoras; da pedreira imediatamente a Leste, um canhão atira; da encosta das nascentes do rio Liberracio, bem no N. outro canhão a alveja; de 780-770, a W. de C. Zolfo, de Fornace, e de Mazancana, metralhadoras matraqueiam; do ar chovem granadas de morteiros e projéteis de artilharia; de grotas, e abrigos individuais, atiradores de escol disparam seus fuzis de luneta.

Impossibilidade de prosseguir!

Já com inúmeras baixas, a Cia. Farah aferra-se ao terreno, cavando rapidamente os "fox-hole". Muitos soldados, permaneciam imóveis debruçados, sobre a terra revolvida...

As tentativas de avançar, protegidos pela artilharia, atirando em Mazancana e Fornace, são inúteis. Nos abrigos, corpos colados aos taludes, ninguém pode levantar a cabeça.

As resistências do C. de Zolfo e 770, não podiam ser batidas pela artilharia ou metralhadoras do Silva Reis, por estarem muito perto de nossas tropas. O tiro sobre Mazancana fôra suspenso em virtude da informação vinda pelo rádio, da artilharia de apôio: "não atirar em Mazancana que já está nas mãos de uma Cia. do IIº R.I. Já houve um sargento ferido pela nossa artilharia".

Mas, de Mazancana continuam a atirar sobre a Cia. Farah!...

A situação da Cia. enviada para o Btl. pelo Ten. Cirne, foi a seguinte:

— "Cia. detida em 718, forte barragem de morteiros, metralhadoras e artilharia; impossível transpô-la devido à profundidade; temos mortos e feridos, aferramo-nos ao terreno, aguardamos ordens."

A Cia. Arnizaut, a W. de C. de Viteline, recebe ajustado e violento fogo partido de cima de Castelo, de 887, e de duas metralhadoras na pedreira a L. de 779.

A metralhadora de 887, enfiando um G. C. da 7., que progredia pelo nevoeiro, quase o dizimou. Não pôde ser reduzida.

A maior dificuldade era a localização das armas inimigas.

Engastadas nas pedreiras, perfeitamente camufladas dentro de igos naturais, ou pequenas dobras do terreno, escondidas atrás das elas das casas, ou por trás dos muros de alguma casamata, atirando flanqueamento e livres da observação do S. para o N., eram praticamente invulneráveis, e invisíveis, naquele acidentado terreno.

Os morteiros, alhures, atrás de Castelo, auxiliados pela artilharia, produziam um fogo regulado e terrível.

A situação do Btl. era difícil.

Tinha conseguido, graças ao nevoeiro, avançar, conquistar e manter custa de esforços inauditos, posições dentro do dispositivo alemão...

Agora, dissipada a bruma, a sua situação tornava-se insustentável. Os homens estavam sendo caçados como animais, dentro de seus próprios abrigos que afloravam o terreno aos pés do inimigo.

O Btl., com suas Cias, detidas sob um fogo intenso, não podia viver. Atirar donde? Como?

Finalmente, recebe ordem do R.I., para retrair-se sobre a linha 18-744-C. de Guanela.

O seu comandante, major Franklin, temendo um contra-ataque alemão, manobra com a reserva.

Lança dois pelotões da Cia. Amadeu, para apoiar o retraimento da Cia. Farah e manter a linha de retraimento, até então desguarnecida. São os pelotões Guinemé e Muniz, que partem sob fogos intensos para 118, e sofrem 3 baixas, e o Siqueira, que se instala a W. de Gambaiana...

Protegidos por eles, o retraimento da Cia. Farah para Gambaiana pode ser feito com mais segurança, não obstante o terreno lamaçento e ingreme, colher novos corpos de infantes que tombam inermes.

Que de páginas de heroísmo, abnegação e sacrifícios foram ali escritas! Se pudessem ser lidas, quantas lágrimas não arrancariam?!

O 3.º sargento José Carlos da Silva, da Cia. Farah, ao ver um dos seus soldados ferido e impossibilitado de receber socorros dos padoleiros, tombado lá atrás e retorcendo-se na lama, não o abandona. Num gesto, no qual se patenteou seu amor aos subordinados e acendrado espírito de sacrifício, num gesto de completa abnegação e solidariedade humana, exclama: "Soldado meu não fica abandonado e ferido aguardando socorro".

Foi buscá-lo.

Mas, trazendo-o nos braços, tombam os dois, mortos por uma granada de morteiro... Foram-se mais dois bravos!

Finalmente, ficou assentado que o primeiro escalão, agora composto pela 7.º, à direita, e 8.º à esquerda, ocuparia a linha Gambaiana-C. de Guanela, enquanto a 9.º iria para Km-12-Le Roncole-628, a fim de se reajustar. Tivera muitas baixas e estava exausta.

Os trabalhos de organização de terreno e montagem do plano de fogos, foram iniciados, e seu andamento se processou rapidamente. Ao escurecer, porém, chega ordem de retraimento geral para a região de Bezgarele. Iniciado êste, a 8.º Cia. ficou cobrindo o flanco do Btl., tendo sob suas ordens as rôdes telefônicas e de rádio, entre os Btis., os pelotões de metralhadoras calibre .30 e .50, e o pelotão de morteiros ainda em posição, e prontos a atender aos seus pedidos de fogo.

O retraimento da 7.º e 9.º processou-se, penoso, pela noite a dentro, sob fogo de inquietação inimigo, através de ladeiras ingremes e escorregadias.

Na manhã de 13, a 8.º e os pelotões de petrechos, também retraíram, aproveitando o nevoeiro reinante.

Por entre a bruma espessa que atapetava as baixadas e se acumulava nas ravinas da "terra de ninguém", progredia uma patrulha de voluntários. Composta pelo Cap. Lídio, Ten. Castro e Silva, e quatro soldados, ia em busca de feridos ou moribundos, que tombaram no retraimento, estando agora à mercê dos alemães. Cinco foram evacuados. Ao tentarem socorrer outros, mais ao Norte, foram recebidos por fogos de metralhadoras, que impediram o prosseguimento da missão humanitária. Perseguidos por granadas e tiros de metralhadoras, retraíram-se, no entanto, sem baixas, a tempo de evitar o cerco de duas patrulhas alemães que lhes saíram ao encalço. Já de volta, a patrulha brasileira passou a agredir as adversárias com o pelotão de morteiros ainda em posição, dispersando-as.

Os componentes desta patrulha foram condecorados.

Em consequência das operações do dia 12, o 3.º Btl. teve as seguintes baixas:

Cias.	Feridos.	Mortos.	Obs.
7.º	21	6	2 feridos não evacuados.
8.º	4	1	—
9.º	11	6	2 feridos não evacuados. Continuaram combatendo.
Total	36	13	= 49.

Enquanto tudo isto se passava com o 3.º Btl., que acontecia com o 2.º Btl. do Sampaio?

Voltemos atrás algumas horas. Apagamos da nossa mente todo o ataque. Penetremos novamente naquela sala, quarto ou cozinha; observamos aqueles civis; sintamos os odores sufocantes daquela misterioso caldeirão. Sentêmo-nos a um canto.

O ataque prossegue.

O Ten. Genito, da 7.ª Cia., foi ferido. Vindo para o Pôsto de Saúde, após receber os curativos necessários, apresentou-se ao Sr. Major Franklin.

Uma rajada de metralhadora, vinda de C. de Viteline, rasgara com três tiros seu capote na altura do ventre, e com um tiro atravessara o capacete cortando-lhe o couro cabeludo. Crêmos que ele nasceu novamente.

Um pouco mais tarde, penetra no P. C., o Cap. Paulo de Carvalho, sub-comandante da 7.ª Cia, com uma bobina de fios telefônicos na mão. Viera refazer a ligação telefônica com o Btl., cortada pelos morteiros. Aproveitou o ensejo, para amarrar, na carta, certas resistências localizadas por ele, e que entravam a progressão de sua Cia. Mas estas não podiam ser batidas, pois na região, havia tropas do 2.º do Sampaio, o Btl. Syseno.

Deste, que tivera dificuldades na demarragem da base de partida, não tínhamos mais notícias.

Vejamos o que houve.

(Continua)

Banco do Estado de São Paulo S. A.

(Banco oficial do Governo do Estado)

Capital realizado : Cr\$ 100.000.000,00

Matriz: S. PAULO — Rua 15 de Novembro n.º 251

Caixa Postal, 789 — End. telegráfico: BANESPA

AGENCIAS :

Amparo — Araçatuba — Atibaia — Avaré — Barretos — Batais — Bauru — Botucatú — Braz (Capital) — Caçapava — Campinas — Campo Grande (Mato Grosso) — Catanduva — Franca — Ibitinga — Itapetininga — Jaboticabal — Jaú — Jundiaí — Limeira — Marília — Mirassol — Novo Horizonte — Olimpia — Ourinhos — Palmital — Pirajuí — Pirassununga — Presidente Prudente — Quatá — Ribeirão Preto — Rio Preto — Santo Anastácio — São Carlos — São Joaquim — São José do Rio Pardo — Santos — Tanabi — Tupan.

Depósitos — Emprestimos — Câmbio — Cobranças — Transferências — Títulos — As melhores taxas — As melhores condições — Serviço rápido e eficiente

Considerações em torno da situação econômica, social e financeira dos militares

PELO CAP. ARY LOPES

1) — O ALTO CUSTO DA VIDA ATUAL:

O momento em que vivemos caracteriza-se por uma elevação do custo de vida de mais de 300% em relação a 1940. Aqueles que têm vencimentos fixos vivem presentemente em situação aflitiva, pois vêm as suas "modestas disponibilidades" serem paulatinamente absorvidas e acham-se premidos por um constante regime de déficits e dívidas.

Sendo esta situação de consequências funestas para a nossa classe, pois cria um ambiente deprimente e que não condiz com a nossa qualidade de oficiais do Exército ou de militares, impõe-se, pois, o emprégo de medidas capazes de contornar a situação descrita.

2) — REFLEXO NA OPINIÃO PÚBLICA:

E' comum ouvir-se no meio civil ou entre pessoas pouco verificadas em relação aos vencimentos percebidos pelos militares, a opinião de que eles são regularmente pagos pelo poder público. Em geral há um completo desconhecimento, fora do meio militar, daquilo que se relaciona direta ou indiretamente com as Classes Armadas. Esta circunstância de suporem ser os militares muito bem pagos leva em geral os comerciantes a exigirem deles preços mais elevados pelas utilidades. O que acontece em particular com os militares, tem reflexos na apresentação de contas de aquisições feitas pelas próprias Unidades Militares, que são sempre grandemente majoradas.

3) — ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS MILITARES E SUAS FAMÍLIAS:

Vez por outra, deparamo-nos com dolorosas ocorrências afetando a dignidade e a integridade de alguns dos militares que, menos

avisados e mais fracos, não têm tido a suficiente coragem para suportar o regime de privações que infelizmente muitas vezes são obrigados a encarar.

A família dos militares, esta, é sempre a mais prejudicada. Falta de assistência à espôsa e aos filhos, os quais nem sempre podem acompanhar o chefe nas transferências e mudanças de sede, tem sido causa de incidentes dolorosos e de repercussões graves no seio da própria corporação.

Nesta parte, fatores vários influem de modo categórico nas relações que devem nortear a vida dos militares, como passo a expor:

a) — Embora sejam diferentes os encargos de cada indivíduo, o critério na distribuição dos proventos é feito de um modo geral, não encarando por isso casos particulares pessoais. Assim o caso dos militares casados é nivelado ao dos solteiros, isto é, proventos e vantagens iguais para encargos diferentes, mormente quando do casamento existem filhos.

b) — O Estado procurou resolver a questão estimulando a constituição de famílias, para o que creou o impôsto do celibato. Entretanto o impôsto a ser cobrado é muito menor que a despesa que o indivíduo teria com a manutenção da espôsa e dos filhos. Daí, preferir continuar solteiro, pagar o impôsto, não tomando estado.

c) — Em geral, os oficiais do Exército e das demais corporações militares casam no meio em que vivem, ou então, nos meios de padrão mais elevado, o que é em tudo aconselhável. Todavia, esta predisposição leva, como é natural, o candidato a fazer despesas maiores que os seus proventos permitem na oportunidade, e dessa circunstância surge o desequilíbrio. Não havendo aumento do proveniente percebido, a situação cada vez mais se agrava e daí surgiem as necessidades dos empréstimos, os quais ainda mais diminuem os recursos, agravando mais o problema pessoal.

d) — Nas transferências aparecem os problemas de "impedimenta". Dispendiosa é a tarefa de preparar e encaixotar os móveis e utensílios para despacho nas estradas de ferro e navios. A venda deles na localidade de onde o militar se afasta, não produz nem a quinta parte do que custaram inicialmente, mas se isto preferir por qualquer motivo, sua nova aquisição na localidade de chegada fica por preços afortunados. Porém a necessidade de aquisição é inadiável, e ele a faz pelo sistema de compra a prestações, e cada vez mais endividado vai ficando sem solução o seu problema pessoal, que é o de todos.

e) — O problema das transferências dos filhos matriculados nos Estabelecimentos de Ensino vai influir decisivamente na educação e na formação da família, porque a padronização é inexistente, achando-se a miude, filhos de militares em idade académica, nos bancos ginásiais.

Neste ponto o problema do colégio para os filhos dos militares poderia ser facilmente resolvido, tal como sucedeu ou vem sucedendo com os filhos dos profissionais da indústria, comércio e outros, no Rio de Janeiro, quando o S.E.N.A.I. adquiriu alguns colégios e os transformou de acordo com os desejos dos profissionais interessados. Esta solução tem caráter interessante, pois o exemplo aqui citado tem a vantagem de poder abranger os estudantes de ambos os sexos, e seria altamente recomendável na formação da família militar; assim como os atuais Colégios Militares e Escolas Preparatórias de Cadetes, realizariam o trabalho do selecionamento para os candidatos à profissão militar.

f) — Somos os únicos responsáveis por tudo de que carecemos, pois não é crível que numa organização como a nossa, contando em seu seio com homens cultos, muitos de projeção internacional, vivamos com estas dificuldades, que outras classes resolveram a contento e sem os recursos de que dispomos.

g) — A par desses surgem outros problemas:

1 — *Casa para alugar*:

Dificuldade quase incrível para obtenção de uma casa para morar nas grandes cidades, tem obrigado o militar a hospedar-se em hotéis, com sua família. Eles, em geral, são caríssimos e os vencimentos dos militares não lhes permitem senão se alojarem em casas medianas, o que de forma alguma pode recomendá-los diante da representação que têm. A falta de casas nas sedes de Guarnições, obriga a que os militares deixem suas bagagens nos "guarda-móveis", os quais lhes cobram aluguéis exorbitantes, já que não há lei que os possa contrariar.

2 — *Nas viagens*:

a) — As diárias de valores pequenos não permitem a procura de hotéis mais indicados e os de 2.ª categoria não condizem com a apresentação.

b) — As ajudas de custo não permitem sequer a despesa completa do engravidamento dos utensílios na partida, e por isto não deixam nenhuma reserva para o militar na sua nova instalação, onde muitos encargos novos surgem.

c) — Muitas são as Unidades onde os oficiais não podem dispor nem de viaturas para o transporte de suas bagagens, por não possuirem elas um serviço de embarque e desembarque organizado. Recorrem, por isto, aos particulares, e mais desfalcados ainda ficam em suas disponibilidades.

3 — *Uniformes e transportes*:

Além do problema da casa, concorrem com ele, para não menor gravame, o dos uniformes e dos transportes:

a) — Os preços dos uniformes se acham grandemente elevados, do mesmo modo que acontece com as outras utilidades. Obrigados

a desgastes constantes de seus uniformes, os militares se vêem em dificuldade, quando têm de adquirir outros. O abono de fardamento, concessão periódica, por exemplo de 3 em 3 anos, de forma gratuita ou mesmo para desconto em maior número de prestações, certo viria minorar a situação daqueles que precisam andar sempre bem postos em seus uniformes, considerando que o órgão provedor onde todos deveriam se suprir por preços excepcionais, não está aparelhado e nem tem departamentos filiais nas guarnições, que possam atender às necessidades da classe.

b — O caso dos transportes é o mais sério. Em primeiro lugar, há absoluta necessidade de que em cada unidade exista um veículo para o transporte coletivo dos oficiais, de casal para o quartel e vice-versa. (*).

As viagens sempre dão prejuízos e o deslocamento obrigatório é quase uma punição. Uma arma perigosa portanto...

Quanto ao transporte para representação, está claro que a Unidade terá sempre que fornecer, e gratuitamente, ao oficial.

Todas as formas para melhorar a situação económica dos oficiais das Classes Armadas deverão ser tentadas, afim de que lhes seja possível ficar em condições de gozar um clima de tranquilidade e a produção ser excelente. Não é demais pensar que cada um cogite até de comprar o seu próprio veículo, desde que facilidades lhes sejam proporcionadas. É bem deprimente e deslustrante ver um camarada em uniforme cinza, dependurado num estribo de bonde, às vezes sujeito a chacotas ou desastres.

4 — Outras observações, os camaradas poderão acrescentar uma vez que não foi esgotado o assunto.

SUGESTÃO

Após ter meditado longamente sobre estes motivos, cheguei à conclusão que o problema dos militares não é o único e nem pode ser resolvido de modo diferente porque foram resolvidos os problemas dos exercentes das outras Classes. Todos aqueles que exercem suas atividades económicas ou profissionais no País, dispõem, hoje, para defesa de seus interesses, de entidades com vida económica autônoma e patrimônio próprio.

Estas entidades são os Institutos de Aposentadorias e Pensões ou de Assistência e Pensões e também, de certo modo, as Cooperativas de Classe.

O problema dos militares também se equaciona em moldes semelhantes aos civis das outras classes e, portanto, a solução tem que

(*) — N. da R. — E sobretudo no caso dos estabelecimentos de ensino, onde o oficial é, muitas vezes, matriculado compulsoriamente.

emelhante à que êles adotaram, isto é, organização do nosso
uto, tal como tenho a honra de sugerir. (*).

TITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS MILITARES

I — FINALIDADE:

O Instituto de Previdência e Assistência Social dos Militares, por finalidade prestar aos Militares seus associados, completa
gura assistência, que compreenderia:

1 — Pensão mensal:

- a) — Pensão obrigatória aos militares, de acordo com o ajuste
contrato feito, para pagamento mensal de uma importância mí-
a de uma taxa, que garantisse uma pensão mensal igual a 2/3
vencimento que o militar teria na ativa ou 1,5 desse vencimento,
eita a reajustamento de 5 em 5 anos, segundo o padrão de
cimento.
- b) — Regras de extinção e reversão vigentes nas disposições
ais seriam obedecidas.

c) — Aos que se reformassem por incapacidade física, seria
egurada uma pensão mensal, além dos proventos que recebesse
ormalmente, resultantes da reforma, vantagem essa que cessaria
n a morte do beneficiário, restando à sua família apenas a pensão
litar.

2 — Aquisição de casa própria

3 — Auxílio-enfermidade

4 — Assistência hospitalar nas localidades onde não houvesse hospitais militares.

5 — Seguro-velhice ou seguro-invalides.

6 — Empréstimos mediante consignação em folha de pagamento a juros baixos e longos prazos

7 — Fiança para locação de prédios

8 — Assistência judiciária

9 — Outros benefícios.

II — RECURSOS:

O I.P.A.S.M., inicialmente, contaria com os seguintes recursos:
a) — Doação, por parte do Governo, de determinada impor-
tância, do mesmo modo como procedeu com os Institutos atualmente

(*) — N. da R. — Quanto à Cooperativa de Classe, em parte já existe,
e outra não é senão a Cooperativa "A Defesa Nacional".

em funcionamento, tais como os dos Bancários, Comerciários, Industriários, etc.

b) — Empréstimo, por parte do Governo, para auxílio do primeiro funcionamento, e para ser pago, sem juros, a prazo longo, depois de 10 anos, a fim de atender aos prontos pagamentos.

c) — As contribuições mensais de todos os contribuintes obrigatórios, pertencentes às Classes Armadas.

III — DOS BENEFÍCIOS:

A — Pensão mensal:

A organização do Instituto teria, de inicio, o mérito de aliviar o Orçamento da República, pois a él caberia os encargos com a manutenção das pensões que desse modo não mais constituiriam despesas para o Tesouro Nacional.

Sobre a possibilidade de êxito dessa empréssia, nada se poderia objetar, pois que nos demais Institutos, mesmo com móidas contribuições de seus associados e pequeno tempo de existência deles, os resultados são mais que animadores:

Primeiro: porque embora sejam relativamente menores que a do atual Montepio Militar, as contribuições dos associados dão lugar a pensões *relativamente maiores*.

Segundo: porque, tendo-se em vista que cada dia que passa mais se agrava o problema do nível de vida, não podem desaparecer por muito tempo ainda as modestas pensões que os militares deixam, agora, para as suas famílias. Neste particular, é de ver-se que, enquanto são vivos e dispõem da totalidade de seus vencimentos é difícil aos militares manterem as suas famílias, essas dificuldades serão muito maiores quando morrerem os respectivos chefes e as famílias fôrem obrigadas a se manterem com uma terça parte daquilo que seus chefes em vida ganhavam.

Sómente pela criação de um novo Órgão, já estruturado nas bases da moderna forma de prestação de auxílios, poderia se encontrar ao abrigo das dificuldades futuras, a família do militar.

E isto não poderá ser conseguido com a atual forma de Montepio, visto que a sua constituição não permite o desenvolvimento e movimentação do capital para auferir lucros razoáveis ou outros lucros de quaisquer espécies, representando a sua atual organização um capital parado e fora da circulação.

Assim, dentro do Instituto que seria criado, a prestação da pensão seria feita tendo em vista a contribuição do associado, suas possibilidades econômicas (pôdendo constituir maior ou menor pensão), sua condição de vida e a sua prole.

B — *Aquisição de Casa Própria:*

a) — A Caixa de Construção de Casas do Pessoal do Ministério da Guerra, embora obedecendo a notável intuito e dispendo bem feita e criteriosa estruturação, não resolveu, apesar disso, nem poderia resolver, o problema da aquisição de casas para os militares do Exército. Isto aconteceu, porque, não teve e nem tem os capazes de satisfazer ao mínimo de suas obrigações. Além disso, sendo facultativa a entrada para o número de seus associados, o que se verificou foi que a mesma não contou e nem conta em seu quadro com um número equivalente a um quarto dos Oficiais do Exército.

b) — Uma instituição organizada em novas bases, mais liberal e seu contencioso, que mantivesse uma forma obrigatória de admitir todos os militares de todas as graduações ou postos, teria mais amplos recursos e poderia contemplar todos os associados, adquirindo casas para eles, em qualquer parte do Território Nacional, que lhes aprovasse. Isto é absolutamente possível, tal como acontece com o Instituto Nacional de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e mais proximamente com os Institutos dos Comerciários, Bancários, Industriários, etc. e também da Fórmula Paliçal do Estado de Minas Gerais, cujo sistema de benefícios, inclusive o da pensão, é de molde a recomendar-se pela boa forma como é constituído.

c) — O sistema da aquisição de casas seria o comum de hipoteca, juros menores que os usuais, prazos de 25 anos, como no I.P.A.S.E., ou financiamentos, ou mesmo construção, etc., contanto que não se tivesse por norma estabelecer os juros cobrados pelo artifício da Tabela Price, de vez que o sistema conhecido onera o aquisitor de tal maneira que encarece o imóvel em mais de 33%, nos prazos de 10 a 15 anos.

d) — Com facilidade de obtenção de suas casas, todos os militares seriam beneficiados e:

1 — não ficariam sujeitos a residir em hotéis caríssimos, com seus móveis guardados a tanto por metro cúbico.

2 — Suas famílias poderiam sempre acompanhá-los porque se pressupõe que a saída de um corresponde à entrada de outro.

3 — O militar transferido, poderia locar a sua casa a outro militar que ainda não dispusesse de imóvel, mediante desconto em folha.

4 — Caberia às delegacias ou agências do Instituto cuidar da casa que nas condições da alínea anterior estivesse alugada a terceiro, ou que se achasse desocupada, mediante uma taxa razoável.

C — AUXILIO-ENFERMIDADE:

a) — Na maioria das Guarnições Militares do País, não existem médicos para todas as especialidades. Por isto os militares têm que recorrer aos médicos civis das localidades.

b) — Nem sempre podem os militares dispor de recursos para custear tratamentos, emprêgo de radioterapia, etc..

c) — Quase sempre vivem em dificuldades para solucionar os problemas correntes. Quando surgem as doenças súbitas, as operações inadiáveis na família, esse problema é sobremaneira agravado.

Solução: empréstimo — quer dizer, mais dívidas.

d) — O Auxílio-Enfermidade, tal como o prestam os demais Institutos, viria facilitar a vida dos militares que se encontrassem nas condições descritas, pois o I.P.A.S.M., pelas suas delegacias ou agências, lhes prestaria o auxílio de que carecem.

Neste particular ainda se teria a lucrar com o estabelecimento de novos benefícios, tais como:

- 1 — Auxílio-maternidade.
- 2 — Assistência médica.
- 3 — Assistência farmacêutica.
- 4 — Assistência dentária.

D — ASSISTÊNCIA HOSPITALAR:

Os militares que já precisaram de submeter-se a intervenções cirúrgicas, ou careceram desses recursos para pessoas de suas famílias, conhecem bem as dificuldades que surgem nessas ocasiões.

a) — dificuldades para obterem um hospital condigno e a preços possíveis às suas finanças;

b) — dificuldades para obterem os recursos monetários de que necessitam, então, para fazer frente às despesas com médico, casa de saúde, tratamento, etc..

As diárias das Casas de Saúde custam uma fortuna. O tratamento é dispendioso, os honorários médicos excessivos. Numa simples operação de apêndicite, são dispendidos muitos milhares de cruzeiros.

Na maioria das Guarnições Militares não existem Hospitais Militares, e mesmo que houvesse, a família não é contemplada neste benefício, ficando assim sempre dependentes das organizações civis e exposta, como acima ficou dito, às dificuldades. No entanto, mediante acordo, poderiam ser utilizados os Hospitais Militares e, se não os houvesse, os civis, mediante pagamento pelas delegacias ou agências. Este problema, que é crucial para os militares que não dispõem de fortuna e que vivem apenas de seus proventos, é facilmente resolvido pelos diversos exercentes das diversas profissões, atualmente. Os Co-

ários, Bancários, Industriários, etc., dispõem, em Belo Horizonte, dos melhores e mais caros hospitais para tratamento, por conta respectivos Institutos.

C — SEGURO-VELHICE OU SEGURO-INVALIDEZ:

Nos Estados Unidos da América do Norte, esta forma de benefício tem interessado até mesmo os que dispõem de fortuna. Realmente, para aqueles que se afastaram das atividades da profissão, é mais alto interesse contar, em momento de inatividade, com recursos extra, no inopinado de situações difíceis.

F — EMPRÉSTIMOS MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA:

a) — Em geral, todos os militares têm os seus vencimentos vados com as consignações mensais, resultantes de empréstimos rápidos, que lhes levam, nos juros e nas moras, todas as pequenas rivas que poderiam ainda subsistir.

b) — Em primeiro lugar, caberia, ao I.P.A.S.M. pagar todas as dívidas dos associados e passar estas dívidas para uma Carteira própria de empréstimos, que viria criar.

c) — Seriam alongados os prazos, diminuídos os juros, os quais seriam ser de 1/4% ou 1/2% ao mês, dispensadas sempre as moras, facilitada, aos associados, a obtenção de outros empréstimos que ssem precisar, por motivos de justificada necessidade.

G — FIANÇA PARA LOCAÇÃO DE CASAS:

a) — Em geral, os proprietários de casas para alugar exigem fiança de comerciantes, depósitos, pagamentos adiantados, etc. (O A.E. garante o pagamento, e não o contrato).

b) — O I.P.A.S.M. resolveria a prestação dessas exigências, por meio de suas delegacias ou agências, como procede o I.P.A.S.E.

c) — Este benefício justificaria, só por ele, a instalação de agências do I.P.A.S.M. em todas as cidades onde houvesse uma Guarda Militar.

H — ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA:

Todos os Institutos benéficos profissionais mantêm um serviço de Assistência Judiciária para seus associados. Não poderia, pois, sem fortes razões, ser excluída a prestação desse benefício aos militares.

I — OUTROS BENEFÍCIOS:

a) — Muitos outros poderia prestar a seus associados of I.P.A. S.M. e entre eles:

1 — Aquisição de automóveis, com facilidade de pagamento e a preço baixo, por meio da importação, eliminando o intermediário.

2 — Aquisição de rádio, de geladeira, de máquina de costura, e outros artigos de conforto e utilidade, tão necessários à vida.

b) — Manutenção de associados, ainda que por financiamento, em estações termais, climatéricas ou à beira mar, em casos de convalecência ou recreio. Para muitos, as férias nem um significado têm, pois não podem nem se locomover para uma estação de descanso, praia ou serra, porque não dispõem de recursos.

As férias foram instituídas para não prejudicar a produção nas épocas de trabalho.

c) — Empréstimos para aquisição dos uniformes, dos trajes civis, roupas para senhoras e filhos, Colégios para os filhos, etc.

d) — Porque não pensar também em viagens de turismo, fora do País, como fazem companhias especializadas nessa forma de comércio? (*)

IV — CONCLUSÃO:

1) — CONSIDERAÇÕES GERAIS.

Todas as classes trabalhadoras do País estão auferindo benefícios que as modernas leis sociais vieram conceder. Até mesmo o Salário-Família, para os Servidores Públicos e o Abono-Família para os Brasileiros que contam com família numerosa, constituem já conquistas firmadas na legislação social do Brasil.

Entretanto, para os militares ainda não foi possível estabelecer-se o Salário-Família. Todavia, muitos são os que possuem famílias bem grandes, cuja manutenção já lhes está sendo difícil na hora presente.

Ocorre ainda notar que ninguém mais necessita desses auxílios do Estado que os militares. Estes, sujeitos às transferências da Movimentação de Quadros, se vêem na contingência, muitas vezes, de não poderem se fazer acompanhar de suas famílias e os recursos não lhes sobram, com que lhes garantir a subsistência condigna.

Se na guerra o perigo está mais próximo dos militares, mesmo nestes modernos tempos de guerra total, diferente tem sido o tratamento que lhes tem sido dado. Os funcionários civis, menos sujeitos a transferências e remoções, podendo servir lotados numa mesma repartição enquanto bem quizerem, já contam com este amparo e auxílio.

(*) — O Exército norte-americano oferece a seus Oficiais, mesmo em tempos normais, grandes facilidades para viagens ao estrangeiro durante as férias. Só podem advir disso vantagens para a instituição.

que lhes dá o Estado, na preocupação de garantir e prevenir os seus anseios e reivindicações.

Eis porque, sem onerar o Estado, sem sacrificar ou pesar mais no Orçamento do País, julgo poderem ser resolvidos os problemas prementes dos militares, creando-se e instalando-se o seu próprio Instituto.

2 — SUGESTÃO.

Na hipótese de que seja o assunto objeto de exame por parte das autoridades competentes, o signatário apresentará à Comissão que for designada para estudar a proposição — se isto lhe for permitido e ordenado — uma sugestão contendo os elementos necessários à confecção dos ante-projetos do Decreto que crearia o Instituto e o seu Regulamento.

DAS FONTES DE RECEITA

Art. 4º — A receita do Instituto constituir-se-á pelas contribuições e rendas seguintes: —

a) — uma contribuição mensal correspondente a um dia do sólido ou remuneração ou provento dos vencimentos do associado.

b) — 1/2 dia do provento da pensionista, até final extinção da pensão.

c) — rendimentos produzidos pela aplicação de fundos do Instituto.

d) — doações e legados feitos ao Instituto.

e) — reversão de qualquer importância, em virtude de prescrição.

f) — rendas eventuais do Instituto, tais como: —

1 — perda de vencimentos de oficiais e praças, por motivo de prisão correccional.

2 — diferença de vencimentos de praças e resultantes de rebaixamento temporário de posto, por faltas disciplinares.

3 — saldo de vencimentos deixados por desertores.

4 — saldo de vencimentos não reclamados dentro de 6 meses.

5 — saldo de vencimentos de praças expulsos, dentro do mês e até à véspera do dia da expulsão.

g) — Taxa de expediente relativa à expedição de títulos de pensão e outros.

h) — Taxa de 0,3% cobrada nas contas pagas pelos Ministérios militares, nos valores acima de Cr\$ 100,00, mesmo em fração, em todas as aquisições que fizerem, por qualquer forma ou natureza, inclusive nas contas de fornecimento de água, luz, telefone e outros de concessão do serviço público.

(Extraído do Regulamento da Lei que crearia o Instituto).

CAP. ARY

Art. 2 — São obrigatoriamente associados do Instituto, e, caráter, contribuintes: —

a) — Os militares de quaisquer postos ou graduações a discriminados: —

- 1 — Os oficiais da ativa ou da reserva remunerada.
- 2 — Os aspirantes a oficiais e os guardas-marinhas.
- 3 — Os sub-oficiais da Aeronáutica e Marinha e sub-tenente do Exército.
- 4 — Os cadetes e os aspirantes, do último ano das escolas de formação de oficiais, militares e de aeronáutica.
- b) — Os ministros do Supremo Tribunal Militar.
- c) — Os membros da Justiça Militar e seus auxiliares.
- d) — Os atuais funcionários dos Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica, que sejam contribuintes do Montepio Militar.
- e) — As pensionistas do Montepio Militar de qualquer dos Ministérios Militares.
- f) — As atuais pensionistas de outros Ministérios e últimos funcionários que tenham pertencido ou que pertençam ao Montepio Civil, já extinto.

(Extraído do Regulamento da Lei que crearia o Instituto).

CAP. ARY

Alguns dados sobre a metralhadora pesada Hotchkiss modelo brasileiro 1914 e sobre o reparo-tripé Hotchkiss modelo 1946

Capitão de Reserva de 2.ª classe do Exército Brasileiro, Arma de Infantaria, *SYLVIO DO VALE AMARAL*, diplomado pelos Cursos A (Formação) e B (Aperfeiçoamento) do C.P.O.R. da 1.ª Região Militar e ex-instrutor auxiliar desse estabelecimento de ensino.

1) — Metralhadora

	Metros
A) — Largura máxima, isto é, tomada sobre o defletor, incluindo a alavanca de manejo	0,110
B) — Altura mínima, isto é, junto ao punho	0,110
C) — Altura com a alça de mira incluída	0,130
D) — Altura com a guarnição incluída	0,195
E) — Comprimento total, isto é, da boca ao punho	1,260
F) — Comprimento da boca ao meio de um munhão	0,720
G) — Comprimento do meio de um munhão ao punho	0,550
H) — Comprimento de cada munhão	0,020
I) — Comprimento da extremidade de um munhão à extremidade do outro munhão	0,125
J) — Diâmetro de cada munhão	0,002
K) — Folga de cada munhão na respetiva munhoneira	0,008
L) — Comprimento de cada falso-munhão (II)	0,002
M) — Comprimento da extremidade de um falso-munhão (II) à extremidade de outro falso-munhão (II)	0,080
N) — Diâmetro de cada falso-munhão (II)	0,035

2) — Reparo (forqueta)

A) — Altura máxima, isto é, com as munhoneiras incluídas	0,140
B) — Altura mínima, isto é, com munhoneiras excluídas	0,095
C) — Distância entre a metralhadora e a porca do espião	0,017
D) — Distância entre os braços, isto é, tomada logo acima da porca do espião	0,087

E) — Grossura de cada braço, isto é, tomada à meia altura de cada braço	0,015
F) — Largura máxima de cada braço, isto é, junto ao corpo do suporte giratório	0,035
G) — Largura mínima de cada braço, isto é, junto à munhoneira	0,025
H) — Altura de cada munhoneira	0,045
I) — Grossura de cada munhoneira	0,030
J) — Profundidade de cada munhoneira	0,002
K) — Altura de cada sobre-munhoneira	0,010
L) — Grossura de cada sobre-munhoneira	0,028
M) — Largura de cada sobre-munhoneira	0,034
N) — Rebaixo de cada sobre-munhoneira	0,005
O) — Ranhura de cada sobre-munhoneira, isto é, local onde ela trabalha	0,004

O B S E R V A Ç O E S

(I)

Quando procedímos aos estudos preliminares do "REPARO ANTI-AÉREO S. V. A. MODELO BRASILEIRO 1936", de nossa invenção, patenteado sob n.º 25.292, em 15 de fevereiro de 1938, houve necessidade absoluta de tomarmos um grande número de medidas, quer da metralhadora Hotchkiss modelo brasileiro 1914, quer do respectivo reparo, pois, nenhum publicação continha tais dados.

Foram êles por nós extraídos do material em questão, sem auxílio de instrumentos apropriados, sendo de esperar, em consequência, estejam sofivelmente aproximados da realidade.

(II)

Falso-munhão é um neologismo por nós criado para significar a parte mais grossa de cada munhão.

GRANADAS FRANCESAS (I) (II)

Capitão da Reserva de 2.ª Classe do Exército Brasileiro, Arma de Infantaria, *SYLVIO DO VALE AMARAL*, diplomado pelos Cursos *A* (Formação e *B* (Aperfeiçoamento) do C.P.O.R. da 1.ª Região Militar e ex-instrutor auxiliar dêsse estabelecimento de ensino. Estagiário do Batalhão de Guardas.

1) — Explosivas	a) — ofensivas — O.P. modelo 1915	<p>A) — C. P. (Chirón (III) PousP) modelo</p> <p>B) — P. 1 modelo 1915</p>	<p>a) — de guerra — cár cimento-ámuada clara b) — de testim — cár preto e brilh c) — de maneo — não existe</p> <p>a) — de guerra — cár cimento-ámuada clara b) — de testim — não existe c) — de maneo — não existe</p>
	b) — defensivas	<p>A) — Modo 1916</p>	<p>a) — de guerra — cár cimento-ámuada clara b) — de testim — não existe c) — de maneo — não existe</p>
	c) — Suicidas	<p>A) — AB modelo 1916</p>	<p>a) — de guerra — cár cimento-ámuada clara b) — de testim — não existe c) — de maneo — não existe</p>
Do resto	3) — Suicidas-fumígenas	<p>A) — Modo 1918</p>	<p>a) — de guerra — cár cimento-ámuada clara b) — de testim — não existe c) — de maneo — não existe</p>
	4) — Incendiárias	<p>(a) — de guerra — cár cimento-ámuada clara b) — de testim — não existe c) — de maneo — não existe</p>	<p>falsa circular azul sobre óptica duas faixas cintilantes, um azul e outra vermelha, a bar a césia (modelo 19</p>
Do resto (IV 1) — Todas defensivas	A) — V.D. (Vivaz Brasileiro) modelo 1916		<p>falsa circular vermelha a césia</p>

O B S E R V A Ç Õ E S

(I)

Na elaboração do presente trabalho, foram compulsadas, entre outras, as seguintes publicações:

A) — **MANUAL DO GRANADEIRO** — Capitão José Faustino Filho — Rio de Janeiro, edição de 1924.

B) — **INSTRUCTION DU 1er. JANVIER 1923 SUR LES GRENADES A L'USAGE DES TROUPES DE TOUTES ARMES** — Ministère de la Guerre — Infanterie-Artillerie — Paris — Charles Lavauzelle & Cie.; édition de 1929.

C) — **INSTRUCTION DU 1er. JANVIER 1923 SUR LES GRENADES A L'USAGE DES TROUPES DE TOUTES ARMES** — Ministère de la Guerre — Infanterie-Artillerie — Paris — Charles Lavauzelle & Cie.; édition de 1935.

D) — **PRÉCIS DE TIR & ARMEMENT DE L'INFANTERIE** — Lieutenant-Colonel G. Paillé; Paris, L. Fournier et Cie. 14.^e édition, 1939.

E) — **REVISTAS DIVERSAS.**

(II)

Vide os trabalhos do autor destas linhas, intitulados:

A) — **CLASSIFICAÇÃO E ALGUMAS NOTAS INTERESSANTES RELATIVAS AS GRANADAS DE BOCAL** — Anuário Militar do Brasil, ano IX, 1942, n.^o 9.

B) — **CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS GRANADAS.**

(III)

C. F. são as iniciais das palavras Citron Foug, pois essa granada, cuja forma era semelhante a de um limão (citron, em francês), fabricava-se na cidade francesa Foug.

Mesmo antes da última guerra, já não mais era manufaturada; os respectivos aprovisionamentos estavam muito reduzidos e tinham deixado de figurar nos lotes de mobilização.

(IV)

O autor destas linhas julga que, entre as denominações — "granada de fusil" e "granada de bocal" —, embora a primeira seja frequentemente aceita, a segunda é mais apropriada, porquanto se executa o respectivo lançamento com o bocal aplicado, quer ao fuzil, quer ao mosquetão.

É interessante lembrar que no Exército Francês recomenda-se para isso, o emprego de armas possuidoras de coronhas muito robustas, de preferência com duas peças, tais os fuzis modelos 1886-1893, 1886-R, 1935 (esse último, aliás, é um verdadeiro mosquetão; a letra R. é a abreviação da palavra "raccourci" ou seja, "encurtado") e 1936.

Exclui-se o mosquetão modelo 1892, mais fraco do que o 1916, isso em consequência daquele não possuir ressalto de transmissão do recuo ("tenon de recul") na parte inferior da caixa da culatra, sendo o recuo transmitido ao coice só por intermédio da pequena superfície do duplo talão de recuo ("double talon de recul").

De qualquer forma, porém, até há pouco tempo, todos os granadeiros atiradores, denominados "grenadiers V.B.", eram uniformemente armados com o fuzil modelo 1886-1893.

sta a gloria que fica, eleva,
nra e consola»—Machado de Assis

“A Defesa Nacional”, associando-se às justas homenagens prestadas aos heroicos irmãos da Fôrça Expedicionária Brasileira, por ocasião do 1.º aniversário da tomada de MONTE CASTELO, sente-se orgulhosa em fazer eco, em suas páginas, das palavras, cheias de fé e de orgulho americanista, do brilhante camarada de armas do glorioso Exército do Chile, nosso histórico amigo. Glória, pois, aos heróis sacrificados, e as saudações de “A Defesa Nacional” aos guerreiros vitoriosos de que tanto esperam ainda a Pátria e a América, na preservação de suas liberdades e segurança. Que esse espírito de decisão e bravura possa inspirar os homens de Bôa Vontade na tremenda batalha que se trava pela paz do Mundo — são os votos de “A Defesa”.

O EXÉRCITO DO BRASIL NA EUROPA

Pelo Tenente-Coronel P. Barrientos Gutiérrez, Chefe da Secção Histórica do Estado-Maior Geral do Exército do Chile. (Tradução do “Anexo Histórico del Memorial del Ejército de Chile”, de outubro de 1945).

Dentro em pouco se comemorará o terceiro aniversário do dia em que o Brasil se incorporou ao esforço dos Aliados, colaborando ativamente na guerra contra o Eixo com a ressaca da Fôrça Expedicionária, comandada pelo General Mascarenhas de Moraes, primeiras fôrças sul-americanas que combateram na Europa desde que o mundo é mundo.

A entrada das fôrças brasileiras na guerra, ocorrida a 22 de agosto de 1941, marca uma data memorável na histó-

ria das nações americanas. E sua ação conjunta com o V.^o Exército do Tenente-General Mark Clark, na Itália, é um símbolo da íntima união das Américas saxônica e latina.

São recentes as declarações altamente encomiásticas e justas que fizeram numerosos estadistas de todo o mundo, e os representantes diplomáticos das nações amigas do Brasil, sobre o esforço de guerra realizado por esta República ao mandar seus melhores filhos misturarem o sangue generoso com o que se vertia em campos europeus, em comunhão de sacrifício com as nações aliadas.

Disse Winston Churchill, em histórico documento dirigido ao Chefe do Governo Brasileiro: "Neste dia, senhor Presidente, em que vossa República celebra com orgulho sua tradição militar, envio-vos esta mensagem de admiração pela firmeza e solicitude com que vossas magníficas forças, que tive a honra de passar em revista, trabalham pela libertação da Itália. Estou certo de que elas manterão as elevadas tradições do Brasil e tomarão parte saliente na luta contra as forças do mal".

Eram então passados dois anos de colaboração ativa, no continente europeu, das armas brasileiras. Em numerosas ações de guerra estas bravas tropas americanas haviam demonstrado seu valor irresistível: a transposição do rio *Arno*, tenazmente defendido pelos alemães, foi levada a cabo vitoriosamente pelos homens dos Generais Mascarenhas de Moraes e Zenóbio da Costa; em seguida, a entrada em *Pisa*, e a 17 de setembro já os encontramos em ação num importante setor da linha Gótica, lado a lado com norte-americanos, britânicos, sul-africanos e hindus. Proclamou então uma parte oficial do Quartel-General Aliado que "em seu primeiro dia de combate as tropas da Fôrça Expedicionária Brasileira realizaram um avanço de cerca de dois quilômetros e capturaram uma cidade na frente do V^o Exército." Em mensagem enviada no dia 19 pelo General Clark, este reconhece claramente "o valor e a boa direção das forças brasileiras amigas."

No dia 20 de setembro a Fôrça Expedicionária reconquistou *Campole*, em um avanço de 8 quilômetros através de terreno profundamente acidentado e enfiado por alturas dominantes. Ficou assegurada, assim, a posse do pôrto de *Via-ggio* e o importante entroncamento rodoviário de *Cam-le*, assim como a elevação que comandava toda essa zona. A parte oficial do Quartel-General Aliado do dia 20 lia-se: "A Fôrça Expedicionária Brasileira está atacando as posições zistas da linha Gótica, onde as defesas alemãs são as maiores e as mais poderosas de todas que até agora já foram atacadas".

E o Secretário da Guerra norte-americano, Sr. Stimson, declarou: "as tropas brasileiras deram nova prova de sua combatividade".

A 21 de setembro ocupam, de assalto, as posições de *Monte Barco*, *Monte Agudo* e *Camaiore*. A 22 controlam o *Monte Prano*, seis milhas a E. de *Piedra Santa*. Graças às posições conquistadas pelos brasileiros, as demais unidades do Vº Exército podem então utilizar a importante estrada *Lucca-Maiore-Piedra Santa*, verdadeira porta de acesso para novos avanços ao longo do litoral da Ligúria ou pelas alturas que dominam toda aquela região.

A 23 de setembro os brasileiros atacaram o pico mais alto dessa zona, que os alemães mantinham obstinadamente em seu poder, porque lhes assegurava um controle eficiente sobre o campo de batalha. A progressão foi de 13 km em linha reta e deu-lhes ensôjo para capturar numerosos prisioneiros.

A 24 de setembro chegou à Itália o Exmo. Sr. Ministro da Guerra do Governo do Brasil, General Gaspar Dutra, para inspecionar seus bravos soldados em ação. Nesta ocasião declarou ao General Maitland Wilson, Supremo Comandante Aliado no Mediterrâneo, que "as fôrças de meu país permanecerão ao lado de seus aliados até que a vitória final seja obtida" e que era seu propósito que as fôrças de

sua pátria na Europa alcançassem a mais alta eficiência possível, para o que o Brasil não poupará meios nem recursos...

Transcorreu mais de meio ano desde aqueles dias, e novas forças brasileiras reuniram-se às primeiras. Esforços quotidianos, conjugados com os de seus aliados, levaram êsses soldados da América Latina a participar das mais cruas ações de guerra, ações em que conseguiram merecidos lauréis. Honra do Brasil e da América é esta glória brasileira.

Acontecimentos transcendentais estão rematando na Europa a terrível contenda que já se alonga por mais de seis anos. Faz quase três anos que os contingentes de homens e de material de nossa irmã, a grande República do Brasil, combatem na Europa pela mais nobre das causas, honrando a declaração do Ministro das Relações Exteriores, o então Chanceler sr. Osvaldo Aranha: — "O Brasil está inteiramente devotado às Nações Unidas e à posição destas na América. O Brasil não modificará sua atitude no mais insignificante pormenor, em nenhum momento e por nenhum motivo".

A História recolherá suas palavras e verificará o fiel cumprimento que o Governo, o povo e o Exército da Pátria do Duque de Caxias deram à sua palavra e ao desejo veemente de lutar pela grande causa da liberdade. O povo do Chile, amigo tradicional do Brasil, sente-se orgulhoso de seu irmão e espera vê-lo colocado, em todas as ocasiões, no plano superior que merece pelo seu patriotismo e por sua exemplar dignidade na presente contenda mundial.

Abreviaturas militares norte-americanas

Pelo Capitão OTÁVIO ALVES VELHO

Procuramos reunir neste trabalho as principais abreviaturas empregadas nos regulamentos, manuais e outras publicações técnico-profissionais do Exército dos Estados Unidos. Visamos, assim, facilitar, em face de seu avultado número e relativa complexidade, a tarefa dos tradutores, bem como dos Oficiais do nosso Exército e da F.A.B. que têm de consultar aqueles textos.

As 1601 abreviaturas compiladas, a par das 223 notas explicativas dos 5 quadros de organização, parece-nos, suprirão as necessidades na maioria dos casos.

Baseamo-nos em documentos oficiais do Departamento da Guerra, normalmente no FM 20-205 e no "Vademecum" da Escola de Comando e Estado-Maior, procurando seguir, tanto quanto possível, a nomenclatura adotada em nosso país.

E como "errar, humano é", desde já excusamo-nos das falhas ou dúvidas que nos tiverem escapado. Procuraremos removê-las posteriormente, desde que para tanto não nos falte a cooperação dos camaradas, sobretudo a dos que já estagiaram ou combateram ao lado daquele Exército aliado e amigo.

Os números entre parênteses correspondem a notas explicativas que serão publicadas no fim da 2.ª parte.

1.ª PARTE — ABREVIATURAS REGULAMENTARES (1)

- A**
 - a) Exército.
 - b) Ar. Aéreo. Relativo às Fôrças Aéreas.
- A-1**
 - a) Secção do Pessoal, ou 1.ª Secção, do Estado-Maior de uma Unidade ou Fôrça Aérea (5).
 - b) O Chefe dessa Secção. O Ajudante de uma unidade das Fôrças Aéreas.
- A-2**
 - a) Secção de Informações, ou 2.ª Secção, do Estado-Maior de uma Unidade ou Fôrça Aérea (5).
 - b) O Chefe dessa Secção. O Oficial de Informações de uma unidade das Fôrças Aéreas.
- A-3**
 - a) Secção de Operações e Instrução, ou 3.ª Secção, do Estado-Maior de uma Unidade ou Fôrça Aérea (5).
 - b) O Chefe dessa Secção. O Oficial de Operações de uma unidade das Fôrças Aéreas.

A-4	a) Secção de Reaprovisionamento e Material, ou 4.ª Secção, do Estado-Maior de uma Unidade ou Fôrça Aérea (5). b) O Chefe dessa Secção. O Oficial de Reapro- visionamento e Material de uma unidade das Fôrças Aéreas.
AA	Anti-aéreo. Anti-aérea.
AAA	Artilharia anti-aérea.
AAAIS	Serviço de Informações da Artilharia Anti-Aérea.
AA/B	Balão de defesa anti-aérea.
AAF	Forças Aéreas do Exército (2).
AB ou A/B	a) Base Aérea. b) Aero-transportado (3). Comando aero-transportado (40-h).
AB Comd abbrev	a) Abreviatura. b) Abreviado.
Ac	Corpo Aéreo. Quadro de Oficiais Aviadores.
acft	Aeronave.
A Cofs	Assistente do Chefe do Estado-Maior.
actg	Interino.
AD	a) Serviço ativo. b) Depósito da Aeronáutica.
ADC	Ajudante de ordens.
add	Adicional.
adj	Ajudante.
adm	Administrativo. Relativo à administração.
Adm O	Oficial dos Serviços Administrativos (135).
adrm	Aeródromo.
ADTELP	Aviso por teletipo (4).
adv	a) Avanço. Progressão. b) Avançado.
adv gd	Vanguarda.
adv msg con	Centro de transmissões avançado.
AEF	Fôrça Expedicionária Americana.
A Engr Serv	Serviço de Engenharia do Exército.
aero	Aeronáutico.
A Ex Serv	Serviço de Compras do Exército.
AF	Fôrça Aérea (5).
a fld	Campo de aviação. Campo de pouso.
AFWSA	Secretário-Assistente da Guerra para as Fôrças Aéreas.
AG	Ajudante-Geral (6).
Agas	Gasolina de aviação.
AGD	Departamento do Ajudante-Geral (7).
AGF	Fôrças Terrestres do Exército (2).
AGO	Gabinete do Ajudante-Geral (7).
agt	Agente.
AHQ	Quartel-General do Exército (8).
a int	Informação aérea.
A Int Sec	Secção de informações aéreas.
almt	a) Escala, designação, lotação (123-a). b) Consignação (159). c) Autorização. Procuração (9).

	Lotado.	Designado.	Escalado.	Classificado
alot				(123-a).
ALP				Pôsto de coleta de feridos, por ambulância.
alt t				Objetivo eventual. Alvo secundário.
alws				a) Vencimentos.
				b) Etapa.
am				Munição.
amb				Ambulância.
AMC				Pôsto médico do Exército.
amecz				Anti-mecanizado.
med lab				Laboratório médico do Exército.
med serv				Serviço Médico do Exército.
AMP				Lança-minas do Exército (139).
amph				Anfíbio.
mph Comd				Comando Anfíbio (40-c).
amph trk				C. minhão anfíbio.
mph trk Co				Companhia de caminhões anfíbios.
AMPS				Serviço de Lança-Minas do Exército (10).
am tn				Coluna (ou combóio) de munições.
ANC				Corpo (Quadro) de Enfermeiras do Exército.
anl				Animal.
anl-dr				a) Tração animal.
				b) Tracionado por animais. Hipomóvel.
anis				Animais.
ntisub Comd				Comando da Defesa anti-submarino (40-c).
oil				Óleo de aviação.
p				Aeroplano.
P				Perfurante de blindagem (209).
pers				Contra pessoal.
pmt				Designação. Nomeação. Escolha (11).
APO				Agência Postal do Exército.
pp				a) Apreendido.
				b) Apreensão.
				c) Apêndice (12).
approx				Aproximado.
aprt				Aeroporto. Aeródromo.
APS				Serviço Postal do Exército.
apt'd				Designado. Nomeado. Escolhido (11).
APU				Destacamento postal do Exército.
AR				Regulamento do Exército.
ar				Prisão (13).
a/r				A razão de.
ARC				Cruz Vermelha Americana.
armd				Blindado. Couraçado.
armd				Carro blindado.
Armd Comd				Comando da Força Blindada (14).
Armd F				Força Blindada (14).
armr				Armeiro.
ars				Arsenal.
artif				Artifice.
arty				Artilharia.
Arty Brig				Brigada de Artilharia.
arty h				Cavalo de artilharia.
Arty Ln O				Oficial de ligação da Artilharia.

arty surv	Organização topográfica do tiro de Artilharia.
ASC	Comando dos Serviços das Fôrças Aéreas (15).
As contl	Destacamento de controle do Apôlio Aéreo (16).
ASF	Fôrças dos Serviços do Exército (2).
asgd	Incluído (17).
asgmt	Inclusão (17).
ash	Aeronave.
ASN	Número de identificação individual do Exército. (18).
ASP	Ponto de remuniciamento.
A Spt C	Comando de Apôlio Aéreo (19).
A Spt Contl	Controle do Apôlio Aéreo (16).
asst	Assistente.
ASTP	Programa de instrução especializada do Exército.
ASTRP	Programa de instrução especializada da Reserva do Exército.
ASTU	Unidade de instrução especializada do Exército.
ASW	Secretário-Assistente da Guerra.
AT	Anti-carro.
ATC	Comando do Transporte Aéreo.
atchd	Adido.
atk	<p>a) Ataque.</p> <p>b) Atacar.</p>
ATS	Serviço de Transporte do Exército.
atxd	Autorizado. Permitido. Concedido.
AUS	Exército dos Estados Unidos.
AUTGR	Autorização (permissão, licença) concedida (4).
auth	Autoridade.
auto	Automático.
aux	Auxiliar.
avn	Aviação.
AW	<p>a) Código Penal Militar.</p> <p>b) Dispositivos do Código Penal Militar.</p> <p>c) Vigilância do ar.</p> <p>d) Armas automáticas.</p>
AWC	Escola de Guerra do Exército (20).
AW Co	Companhia de Vigilância do Ar.
AWfilling	Mistura de fósforo e de uma solução de boracha em gasolina, empregada em certos tipos de granadas incendiárias.
AWOL	Ausente sem permissão.
AWS	Serviço de Vigilância do Ar.
B & Q	<p>a) Quartelamento.</p> <p>b) Alojamentos e residências (107).</p>
BAR	Fuzil automático "Browning".
bar bln	Balão de barragem.
Bar Bln Bn	Batalhão de Balões de Barragem.
BBC	Bromobenzilcianida.
BBH	Cabeça de praia do Batalhão.
BBTC	Centro de Instrução de Balões de Barragem.
BC	Comandante de Bateria.
bd	Bicicleta.
Be scope	Luneta binocular de Bateria (75).
bd	Limite.

BD Co	Companhia de Depósito-base.
BFM	Manual Básico de Campanha.
bgl	Corneteiro. Clarim (21).
BHQ	Quartel-General de Brigada.
BI	Não pertencente a nenhuma Arma ou Serviço (22).
biv	Pivaque.
bkry	Padaria.
bks	Quartel. Caserna. Aquartelamento. Alojamentos.
BL	Linha de lançamento de bombas (23).
B/L	a) Contrato entre o Governo e uma empresa particular para o transporte de abastecimentos, bagagem, etc. b) Conhecimento (24).
bleach	Pólvora desencobreante.
blkum	Ferreiro.
bin	Balaão.
Bir & Sm Sh Co	Companhia de artífices caldeireiros e ferreiros.
BLT	Turma (destacamento) de desembarque do Batalhão.
BM	Ponto trigonométrico. Ponto geodésico (25).
bmbdr	Bombardeador (26).
bmr	Bombardeiro. Avião de bombardeio.
bn ou Bn	Batalhão ou Grupo.
Bn C Tn	Trem de Combate do Batalhão (ou Grupo).
Bn S-1	Ajudante do Batalhão (ou Grupo).
Bn S-2	Oficial de Informações do Batalhão (ou Grupo).
Bn S-3	Oficial de Operações e Instrução do Batalhão (ou Grupo).
Bn S-4	Oficial de Reaprovisionamento. Transporte e Evacuações do Batalhão (ou Grupo).
BOQ	Alojamento ou residência dos oficiais solteiros (104).
BP	a) Ponto de regulação. b) Referência de posição (75).
BPO	Agência postal de posição (75). Base de Operações (27).
b ren	Reconhecimento de combate.
Brig gen	General de Brigada. Brigadeiro.
Brig S-1	Ajudante da Brigada.
Brig S-2	Oficial de Informações da Brigada.
Brig S-3	Oficial de Planos e Instrução da Brigada.
Brig S-4	Oficial de Reaprovisionamento. Transporte e Evacuações da Brigada.
br tn	Equipagem de ponte.
br tn hv	Equipagem de ponte pesada.
br tn l	Equipagem de ponte leve.
bsc	Soldado que terminou sua instrução básica de recruta, mas não tem ainda prática nem instrução de qualquer função em particular.
B S Pet	Petróleo armazenado em grosso (28).
B S Trk	Caminhão de transporte de bombas (29).

bt	Embarcação. Barca. Bote. Lancha. Navio.
btry	Bateria.
bull	Boletim.
c.	a) Modificação. Alteração. Mudança. b) Chefe. c) Combate. d) Corpo (conjunto do pessoal de uma Arma ou Serviço).
CAC	Corpo de Artilharia de Costa (30).
cal	Calibre.
cam	Camuflagem. Disfarce.
C & GS Sch	Escola de Comando e Estado-Maior (212).
C & N Bt	Embarcação de comando e navegação (31).
capt	Capitão.
carr	a) Transportador. Transporte. (32). b) Dispositivo ou elevador para carregamento de pequenos volumes. c) Portador (33). d) Carregador (34).
Car Rep Co	Companhia de Reparação de Viaturas-Automóveis.
c auth	Autoridades civis.
cav	Cavalaria.
cbn	Carabina.
CC	a) Comando de combate (40-c). Grupamento de combate. b) Cloreto de cianogênio.
c car	Carro de combate.
CCR	Equipagem (tripulação, guarnição) de combate.
CD	Defesa de Costa.
CDD	Classificado incapaz, para fins de licenciamento.
CE	Corpo de Engenharia.
cem	Cemitério.
cen	a) Centro. b) Central.
CF	Linha de costa. Litoral. Fronteira marítima.
cfr	Motorista. Chofer.
CG	a) General Comandante. b) Fosfênio.
CGp	Grupo de combate.
ch	Capelão.
char	Caráter.
CHQ	a) Quartel-General de Corpo de Exército. b) Companhia do Quartel-General do Corpo de Exército.
cir	Circular.
CIV	Unidade central de interpretação (311).
civ	Civil. Paísano.
civ clo	Traje civil.
ck	Cozinheiro.
cl	Classe.
Cl	Cloro.
CL	Imediato. Muito próximo.

cid	Homem de côn.
clk	Contador. Furriel.
clm	Coluna.
clo	a) Fardamento. b) Traje. Vestuário. Roupas.
Cl I Sup	Reaprovisionamentos da classe I (35).
Crr Co	Companhia de Evacuação.
CM	Côrte marcial. Conselho de guerra. Conselho de justiça militar.
cml	Químico (36).
CMP	Corpo de Polícia Militar.
cmpr	Calculador. Predictor. (37).
CMTC	Campo de Instrução Militar de Cidadãos.
cn	Canhão.
CN	Cloroacetofenona.
CNB	Solução de cloroacetofenona em benzina e tetracloreto de carbono.
Cn Plat	Pelotão de Canhões.
CNS	Solução de cloroacetofenona em uma mistura de cloropicrina e clorofórmio.
Co	Companhia.
CO	Oficial comandante (38).
Cof	Chefe de.
CofS	Chefe do Estado-Maior.
CofT	Chefe do Transporte. Chefe do Serviço de Transporte.
col	Coronel.
coll	Coleta. Recolhimento.
Coll Co	Companhia de Coleta (39).
coll pt	Ponto de coleta.
coll sta	Estação de coleta.
colm	Coluna.
com	Transmissões. Comunicações.
comd	Comando (40).
comdg	Comando (41).
comdr	a) Comandante (42) b) Chefe. c) Capitão de Corveta.
comdt	Comandante (43).
coml	Comercial.
comm	Armazém de viveres e materiais diversos (44).
comp	Mosaico (45).
com z	Zona de Etapas.
conc	Concentração.
conf	Detido (46).
con objr.	Impedido, por motivo de consciência, de tomar parte ativa na guerra.
con pty	Escalão avançado de uma Companhia de Manutenção.
cons	Construção.
contd	Permanente. Contínuo.
contl	Contrôle.
conv	Convalescente.
conv hosp	Hospital de convalescentes.

convn	Interesse. Conveniência.
CoP	Co-piloto. 2.º piloto.
CP	Pôsto de comando.
cpl	Cabo (47).
cptr	Carpinteiro.
CPX	Exercício de instalação e funcionamento de postos de comando.
cr	Equipagem. Tripulação. Guarnição.
CR	Encruzilhada.
Cr C	Comandante da guarnição (tripulação, equipagem).
c-rcn	Contra-reconhecimento.
erm	Tripulante. Membro da guarnição ou equipagem.
es	Séries em uso.
C Sig O	Oficial Comandante das Transmissões.
csta	Estação de completamento de carga (48).
CT	Grupamento Tático.
cur	Corrente.
cut	Regular uma espoléta.
CW	Onda continua (49).
CWO	Sub-tenente. Sub-oficial.
CWS	Serviço de Guerra Química.
CZ	<ol style="list-style-type: none"> Zona dos Exércitos. Zona de combate.
DA	Difenilcloroaraina.
DAO	Oficial de munições da Divisão.
DB-bt	Embarcação utilizada nas operações de minagem para marcar boias, lançar os cabos de controle elétrico das minas, etc. (50).
DBH	Cabeça de praia da Divisão.
DC	<ol style="list-style-type: none"> Corpo de Dentistas. Quadro de Oficiais Dentistas. Difenileianarsina.
DCofs	Sub-chefe do Estado-Maior.
D/D	Expulsão. Licenciamento a bem da disciplina ou da moral.
D day	Dia "D".
decon	<ol style="list-style-type: none"> Descontaminação. Descontaminante.
def	Defesa.
del acct	Registro das punições de um transgressor da disciplina ou de um criminoso. Folha corrida.
delv	<ol style="list-style-type: none"> Entrega. Entregue. Remessa. Remetido.
DEML	Relação das praças não designadas para nenhuma Arma ou Serviço determinado.
DEO	Oficial Comandante da Engenharia do Distrito Militar (53).
dep	Depósito.
dept	Departamento (53).
des	<ol style="list-style-type: none"> Deserção. Desertado. Abandonado.
det	Turma. Pequena fração de tropa. Escola (106).

D/F	Rádio-localização.
DFC	Cruz de Serviços Aéreos Distintos (51).
DHQ	Quartel-General da Divisão.
dir	Diretor (52).
disch	a) Baixa. Licenciamento. Exclusão. b) Licenciado. Excluído.
dist	Distrito (53).
div	Divisão.
DM	Difenilaminacloroarsina.
dm 1	Demolição. Destruição.
Dm 1 o	Oficial das destruições.
dml sqd	Esquadra de destruições. Turma encarregada das destruições.
DO	Oficial de serviço.
DOL	Relação dos oficiais em funções não peculiares a determinada Arma ou Serviço.
DP	Por determinação do Presidente da República.
dr	Tracionado. Puxado. Rebocado.
D/R	a) Vôo cego. b) Navegação por instrumentos. c) Orientação pela bússola e pelo cálculo.
drftm	Recrutador.
ds	Afastado. Longínquo. Distante.
DS	Serviço destacado (55).
D/S	Apôio direto.
DSA	Área (zona) dos Serviços da Divisão.
DSM	Cruz de Serviços Distintos (51).
DS. Sec	Secção de vigilância afastada.
dti	Turma. Pequena fração de tropa.
DTO	Oficial Chefe do Serviço de Transporte do Distrito (53).
dvr	Motorista.
dy	Dever. Missão. Serviço. Tarefa. Encargo.
E/A	Aeronave inimiga.
EAD	Serviço ativo prorrogado.
ech	Escalão.
ED	Etildicloroarsina.
EG	Atirador perito (56).
elec	a) Elétrico. b) Eletricista.
elim	Eliminar. Cancelar. Retirar. Riscar.
elm	Elemento.
EM	Praça. Conscrito.
emb	Embarque.
emerg	Emergência.
empl	a) Posição (57). b) Entrada em posição (58).
Eng Hse Co	a) Companhia de instalações elétricas. b) Companhia de Bombeiros.
engr	Engenheiro. Do Corpo de Engenharia.
engrs	Corpo de Engenharia.
enl	Praça. Conscrito.

enlmt	a) Alistamento. b) Voluntariado.
EPI	Ponto de embarque em caminhões.
EPTI	Existente antes da inclusão no Exército (59).
equip	Equipamento.
ER	Atirador perito de fuzil.
ERC	Reserva do Exército. Corpo da Reserva.
Erect & Mach	Companhia de Máquinas de Construção.
Sh Co	
ETA	Hora de chegada prevista (ou estimada).
ETS	Conclusão do tempo de serviço.
evac	Evacuação. (222).
ex	a) Excelente. b) Oficial executivo (60).
exam	Exame. Verificação.
excl	Exclusivo. Exclusive.
EXFORACT	Retirado de ação ou de combate (4).
EXREQ	Não requisitável. Retirado da lista de requisições (4).
FA	Artilharia de Campanha.
FCA	Área (ou zona) de controle da Intercepção (61).
FD	Departamento de Fundos.
FDC	Central de direção do tiro. Pósto central de tiro. Central de tiro.
fed	Federal.
fi	De combate. Combatente.
fig	a) Algarismo. b) Figura.
fil	Filtro.
fil cen	Centro de filtragem ou triagem (62).
fin	a) Finanças. Fundos. b) Financeiro. Relativo ao Departamento de Fundos.
Fin O	Oficial do Departamento de Fundos.
FIU	Unidade avançada de interpretação (111).
f lab	Laboratório de campanha.
fld	a) Campo. Terreno. b) De campanha. c) Campo de batalha.
fir	a) Aviador. b) Voador.
flt	a) Vôo. b) Esquadrilha. c) Percurso ou trajeto de um projétil da boca da arma ao ponto de impacto, de incidência ou de arrebentamento.
FM	a) Manual de Campanha. b) Tetracloreto de titânio.
FNH	Pólvora sem chama, não-higroscópica.
FO	Ordem (ou ordens) de combate.
FPL	Linha de Deter.
fr	De (64).
FR	a) Observação do tiro pelo clarão do arrebentamento.

	b) Localização da artilharia inimiga pelo clarão.
fraud	Fraudulento. Doloso. Criminoso. De má fé.
f rm t dep	Depósito de Remonta de campanha.
FS	a) Séries de fotografias, diagramas, gráficos, etc., projetados com o auxílio de um tipo especial de máquina cinematográfica, utilizadas na instrução militar e nas sessões de cultura geral. Filmes de "lanterna-mágica." b) Solução de trióxido de enxofre.
F/S	Documento comprovadte da quantia total a ser paga ao soldado por ocasião de seu licenciamento, e que, após esse pagamento, serve de recibo.
FSA	Viagem cujas despesas correm por conta da autoridade do Departamento de Fundos especificada no texto do documento.
FSB	Junta de Seleção de Campanha.
FSR	Regulamento para o Serviço em Campanha.
f tn	Trem de campanha. Trem de Estacionamento.
fur	Licença, permissão ou dispensa (65).
furn	Abastecido. Provido. Dotado. Equipado. Surpreendido. Aprovisionado.
fwd	a) Para diante. Adiante. Avante. À frente. Para a frente. b) Antecedente. Anterior. c) Avançado. Dianteiro.
fwd ech	Escalão avançado.
fwd ob	Observador avançado.
fxd	Fixo. Determinado. Seguro. Ajustado. Arranjado. Combinado.
fy	Ano fiscal.
g	a) Canhão. Peça. b) Arma de fogo em geral.
G-1	a) 1.ª Secção do Estado-Maior de uma Grande Unidade. b) O Chefe dessa Secção.
G-2	a) 2.ª Secção do Estado-Maior de uma Grande Unidade. b) O Chefe dessa Secção.
G-3	a) 3.ª Secção do Estado-Maior de uma Grande Unidade. b) O Chefe dessa Secção.
G-4	a) 4.ª Secção do Estado-Maior de uma Grande Unidade. b) O Chefe dessa Secção.
gar	Garage.
GCI	Contrôle terrestre da Interepção (66).
GCM	Côrte-Marcial Geral. Conselho Superior de Justiça Militar.
g d	Guarda.
gen	a) General. b) Geral.
gen disp	Ambulatório geral (67).

gen hosp	Hospital geral (68).
gen serv	a) Serviços gerais. b) Classificação dada ao militar considerado "apto para todo o serviço".
geol surv	Levantamento geológico.
GHQ	Grande Quartel-General.
GHQ Res	Reserva Geral.
gli	Planador.
G-NP	Agressivo químico fugás.
gnr	a) Servente (69). b) Graduado comandante de peça.
GO	Ordem geral.
govt	Govêrno.
gp	a) Grupo. b) Regimento (215).
G-P	Agressivo químico persistente.
G - Pf	À prova de gás.
gpmnt	a) Grupamento. b) Agrupamento.
gr	a) Graduação (70). b) Grau. c) Qualidade ou tipo de munição. d) Rampa (71).
grd	a) Terra, Terrenos, Solo. b) Terrestre. c) Terra (72).
gr div	Grande Divisão (206).
gr div ry	Estrada de ferro de Grande Divisão (206).
gr res	Contrôle do sepultamento.
Gr Reg Bn	Batalhão de Sepultamento.
Gr Reg Co	Companhia de Sepultamento.
Grd Stf	Estado-Maior das Forças Terrestres do Exército (73).
GS	Estado-Maior Geral (74).
G/S	Ação de conjunto (75).
GSC	Quadro de Estado-Maior.
GSS	Designação genérica das escolas destinadas ao treinamento e instrução dos oficiais para as funções de Estado-Maior e de Alto-Comando
h	a) Cavalo. b) Montado, A cavalo. c) Pesado.
H	Gás mostarda, Iperita.
H & R P	Grande centro rodoviário onde trens ou colunas de caminhões aguardam a determinação de seu destino, itinerário e hora de partida.
H & S	a) Quartel-General. b) Comando e Serviços.
H & S cl	a) Companhia de Comando e dos Serviços. b) Companhia do Quartel-General.
H & S Btry	Bateria de Comando e dos Serviços.

H & S Tr	Esquadrão de Comando e dos Serviços.
bar	<ul style="list-style-type: none"> a) Baía. b) Ancoradouro. Pôrto. c) Posição de abrigo ou de bivaque de carros de combate.
bar cft	<ul style="list-style-type: none"> a) Abrigar. Dar abrigo.
Har Cft Co	Embarcação do pôrto.
HBS	Companhia de embarcações do porto.
H C	Serviço de Portos (76).
HCO	<ul style="list-style-type: none"> a) Hexaclorocetana. b) Mistura fumígena à base de hexaclorocetana.
HD	Operador do controle horizontal (77).
HDC	Defesa do pôrto.
h-dr	Comando da Defesa do Pôrto.
HE	<ul style="list-style-type: none"> a) Tração animal. b) Tracionado por animal. Hipomóvel.
hf	Explosivo de combustão quase instantânea. Explosivo brisante, de rutura ou de detonação (78).
H-hour	Alta freqüência.
HL	Hora "H".
HN	Mistura de levisita e iperita.
how	Iperita nitradada.
hq	Obuseiro.
Hq & S	<ul style="list-style-type: none"> a) Quartel General. b) Pôsto de Comando.
Hq & S Btry	<ul style="list-style-type: none"> a) Quartel-General. b) Comando e Serviços.
Hq & S Co	Bateria de Comando e dos Serviços.
Hq & S Tr	<ul style="list-style-type: none"> a) Companhia de Comando e dos Serviços. b) Companhia do Quartel-General.
HTO	Esquadrão de Comando e dos Serviços.
h-trk	Oficial dos transportes em auto-estradas.
hv	Caminhão de meia-lagarta (79).
Hv Br Tr	Pesado.
Hv Wpn Co	Equipagem de ponte pesada.
hwy	Companhia de Petrechos Pesados.
i	Auto-estrada. Rodovia especial.
I and I Rept	<ul style="list-style-type: none"> a) Relatório de exame e inventário. b) Relação de material imprestável ou cujo uso tenha sido proscrito no Exército.
IAS	Velocidade do ar indicada.
IBH	Cabeça de praia inicial.
IC	Centro de informações.
IG	General Inspetor.
IGD	Departamento do General Inspetor.
I/I	Relatório de exame e inventário.
incl	<ul style="list-style-type: none"> a) Conteúdo. b) Anexos (164).
incls	<ul style="list-style-type: none"> a) Incluir. Anexar. (164). b) Incluido. Anexado. (164).

ind	a) Endosso. b) Informação (80).
indctd	Incluído (81).
indiv	Individual.
inf	Infantaria.
info	Informação.
ins	Segurança. Seguro (207).
insp	Inspetor.
inst	Instrumento.
instl	Instalação.
instls	Instalações.
instr	Instrutor.
int	Informações.
Int O	Oficial de informações.
intpr	Interpretador.
IP	Ponto inicial.
 JA	 Auditor.
JAC	a) General Diretor do Departamento da Justiça Militar. b) General Auditor Geral do Departamento da Guerra.
JAGD	Departamento da Justiça Militar.
jd	a) Unido. Reunido. Ligado. Junto. b) Associado. Acrescentado. c) Encaixado. d) Combinado.
Jd Int	Serviço Misto de Informações do Exército e da Marinha.
ja	a) Unir. Reunir. Juntar. Ligar. Associar. b) Acrescentar. c) Combinar. Acertar.
jr	a) Mais moderno. Menos graduado. b) Mais moço.
 kd	 Cozinha.
ki	Morto.
 l	 Leve. Ligeiro.
LA	Baixa altitude. Baixa altura.
lab	Laboratório.
lbr	Trabalho.
L Br Tn	Equipagem de ponte leve.
LC	Linha (ou linhas) de comunicação.
LCI	Pranchão de desembarque de Infantaria.
LCM	Pranchão de desembarque de veículos mecanizados.
LCP	Pranchão de desembarque de pessoal.
LCT	Pranchão de desembarque de carros de combate.
LCV	Pranchão de desembarque de veículos.
LCVP	Pranchão de desembarque de veículos e pessoal.

LD	a) Base de partida Linha de partida. b) Linha de projeção (75). c) Local de serviço. Pôsto de serviço. d) Em serviço (207). Baixas em serviço (82). Chefe. Líder. Condutor (de tropa).
Idr	a) Lavandaria. b) Roupa para lavar.
Idry	Explosivo de combustão lenta, de projeção ou de deflagração. Pólvora.
LE	Legislativo.
leg	a) Luzes. b) Faróis (de um veículo).
lgts	a) Legião do Mérito (51). b) Mina terrestre.
LM	Metralhadora leve.
LMG	Homem da turma de construção de linhas (83).
lmn	Ligaçāo.
ln	Objetivo (alvo) de última urgência.
LRT	Navio-doca para desembarque.
LSD	Navio para desembarque de veículos mecanizados.
LSM	Navio para desembarque de carros de combate.
LST	Tenente.
lt	Tenente-Coronel.
lt col	Tenente-General.
lt gen	a) Documento. Fórmula (de um documento). Ordem. b) Carta. Missiva.
ltr	Licença, permissão ou dispensa (84). De bitola larga (85).
lv	Médio.
LWB	Adido militar.
m	Corpo Administrativo do Departamento Médico (86).
MA	Maquinista.
MAC	Manutenção. Conservação.
machst	Manutenção do equipamento (87). Conservação das estradas.
maint	Major.
maint of e	Major-General.
maint of w	Material.
maj	Móvel.
maj gen	Corpo Médico. Quadro de Oficiais Médicos.
mat	Manual para os Conselhos de Guerra. Manual para a Justiça Militar.
mbi	a) Departamento Médico (Serviço de Saúde e Veterinária). b) Metildicloroarsina.
MC	Dia "D" da mobilização.
MCM	Distrito Militar de Washington.
MD	Mecânico (88). Mecanizado.
M-day	Médico (36).
MDW	
mech	
mecz	
med	

Med Adm C	Corpo Administrativo do Departamento Médico (86).
memo	Memorandum.
Mem/R	Recibo de material.
met	Meteorológico.
metgst	Meteorologista.
MG	Metralhadora.
M gas	Gasolina para motores.
MH	Medalha de Honra (51).
MI	Informações militares.
mil	Militar.
mil att	Adido militar.
min alt	Altitude mínima.
misc	<p>a) Misto, mista.</p> <p>b) Miscelânea. Mistura.</p>
mk	<p>a) Marca. Ponto. Marco. Sinal. Baliza. Impacto.</p> <p>b) Alvo.</p> <p>c) Vestígio. Rastro. Indício.</p> <p>d) Marcar (89). Notar. Observar. Reparar.</p>
mks	Acertador (56).
MLR	Linha Principal de Resistência.
Moil	Óleo para motores.
mort	Morteiro.
MOS	Número de classificação de especialidade militar (90).
MP	Policia Militar.
MR	Regulamento de Mobilização.
M/R	Relatório (ou parte) da manhã.
MRS	Serviço Ferroviário Militar.
MRV	Unidade de Controle Mecanizado (91).
msg	Mensagem. Transmissão. Comunicação.
msg cen	Centro de transmissão.
msgr	Mensageiro. Agente de transmissão.
m sgt	Sargento-ajudante.
MSR	Rodovia principal de reaprovisionamento.
MT	Transporte motorizado.
mt	Montanha. De montanha.
mt arty	Artilharia de montanha.
mtd	<p>a) Montado. A cavalo (na sela). Sobre um veículo (embarcado, a bordo).</p> <p>b) Transportado em cavalo ou em veículos.</p> <p>c) Instalado (sobre um reparo, suporte ou em basamento).</p>
M Tk	Carro de combate médio.
MTP	Programa de treinamento de mobilização.
mtr	Motor.
mtrcl	Motocicleta.
mtrclt	Motociclista.
mtrcll	Triciclo a motor.
mtz	Motorizado.
mun	Munição.
mus	Músico (92).

mv	Movimento. Passo. Andadura.
mvmt	Movimento (93).
nav	Navegação (94).
Nav O	Oficial de navegação. Oficial navegador.
NCO	Sub-oficiais e sargentos (148).
NCS	Estação central de uma rede rádio.
NH	Pólvora não hidroscópica.
no	Número.
NSLI	Serviço Nacional de Seguros de Vida.
nt	Noite. À noite. Noturno.
NYR	a) Ainda não devolvido, b) Que ainda não voltou.
O	a) Gabinete. Escritório. Repartição (95). b) Ordem. c) Oficial (95).
o/a	Mais ou menos. Cerca de. Aproximadamente.
ob	Observador.
obsn	Observação.
ober	Observador.
OC	Candidato a oficial.
O/C	Oficial responsável. Oficial encarregado.
OCS	Escola de Candidatos a Oficial (96).
od	Cor verde-castanho geralmente utilizada nos uniformes do Exército Americano.
OD	Oficial de dia.
odly	a) Ordenança. b) Auxiliar (97).
off	Oficial (98).
OG	Oficial comandante da guarda.
OO	Oficial do Material Bélico.
OP	Pósto de observação.
OPD	Divisão de Operações do Estado-Maior do Exército (99).
OPL	Pósto avançado.
OPLR	Linha de resistência dos Postos Avançados.
opn	Operação.
opr	Operador.
ops	Opiniões. Juízos. Conceitos.
OQMG	Gabinete do General Diretor da Intendência.
ORC	Corpo de Oficiais da Reserva.
ord	Material bélico (100).
Ord Dept	Departamento (Diretoria) do Material Bélico.
orgn	Organização.
OS/D ou OS	Relação de faltas, excessos e objetos em mau estado (101).
& D rept	Gabinete do Secretário da Guerra (102).
OSW	Repartição subordinada ao Secretário da Guerra.
OUSW	Agência do Pórtico.
PA	Secção de Sapadores e de Destruções.
P & D Sec	Parágrafo. Item.
par	Barco-patrulha.
pat bt	

PC	Corpo Farmacêutico. Quadro de Oficiais Farmacêuticos.
pehst	Paraquedista.
peht	Paraquedas.
PD	a) Pôrto de desembarque. b) Fenildicloroarsina.
pd	Pago.
PE	a) Atirador perito de pistola (56). b) Pôrto de embarque.
perm	Permanente.
pers	Pessoal.
pfc	Soldado de 1.ª classe.
PG	Campo de experiências (ou experimental).
pgn	Pombo; Pombo-correio.
PH	Coração Púrpura (51).
photo	a) Fotógrafo. b) Fotográfico.
pion	Sapador.
pk	a) Mochila. b) Fardo. Carga.
pk arty	Artilharia de dorso.
pkmr	Chefe de cargueiros.
pkr	Cargueiro.
PL	Lavandaria da guarnição.
plat	Pelotão.
PM	Comandante do Destacamento de Polícia Militar. (103).
PM gen	Oficial do Estado-Maior de um Comando qualquer, encarregado de todos os assuntos de polícia, inclusive a reunião e guarda dos prisioneiros de guerra.
PMG	Oficial do Estado-Maior do General Comandante das Forças dos Serviços do Exército, encarregado da supervisão e administração de todos os assuntos de polícia que interessam ao Exército Norte-Americano de modo geral, inclusive os relativos aos prisioneiros de guerra e aos civis inimigos internados. Diretor de Serviço de Polícia Militar.
PMS & T	Professor de Ciência Militar e Tática.
pmt	Pagamento.
POM	Preparação de deslocamento para além-mar.
pon	Pontão.
post	Postal. Referente ao Serviço de Correio (104).
post sec	Secção postal.
P/R	Lista de pagamento.
prcht	Paraquedas.
princ	Principal.
pris	Prisioneiro.
prk	Parque.
prov	Aprovisionador. Reaprovisionador. De reaprovisionamento.

PS	a) Exploradores das Filipinas (105). b) Aturador de escól de pistola (56). c) Cloropicerina.
pt	Ponto.
PT	Objetivo (alvo) principal ou normal.
ptbl	Portátil.
PT bt	Lancha-torpedeira.
PTO	Oficial de Transportes do Pôrto.
pty	Pequeno destacamento, escalão ou grupo de soldados (106).
pub	Público.
pur	a) Caça. b) Perseguição.
pvt	Soldado. Praça simples.
pvt 1cl	Soldado de 1.ª classe.
PW	Prisioneiro de guerra.
PX	Armazém reembolsável.
QM	Intendência. Serviço de Intendência.
QMC	Corpo de Intendência.
QMG	General Diretor de Intendência.
QMSO	Oficial aprovisionador.
qrs	a) Quartel. Aquartelamento. Alojamentos. b) Residências de militares (107).
r	a) Regulação. b) Regulador. c) Fuzil.
RA	Exército Ativo (221).
rad	Rádio.
RADAR	Rádio-localizador.
rad int	a) Informação rádio. b) Escuta rádio-elétrica.
Rad Int Co	Companhia de Informações Rádio (ou de Escuta rádio-elétrica).
R & P Sec	Secção de Rádio e Painéis.
RAR	Reserva do Exército Regular.
rat	a) Rações. b) Etapa em espécie. c) Arranchamento.
RB	Curva da estrada.
RBH	Cabeça de praia do Regimento.
RC	Centro de recepção.
ren	Reconhecimento.
Rcn LR	Reconhecimento afastado. Reconhecimento a grande distância.
Ren MR	Reconhecimento a distância média.
R Co	Companhia de fuzileiros.
ret	Recruta.
rd	a) Redução. b) Reduzido.
RDP	Ponto de distribuição de víveres.
rdv pt	Ponto de encontro. Ponto de reunião.
REACK	Recebimento acusado (4).

rec	Recreação. Divertimento.
recd	Recebido.
recons prk	Parque de reconstrução.
recp cen	Centro de recepção.
reenl	Engajar. Reengajar (108).
reenlmt	Engajamento. Reengajamento (108).
ref	Refrigeração.
regt	Regimento.
regtl	Regimental. Do Regimento.
Regtl S-1	Ajudante do Regimento.
Regtl S-2	Oficial de Informações do Regimento.
Regtl S-3	Oficial de Operações e Instrução do Regimento.
Regtl S-4	Oficial de Reaprovimento. Transporte e Evacuações do Regimento.
reinf	Reforçado.
rejd	Reunido.
reld	a) Substituído. b) Dispensado. Liberado (110). c) Lancada (109).
RELET	Documento de referência (4).
rel pt	Ponto de liberação (110).
rep	a) Reparar. Consertar. Substituir peças. b) Reparação.
REPHONE	Telefonema de referência (4).
repl	a) Substituição. b) Recompletamento.
repro	Reprodução (111).
Rep Sh Co	Companhia de Oficinas de Reparação.
req	Requisição.
reqmts	a) Requisitos. b) Necessidades (112).
RERAD	Rádiograma de referência (4).
res	Reserva.
resc	a) Rescindido. b) Proscrito.
ret	a) Retorno. Volta. Regresso. b) Restituição. Devolução. c) Retirado. d) Reformado. Aposentado (70). Sobras.
rets	
REULET	Em referência à sua carta (4).
REURAD	Em referência ao seu rádio (4).
Rg O	a) Oficial encarregado (ou diretor) de uma linha ou estande de tiro. b) Oficial responsável pela determinação de posição dos objetivos e da alça (75). Cabeça da ferrovia. Início da estrada de ferro. Testa dos trilhos.
rhd	Oficial da cabeça ou secção inicial da ferrovia.
RHO	Pôsto de Comando de Regimento.
RHQ	Entroncamento de rodovias ou caminhos.
RJ	Projétil-foguete. Rojão. Foguetão.
rkt	Servente de uma arma lança-foguetão.
rktr	

RL	Lança-foguetão ou lança-rojão (arma do tipo da bazuka).
rmt	Remonta.
RO	Ordem (ou ordens) do Regimento.
ROTC	Corpo de Instrução de Oficiais da Reserva (213)
rpm	Rotações por minuto.
rpt	<ul style="list-style-type: none"> a) Parte. Participação. Narração. Descrição. Relatório. b) Participar. Narrar. Descrever. Relatar. c) Apresentação. Apresentar-se. d) Descobrir (113). e) Estampido (de um tiro, ou do arrebentamento de uma granada ou bomba).
RR	Ferrovia.
rr	Retaguarda.
rr ech	Escalão da retaguarda. Último escalão.
rr gd	Retaguarda (114).
RRL	Linha (ou posição) da reserva do Regimento.
R/S	Relatório do inquérito (115).
RS	<ul style="list-style-type: none"> a) Extensão da coluna em marcha. b) Espaço ocupado por uma coluna de marcha.
RSO	Oficial aprovisionador do Regimento.
r sta	Estação Reguladora.
RTC	Centro de Instrução de Recompletamento.
RTO	Oficial dos transportes ferroviários.
R Traf O	Oficial de tráfego ferroviário.
ry	Estrada de ferro. Ferrovia.
Ry G D	Grande divisão ferroviária (206).
Ry Sh Br	Batalhão de Oficinas Ferroviárias.
Ry Sh Br De	Batalhão de Oficinas Ferroviárias de motores Diesel.
*	Atirador de escóis (56).
S-1	<ul style="list-style-type: none"> a) Secção do Pessoal, de uma pequena unidade. b) O Chefe dessa Secção. O Ajudante da unidade.
S-2	<ul style="list-style-type: none"> a) Secção de Informações, de uma pequena unidade. b) O Chefe dessa Secção. O Oficial de Informações da unidade.
S-3	<ul style="list-style-type: none"> a) Secção de Operações e Instrução de uma pequena unidade. b) O Chefe dessa Secção. O Oficial de Suprimentos da unidade.
S-4	<ul style="list-style-type: none"> a) Secção de Reaprovisionamento e Evacuações de uma pequena unidade. b) O Chefe dessa Secção. O Oficial de Reaprovisionamento da unidade.
SA	<ul style="list-style-type: none"> a) Armas pequenas. Armas portáteis. b) Arsina.
Sales comm	Armazém reembolsável (116).
Sales Comin En	Batalhão de Armazens Reembolsáveis.
Sales Comm Co sal	Companhia de Armazens Reembolsáveis.
	Destroços. Salvos. Material recuperável (117).

S & F	Som e clarão.
S & F Bn	Grupo de localização pelo som e clarão (75).
SAR	Fuzil semi-automático.
S Bt	Lancha ou pequena embarcação.
S C	<ol style="list-style-type: none"> Corpo de Transmissões. Conselho de justiça (ou Côrte-marcial) sumário.
S/C	Relação-carga (118).
scd	<ol style="list-style-type: none"> Horário. Escala. Programa. Lista. Relação. Plano.
sch	Escola.
SCM	<ol style="list-style-type: none"> Conselho de Justiça (ou Côrte-Marcial) Especial. Conselho de Justiça (ou Côrte-Marcial) Sumário.
scope	<ol style="list-style-type: none"> Luneta telescópica. Osciloscópio.
set	<ol style="list-style-type: none"> Explorador. Esclarecedor. Patrulhador. Avião em missão de descoberta. Avião de informações. Ação de reconhecer uma região ocupada pelo inimigo.
set c	Carro de descoberta. Auto-metralhadora. Carro de reconhecimento.
sd	Mesma data.
SD	Missão, serviço, tarefa ou encargo especial (119).
sec ou sect	Secção.
sem	Semi-móvel.
sent	Sentença.
sentd	Sentenciado. Condenado.
sep	<ol style="list-style-type: none"> Isolado. Destacado. Separado. Sôltio.
serv	Serviço.
Serv C	Comando de Serviços (120).
S G	General médico.
sgt	3.º sargento.
sh	Oficina.
Sh Bn	Batalhão de Oficinas. Batalhão de Artífices.
SHIPIM	Embarque imediatamente (4).
shipt	<ol style="list-style-type: none"> Embarque. Expedição. Carga de uma embarcação ou aeronave.
SIAM	Serviço de Informações e Escuta do Corpo de Transmissões.
sig	Sinal ou símbolo (83).
sk	Doente. Enférme.
S-L	Aparêlho de escuta ou localização pelo som.
SL	<ol style="list-style-type: none"> Projetor. Linha de Apôio.
SL Btry	Bateria de Projetores.
SM	Medalha do Soldado (51).
SMG	Sub-metralhadora. Fuzil-metralhador.
Sn C	Corpo Sanitário (V. Quadro de organização das Fôrças dos Serviços).

SNL	Lista de nomenclatura padronizada.
SO	Ordem particular.
SOI	Instruções para o funcionamento das Transmissões.
SOK	Reaprovisionamento ou fornecimento autorizado (4).
SOP	Norma Geral de Ação.
sp	Especial.
SP	a) Auto-propulsado. b) Ponto de reaprovisionamento.
speci	Especialista.
SPM	Reparo auto-propulsado.
sp mesgr	Mensageiro especial.
spt	Apôio.
sp trs	Tropas especiais.
sq	a) Grupo (215). b) Ala (219).
sqd	Esquadra.
S/R	Registro da vida militar do soldado. Caderneta de assentamentos.
S R	Método de localização pelo som.
SS	Serviço de Seleção e Recrutamento.
s sgt	2.º sargento.
S/T	Cartão de embarque.
sta	Estação.
sta comm	Guarnição do posto ou posição.
STAR	Instrução especializada de atualização (121).
st ar	a) Zona (ou área) de concentração para embarque para além-mar. b) Região, na zona de marcha, em que a tropa faz um grande alto ou um grande descanso.
St Ar Co	Companhia de guarda da zona de concentração para embarque.
steno	a) Estenógrafo. b) Estenografia.
ster	Esterilização. Desinfecção.
stev	Estivador.
stf	Estado-Maior.
str	Fôrça. Efetivo.
strag I	Linha ou estrada patrulhada pela Polícia Militar para reunir os extraviados e retardatários.
stu	Estudante.
SU	Unidade dos Serviços.
sub	Assunto.
subm	Submarino.
subs	Subsistência.
Sup C-M	Conselho de Justiça (ou Côrte-Marcial) Sumário.
sup	a) Aprovisionamento. Abastecimento. Suprimento. b) Reaprovisionamento. Reabastecimento. c) Prover. Aprovisionar. Abastecer. Reaprovisionar. Reabastecer. Fornecer. Suprir. (35).

surg

- a) Oficial comandante de um destacamento ou unidade de Saúde, de qualquer unidade ou guarnição.
- b) Cirúrgico.

surg hosp

Hospital cirúrgico (122).

surr

- a) Rendição. Capitulação.
- b) O que se rende ou se entrega.
- c) Render-se. Capitular. Entregar-se.

surv

- a) Levantamento topográfico.
- b) Organização topográfica do tiro de Artilharia.
- c) Perícia ou exame de material para apurar as causas dos danos, perdas ou inservibilidade.
- d) Executar um levantamento topográfico. Levantar.

Sv

SvC

Serviço.

SW

Comando de Serviços (120).

SWB

Secretário da Guerra (102).

sw c

De bitola estreita (85).

Central telefônica.

T

- a) Alvo. Objetivo.
- b) Ângulo de observação.

t

Transporte (123).

T/A

Quadro (ou tabela) de dotação de material.

tac

Tático (36).

TAG

O Ajudante-Geral (124).

T/BA

Quadro (ou tabela) de dotação orgânica de material.

TC

- a) Corpo de Transporte. Serviço de Transporte.
- b) Circular de instrução.

TCo

Companhia de Transporte.

TCS

Estação de controle do tráfego.

TD

Destruidor de carros de combate. Destruidor de carros.

TDC

Centro de Destruidores de Carros.

TDN

Viagem determinada por necessidade do serviço militar. Viagem a serviço.

T/E

Quadro (ou tabela) de dotação de equipamento.

tech

Técnico (36).

techn

Especialista ou artífice.

teleg

Telegrama.

temp

Temporário.

TF

Filme de instrução. Película de instrução.

tgp

Telégrafo.

TH

Termita (125).

THQ

Quartel-General de Teatro de Operações.

tk

Carro de combate.

TL

Tempo de escoamento (126).

timkr

Artífice que faz ferramentas. Artífice da manufatura de ferramental.

TM

Manual Técnico.

t mort	Morteiro de trincheira.
tn	Trem. Coluna. Combôio. Equipagem.
Tn Co.	Comandante do Trem, Coluna, Combôio ou Equipagem.
tng	Instrução. Treinamento. Adestramento.
TNT	Trinitrotolueno. Trotol.
T/O	Quadros de efetivos.
T/O & E	Quadros de efetivos e material.
T of Opns	Teatro de Operações.
TOG method	Processo de pontaria pela determinação do lançamento de uma direção (75).
top ou topo	a) Topógrafo. b) Topográfico.
tor	Torpedo.
tp	Telefone.
TPA	E' autorizada a viagem do oficial ou de sua família em automóvel particular. E' autorizado conceder o trânsito para a viagem do oficial.
tr	a) Tropa. b) Esquadrão (219).
TR	Regulamento Técnico. Instruções Técnicas.
T/R	Requisição de transporte.
trac	Trator.
traf	Tráfego.
trans	Transporte (123).
tr carr	Transporte de tropas (123-6).
Tr Carr Sq	Esquadrão de transporte de tropas. Esquadrão de Trem.
trc-dr	Tracionado por trator. Rebocado por trator.
trfp	a) Transferido (70). b) Transportado (127).
trk	Caminhão.
trk-dr	a) Tracionado por caminhões. b) Auto-rebocado.
trk hd	Cabeça ou ponto inicial de uma linha de transporte por caminhões.
tri	Reboque.
trs	Tropas.
TS	a) Armazenagem de material em trânsito. b) Depósito de material em trânsito.
t sgt	Sargento artífice. Graduação compreendida entre o 1.º e o 2.º sargento.
tt	Teletipo impressor.
ttc	Centro de teletipia impressora.
TU	Unidade de instrução. Unidade de treinamento.
TWX	Movimento ou tráfego das comunicações por teletipo impressor.
U/F	Unidade de fogo.
UPO	Secção de Pessoal da unidade.
US ou USA	Estados Unidos da América.
USAF	Fôrças do Exército dos Estados Unidos.
USAT	Transporte do Exército dos Estados Unidos.
USCG	Guarda-Costa dos Estados Unidos.

U Sec War	Sub-Secretário da Guerra.
USMA	Academia Militar dos Estados Unidos (128).
USMAPU	Unidade (Curso) Preparatória da Academia Militar dos Estados Unidos.
USMC	Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos.
USN	Marinha de Guerra dos Estados Unidos.
USW	Sub-Secretário da Guerra.
UTC	Centro de Instrução (ou Treinamento) de Unidades.
VC	Corpo Veterinário. Quadro de Oficiais Veterinários.
VCO	Operador do controle vertical (77).
vet	a) Veterinário (36). b) Chefe do Serviço Veterinário de uma unidade, estabelecimento ou guarnição.
vis	a) Visual. Ótico. b) A vista.
VLA	a) Altitude muito reduzida. b) Rasante.
VO	Ordem verbal.
VOC	Candidato voluntário a Oficial.
vol	Voluntário.
vou	a) Recibo. Guia. b) Justificante. Comprovante. Justificativa. Prova.
w	Com. Acompanhado de. Dotado de.
w/arm	Com armamento. Armado. Com arma.
WAAC	Corpo Auxiliar Feminino do Exército (129).
WAC	Corpo Feminino do Exército.
wag	a) Vagão. b) Carro. Carroça. Viatura.
WD	Departamento da Guerra (Ministério da Guerra).
WDCSA	Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos.
WDGS	Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos.
wea	Tempo (130).
wg	a) Asa. Pianos. (131). b) Ala (132). c) Brigada Aérea.
wkr	Carro-socorro.
wldr	Soldador.
wn	a) Guincho. b) Guindaste. Cabrestante.
WO	Sub-tenente. Sub-oficial.
wo/arm	Sem armamento. Desarmado. Sem arma.
WOJG	Sub-tenente (ou sub-oficial) de 2.ª classe.
WP	a) Será realizado. Será executado. Será iniciado. b) Fósforo branco.
wpn carr	Transporte de armas ou petrechos (123-6).
wpn plat	Pelotão de Petrechos.

wpns	Armas, Petrechos, Armamento.
wpns tr	Esquadrão de petrechos.
wrnt	Carta-patente (133).
w sup	Abastecimento de água.
w tk	Viatura-água, Caminhão-cisterna de água.
W Tk Bn	Batalhão de viaturas-água ou caminhões-cisterna de água.
W Tk Tr	Coluna (ou Combóio) de viaturas-água ou caminhões-cisterna, de água.
w/wn	Com guincho.
Wo/wn	Sem guincho.
X — axis	Eixo das abcissas. Eixo dos X.
Y—axis	Eixo das ordenadas. Eixo dos Y.
z	Zona. Área.
Z/F	a) Campo de tiro. b) Zona de ação (69).
ZI ou Z of I	Zona do Interior.
ZTO	Direção do Serviço de Transportes da zona ou área.

BANCO DO BRASIL S. A.

1808 — 1946

Séde — Rua 1.º de Março, n.º 66 — Rio de Janeiro (DF)

Taxas de depósitos

Depósitos sem limite	2%	a.a.
Depósitos limitados (limite Cr\$ 10.000,00)	4%	" "
Depósitos populares (limite Cr\$ 50.000,00)	3%	" "
Depósitos a prazo fixo :		
Por 6 meses	4%	" "
Por 12 "	5%	" "
Com retirada mensal de juros :		
Por 6 meses	3 1/2 %	" "
Por 12 "	4 1/2 %	" "
Depósitos de aviso prévio :		
30 dias	3 1/2 %	" "
60 "	4 1/2 %	" "
90 "	4 1/2 %	" "

Letras a prêmio (sólo proporcional)

Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

A "Defesa Nacional" recebeu, no período de 20 de janeiro a 20 de fevereiro de 1946, as seguintes publicações:

- 1 — Revista de Infantaria — N.º 191 — Julho e Agosto de 1945 — Chile.
- 2 — Memorial del Estado Mayor — N.º 5 e 6 — Maio e Junho de 1945 — Columbia.
- 3 — Revista de La Escuela Militar de Chorrillos — N.º de Setembro de 1945.
- 4 — Revista Militar — N.º 6 — Dezembro de 1945 — Argentina.
- 5 — Memorial do Exército — N.º 208 — Setembro e Outubro de 1945 — Chile.
- 6 — Revista Aérea — Dezembro de 1945 — Estados Unidos
- 7 — Revista de Las Fuerzas Armadas de La Nacion — N.º 51 a 56 — Maio a Agosto de 1945 — Paraguai.
- 8 — Revista Municipal de Engenharia — N.º 3 — Julho de 1945 — Rio.
- 9 — Revista Militar Brasileira — N.º 3 e 4 — Julho a Dezembro de 1944 — Rio.
- 10 — Revista Civil-Militar Nação Armada — N.º 74 — Janeiro de 1946 — Rio.
- 11 — Arquivo de Direito Militar — N.º 1 — Maio a Agosto de 1945 — Rio.
- 12 — Boletin de la 1.ª Region Aerea — N.º 18 — Setembro de 1945 — Perú.

LIVROS NOVOS

Do Cel. Inácio José Veríssimo um dos nossos mais ilustres escritores militares, recebeu o Cap. Umberto Peregrino, a seguinte carta, a propósito do ensaio "Vocação de Euclides da Cunha", que vem de publicar :

Rio, 25-1-46.

Caro Peregrino

Acabo de receber e o li de um lance o teu interessantíssimo estudo sobre Euclides.

É pena a impressão. Teu opúsculo merecia melhor papel, melhor apresentação.

Como se trabalha mal no Brasil em matéria de livro e como isso tira atrativos à leitura! Mas — saímos dessas aparências externas. Entremos na análise que fazes desse homem "extravagante" (como diriam os portuguêses da época camoneana); desse assimétrico de talento.

Socialmente, Euclides não tinha nenhum valor como executante e por isso, só a sua obra — o que de interpretativo ela contém sobre parte de nossa terra e alguns tipos de nossa população — salva-o de completo malôgico.

Mas teu estudo, embora rápido, explica melhor Euclides que tôdas as biografias que lhe andam escrevendo, porque explica o motivo íntimo, o impulso psicológico, a causa secreta de sua entrada no Exército e do conflito entre o homem interior e o militar engenheiro.

Ao lado disso há em teu trabalho — como aliás em tudo que escreves, muita elegância, muita clareza, um jôgo muito "à vontade", da língua.

O "Como era a Escola Militar" está magnífico. Com ela a gente apeia de um bonde de burro, e vai, de barco ou a pé, até a antiga Escola.

Em torno, as velhas casas, os quintais ainda grandes, as ruas irregulares e mal calçadas, o mar, preguiçoso, lavando as praias que o homem não destruiu de todo. E' tudo ali vivo, atual, evocativo.

E como ao lê-lo nos ocorre à lembrança o abandono em que vamos deixando cair êsse passado tão interessante, tão impregnado de nossa mentalidade, de nossos erros e, em consequência, de nossa alma !

A velha Escola Militar! Que resta da lembrança dela senão o ridículo ou o esquecimento ?

Felicto-te pelo trabalho, e podes crer, com o mais sincero entusiasmo.

Afetuosamente o

Cel. VERÍSSIMO

REVISTAS EM REVISTA

De *O OBSERVADOR MILITAR INTERAMERICANO* — Número de setembro-outubro — “OS CAVALOS NO EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS” por CLIFF BOTTOMLY

O “*Observador Militar Interamericano*”, no seu número de setembro-outubro próximo passados, estampa um curioso artigo de autoria do sr. Cliff Bottomly, fotógrafo australiano que serviu junto às forças aliadas nas Filipinas.

O artigo focaliza alguns aspectos das oportunidades que ainda tiveram os cavalos nesta última guerra.

Escreve inicialmente o articulista :

“A necessidade fez com que o Exército mais mecanizado do mundo — o norte-americano — recrutasse cavalos para as tarefas que não podem desempenhar os jeeps e auto-caminhões.”

Reconhece em todo caso que “o equino da Austrália, nesta segunda guerra mundial, desempenhou um papel humilde, em comparação com os feitos espetaculares das gerações passadas da cavalaria australiana.”

Indica o processo de recrutamento da cavalhada : “Uma cavalhada revolta, de animais quasi todos bravios, arrebanhada nos pastos livres das montanhas, é amansada e adestrada por equitadores peritos, antes de entrar no regime de rações de Tio Sam. Tal como os recrutas humanos, encontram-se, entre êsses, elementos de bom e de mau caráter : o bandoleiro indomável, que se não submete à disciplina, e o tipo cordato sempre disposto a trabalhar heroicamente para quem o trate bem.”

As condições para o serviço militar estão especificadas nos seguintes dados : “A altura mínima exigida para admissão às suas fileiras é de 1,53 a 1,61; os limites de idade de 4 a 10 anos. O tipo ideal para as Forças Armadas é o bastante leve para ser ágil, e bastante robusto para transportar cargas, com

um peito largo que abrigue fortes pulmões e ancas musculosas que lhes permitam galgar ladeiras íngremes.”

Todos os animais em treino, informa o articulista são inimizados contra o tétano e o catarro.

O amansamento é feito em quatro lições, cada uma de 2 horas, com os animais completamente arreados

Em seguida, ensinam-se-lhes as andaduras, habituando ao trote uniforme, ao galope de mão e à contramarcha, em gar das infrenes disparadas dos seus tempos de “civil”.

“Um cavalo — esclarece ainda o articulista — não pode ingressar no Exército dos Estados Unidos, para ação no Pacífico se o branco de sua cara e das patas se estende demais pelo animal, ou se ele é pardo ou de cõr “lavada”. O baio é o mais próprio. O melado, o negro, o castanho ou o rucilho também são aceitáveis.”

“Todos os animais são tratados cientificamente. Os dentistas tratam-nos com presteza e sabem a diferença entre o simples desconforto e a dor.”

Outra importante assistência dada ao cavalo de guerra é do ferrador. Uma ferradura perdida ou frouxa, ou malposta pode ter consequências desastrosas nas veredas das selvas.

Em suma, o cavalo em serviço de guerra nos Estados Unidos está sempre aos cuidados do veterinário que o mantém em dieta alimentar científica, e é alvo das atenções do dentista e do ferrador.

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

os oficiais do Ministério da Guerra, publicados no «Diário Oficial» no período de 15 de Dezembro a 20 de Janeiro de 1946

ACRESCIMOS DE VENCIMENTOS A FUNCIONÁRIOS CIVIS OU MILITARES — (Cessação).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e considerando que em consequência do aumento geral de vencimentos a que se refere o Decreto-lei n.º 8.512, de 31 de Dezembro de 1945, devem cessar outros acréscimos de vencimentos concedidos a funcionários civis ou militares em inatividade, decreta:

Art. 1.º O disposto no Decreto-lei n.º 364, de 21 de junho de 1941, que concede aos oficiais generais transferidos, a pedido, para a Reserva, acréscimos de vencimentos calculados em tantas vezes 5 % do soldo quantos forem os anos de serviço, que excederem a 40, terá vigência durante 90 dias, contados da data da publicação do presente Decreto-lei.

Art. 2.º Vencido o prazo marcado no artigo anterior, ficará revogado o aludido Decreto-lei n.º 3.364, de 21 de junho de 1941.

Art. 3.º O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 8.977 de 14 — D.O. de 16-2-946).

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter).

— A Escola de Instrução Especializada passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o dispôsto no artigo 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1928.

(Aviso n.º 151 de 7. — D.O. de 9-2-946).

ASSISTENCIA RELIGIOSA — (Instituição).

O Diário Oficial n.º 24 de 29-1-1946, (página n.º 1449) publica o Decreto-Lei n.º 8921 de 26-1-1946, que institui em caráter permanente o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.

ASPIRANTES DAS ARMAS — (Interstício).

— Continua em vigor, em 1946, a redução do interstício concedida em 1945, aos Aspirantes das Armas, incluindo-se também os Aspirantes a Oficial Intendentes.

(Aviso n.º 122 de 29-1. — D.O. de 1-2-946).

AUXILIAR DE INSTRUTOR — (Ordem).

— As funções de "auxiliar de instrutor" no Centro de Instrução de Defesa Anti-Aérea podem ser exercidas também por oficiais com o posto de Capitão.

(Avise n.º 148 de 5. — D.O. de 7-2-946).

CAMPEONATO DE CAVALOS D'ARMAS — (Autorização).

— Havendo cessado os motivos que determinaram a suspensão do Campeonato de Cavalos D'Armas, fica a Diretoria de Remonta e Veterinária autorizada a realizá-lo no corrente ano, devendo ao mesmo concorrerem os 1.º e 2.º colocados nos Campeonatos Regionais de Cavalos d'Armas das 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 9.ª Regiões Militares.

(Aviso n.º 109 de 25. — D.O. de 28-1-946).

CHEFE DO ESTADO MAIOR REGIONAL

— De conformidade com a proposta do Estado Maior do Exército, a função de chefe de Estado Maior Regional da 6.ª, 8.ª e 10.ª Região Militar será exercida, indiferentemente, por oficial com o posto de Tenente-Coronel ou Coronel. — Fica, assim, retificada a publicação constante do "Diário Oficial" de 9 do corrente mês.

(Aviso n.º 152 de 7. — D.O. de 12-2-946).

CIDADÃOS CLASSE DE 1924/25 — (Convocados).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e
Considerando que vários cidadãos das classes de 1924 e 1925, convocados pelas 4.ª e 5.ª Regiões Militares, deixaram de se apresentar dentro dos prazos fixados, respectivamente, até 10 e 31 de Janeiro do ano em curso, em virtude das dificuldades de transporte, motivadas pelo mau tempo reinante que assolou as zonas daquelas Regiões, decreta :

Art. 1.º Ficam extensivos aos cidadãos das classes de 1924 e 1925, convocados de acordo com o Decreto-lei n.º 7.343, de 26 de fevereiro de 1945, pelas 4.ª e 5.ª Regiões Militares, e declarados insubmissos por não terem se apresentado dentro dos prazos fixados até 10 e 31 de janeiro último, respectivamente, os benefícios do Decreto-lei n.º 8.363, de 17 de dezembro de 1945.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 8.975 de 14. — D.O. de 16-2-946).

CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR — (Alteração).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, resolve alterar o Código da Justiça Militar aprovado pelo Decreto-lei n.º 925, de 2 de Dezembro de 1938.

Art. 1.º O art. 69 do Código da Justiça Militar aprovado pelo Decreto-lei n.º 925, de 2-12-1938, passa a ter um parágrafo único com a seguinte redação:

Estão compreendidas nas faltas referidas neste artigo todas as de caráter administrativo-disciplinar previstas no Decreto-lei n.º 1.713, de 28-10-1939, competindo a aplicação das penas ao Supremo Tribunal Militar no caso dos juizes, e, no caso dos demais funcionários, aos seus superiores hierárquicos ou autoridades militares correspondentes às civis com tal competência mencionadas no citado Decreto-lei.

(Decreto-Lei n.º 8.913 de 24. — D.O. de 30-1-946).

COMPANHIA DEPÓSITO MATERIAL DE INTENDÊNCIA —

(Criação).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Ministério da Guerra, a 1.ª Companhia de Depósito de Material de Intendência, destinada a atender aos encargos do Estabelecimento de Material de Intendência do Rio.

Art. 2.º O Ministério da Guerra baixará as instruções necessárias à organização e funcionamento da referida Companhia de Depósito de Material de Intendência de que trata o ar. 1.º.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 8.978 de 14. — D.O. de 16-2-946).

CAMPEONATO DE TIRO "TAÇA ARGENTINA" — (Realização)

O "Diário Oficial" n.º 28 de 4-2-1946 (página n.º 1765) publica o regulamento para realização do campeonato de tiro "Taça Argentina".

CONCESSÃO DE FÉRIAS — (Restabelecimento).

— I — Tendo cessado os motivos que determinaram as modificações na concessão de férias regulamentares, ficam as mesmas restabelecidas, d. e acordo com o que prescreve o Regulamento Interno dos Serviços Gerais (arts. 322 a 330, do Decreto n.º 6.031, de 26 de junho de 1940).

II — De conformidade com o que dispõe o citado Regulamento (art. 323, incisos 8 e 9) e o Aviso n.º 1.252, de 7 de maio de 1945, in fine, é permitida a concessão de férias acumuladas, referentes aos anos de 1944 e 1945.

As férias relativas a 1943 e concedidas em 1946 serão consideradas como referentes ao ano de 1944.

III — Continuam em vigor o Aviso n.º 2.208, de 17 de agosto de 1945 e o n.º 3, letra a, do art. 40 do Decreto-lei n.º 7.039, de 10 de novembro de 1944.

(Aviso n.º 169 de 8. — D.O. de 11-2-946).

CORPO DE TROPA — (Transferência).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º E' transferido da 2.ª para a 1.ª Brigada de Infantaria o 37.º Batalhão de Caçadores, aquartelado em Caruarú.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.
(Decreto-Lei n.º 8.976 de 14. — D.O. de 16-2-946).

CURSO DE CANDIDATO A SARGENTO — (Solução de consulta).

— O Sr. Comandante da 2.ª Região Militar consulta, em Ofício n.º 864 — II-E.M.R., de 30 de novembro de 1945, "se um cabo, habilitado com o curso de candidato a sargento, deve ser promovido para a reserva, quando excluído, embora esteja classificado de maucomportamento.

Em solução declaro :

A praça considerada com "máu comportamento" fica desclassificada para a promoção e, nestas condições, não pode passar a reserva com acesso de graduação, porque não está legalmente habilitado a ser promovida, de acordo com o n.º 40, do art. 55, do Regulamento Interno dos Serviços Gerais.

(Aviso n.º 136 de 2 — D.O. de 5-2-946).

DEPOSITO DE INTENDÊNCIA DA F.E.B. — (Extinção).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º — Fica extinto o Depósito de Intendência da Força Expedicionária Brasileira, criado pelo Decreto-lei n.º 6.459-A, de 2 de Maio de 1944.

Art. 2.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

DESPORTO HÍPICO NACIONAL — (Organização).

O "Diário Oficial" n.º 24 de 29-1-1946, (página n.º 1451) publica o Decreto-Lei n.º 948 de 16-1-1946, que dispõe sobre a organização do Desporto Hípico Nacional.

ENGAJAMENTO E REENGAJAMENTO DE TAMBOR-CORNETEIRO — (Solução de consulta).

— O Comandante da Quinta Região Militar consulta, em rádio n.º 4.240-A, de 18 de dezembro do ano findo, se "a concessão de engajamento e reengajamento de tambor-corneteiro, de que trata o Aviso número 3.038, de 26 de novembro último, fica subordinada à exigência dos arts. 141 e 142 da Lei do Serviço Militar, que limita à idade de trinta anos a concessão de reengajamento de praça".

Em solução, declaro :

O engajamento e reengajamento das praças de que trata o Aviso número 3.038, está sujeito às exigências de limite de idade

prevista nos artigos 141 e 142 da mencionada Lei do Serviço Militar.

(Aviso n. 142 de 5. — D.O. de 7-2-946).

ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA — (Funcionamento).

O "Diário Oficial" n. 39 de 16-2-1946 (página n. 2454) publica o Aviso n. 9054, do Ministro da Guerra, que aprova as instruções para o funcionamento dos Cursos Categorias "A" e "D" da Escola de Artilharia de Costa, em 1946.

EXTRAVÍO DE ARMAS — (Indenização).

— Tendo em vista a atual elevação nos preços de compra da pistola "Colt" e revólver "Smith and Wesson", de calibre 45, a indenização pelo extravio ou inutilização dessas armas passa a ser feita pelos responsáveis na base do triplo do valor da aquisição da arma — Cr\$ 1.350,00 para a pistola e Cr\$ 1.050,00 para o revólver — sem prejuízo, todavia, das medidas previstas no art. 138 do Regulamento de Administração do Exército, alterado, assim, em parte, o Aviso n.º 1.578-Mate, 3, de 26 de maio de 1941. (Aviso n. 88 de 22. — D.O. de 24-1-946.)

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA" — (Matrícula).

O Diário Oficial n. 29 de 5-2-1946 (página n. 1825) publica o Aviso n. 9015, do Ministro da Guerra, que aprova as instruções para a matrícula nos diversos cursos da Escola de Educação Física.

FORÇAS POLICIAIS DOS ESTADOS — (Organização).

Art. 1.º É concedida aos Estados, nos termos do artigo 17 da Constituição Federal, a faculdade de legislar sobre os assuntos a que se refere o artigo 16, n.º XXVI, da mesma Constituição, a saber: organização, instrução, justiça e garantia das forças policiais dos Estados, seja para regular a matéria, seja suprir as mesmas lacunas da legislação federal.

Art. 2.º Na forma do referido artigo 17 da Constituição Federal, e para os efeitos do art. 27, da Lei Federal n. 192, de 17 de janeiro de 1936, todos os atos legislativos dos Estados, referentes à matéria de que trata o artigo 1.º, inclusive os de fixação de efetivos e respectivos orçamentos de despesa, bem assim todos os dispositivos regulamentares atinentes à instrução, serviços e disciplina das mesmas corporações, ou consequentes de leis promulgadas de conformidade com o disposto neste Decreto-lei, serão submetidos à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministério da Justiça, ouvido previamente o Ministério da Guerra.

Parágrafo único. Todos os atos enumerados neste artigo, que tenham de ser promulgados pelo Governo Federal com relação às forças policiais do Distrito Federal e do Território do Acre, serão antes submetidos pelo Ministério da Justiça à apreciação do Ministério da Guerra.

Art. 3º As corporações de bombeiros dos Estados só poderão ter organização militar quando incorporadas às respectivas forças policiais.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n. 8.660 de 14. — D.O. de 22-1-946).

GRADUAÇÃO DE SARGENTOS AUXILIARES — (Fixação).

— É fixada, do seguinte modo, a graduação dos sargentos auxiliares previstos no Anexo II da Portaria n.º 746, de 18 de fevereiro de 1944 :

Auxiliar do Serviço de Automóvel

Um Segundo Sargento;

Auxiliares de Administração

— da 1.ª Seção — Um Segundo Sargento e um 3.º Sargento;
 — da 2.ª Seção — Um Terceiro Sargento;
 — da 3.ª Seção — Um Segundo Sargento e um 3.º Sargento;
 — da 4.ª Seção — Um Terceiro Sargento.
 — do Serviço de Correio — Um Terceiro Sargento;
 — do Protocolo e Arquivos — Um Terceiro Sargento.
 (Aviso n. 193 de 14. — D.O. de 15-2-946).

INSTRUÇÃO NOS TIROS DE GUERRA — (Resolução).

— Atendendo as ponderações da Diretoria de Recrutamento e tendo em vista sanar dificuldades decorrentes das modificações introduzidas nos atuais Tiros de Guerra, como seja mudança de direção e instalação dos mesmos, convocação da classe de 1925 seguida de inspeção de saúde, resolvo adiar o inicio da instrução no corrente ano, nos Tiros de Guerra da Primeira Zona (1.º, 2.º, 6.º, 7.º, 8.º e Décima Regiões), de 1 de janeiro para 15 de fevereiro bem como o funcionamento com 20 matriculados no mínimo ao invés de 50, conforme estabelece o parágrafo único do art. 5.º do Regulamento dos Tiros de Guerra.
 (Aviso n. 77 de 18. — D.O. de 21-1-946).

ISENÇÃO DE IMPOSTOS — (Gôso).

Art. 1º A isenção de impostos estabelecida pelo Decreto-lei n. 7.974, de 20 de Setembro de 1945, fica estendida pelo prazo e nas condições nêle previstas, aos oficiais e praças do Exército Brasileiro, Marinha de Guerra e Forças Aéreas Brasileiras, que hajam servido, efetivamente, por mais de 6 meses, durante o período de guerra, no arquipélago de Fernando de Noronha.

§ 1º Gozarão também dos benefícios deste artigo as viúvas e filhos menores dos militares falecidos naquela ilha durante o período de guerra e os militares evacuados da ilha antes de 6 meses, em consequência de moléstias adquiridas naquela ilha.

§ 2.º A prova de haver servido no arquipélago de Fernando de Noronha durante o prazo fixado neste Decreto-lei será feita mediante certificado, fornecido pelo Ministério a que pertencer ou tenha pertencido o beneficiário, passado pelo departamento próprio e subscrito pelo respectivo Ministro.
(Decreto-lei n. 8.918 de 26. — D.O. de 29-1-946).

MATRÍCULA NOS CURSOS DE COMANDANTE DE PELOTÃO — (Permissão).

— De acordo com as sugestões apresentadas pelo Exmo. Sr. General Chefe do Estado Maior do Exército, em Ofício n. 105-C, de 16 do corrente, resolvo permitir, aos sargentos oriundos da Força Expedicionária Brasileira;

- a) a matrícula, em 1946, nos Cursos de Comandante de Pelotão, Seção ou seus equivalentes, independentemente de vagas e com a tolerância de mais de um ano de idade, além da que já foi concedida — contanto que possuam a medalha de campanha;
- b) que concorram à promoção, independentemente de possuirem o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou seus equivalentes, com a condição de terem comandado, no campo de batalha, fração de sub-unidade, ou de serem portadores da cruz de combate de 1.ª ou 2.ª classe.

(Aviso n. 101 de 24. — D.O. de 26-1-946).

MEMBROS DE ORDENS RELIGIOSA — (Alistamento).

Art. 1.º Todo o cidadão que estiver matriculado em instituto de ensino destinado a formação de sacerdotes ou ministros de qualquer religião ou de membros de ordens religiosas regulares, terá seu alistamento regulado, do mesmo modo que os demais cidadãos de sua classe, pelo Decreto-lei n. 7.348, de 26 de fevereiro de 1945.

Art. 2.º Aquêle que fôr chamado a incorporar-se terá a incorporação adiada de acordo com a letra b, do art. 107, da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n.º 1.187, de 4 de Abril de 1939) e Aviso n.º 1.952, de 5 de Agosto de 1943.

Art. 3.º Aquêle que concluir o curso e ingressar definitivamente no sacerdócio ou em uma ordem religiosa, conforme notificação expressa do diretor do instituto à respectiva Circunscrição de Recrutamento, será considerado reservista de terceira categoria relacionado na reserva do Serviço de Assistência Religiosa.

Art. 4.º Se por qualquer motivo fôr o aluno desligado do instituto, ficará sujeito à incorporação com a primeira classe a ser incorporada.

Art. 5.º As providências para o alistamento e a comunicação de desligamento competem, obrigatoriamente, aos diretores dos institutos interessados.

(Decreto-Lei n. 8.920 de 26. — D.O. de 29-1-946).

MILITARES INATIVOS — (Vencimentos).

— Em vista de dúvidas suscitadas sobre a percepção de vencimentos por militares inativos, em face do Decreto-lei n.º 018, de 9

de setembro de 1945, declaro que a expressão "funções da atividade, constante do artigo 1.º do citado Decreto-lei, abrange os inativos militares que estejam desempenhando funções previstas em Regulamentos, instruções ou em decisão ministerial e com exercício em repartições ou órgãos do Ministério da Guerra.
(Aviso n. 105 de 25. — D.O. de 28-1-946).

MONTEPIO MILITAR E PENSÃO AOS HERDEIROS — (Alteração).

O Diário Oficial n. 29 de 5-2-1946, publica na integra o Decreto-Lei n. 8958 de 28-1-1946, que altera o Art. 15 do Decreto n.º 3695 de 6-2-1939, sobre o montepio militar e a pensão correspondente aos herdeiros.

MONTEPIO MILITAR — (Contribuição).

O Diário Oficial n. 24 de 29-1-1946 (página n. 1449) publica o Decreto-Lei n. 8.919 de 26-1-1946, que dispõe sobre a contribuição para o Montepio Militar e dá outras providências.

OFICIAIS DA ATIVA — (Solução de consulta).

— Em rádio 2.442-A o Exmo. Sr. General Cmt. do 1.º C. C. consulta se o art. 12 do Decreto-lei n. 8.159, de 3 de novembro de 1945, revogou o art. 91 dos Estatutos dos Militares.
Em solução declaro que os artigos 12 e 17 do Decreto-lei número 8.157, de 3 de novembro de 1945, se completam, sem deixar dúvida de que os oficiais da ativa em igualdade de posto, têm precedência sobre os da reserva convocados; o art. 12, regula, portanto, a situação e o art. 17, revoga as disposições em contrário.

(Aviso n. 194 de 14 — D.O. de 15-2-946).

OFICIAIS E PRAÇAS DA RESERVA — (Solução de consulta).

— Em Ofício n.º 4.628-R. 1, de 16 de junho de 1943, consulta o Diretor de Recrutamento sobre as vantagens a que tem direito, por ocasião do licenciamento, os oficiais e praças da reserva remunerada convocados para o serviço ativo, em face do estado de guerra.

Em solução, declaro que os oficiais e praças em aprêço, quando licenciados do serviço ativo, farão jus às vantagens que percebiam anteriormente na inatividade, acrescidas das correspondentes ao tempo de efetivo serviço prestado como convocados, estas calculadas pela tabela vigente na época do licenciamento do serviço, até o limite máximo permitido por lei.

(Aviso n. 128 de 29 — 1 — D.O. de 1-2-946).

OFICIAL DA RESERVA DE 2.º CLASSE — (Solução de consulta).

— Consulta o Chefe da 6.ª Circunscrição de Recrutamento, em rádio n.º 2/CHP, de 24 de dezembro do ano p. findo, se um oficial da reserva de 2.º classe, convocado, terá computado para efeito de inatividade remunerada, o tempo de serviço prestado

como funcionário civil, no Ministério da Fazenda, em face do que dispõe a letra b, do artigo 1.º do decreto-lei n.º 8.189, de 8 de novembro de 1945.

Em solução declaro:

A letra b, do artigo 1.º, do mencionado decreto-lei faculta a permanência nas fileiras do Exército com direito à transferência para a reserva remunerada, após 25 anos de serviço, aos oficiais de reserva de 2.ª classe que revelaram conduta excepcional nos campos de batalha e no esforço de guerra, mas não modifica a Lei de Inatividade (dec. lein.º 3.940, de 16 de dezembro de 1941) que ved em seu art. 92, letra c, a contagem, para todos os efeitos, do tempo passado, por militar como civil, em repartição ou estabelecimento de qualquer Ministério.

(Aviso n.º 201 de 15. — D.O. de 18-2-946).

OFICIAIS DA RESERVA DE 2.ª CLASSE DO EXÉRCITO — (Permanência).

Art. 1.º E' facultado aos Oficiais da Reserva de 2.ª Classe do Exército, no momento, à disposição do Ministério da Aeronáutica a permanência definitiva no serviço ativo da Força Aérea Brasileira, desde que prefiram esta situação à que lhes faculta o disposto no Decreto-lei n.º 8.159, de 3 de Novembro de 1945.

Art. 2.º O Ministro da Aeronáutica fica autorizado a incluir esses oficiais no Quadro de Oficiais de Infantaria de Guarda a que se refere o Decreto n.º 3.920, de 11 de Dezembro de 1941.

Art. 3.º Ao serem incluídos no Quadro de Infantaria de Guarda os oficiais de que trata o presente decreto-lei serão inscritos no Almanaque da seguinte maneira:

a) os Capitães, na situação de agregados;
 b) os oficiais subalternos, na situação de efetivos, com os postos que tem e na ordem decrescente de suas antiguidades relativas; receberão números e ficarão homólogas aos de mesmo posto e número já existentes no Quadro.

Art. 4.º A exclusão desses oficiais na Reserva do Exército far-se-á à vista da comunicação do Ministro da Aeronáutica ao Ministério da Guerra, de que o interessado foi incluído no serviço ativo da Força Aérea Brasileira.

Art. 5.º E' fixado o prazo de 30 (trinta) dias, para que os interessados solicitem, por escrito, ao Ministério da Aeronáutica a inclusão no Quadro de Infantaria de Guarda nos termos do presente decreto-lei.

Art. 6.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-lei n.º 8.764 de 21. — D.O. de 22-1-946).

AGAMENTO DE LAUDÉMIO — (Isenção).

Considerando que o Governo Federal já demonstrou, pelos Decretos-leis n.º 7.974, de 20 de Setembro de 1945, e n.º 8.128, de 25 de Outubro de 1945, o intuito de facilitar a aquisição de imóveis pelos militares que tomaram parte nas operações de guerra;

Considerando, porém, que os referidos Decretos-leis não isenta-

Biblioteca da "A Defesa Nacional"

LIVROS A' VENDA

Anuário Militar do Brasil 1935	22,00
Anuário Militar do Brasil, 1936	22,00
Anuário Militar do Brasil, 1937	22,00
Anuário Militar do Brasil, 1940	27,00
Anuário Militar do Brasil, 1941	37,00
Anuário Militar do Brasil, 1942	42,00
A Arte da Guerra — Trad. Cel. Renato Batista Nunes	26,00
A Campanha da África Oriental — Gen. Waldomiro Lima	21,00
A Revolução de 1942 — Martins Andrade	19,00
Aspécito Geográfico Sul-Americanoo — Cel. Mario Travassos	6,00
(x) — As condições Geográficas e o Problema Militar Brasileiro — Cel. Mario Travassos	6,00
A Compreensão da Guerra — Cel. J. J. B. Magalhães	30,00
Andrade Neves o Vanguarda — Cap. De Paranhos Antunes	7,00
Aplicações Militares — Cap. Mareio de Menezes	16,00
Atestado de Origem — Ten. Cel. Dr. E. Marques Porto	3,00
A. C. P. — Cap. Geraldo de Menezes Cortes	16,00
A Concepção da Vitória entre os Grandes Generais — Cap. Frederico Mindelo Carnenro Monteiro	21,00
Auxiliar do Instrutor de Pontes — Cap. Samuel A. A. Correia	7,00
(x) — A Defesa Nacional (Número Avulso)	5,50
Acentuação Gráfica — Cap. Antônio Pereira Lira	3,00
A Instrução na Cavalaria — Cap. João de Jesus Mena Barreto	11,00
A Técnica do Tiro de Costa — Cap. Ary Silveira	21,00
Anuário Militar do Brasil, 1943-1944	42,00
Boletim n.º 3 — Cel. Araripe e Ten. Cel. Lima Figueiredo	11,00
(x) — Cartilha da Mocidade — Cap. Micaldas Corrêa	7,00
Caderneta de Ordens e Partes	13,00
Caderneta de Ordens e Partes (Bloco para)	3,00
Caderneta de Campanha do Capitão — Cap. Nelson Boiteux	13,00
Coletânea de Leis e Decretos 1544-1938 — Maj. Bento Lisboa	13,00
(x) — Contribuição para a História da Guerra entre Brasil e Buenos Aires — Gen. Bertoldo Klinger	13,00
Código de Justiça Militar — Cel. José Faustino da Silva Filho	27,00
Código de Vencimentos e Vantagens — Getúlio Costa	5,00
Comandar — Ten. Cel. Niso de Viana Montesuma	7,00
Código Penal Militar — Cap. Moacyr Faião Gomes de Abreu	9,00
Cooperemos para a boa Linguagem — Ruy de Almeida	11,00
Dispersão do Tiro — Ten. Cel. Arnaldo Morgado da Hora	12,00
Do Brasil à Itália — Gen. Newton Braga	8,00
Algumas Cousas da Russia, Cel. J. B. Magalhães	12,00
Jomin — Trad. Cel. Renato B. Nunes	20,00
Emprego do Btl. de Transmissões — Maj. Adalado Fialho	20,00
Anedocário da Guerra Tríplice Aliança — Ezebio de Souza	10,00

(Continua na pag. 230)

ram aqueles militares do pagamento de laudêmio pela transferência de imóveis do domínio direto da União; decreta:

Art. 1.º Tratando-se de imóveis do domínio direto da União, as aquisições pelos militares a que se referem os Decretos-leis n.º 7.974, de 20 de Setembro de 1945 e n.º 8.128, de 25 de Outubro de 1945, ficam isentas do pagamento do laudêmio.

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 8.947 de 26. — D.O. del-2-946).

PLANO DE UNIFORME — (Aprovação).

— A título provisório, até que seja aprovado o novo plano de uniforme, são adotados os seguintes uniformes:

A) 5.º Uniforme:

- boné verde oliva (atual);
- túnica de gabardine verde oliva claro de feitio idêntico à da F.E.B., com as insignias constantes do atual R.U.P.F.;
- calça de gabardine verde oliva (atual).
- cinto de gabardine verde oliva claro com fecho oxidado;
- cinto de lona verde oliva com fecho de metal amarelo para calça;
- camisa bege com colarinho duplo;
- gravata bege;
- sapatos pretos com meias pretas.

Na camisa, as insignias dos oficiais e subtenentes são bordadas em cheio com linha enxa clara, salvo as dos aspirantes à oficial que serão representadas pelo contorno, no ombro.

Para os sargentos, as insignias serão bordadas e a aplicadas nas mangas, em linha cinza clara.

O presente uniforme será usado nas apresentações individuais ou coletivas, em passeio, no trânsio para o quartel e ainda com ou sem túnica, para os trabalhos no interior dos quartéis, estabelecimentos e repartições.

B) 6.º Uniforme:

- boné verde oliva (atual);
- túnica de brim verde oliva com ombreiras embutidas nas mangas e insignias constantes do atual R.U.P.E.;
- calça de gabardine verde oliva (atual);
- cinto de gabardine verde oliva claro com fecho oxidado;
- sapatos pretos com meias pretas.

Esse uniforme será usado nas mesmas condições do 5.º Uniforme tipo A do atual R.U.P.E.

(Aviso n.º 196 de 14. — D.O. de 16-2-946).

PREENCHIMENTO DE CLAROS — (Permissão).

— Fica extensivo ao Primeiro Esquadrão de Reconhecimento Moto-Mecanizado o disposto no Aviso n.º 2.805, de 10 de outubro do ano findo, que permite, para preenchimento de claros, o recrutamento de voluntários, mesmo que sejam reservistas.

(Aviso n.º 143 de 5. — D.O. de 7-2-946).

(Continuação da pag. 228)

Dicionário de Termos Militares (Inglês-Português) — H. Castro Jobim	25,00
Educação Física Militar — Cap. Gutemberg Ayres de Miranda	10,00
Educação sobre a Instrução Militar — Trad. Maj. José Horacio Garcia	13,00
Estudos sobre Granadas de Mão e Fuzil — Cap. Moacyr N. Assumpção	13,00
Educação Moral do Soldado — Cep. Frederico Trotta	10,00
Emprego Tático das Transmissões — Cel. Paulo Bolívar Teixeira	17,00
(x) — Estratégico do Terror — Trad. Cel. J. B. Magalhães	15,00
Exterior e Julgamento dos Equídeos — Walter Jardim	30,00
Escola de Fogo I e II parte — Maj. Rubens Monteiro de Castro	16,00
Escola de Fogo, II parte — Maj. Rubens Monteiro de Castro	7,50
Escola de Fogo, III parte — Maj. Rubens Monteiro de Castro	7,50
Escola de Fogo, IV parte — Maj. Rubens Monteiro de Castro	7,50
Euclides da Cunha — Cap. Umberto Peregrino	4,00
Fichário para I. de Educação Física — Cap. Jair Jordão Ramos	16,00
Formulário do Contador — Cap. José Salles	5,00
(x) — Formulário Processual — Ten. Cel. Niso de Viana Montezuma	15,00
Fenômeno Militar Russo — Cel. J. B. Magalhães	30,00
Fenômeno Militar Russo — desconto de 10% aos Assinantes da Revista "A Defesa Nacional"	27,00
Guia para o Cmt. de Plt. de Fuzileiros, 1 ^a parte — Maj. Tamoyo	16,00
Guia para o mt. de Plt. de Fuzileiros, 2 ^a parte — Maj. Tamoyo	13,00
(x) — Guerra de Secessão Separata n.º 53 — Ten. Cel. Arthur Carnauba	5,00
Guia para a Instrução Militar — Maj. Roy Santiago	21,00
História do Duque de Caxias (Ilustrada) — Cap. Frederico Trotta	5,00
História Militar do Brasil — Gustavo Barroso	13,00
Indicador Alfabético — Odon Antonio da Cunha Braga	4,00
Indicador Paranhos 1935 — Eurico Paranhos	13,00
Indicador Paranhos 1936 — Eurico Paranhos	6,00
Invasão e Tomada das Ilhas Bálticas — Trad. José J. da Silva	5,00
Impressão de Estágio no Exército Francês — J. B. Magalhães	5,00
(x) — Instrução na Cavalaria Separata n.º 54 — Maj. José H. Garcia	5,00
Instrução de Obs. nos Corpos de Tropas — Ten. Cel. Armando Baptista Gonçalves	9,00
Instrução de Transmissões — Ten. Cel. Lima Figueiredo	11,00
Iniciação Tática — Cel. Inácio José Veríssimo	21,00
Introdução ao Estudo da Estratégia — Cel. Inácio J. Veríssimo	11,00
Inquérito Policial Militar — Amador Cysneiros	21,00
Índice do C. J. M. de 1938 — Cel. José Faustino da Silva Filho	3,00
(x) — Limites do Brasil — Ten. Cel. Lima Figueiredo	11,00
Lições D'Armas — Gen. Valério Falcão	—
Manual de Orientação em Campanha — Cap. Antônio Pereira Lira	19,00
Manobras de Nossa — Gen. Bertoldo Klinger	6,00
Manual da Socorrista de Guerra — Raul Briquet	21,00
Manual de Topografia Militar — Cap. Evandro Del Corona	26,00
Manual de Instrução Pré Militar — Cap. Moacyr Faião G. de Abreu	11,00
Manual do Soldado de Engenharia	6,00
(x) — Memento do Artilheiro — Cap. Amir Borges Fortes	11,00

(Conclue na pag. 232)

PROFESSORES NO MAGISTERIO MILITAR — (Situação).

O Diário Oficial n.º 24 de 29-1-1946 (página n.º 1451) publica o Decreto-Lei n.º 8922 de 26-1-1946, que dispõe sobre a situação de professores no magisterio Militar.

QUADRO DE AUXILIAR DE OFICIAIS — (Criação).

O Diário Oficial n.º 20 de 24-1-1946 (página n.º 1204) publica o Decreto-Lei n.º 8760 de 21-1-1946, que cria o Quadro de Auxiliar de Oficiais (Q.A.O.).

REGULAMENTO DA DIRETORIA DO MATERIAL BÉLICO — (Aprovado).

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento da Diretoria do Material Bélico, que a esse acompanha, assinado pelo General de Brigada Canrobert Pereira da Costa, respondendo pelo expediente do Ministro da Guerra.
(Decreto-Lei n.º 20.531 de 24. — D.O. de 7-1-1946).

SARGENTOS MONITORES — (Graduação).

— Os Sargentos monitores da Escola de Moto-Mecanização, em número de quinze, terão as seguintes graduações:
a) — Seis — pelo Regulamento do antigo C.I.M. M., sendo:
— dois 1.ºs Sargentos;
— dois 2.ºs Sargentos;
— dois 3.ºs Sargentos.
b) — Nove — pelo Aviso n.º 3.793, de 20 de novembro de 1941,
— três 1.ºs Sargentos;
— três 2.ºs Sargentos;
— três 3.ºs Sargentos.
(Aviso n.º 192 de 14. — D.O. de 15-2-1946).

SARGENTOS RESERVISTAS — (Curso).

— Em aditamento ao Aviso n.º 3.104, de 10 de dezembro de 1945; — os brasileiros naturalizados portadores de diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais ou de engenheiro — se habilitarão ao exercício de suas profissões com o curso de sargento reservista das armas, em C.P.O.R., N.P.O.R. ou Unidade Quadro.
(Aviso n.º 137 de 2 — D.O. de 5-2-1946).

VOLUNTÁRIOS PARA PREENCHER CLAROS — (Autorização).

— Os Comandantes da 4.ª e 5.ª Regiões Militares ficam autorizados a abrir voluntariado para preencher os claros existentes no Batalhão de Guardas, devendo ser enviado, a Juiz de Fora e Curitiba, um oficial da unidade interessada para proceder aos necessários entendimentos.
(Aviso n.º 84-A, de 21. — D.O. de 24-1-1946).

(Conclusão da pág. 230)

Mais uma Carga Camaradas — Gen. Benicio da Silva

(x) — Monteiro — Cap. Gutemberg Ayres de Miranda

Noções de Desenho Topográfico — Cel. Arthur Paulino

Notas sobre o Comando do Btl. no Terreno — Cmt. Audet

Notas de Tática de Cavalaria — Cap. Alvaro Lucio Areas

Narrativas Autobiográficas — Gen. Bertoldo Klinger

(x) — Noções de Topografia em Campanha — Gen. Paes de Andrade

O Livro do Observador — Cap. Paladini

O Exército Alemão — Cel. Leony de Oliveira Machado

O Surto no Japão — Maj. Nicanor de Souza

O Tiro de Artilharia de Costa — Cap. Ary Silveira

O Tiro da Secção do Morteiro Brand. 81m/m — Maj. Pavel

(x) — O Tiro de Grupo nas I. Rápidas — Cap. Breno Borges Fortes

O Tiro de Morteiro — Cap. Goberí de Couto e Silva

O Livro do Carro de Combate — Cap. Frederico Reis Pimentel

O Serviço em Campanha na Arma de Cavalaria — Cap. Antonio Pereira Lira

O Oficial de Cavalaria — Gen. Benicio da Silva

(x) — O Serviço de Informações e de Transmissões em Campanha — Cap. Geraldo de Menezes Cortes

(x) — Os Pombos Correios e a Defesa Nacional — Dr. Freitas Lima

(x) — Pequeno Manual do Serviço em Campanha na Cavalaria — Trad. Maj. José Horacio Garcia

Pedagogia de Educação Física — José Benedito de Aquino

Pastas para Folhas de Alteração

(x) — Regulamento para Instrução dos Quadros e da Tropa

(x) — Regulamento de Educação Física, 1.ª parte (N.º 7)

(x) — Tática de Infantaria — Cel. X

Sinalização a braços e ótica — Ten. Cel. Lima Figueiredo

Telemetros de Inversão Zeiss — Cap. José J. Gomes da Silva

(x) — Tática de Infantaria nos Pequenos Escalões — Ten. Cel. Alexandre José Gomes da Silva Chaves

(x) — Trávesseia de Cursos Dagua — Maj. José Horacio Garcia

Transposição de Cursos Dágua — Ten. Cel. Lima Figueiredo

Transferidor Militar (Tipo A) — Carlos Morim

Transferidor Militar (Tipo B) — Carlos Morim

Transferidor de Derivas e Alças — Carlos Morim

Teoria e Progressões de Logarítmicos — Floriano Daltro Ramos

Theoria e Emprego dos Milésimos — Cap. Eduardo Campello

Três anos de Ortografia S. Brasileira — Gen. Bertoldo Klinger

Topografia Prática — Cap. João Augusto Fernandes — Rubens Castro

Um ao de Obs. no Extremo Oriente — Ten. Cel. Lima Figueiredo

Vade-Mecum de Matemática Elementar — Frederico J. Nunes Dias

(x) — Este sinal indica que a obra foi publicada pela C.M.E.C.I. "A Defesa Nacional"

Colaboram neste número:

Cel. J. B. Magalhães

Cel. V. Proutzov

Ten. Cel. Edgard A. Lopes

Ten. Cel. P. Barrientos Gutiérrez

Cap. Geraldo de Menezes Côrtes

Cap. Otávio Alves Velho

Cap. Ferdinando de Carvalho

Cap. Ary Lopes

Cap. Sylvio do Vale Amaral

Cap. Médico Dr. Sául Teodoro Pereira de Melo.

1º Ten. José de Freitas Lima Serpa.



Defesa Nacional

Cr\$ 5,00

OFICINAS HENRIQUE VELHO

Editora e Obra Gráfica A NOITE

Av. Maf. Flávio